Comunidade Intermunicipal do Ave

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020

Relatório Final

19 de Dezembro de 2014

strategy XXI management solutions
QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional
POAT FEDER programa operacional assistência técnica
UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

DISCLAIMER

Este relatório foi preparado pela Strategy XXI, com o contributo fundamental do Comité Técnico de Pilotagem da CIM do Ave, no âmbito da preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) do Ave.

Os trabalhos da sua preparação ocorreram em dois momentos distintos de tempo. Uma primeira versão do relatório ficou concluída no final de Junho de 2014 e por isso o seu referencial temporal, quanto a factos, fontes e indicadores e outros reporta-se a essa data. Num segundo momento, com a publicação do aviso de concurso Nº 02/2014 de 16.11.2014, procedeu-se à atualização do relatório, tendo sido atualizados, designadamente, os pontos 5 e 6 do Capítulo 6 - Tipologias de ação estruturantes a desenvolver e introduzidos dois novos capítulos: Capítulo 7 – Modelo de Governação da CIM do Ave – e o Capítulo 8 – Indicadores de Trabalho para a monitorização e acompanhamento.

O seu conteúdo é confidencial: o acesso e a sua divulgação são da exclusiva responsabilidade da entidade promotora, a Comunidade Intermunicipal do Ave. As opiniões veiculadas neste documento só responsabilizam os seus autores e não vinculam a Strategy XXI nem a Comunidade Intermunicipal do Ave.

Porto, 19 de Dezembro de 2014

José Marques da Silva

Strategy XXI

AUTORES

José Marques da Silva (Coordenador)

Managing Partner da Strategy XXI. Economista. Especialista em Competitividade Territorial, Estratégia e Internacionalização.

Ana Pires da Costa

Consultora da Strategy XXI. Engenheira do Ambiente.

Filipe Gonçalves

Partner da Strategy XXI. Engenheiro Civil. Especialista em Planeamento e Desenvolvimento Urbano.

José Miguel Silva

Economista. Perito em Desenvolvimento Regional e Rural. Ex-Diretor dos Serviços de Planeamento da Direção Regional de Agricultura do Norte e ex-Presidente da Direção do Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte.

Leonor Sopas

Mestre em Estudos Económicos Europeus. Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Economia e Gestão, Católica Porto.

Mário Pedro Ferreira

Doutor em Economia pela Universidade de Reading. Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão, Católica Porto.

Miguel Sottomayor

Doutor em Economia Agrária e Alimentar. Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão, Católica Porto.

Susana Pinto

Consultora na Strategy XXI. Economista. Especialista em Economia e Gestão das Cidades.

Vasco Rodrigues

Diretor Executivo do CEGEA. Professor Associado da FEG onde investiga e leciona nos domínios da Economia Industrial, Política de Concorrência e Análise Económica do Direito, Católica Porto.

FICHA TÉCNICA

Comunidade Intermunicipal do Ave

Manuel Baptista

Presidente

Gabriel Pontes

Secretário Executivo

Amélia Vale

Técnica Superior

Domingos Silva

Técnico Superior

Esmeralda Lemos

Técnica Superior

Geraldo Castro

Técnico Superior

João Leal

Técnico Superior

José Martins

Técnico Superior

Nuno Ferreira

Técnico Superior

Paulo Pinto

Técnico Superior

Renata Palhares

Técnica Superior

Ricardo Silva

Técnico Superior

Tânia Cardoso

Técnica Superior

Venina Rodrigues

Técnica Superior

Vera Soares

Técnica Superior

Agência de Energia do Ave

Tiago Vale

Técnico Superior

Rui Pacheco

Técnico Superior

Outros Colaboradores

Celso Branco

Maria Ferreira

Câmaras Municipais – Coordenação técnica

Cabeceiras de Basto

Maria Cristina Ferreira Sanches

Técnica Superior da UNOPDE - Unidade de Obras Particulares e Desenvolvimento Económico, responsável pelo NPD - Núcleo de Planeamento e Desenvolvimento Económico

Márcia Andreia Rodrigues Fonseca e Barros

Técnica Superior da UNOPDE - Unidade de Obras Particulares e Desenvolvimento Económico

Fafe

Vítor Manuel Freitas Moreira

Vereador da área de Estudos e Projetos de Obras Municipais; Obras Municipais ; SIG; Polícia Municipal e Proteção Civil

Ana Preciosa Mendes Novais Teixeira

Secretária (Gabinete de Apoio à Presidência)

Guimarães

Sónia Gonçalves

Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamento

Ricardo Costa

Vereador do Município de Guimarães

Mondim de Basto

Susana Patrícia Teixeira Mota

Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Póvoa de Lanhoso

Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

Técnica Superior, Coordenadora do Gabinete de Fundos Comunitários

António José Teixeira de Campos

Técnico Superior do Gabinete de Fundo Comunitários

Vieira do Minho

António Afonso Ribeiro Barroso

Vereador da Câmara Municipal de Vieira do Minho

Vila Nova de Famalicão

Francisco Jorge Vieira de Freitas

Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Empreendedorismo do Município de Vila Nova de Famalicão

Vizela

Madalena Magalhães

Técnica Superior, Gabinete de Gestão Projetos Comparticipados e Candidaturas

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA 1
1. INTRODUÇÃO 3
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA 5
3. ENQUADRAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO 7
3.1. TERRITÓRIO 7
3.1.1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO 7
3.1.1.1. Caracterização dos concelhos da CIM do Ave 9
3.1.2. SISTEMA URBANO 10
3.1.3. AMBIENTE E ENERGIA 11
3.1.3.1. Recursos Hídricos 11
3.1.3.2. Resíduos 17
3.1.3.3. Solo e Biodiversidade 21
3.1.3.4. Energia 26
3.1.4. CONTEXTO REGIONAL E URBANO 33
3.1.4.1. Sistemas urbanos e dinâmicas territoriais 33
3.1.4.2. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES 35
3.1.4.3. CIM do Ave na Região Norte: Concorrência e Complementaridade 37
3.2. PESSOAS 39
3.2.1. DEMOGRAFIA 39
3.2.1.1. Heterogeneidade intermunicipal 42
3.2.2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 46
3.2.2.1. Escolaridade da População Residente 47
3.2.2.2. Tendência de Recuperação dos Défices Educacionais 49
3.2.2.3. Formação Orientada para Adultos 52
3.2.3. MERCADO DE TRABALHO 53
3.2.3.1. Emprego 54
3.2.3.2. Desemprego 59
3.2.4. QUALIDADE DE VIDA 65
3.2.4.1. Condições Económicas 65
3.2.4.2. Esperança média de vida e Saúde 67
3.2.4.3. Habitação 69
3.2.4.4. Criminalidade 71
3.2.4.5. Qualidade ambiental 72
3.2.4.6. Consumo cultural 73
3.2.5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL 76

3.2.5.1. Principais meios de vida da população 77
3.2.5.2 Envelhecimento 78
3.2.5.3. Infância e Juventude 81
3.2.5.4. Pessoas portadoras de deficiência 83
3.2.5.5. Outras Problemáticas Sociais 85
3.3. ECONOMIA 88
3.3.1. AGRORURAL 88
3.3.1.1. Relevância económica 88
3.3.1.2. Ocupação agroflorestal do território 89
3.3.1.3 As explorações agrícolas 91
3.3.1.4. Os agricultores 96
3.3.1.5. O trabalho agrícola 98
3.3.1.6. População agrícola familiar 99
3.3.1.7. Estrutura da produção 100
3.3.1.8. Organizações Agrícolas 105
3.3.2. INDÚSTRIA 106
3.3.2.1. Situação atual 106
3.3.2.1.1. Comércio internacional 111
3.3.2.1.2. Estrutura setorial da indústria 114
3.3.2.1.3. Estrutura setorial dos concelhos do Ave 117
3.3.2.2. Dinâmica recente (2007-2011/12) 117
3.3.3. SERVIÇOS E TURISMO 123
3.3.3.1. Os serviços 123
3.3.3.2. Turismo 130
3.4. CULTURA E PATRIMÓNIO 140
3.4.1. Rota dos Castros do Noroeste 142
3.4.2. Caminhos de Santiago 143
3.4.3. Património Industrial do Vale do Ave 144
3.5. GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 146
3.5.1. GOVERNANÇA 146
3.5.2. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 147
3.6. DIAGNÓSTICO 149
3.6.1. Análise SWOT 149
4. BENCHMARKING 153
4.1. INTRODUÇÃO 153
4.2. PROJECTO22@BARCELONA 154
4.3. PAÍS BASCO – POLÍTICA REGIONAL DE INOVAÇÃO 156

4.4. IRTA – Research & Technology & Food & Agriculture (Catalunha) 158
4.5. Aldeias de Xisto - Revitalização das Aldeias com Poucos Casos de Sucesso 159
4.6. Grupo Alimentar de Guissona 161
4.7. Paducah´s Artist Relocation Program 162
4.8. Amsterdam – Connected Urban Development 163
4.9. XATIC – Projeto de Turismo Industrial da Catalunha 164
4.10. Algumas Considerações 165
5. PROPOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO AVE 167
5.1. Introdução 167
5.2. Níveis de definição e implementação da estratégia 169
5.3. Visão 170
5.4. Áreas Estratégicas de Atuação (AEA) 171
5.5. Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED) 173
5.5.1 OED 1. Inovação e competitividade empresarial 174
5.5.2 OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética 175
5.5.3 OED 3. Turismo 176
5.5.4 OED 4. Mobilidade 178
5.5.5 OED 5. Coesão social e territorial 179
5.5.6 OED 6. Governação do território 186
5.6. Objetivos de médio e longo prazo 187
6. TIPOLOGIAS DE AÇÃO 189
6.1. Ações Estruturantes 190
6.1.1 OED 1. Inovação e competitividade empresarial 192
A1. Promoção, Dinamização e Capacitação da Prática Agrícola 192
A2. valorização dos recursos endógenos e fortalecimento do setor agroalimentar 195
A3. Dinamização da Atividade Económica Regional - Captação de Investimento e Criação de Emprego 197
6.1.2 OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Energética 199
A4. Otimização da Gestão e Eficiência nos Serviços Ambientais 199
A5. Aproveitamento e Valorização de Recursos Energéticos e Hídricos 202
A6. Eficiência energética – Espaços Públicos, Edificado e Veículos 204
6.1.3 OED 3. Turismo 206
A7. Estratégia de Marketing Territorial 206
6.1.4 OED 4. Mobilidade 208
A8. Mobilidade como fator de competitividade do Ave 208

6.1.5 OED 5. Coesão social e territorial 211
A9. Serviços de Proximidade / Descentralização da Governação 211
A10. projeto educativo do ave 213
A11. Desafios de Inclusão - Ave Inclusivo 215
A12. Prossecução da Estratégia de Requalificação dos centros urbanos e consolidação dos centros históricos 219
6.1.6 OED 6. Governação do território 221
A13. Modernização e organização Administrativa 221
A14. promoção da qualidade ambiental 223
A15. Prevenção, Gestão e Monitorização de riscos 224
A16. instrumentos de engenharia financeira e a coesão económica social e territorial 226
6.2. Fontes de Financiamento para as Tipologias de Ação 227
7. MODELO DE GOVERNAÇÃO 233
8. INDICADORES 239
8.1 Indicadores de Trabalho 240
Anexos 246
Anexo A – Caracterização dos Municípios da CIM do Ave 247
Anexo B – Valores naturais dos Municípios da CIM – Ave 249
Anexo C – Análise da Indústria na CIM – Ave 251
Anexo D – Análise dos Serviços na CIM – Ave 254
Anexo E – Património presente nos Municípios da CIM – Ave 255
Anexo F – Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) 263
Anexo G – Ações no Âmbito da Rede de Empreendedorismo do Ave (IN.AVE) 266
Anexo H – PEDI – Exemplos de sessões públicas e contributos da sociedade civil 267

ÍNDICE DE FIGURAS

3. ENQUADRAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Fig. 3.1 – Enquadramento da CIM do Ave na NUTS II Norte e em Portugal Continental 8
Fig. 3.2 – Classificação do estado das massas de água superficiais compreendidas nos Municípios da CIM – Ave 12
Fig. 3.3 – Classificação do estado das massas de água subterrâneas compreendidas nos Municípios da CIM – Ave 13
Fig. 3.4 – Distribuição das áreas com risco de ocorrência de cheias nos Municípios da CIM do Ave. 17
Fig. 3.5 – Produção *per capita* de resíduos urbanos e percentagem relativa à recolha seletiva para na CIM do Ave 19
Fig. 3.6 – Destino final dos resíduos recolhidos por via indiferenciada e seletiva na CIM do Ave 20
Fig. 3.7 – Valorização de resíduos urbanos na CIM do Ave 20
Fig. 3.8 – Uso do solo nos Municípios da CIM do Ave 23
Fig. 3.9 – Capacidade de uso do solo nos Municípios da CIM do Ave 23
Fig. 3.10 – Consumo de eletricidade (%) por tipologia, referente ao ano de 2011 30
Fig. 3.11 – Rede viária da região Norte de Portugal continental e da CIM do AVE 36
Fig. 3.12 – Taxa de variação decenal da população residente 41
Fig. 3.13 – Taxa de variação anual da população residente 41
Fig. 3.14 – Taxa bruta de natalidade 42
Fig. 3.15 – Evolução da população residente concelhia (1971 = 100) 44
Fig. 3.16 – Taxa anual de crescimento natural por município (2001-2012) 45
Fig. 3.17 – Taxa anual de crescimento efetivo por município (2001-2012) 46
Fig. 3.18 – Percentagem da população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever (2011) 46
Fig. 3.19 – Distribuição da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011) 47
Fig. 3.20 – Peso relativo de cada nível escolaridade na população residente no Ave face a Portugal, por escalão etário (2011) 49
Fig. 3. 21 – Abandono escolar entre os 10 e os 15 anos 50
Fig. 3.22 – Peso da indústria transformadora no emprego (2011) 56
Fig. 3.23 – População empregada por nível de escolaridade (2011) 57
Fig. 3.24 – Extroversão do mercado de trabalho concelhio (2011) 58
Fig. 3.25 – Proporção da população residente empregada a trabalhar no estrangeiro (2011) 59
Fig. 3.26 – Taxa de desemprego por sexo (2011) 60
Fig. 3.27 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade (2011) 60
Fig. 3.28 – Taxa de desemprego por escalão etário (2011) 61
Fig. 3.29 – Superfície agrícola utilizada por tipo de explorações agrícolas segundo o seu regime jurídico, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 93
Fig. 3.30 – Superfície agrícola utilizada por tipo de orientação técnico-económica das explorações agrícolas, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 95
Fig. 3.31 – Percentagem de dirigentes das explorações agrícolas por classe etária, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 96
Fig. 3.32 – Dirigentes das explorações agrícolas segundo o nível de escolarização, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 97
Fig. 3.33 – Regime de ocupação da mão-de-obra agrícola, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 98

Fig. 3.34 – Mão-de-obra agrícola por classe etária, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 2009 99
Fig. 3.35 – Mão-de-obra agrícola por nível de escolarização, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 2009 100
Fig. 3.36 – Explorações agrícolas da CIM do Ave com culturas temporárias, por tipo de cultura temporária, em 1999 e 2009 101
Fig. 3.37– Explorações agrícolas da CIM do Ave com culturas permanentes, por tipo de cultura permanente, em 1999 e 2009 101
Fig. 3.38 – Explorações agrícolas da CIM do Ave com produção pecuária, por espécie pecuária, em 1999 e 2009....102
Fig. 3.39 – Áreas ardidas anuais de povoamentos florestais na CIM do Ave, 2006 - 2010 104
Fig. 3.40 – Importância da indústria no total de atividades económicas nos concelhos do Ave (2011) 107
Fig. 3.41 – Importância de cada concelho no total da indústria transformadora do Ave (2011)....109
Fig. 3.42 – Importância de cada concelho no comércio internacional do Ave (2012) 112
Fig. 3.43 – Estrutura do Pessoal ao Serviço e do VAB industrial do Ave, Norte e Portugal (2011)....114
Fig. 3.44 – Pessoal ao Serviço por empresa no Ave, Norte e Portugal (2011)....116
Fig. 3.45 – Peso dos concelhos do Ave no VAB das principais indústrias do Ave (2011) 116
Fig. 3.46 – Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios, e VAB na indústria do Ave (2007 = 100) 118
Fig. 3.47 – Evolução do VAB das principais indústrias do Ave....119
Fig. 3.48 – Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas industriais por concelho (2007 a 2011) 119
Fig. 3.49 – Evolução das exportações e importações do Ave e da taxa de cobertura do Ave, Norte e Portugal 120
Fig. 3.50 – Evolução das exportações (milhares de euros) por município (2007-2011) 120
Fig. 3. 51 – Importância dos serviços nos concelhos do Ave (2011) 124
Fig. 3.52 – Importância de cada concelho nos serviços do Ave (2011) 126
Fig. 3.53 – Importância dos principais serviços no total do setor no Ave (2011) 126
Fig. 3.54 – Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB nos serviços do Ave (2007 = 100) 127
Fig. 3.55 – Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas de serviços por concelho (2007 a 2011)....128
Fig. 3.56 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Ave (2009 a 2012)....132
Fig. 3.57 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012) 132
Fig. 3.58 – Estabelecimentos por município e grandes tipos de alojamento....134
Fig. 3.59 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Ave (2009 a 2012) 137
Fig. 3.60 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2009 a 2012) 137
Fig. 3.61 – Património cultural classificado na região da CIM do Ave.....140
Fig. 3.62 – Despesas em Cultura por habitante, 2012 (€). 141
Fig. 3.63 – Despesas em Cultura no total das despesas, em 2012 (%). 142

5. PROPOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO AVE

Fig. 5.1 – Interação de domínios para a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento intermunicipal....168
Fig. 5.2 – Níveis de definição de estratégia de desenvolvimento regional. 169

Fig. 5.3 – Áreas Estratégicas de Atuação para a CIM do Ave. 172
Fig. 5.4 – Esquema do Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave 182
Fig. 5.5 – Esquema do Plano Operacional para o Crescimento Inclusivo do Ave 184

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Fig. 7.1 – Modelo de Governação para o Ave....237

ÍNDICE DE QUADROS

3. ENQUADRAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Quadro 3.1 – Níveis de atendimento de abastecimento nos Municípios da CIM do Ave 14
Quadro 3.2 – Níveis de atendimento dos sistemas de águas residuais nos Municípios da CIM do AVE 16
Quadro 3.3 – Quadro síntese de alguns indicadores-chave relativos à gestão de resíduos urbanos (RU) na CIM do Ave 21
Quadro 3.4 – Área ardida entre 2008 e 2012, nos Municípios da CIM 24
Quadro 3.5 – Receitas e Despesas das Câmaras Municipais na Gestão e Proteção do Ambiente nos Municípios da CIM do Ave – 2010, em milhares de euros 26
Quadro 3.6 – Aproveitamentos hidroelétricos existentes e previstos para o território da CIM do Ave. 27
Quadro 3.7 – Parques eólicos existentes no território da CIM do Ave 29
Quadro 3.8 – Taxa de variação do consumo de eletricidade (%) por tipo de consumo. 31
Quadro 3.9 – Unidades de microprodução e miniprodução ligadas à rede, distribuição por município e tipologia 32
Quadro 3.10 – População residente (2011) 40
Quadro 3.11 – Indicadores demográficos por município (2011) 43
Quadro 3.12 – Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011) 48
Quadro 3.13 – Indicadores escolares, por município (2011/2012) 50
Quadro 3.14 – Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012) 51
Quadro 3.15 – Percentagem da população com 15 anos ou mais matriculada em modalidades de educação/formação orientadas para adultas/os, por município (2011/2012) 52
Quadro 3.16 – Emprego e Desemprego (2011) 54
Quadro 3.17 – Estrutura setorial (CAE) do emprego (2011) 55
Quadro 3.18 – Proporção da população empregada em profissões socialmente mais valorizadas 57
Quadro 3.19 – População desempregada por o Tempo de Inscrição no IEFP (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013) 62
Quadro 3.20 – População desempregada por Grupo Etário (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013) 63
Quadro 3.21 – População desempregada por Níveis de Escolaridade (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013) 64
Quadro 3.22 – Indicadores de condições económicas (2011) 66
Quadro 3.23 – Reformas e apoios sociais (2011) 67
Quadro 3.24 – Esperança média de vida (2010-2012) 68
Quadro 3.25 – Indicadores de saúde 69
Quadro 3.26 – Indicadores de habitação (2011) 70
Quadro 3.27 – Indicadores de criminalidade (2012) 71
Quadro 3.28 – Indicadores ambientais 72
Quadro 3.29 – Indicadores de consumos culturais (2011) 75
Quadro 3.30 – Distribuição da população com 15 ou mais ano de acordo com o principal meio de vida (2011) 77
Quadro 3.31 – Estruturas residenciais para idosos e serviços de apoio domiciliário 80
Quadro 3.32 – Creches e ATLs 81

Quadro 3.33 - População residente com, pelo menos, uma dificuldade 83
Quadro 3.34 – Equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência 84
Quadro 3.35 – Peso da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no VAB total da região do Ave (NUT III) em 2011 88
Quadro 3.36 – Superfície territorial da CIM do Ave e superfície total das explorações agrícolas da CIM do Ave, por anos (1999, 2009) e por região (EVM e CIM do Ave) 89
Quadro 3.37 – Uso do Solo na CIM do Ave em 2005 90
Quadro 3.38 – Tipos de ocupação da terra na área total das explorações agrícolas na CIM do Ave, em 1999 e 2009 91
Quadro 3.39 – Explorações agrícolas por classes de superfície agrícola utilizada em 2009 e variação entre 1999 e 2009, por região (Continente, EVM e CIM do Ave) 91
Quadro 3.40 – Número médio de blocos de SAU por exploração agrícola em 2009, por região (Continente, EVM e CIM do Ave) 92
Quadro 3.41 – Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (EA), por categoria jurídica da EA, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 94
Quadro 3.42– Superfície agrícola utilizada média por tipo de exploração agrícola segundo orientação técnico-económica, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 95
Quadro 3.43 – Mão-de-obra agrícola (nº de trabalhadores), por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009 98
Quadro 3.44– Explorações agrícolas da CIM do Ave por tipo de cultura permanente e por área de cultura permanente, em 2009 102
Quadro 3.45 – Número de animais em produção (CN) nas explorações agrícolas da CIM do Ave, por espécie pecuária, em 1999 e 2009 103
Quadro 3.46 – Áreas das espécies florestais plantadas na CIM do Ave, em 2005 104
Quadro 3.47 – Importância da indústria no Ave, Norte e Portugal (2011) 107
Quadro 3.48 – Indicadores de Empresas Industriais por município (2011) 108
Quadro 3.49 – Empresas por escalão de Pessoas ao Serviço e Indicadores de concentração (2011) 110
Quadro 3.50 – Indicadores de Comércio Internacional por NUT (2011, 2012) 111
Quadro 3.51 – Exportações e Importações de mercadorias por município de sede dos operadores e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012) 111
Quadro 3.52 – Comércio Internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores e indicadores do comércio internacional por concelhos (2012) 113
Quadro 3.53 – Importância das principais indústrias do Ave no Norte e em Portugal (2011) 115
Quadro 3.54 – Projetos, investimento elegível e incentivo aprovados na indústria no Ave (2008-2013) 122
Quadro 3.55 – Importância dos serviços no Ave, Norte e Portugal (2011) 124
Quadro 3.56 – Indicadores de empresas de serviços por município (2011) 125
Quadro 3.57 – Projetos, investimento elegível e incentivo aprovados nos serviços no Ave (2008-2013) 129
Quadro 3.58 – Atividades relacionadas com o turismo no Ave (2011) 131
Quadro 3.59 – Oferta de turismo no Ave 133
Quadro 3.60 – Indicadores de hotelaria (2012) 138
Quadro 3.61 – Rota do Património Industrial do Vale do Ave 145
Quadro 3.62 – A indústria no Ave entre 2007 e 2011 252
Quadro 3.63 – Indicadores demográficos das empresas por NUTS III, 2010 Po e 2011 252
Quadro 3.64 – Incentivos ao investimento industrial no Ave entre 2008 e 2013 253

Quadro 3.65 – Os serviços no Ave entre 2007 e 2011.....254
Quadro 3.66 – Incentivos ao investimento nos serviços no Ave entre 2008 e 2013.....254

4. BENCHMARKING

Quadro 4.1 – Indicadores de avaliação da implementação dos planos de ação (Dados de 2010). ...157
Quadro 4.2 – Resultados de atividade da IRTA em 2012 (Dados de 2012).....159
Quadro 4.3 – Vendas e Benefícios do Grupo Alimentar de Guissona (Dados em Milhões de Euros)161

5. PROPOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO AVE

Quadro 5.1 – Articulação entre os Objetivos Estratégicos de Intervenção para o PEDI do Ave e os Eixos Prioritários do Plano Operacional para a Região Norte no horizonte de 2020. 187

NOTA DE ABERTURA

O Ave é um território com futuro.

Um património histórico e cultural tão rico. As tradições, a gastronomia, a arte de bem receber. A relevância da indústria e o seu contributo para o emprego, a capacidade produtiva e as exportações nacionais. A força dos ecossistemas e dos espaços de grande valia ambiental. Uma atitude enraizada de preservação da natureza e de incorporação do valor da sustentabilidade. O potencial do turismo e o seu contributo para gerar economia de base local, fixar as populações e afirmar o território. A relevância do conhecimento e a presença de atores, tão importantes, na sua produção e disseminação. A heterogeneidade territorial, assumida como uma das suas forças. Os seus recursos endógenos que são a marca de autenticidade de um território genuíno. As Pessoas, o centro de todas as atenções e uma das forças mais relevantes do território do Ave. Em particular os jovens, cujo peso relativo na estrutura populacional é tão relevante. O Ave é Jovem.

Somos uma comunidade com cerca de 425 mil habitantes, vivemos numa região que tem um grande potencial, mas que também enfrenta desafios muito importantes. Em conjunto, de forma concertada, articulando ações e políticas, estreitando laços e fomentando a cooperação, saberemos vencer esses desafios.

Temos consciência do longo caminho a percorrer. Certamente nem tudo estará bem. Há domínios em que o presente diagnóstico expõe, claramente, as nossas fragilidades. Será aí, nessas áreas de melhoria, que saberemos dar o nosso melhor. Trabalharemos todos, de forma concertada, para ultrapassar essas dificuldades. Alinhados estrategicamente conseguiremos garantir o futuro do Ave.

Acreditamos que a Comunidade Intermunicipal do Ave é o polo agregador que, respeitando a identidade de cada um dos seus Municípios , garante a união, a força e o compromisso à volta da uma visão ganhadora e que refunda a esperança para o Ave – “Ave 2020: Uma Economia Competitiva, um território Sustentável e uma Comunidade Coesa”.

Por tudo, pelas Pessoas e pelo futuro do nosso território, apresentamos com muito orgulho o presente Plano Estratégico e de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave.

O desenvolvimento de um trabalho desta natureza, estratégico e transversal a todo o território da CIM Ave, deve ser realizado em parceria com os atores mais relevantes do território. Serão estes, também, os principais destinatários e beneficiários deste trabalho. Estamos todos convocados. Ninguém, pessoas e instituições, pode ficar de fora deste desígnio. Nós, os representantes dos oito Municípios , que desempenhámos a nossa função na preparação deste documento e estamos muito empenhados na garantia da sua boa aplicação, mas também todos aqueles que vivem e sentem este território.

Sabemos, claramente, que nem todos os caminhos nos servem. Sabemos para onde queremos ir. Temos um Norte. Assumimos, sem rodeios, a relevância da coesão social e territorial, da capacitação institucional, da governação do território como fatores críticos para o nosso futuro comum.

A garantia de um futuro melhor depende de nós, do nosso empenho, da nossa determinação em tudo fazer, com as pessoas e para as Pessoas, pela sua qualidade de vida, para garantirmos uma esperança renovada para o Ave – "Ave 2020: Uma Economia Competitiva, um território Sustentável e uma Comunidade Coesa".

Mãos à obra!

Manuel José Torcato Soares Baptista

Presidente da Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso

Presidente Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave

Serafim China Pereira

Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto

Vice-Presidente Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave

Dinis Manuel da Silva Costa

Presidente da Câmara Municipal de Vizela

Vice-Presidente Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave

Raul Jorge Fernandes da Cunha

Presidente da Câmara Municipal de Fafe

Domingos Bragança Salgado

Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Humberto da Costa Cerqueira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

António Cardoso Barbosa

Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho

Paulo Alexandre Matos Cunha

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito do processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) de que a Strategy XXI foi incumbida pela Comunidade Intermunicipal do Ave, doravante também abreviadamente designada por CIM do Ave.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave (PEDI do Ave) deve ser entendido como um documento de base, orientador, que pretende apontar o caminho para a afirmação de um território que se quer competitivo, coeso e atrativo. Este trabalho é o resultado da concertação entre os diferentes Municípios que formam a CIM do Ave – Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela – e aponta para uma visão estratégica partilhada.

Em qualquer processo de planeamento estratégico, um passo indispensável é o da caraterização da situação atual. A radiografia do território permite-nos suportar o diagnóstico e a estratégia a propor. De acordo com a proposta apresentada pela Strategy XXI, que mereceu a aceitação da CIM do Ave, esta caraterização foi organizada em torno de cinco eixos fundamentais:

- O Território;
- As Pessoas;
- A Economia;
- Cultura e Património
- Governança e Modernização Administrativa.

Segue-se a análise SWOT do território, que permite uma caracterização sintética e uma melhor compreensão do território e das dinâmicas territoriais. Esses ensinamentos são fundamentais para se perceber as fragilidades, as áreas de melhoria e o potencial do território. No essencial, a análise SWOT coloca-nos perante duas importantes questões: pontos fortes e fracos e oportunidades e ameaças potenciais. Estas questões, remetem-nos para áreas positivas (pontos fortes e oportunidades) e negativas (pontos fracos e ameaças), procurando-se um contraponto que nos permita uma visão equilibrada da dinâmica territorial da sub-região do Ave.

Após a fase da caraterização, revela-se útil o levantamento e análise de casos de estudo e boas práticas cujos resultados sejam relevantes e enriquecedores para a experiência da CIM do Ave. Para o efeito, desenvolveu-se um levantamento de *benchmarking* onde se identificam e caraterizam, a título meramente exemplificativo, algumas referências e casos de trabalho.

Note-se que o Plano Estratégico deverá dar resposta, efetiva, aos principais desafios do território da CIM do Ave. Deste modo, num exercício de reflexão integrada e na linha de um trabalho de coordenação e parceria estratégica que tem vindo a ser assumido pela CIM do Ave, foram desenvolvidas um conjunto de ações junto dos territórios que nos permitam assegurar que a estratégia proposta seja muito mais do que a mera soma das necessidades identificadas por cada um dos concelhos que a integram. A visão conjunta, a concertação e a necessidade de pensar estrategicamente à escala supramunicipal, foram condições obrigatórias neste exercício de planeamento.

Na sequência deste trabalho de análise e enquadramento e incorporados os contributos, quer dos *stakeholders* que a CIM do Ave e os seus Municípios chamaram para o processo, quer os que resultaram das sessões de auscultação e trabalho, avança-se com uma proposta da visão e a formulação estratégica para a sub-região do Ave.

Este exercício, fundador, de planeamento estratégico será complementado com a definição da Iniciativa Territorial Integrada (ITI) para o Ave, que constituirá o Plano de Ação para Desenvolvimento da Estratégia Territorial do Ave. Nesta segunda fase, serão integrados os projetos e iniciativas prioritários para a concretização da estratégia assumida e envolvendo uma especificação da principal informação de suporte à respetiva montagem técnica, financeira e institucional, designadamente, através da elaboração de fichas de pré-projecto onde, entre outros, devem constar: a descrição/apresentação do projeto; identificação dos potenciais tomadores; cronogramas físico, operacional e financeiro de execução, mapa de indicadores de acompanhamento e objetivos pós projeto e mecanismos de reporte.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave (PEDI do Ave), encontra-se estruturado nos seguintes oito capítulos:

Capítulo 1. Introdução.

Capítulo 2. Objetivos e Metodologia.

Capítulo 3. Enquadramento, Caracterização e Diagnóstico.

Capítulo 4. Benchmarking.

Capítulo 5. Proposta Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave.

Capítulo 6. Tipologias de Ação.

Capítulo 7. Modelo de Governação.

Capítulo 8. Indicadores.

O PEDI do Ave deverá afirmar-se como o instrumento de planeamento estratégico, indutor de crescimento e bem-estar para o território e em particular para as Pessoas que o integram. Deverá constituir um contributo decisivo para afirmar o território da CIM do Ave como um território mais competitivo; coeso; económica, social e territorialmente e solidário.

Numa primeira fase promove-se um exercício de levantamento, caracterização e diagnóstico do qual resulta uma radiografia que nos revela a situação atual do território. A fundamentação estatística que apoia essa caraterização tem por referência as fontes estatísticas oficiais e em particular os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e os resultados do Censos 2011. Sempre que possível, os dados reportam-se ao atual território da CIM do Ave - área que não coincidindo integralmente com a da NUT III AVE, levou a que se privilegiasse informação disponível à escala municipal, procedendo seguidamente à sua agregação para o conjunto da CIM do Ave.

Pontualmente, em matérias sobre as quais não existe informação ao nível municipal, apresentam-se, no entanto, dados relativos àquela NUT III, como aproximação, ou *proxy*, à realidade da sub-região do Ave, fazendo-se, desde já, a devida ressalva quanto à não coincidência integral dos territórios e às limitações em termos de leitura que daí resultam. Acrescenta-se ainda que, sempre que possível, se procedeu à recolha de informação de proximidade, nomeadamente aquando da realização dos fóruns Municipais que foram levados a cabo em todos os Municípios da CIM do Ave para dialogar com os atores e sentir o território.

O capítulo do *benchmarking* tem como objetivo permitir uma leitura e análise de diferentes programas e/ou projetos desenvolvidos em territórios com características idênticas, ou com necessidades, em algum modo, semelhantes às do território da CIM do Ave. Esta ferramenta permite-nos obter uma avaliação dos resultados conseguidos, no contexto em que foram aplicados, em alguns casos, contextos completamente distintos do verificado para o caso em análise, possibilitando a compreensão de como resultaram e como poderiam vir a resultar, se aplicados e, naturalmente adaptados, ao território da CIM do Ave.

O PEDI do Ave tem como principal objetivo a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento de base sub-regional assente numa perspetiva de crescimento sustentável adaptada às exigências do atual contexto socioeconómico e na linha dos instrumentos estratégicos de programação regionais, nacionais e comunitários.

Face ao exposto e com base na definição da visão estratégica para o território estabeleceram-se os objetivos de desenvolvimento e as áreas estratégicas de intervenção que corresponderão à materialização das diversas áreas de atuação e das possíveis metas a alcançar para o desenvolvimento da região.

Na sequência da estratégia delineada, apresenta-se um conjunto de Tipologias de Ação que visam traduzir sugestões de projetos, materializados em ações agrupados ou organizados por objetivos estratégicos de desenvolvimento para o território.

No capítulo seguinte explicita-se o Modelo de Governação a implementar no Ave para promover a concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal. Note-se que não se trata de definir o modelo de governação de algum mecanismo de financiamento específico ou uma qualquer situação particular em concreto, mas sim o da CIM que acompanhará a implementação do PEDI.

O último capítulo é integralmente dedicado ao sistema de indicadores de resultado que permitirá monitorizar quer a implementação da estratégia, quer a evolução da situação na sub-região. Estes indicadores permitirão delinear metas e desenvolver processos de avaliação para monitorizar todo o processo de implementação das respetivas ações.

A metodologia seguida na elaboração do PEDI foi do tipo *bottom-up,* i.e. partiu-se do território e dos seus múltiplos *stakeholders*, para apreender suas as caraterísticas intrínsecas e evoluir depois para outros atores e níveis de atores e posteriormente para a fase da formulação estratégica.

Desde logo na primeira fase, de diagnóstico, essa metodologia foi determinante, é que apesar de suportado na informação pública e em particular na informação estatística disponível, o diagnóstico em muito se enriqueceu com a informação e conhecimento de proximidade. De igual modo, na fase de definição e planeamento estratégico, essa experiência de contacto com os executivos Municipais e os seus departamentos técnicos, foi fundamental para o resultado final do presente trabalho.

Para o efeito foram levados a cabo fóruns/reuniões de trabalho em todos os Municípios – de que se anexa no final do documento a lista de presentes e convidados de alguns desses casos (ANEXO H) - o que permitiu criar canais de comunicação e receber sugestões de trabalho que se revelaram muito úteis. Esses fóruns foram amplamente participados e disso dado conta na imprensa local e regional e nos serviços de imprensa das referidas Câmaras Municipais.

Em alguns Municípios, foram criados serviços de ligação ao trabalho de elaboração do PEDI e canais próprios de comunicação, como por exemplo endereços de e-mail dedicados para receção dos contributos, que permitiram que a sociedade civil expressasse, também por esta via, as suas opiniões.

Igualmente determinante, ao longo de todo o trabalho, foi o contributo do Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da CIM do Ave. O CTP é um grupo que reúne representantes técnicos de todos os Municípios, fundamental para a capacitação, apoio e acompanhamento dos projetos da CIM. O CTP promoverá, periodicamente, exercícios mais aprofundados de avaliação da implementação do PEDI, com caraterísticas de estudo de impacto, visando identificar as relações causais entre as iniciativas promovidas e a evolução da situação regional.

3. ENQUADRAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

3.1. TERRITÓRIO

3.1.1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

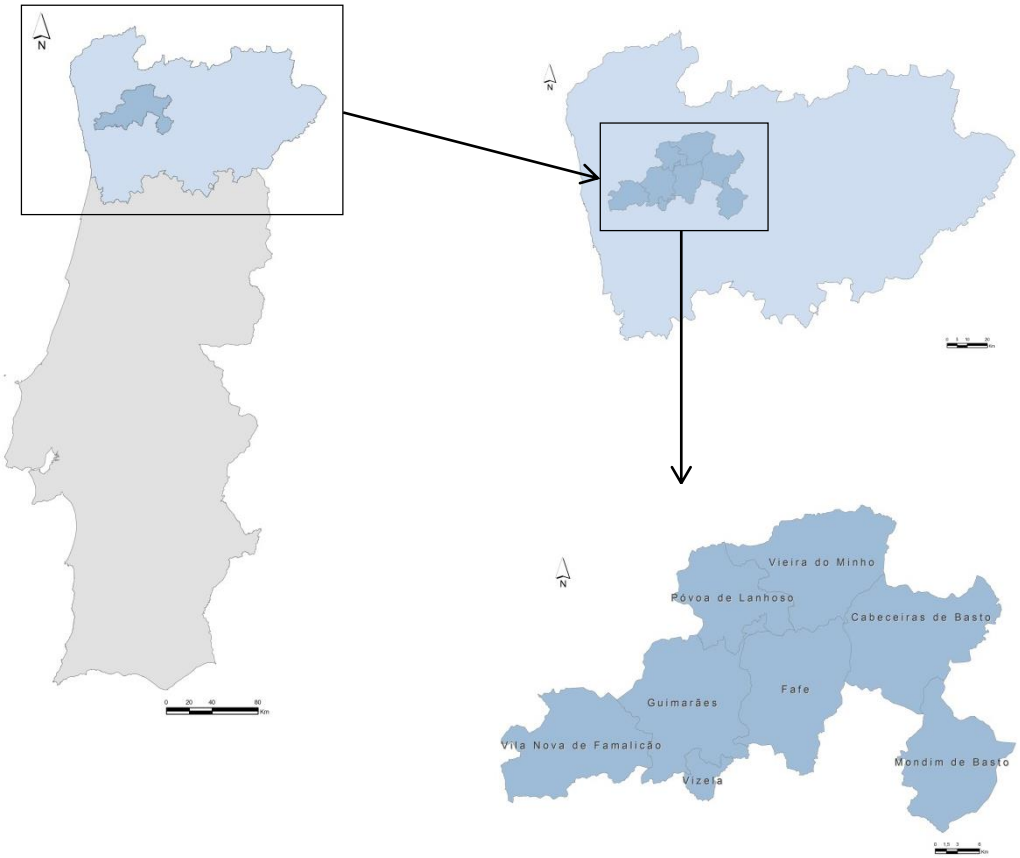
A Comunidade Intermunicipal do Ave é uma associação de Municípios de direito público criada a 14 de Abril de 2009 com a finalidade promover a gestão de projetos intermunicipais na sub-região NUT III do Ave. Tendo em conta que as linhas gerais das reformas do poder local e da gestão territorial parecem apontar para o reforço das competências das Comunidades Intermunicipais (CIM's) e o seu balanceamento com os Municípios , tentando-se antecipar vantagens em termos de eficiência, uniformização de procedimentos, economias de escala, partilha de experiências e de boas práticas, é ainda mais relevante garantir um diagnóstico completo e exaustivo que permita uma melhor prossecução do interesse público e uma atuação dinamizadora do processo de desenvolvimento do território da CIM do AVE.

Importa também referir que os dados estatísticos que se reportam ao período anterior à criação da CIM do Ave, remetem-nos para uma NUT III com uma composição diferente da atual. Até 2009 a NUT III do Ave englobava os concelhos de Santo Tirso e Trofa e não contemplava os de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto. Assim, para salvaguardar possíveis desvios de interpretação, reitera-se o que já se afirmou que o atual território de intervenção da CIM do Ave, que corresponde à NUT III do Ave, é composta por oito Municípios : Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Para além da bibliografia de base, que se reproduz no final do presente documento, como suporte ao presente trabalho foram também tidos em conta diferentes estudos e documentos técnicos, da responsabilidade dos Ministérios respetivos, como foi o caso estudo-piloto "Comunidades Intermunicipais: Modelos de competências, de financiamento, de governação, de gestão e de transferência de recursos", de maio de 2012, ou legislação específica relevante para as matérias em causa, como é o caso da recente Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro onde se definem os regimes jurídicos das autarquias locais; da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e do associativismo autárquico e se aprova o estatuto das entidades intermunicipais.

A CIM do Ave é formada por 8 Municípios , 168 freguesias, abrange uma área de 1541 km² e uma população de 425 411 habitantes (censos de 2011), correspondendo a uma densidade populacional de cerca de 276 hab./Km².

Fig. 3.1 – Enquadramento da CIM do Ave na NUTS II Norte e em Portugal Continental



(Fonte: CAOP, 2012)

3.1.1.1. Caracterização dos concelhos da CIM do Ave[1]

Cabeceiras de Basto apresenta como fronteiras naturais, a norte, as serras da Cabreira e Barroso, a este, o rio Bessa, a oeste a Serra da Lameira e a sul e sudeste, o rio Tâmega. O território de Cabeceiras de Basto faz fronteira com os concelhos de Celorico e Mondim de Basto a sul, Montalegre e Boticas a norte, Vieira do Minho a noroeste, Fafe a poente e Ribeira de Pena a nascente. A sua área corresponde a cerca de 241km^2 e encontra-se distribuída por 12 freguesias. É na sede do município que se encontra a grande mancha urbana e populacional, caracterizada pela presença de infraestruturas diversificadas, equipamentos e serviços. Este concelho integrou a NUTS III do Ave em Junho de 2006.

Fafe fica situado num planalto que em termos médios tem 562 metros de altitude, mas em alguns locais chega a atingir altitudes próximas dos 900 metros. O concelho inscreve-se no Vale do Ave e é aí que nasce o rio Vizela. Fazem fronteira com Fafe, Vieira do Minho (a norte) Cabeceiras de Basto (a nordeste), Póvoa do Lanhoso (a noroeste), Guimarães (a oeste), Celorico de Basto (a este) e Felgueiras (a sul). O concelho de Fafe estende-se por uma área de 219km^2 e possui 25 freguesias. A sede de concelho concentra mais de um quarto da população residente e concentra as principais atividades e serviços.

Guimarães, que se encontra a cerca de 50km da cidade do Porto, faz fronteira com Fafe, a este, Póvoa de Lanhoso, a norte, Braga, a noroeste, Vila Nova de Famalicão, a oeste, Vizela e Santo Tirso a sul e Felgueiras, a sudeste. O concelho distribui-se por 48 freguesias, correspondendo a uma área de cerca de 242km^2 e aí residem 158 124 habitantes, sendo que cerca de 54 000 se concentram na sua malha urbana. Devido à sua ligação à fundação da nacionalidade portuguesa, este concelho afirma-se pelo seu centro histórico, classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO[2]. Guimarães assumiu, em 2012, o título de Capital Europeia da Cultura.

O concelho de Mondim de Basto desenvolve-se num território de transição entre o Minho e Trás-os-Montes e localiza-se maioritariamente numa zona de montanha. Encontra-se geograficamente limitado pelos concelhos de Ribeira de Pena a nordeste, Vila Real a sudeste, Amarante a sul e Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto a oeste. Este concelho localiza-se ainda na margem esquerda do rio Tâmega. Com uma área de cerca de 172km^2 onde se englobam 6 freguesias, sendo duas delas uniões de freguesias. O concelho tem uma população residente de cerca de 7 500 habitantes. Mondim de Basto integrou a CIM do Ave na sequência de um processo de reorganização territorial.

Póvoa de Lanhoso localiza-se geograficamente entre a margem esquerda do Rio Cávado e a margem direita do Rio Ave. A limitá-lo estão os concelhos de Braga, Guimarães, Fafe, Vieira do Minho e Amares. Braga, sede do distrito, fica a 15 km, Guimarães a 18 Km e o Parque Nacional de Peneda Gerês a 30 km. Com uma área de 132km^2 repartidos por 22 freguesias, o concelho tem sofrido um desenvolvimento económico e empresarial que tem contribuído para a reestruturação e melhoramento das suas infraestruturas. Póvoa de Lanhoso carateriza-se por possuir um centro, urbano e dinâmico, onde se concentram mais de quatro mil habitantes e um elevado número de equipamentos e serviços públicos. Nas restantes freguesias a população é dispersa e a oferta de equipamentos públicos menos marcada.

1 Para uma caracterização mais detalhada dos oito concelhos que formam a CIM do Ave recomenda-se a consulta do "ANEXO A – Caracterização dos Municípios da CIM do Ave".

2 A 13 de dezembro de 2001, o Comité do Património Mundial, na sua 25ª sessão, inscreveu o Centro Histórico de Guimarães na Lista do Património Mundial da UNESCO. Para tal, foi tido em linha de conta a ligação de Guimarães à fundação da nacionalidade portuguesa, as técnicas de construção aí desenvolvidas na Idade Média que foram transmitidas além-fronteiras e também o facto de Guimarães ilustrar a evolução de várias tipos de construção, nomeadamente dos séculos XV a XIX (Fonte: http://www.cm-guimaraes.pt/pages/683#.U1j1UfldV8E)

Vieira do Minho localiza-se na margem esquerda do Rio Cávado. Este faz fronteira com o concelho de Fafe a sul, com o concelho de Póvoa do Lanhoso a sudoeste, Terras de Bouro a norte, Montalegre também a norte, Amares a noroeste e Cabeceiras de Basto a sudeste. O concelho tem cerca de 218km^2 de área e subdivide-se em 16 freguesias. Na sua sede de concelho pode ser encontrada a maior concentração urbana. As restantes freguesias apresentam um povoamento mais disperso, uma caraterística frequente das áreas mais rurais e montanhosas.

O concelho de Vila Nova de Famalicão situa-se no Baixo Minho e Vale do Ave. Os concelhos limítrofes são: Barcelos a noroeste, Braga a norte, Guimarães a nordeste, Póvoa do Varzim e Vila do Conde a sudoeste, Trofa e Santo Tirso a sul. A área do concelho estende-se por cerca de 202km^2. É constituído por 34 freguesias e o concelho alberga 133 832 habitantes, sendo que cerca de 30 000 destes vivem na sede de município. Fora do centro a pressão populacional desenvolve-se, num povoamento concentrado e numa urbanização que se estende ao longo das suas principais vias de acesso rodoviário, onde a dinâmica sócio económica e em particular a indústria está também mais presente.

Vizela encontra-se limitada a norte e a oeste pelo concelho de Guimarães, a oeste por Santo Tirso, a este por Felgueiras e a sul por Lousada. Composta por 5 freguesias, a sua área corresponde a cerca de 25km^2 e a sua população a cerca de 23 700 habitantes. Na sede de concelho concentram-se cerca de 12 700 habitantes. Os principais aglomerados populacionais encontram-se localizados ao longo do eixo rodoviário, que liga a sede de concelho aos concelhos de Guimarães e Lousada (EN106).

3.1.2. Sistema Urbano

O sistema urbano do território do Ave é heterógeno[3] e caracterizado por um modelo difuso de povoamento. Este facto traduz realidades socio económicas especificas do seu território e em particular uma forte concentração da rede urbana nos principais centros populacionais, como são os casos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão. No outro extremo encontramos territórios tipicamente de baixa densidade, como são exemplos os territórios de Cabeceiras de Basto ou Mondim de Basto, ou ainda partes do território de Fafe. Entre estes dois extremos encontramos territórios onde ambas as caraterísticas coexistem, também designados, por isso, territórios de transição, como é por exemplo o caso de Vizela.

Como nos diz João Ferrão[4], "Importa clarificar em que medida a consideração da diversidade e das assimetrias territoriais nos vários estudos sobre Portugal pode contribuir para melhorar a nossa capacidade de compreender o país e nele intervir. E importa, também, questionar as dicotomias presentes norte/sul, litoral/interior e urbano/rural, não porque sejam inapropriadas mas porque, pela forma sistemática e acrítica como tantas vezes são utilizadas, correm o risco de fragilizar a análise de realidades crescentemente complexas e diversificadas e de empobrecer propostas de intervenção relativas a um mundo cada vez mais interativo."

[3] De resto, este modelo urbano heterógeno e de cariz dual está presente na grande maioria do território nacional, onde a um litoral sobre ocupado e por vezes congestionado, se contrapõe o interior mais desértico e fragilizado, ao norte o sul e ao urbano o rural.

[4] João Ferrão, "Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia ativa de inclusão de atores", Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Esta heterogeneidade do sistema urbano que caracteriza o território da CIM do Ave poderá e deverá ser lida como uma oportunidade e afirmação do território pelo potencial de diversidade que representa e deve, também por isso, merecer uma atenção muito particular na proposta estratégica a formular para o território como um todo. Assumir essa diferença e incorporá-la com um elemento distintivo será relevante para a afirmação do território no quadro de um mundo cada vez mais complexo e interativo.

Por outro lado, a existência de centros que têm revelado capacidade de atração e retenção de iniciativas e de recursos permite-nos pensar que podem atuar como catalisadores das áreas de menor densidade urbana.

Para além das interações e semelhanças que os concelhos que compõem a CIM do Ave apresentam entre si, é possível encontrar também os mesmos pontos de convergência nos concelhos vizinhos, que integram as CIM's do Tâmega e Sousa, Cávado ou mesmo na Área Metropolitana do Porto.

A relevância da proximidade[5] do território da CIM do Ave ao território da Área Metropolitana do Porto, prende-se com o facto desta permitir um mais fácil acesso a diversos serviços de transporte, de logística e de equipamentos científicos e tecnológicos. Por outro lado, a questão do potencial turístico da Área Metropolitana do Porto e da sua capacidade de atração de turistas é também um fator do qual os concelhos da CIM do Ave beneficiam e possuem potencial para beneficiar em maior escala. Desta forma, estes concelhos têm vindo a beneficiar do facto de neles se terem vindo a localizar serviços complementares às atividades localizadas na Área Metropolitana, à fixação de residentes que também trabalham na AMP e de inúmeras sinergias que daí resultam.

Numa outra perspetiva, esta proximidade pode também representar uma ameaça, nomeadamente a fuga de ativos, como é o exemplo da migração de residentes e de atividades económicas para um polo de maior dimensão e com melhores acessibilidades.

A CIM do Ave, como analisaremos mais à frente no presente trabalho, tem de definir um posicionamento que lhe permita, potenciar as vantagens da sua localização geográfica e geoestratégica e mitigar as desvantagens ou ameaças que também possa representar, potenciando a usa identidade e os seus recursos endógenos em articulação e complementaridade com os concelhos vizinhos.

Acrescentando, relativamente ao posicionamento geoestratégico da CIM do Ave, verifica-se ainda a proximidade do Interior Norte do país e da Galiza, o que revela outras possibilidades de cooperação e complementaridade e ligações privilegiadas, nomeadamente com Espanha/Galiza.

3.1.3. AMBIENTE E ENERGIA

3.1.3.1. Recursos Hídricos

No que respeita a recursos hídricos, a CIM do Ave, no conjunto de Municípios que a constituem, compreende parcialmente a bacia do rio Ave, do rio Cávado, bem como uma pequena fração da bacia do Douro, sub-bacia do Tâmega.

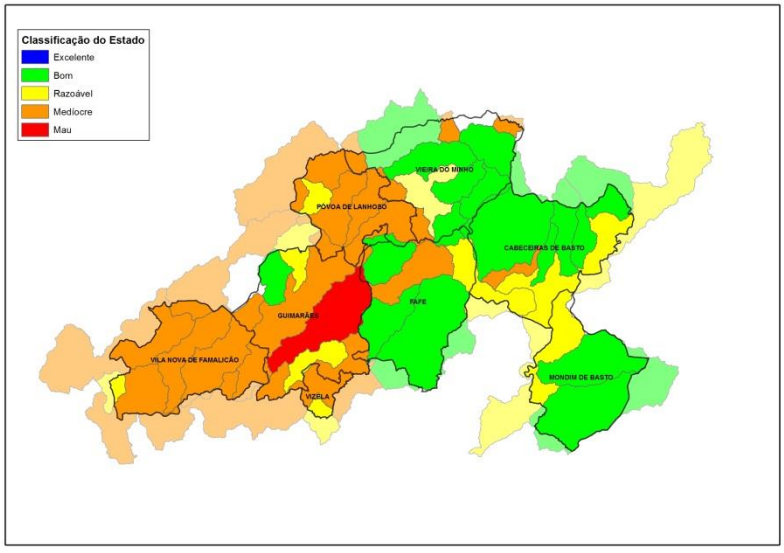
[5] Partes muito significativas do território da CIM do Ave juntamente com Santo Tirso e a Trofa, formam uma importante plataforma de ligação entre o Cávado/Braga e a Área Metropolitana do Porto.

A Diretiva-Quadro da Água (DQA)[6], constitui um marco de atuação comunitária no âmbito da política da água, que visa colmatar as lacunas existentes na legislação comunitária atual. A DQA cria um sistema uniforme, que permite a adaptação de objetivos gerais de qualidade às condições ambientais específicas de cada bacia hidrográfica, surgindo o conceito de "estado das águas de superfície", que expressa o estado global de uma massa de água.

Deste modo, o estado das massas de água que se encontram compreendidas nos Municípios da CIM do Ave foi estabelecido no âmbito da elaboração do Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (PGRH – Cávado, Ave e Leça) e do Plano de Gestão Hidrográfica do Douro (PGRH – Douro). Na Fig. 3.2 é possível verificar a distribuição do estado das massas de água em questão. Embora, de acordo com os documentos referidos, mais de 40% destas massas de água superficiais se encontre no estado Bom, nos Municípios de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Vizela, e Póvoa de Lanhoso verifica-se ainda alguma degradação da qualidade da água, essencialmente devido a descargas de efluentes industriais não tratados, bem como a um insuficiente, ou ausente, tratamento de águas residuais domésticas. Todavia estas pressões fazem-se sentir fundamentalmente ao nível do estado ecológico das massas de água superficiais, não sendo evidente qualquer perturbação ao estado das massas de água subterrâneas, à data de elaboração do PGRH – Cávado, Ave e Leça e PGRH – Douro.

O estado das massas de água subterrâneas que se encontram compreendidas nos Municípios da CIM do Ave foi de igual modo estabelecido no âmbito da elaboração do PGRH - Cávado, Ave e Leça e do PGRH - Douro. Na Fig. 3.3 é possível verificar que a totalidade das massas de água subterrâneas compreendidas nos Municípios da CIM – Ave se encontra no estado Bom, tanto relativamente ao seu estado químico como quantitativo.

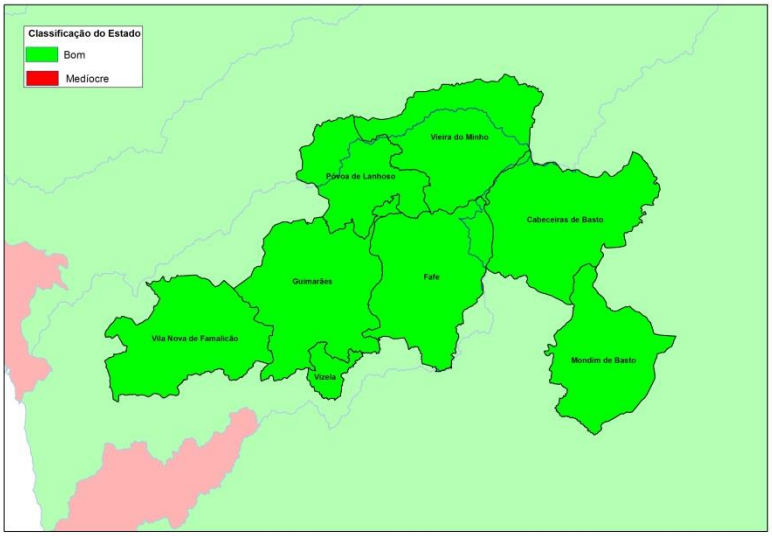
Fig. 3.2 – Classificação do estado das massas de água superficiais compreendidas nos Municípios da CIM – Ave



(Fonte: APA (2013). PGRH – Cávado, Ave e Leça, PGRH – Douro)

[6] Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro.

Fig. 3.3 – Classificação do estado das massas de água subterrâneas compreendidas nos Municípios da CIM – Ave



(Fonte: APA (2013). PGRH – Cávado, Ave e Leça, PGRH – Douro)

De acordo com o PGRH – Cávado, Ave e Leça, as necessidades hídricas da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça são bastante inferiores às suas disponibilidades, apresentando um balanço hídrico bastante positivo. Em termos anuais e tomando um ano médio, como referência, as utilizações para esta bacia correspondem a cerca de 4% das disponibilidades totais estimadas. Esta bacia, para além dos Municípios de outras CIM, compreende os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Relativamente à bacia do Tâmega, que compreende os concelhos de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, e de acordo com o PGRH - Douro, as suas necessidades são igualmente bastante inferiores às disponibilidades hídricas, correspondendo a uma taxa de utilização de cerca de 7%.

No entanto, tal não significa que não possam ocorrer situações de escassez durante o semestre seco, caso não exista ou não se preveja a regularização anual, que permita armazenar água nos meses de maiores disponibilidades para utilização nos meses de maiores consumos, nos quais se verifica, normalmente, insuficiência das disponibilidades hídricas (PGRH – Cávado, Ave e Leça, PGRH – Douro).

Relativamente ao panorama dos modelos de gestão dos serviços de abastecimento público de água em alta salienta-se a existência da concessão multimunicipal Águas do Noroeste, S.A. que serve, total ou parcialmente, cerca de 60% dos concelhos abrangidos pela CIM do Ave: Fafe, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão. A gestão delegada em empresas municipais ou intermunicipais assume igualmente um papel relevante para os concelhos de Guimarães e Vizela, através da empresa Vimágua, EIM, SA.

O panorama dos serviços de abastecimento público de água em baixa na CIM do Ave apresenta uma organização bastante distinta do panorama dos serviços em alta. Neste caso a gestão direta das câmaras municipais é responsável pela prestação do serviço a cerca de 50% dos concelhos abrangidos: Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão. Existe ainda uma concessão municipal, Indaqua Fafe e a empresa municipal, EPMAR, de Vieira do Minho. A Vimágua, EIM, SA, é a única

empresa supramunicipal com a gestão do abastecimento público de água, em alta e baixa para os Municípios de Guimarães e Vizela.

Relativamente a infraestruturas de tratamento, cerca de 99% do volume de água de abastecimento fornecido é tratado em Estações de Tratamento de Água, pese embora a existência de um grande número de postos de cloragem como forma de tratamento.

As origens de água superficiais são responsáveis pela quase totalidade do volume fornecido aos sistemas de abastecimento público, ainda que o número de captações superficiais seja muito inferior ao número de captações subterrâneas.

No Quadro 3.1 são apresentados os níveis de atendimento da população com sistemas de abastecimento público de água.

Quadro 3.1 – Níveis de atendimento de abastecimento nos Municípios da CIM do Ave

Localização geográfica	Acessibilidade física do serviço de Abastecimento de Água (%)
Cabeceiras de Basto	92(2)
Fafe	90(3)
Guimarães	97(1)
Mondim de Basto	92(2)
Póvoa de Lanhoso	66(1)
Vieira do Minho	89(4)
Vila Nova de Famalicão	93(1)
Vizela	98(1)
CIM do Ave	82(3)
Meta nacional – PEAASAR II	95

(Fonte: Pordata, 2009; Informação das Câmaras Municipais e Vimágua, EIM, SA)

Legenda:

(1) Dados relativos a 2013, fornecidos pelas respetivas Câmaras Municipais e Vimágua, EIM, SA

(2) Dados relativos a 2011, da responsabilidade da ERSAR

(3) Dados relativos a 2009, Pordata

(4) Dados relativos a 2014, fornecidos pela Câmara Municipal de Vieira do Minho

Embora os índices de cobertura de abastecimento de água se encontrem bastante próximos do objetivo definido no PEAASAR II, na generalidade dos concelhos do Ave, apenas Guimarães e Vizela apresentam

valores superiores ao objetivo definido de 95%, sendo que a média do Ave, em 2009, se encontrava aquém deste objetivo.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais na sub-região da CIM do Ave envolvem um número mais reduzido de entidades gestoras, sendo a gestão direta pelas câmaras municipais o modelo de gestão que reúne o maior número de entidades, no que respeita quer aos serviços em alta quer aos serviços em baixa. Contudo, tal como no caso do abastecimento, a gestão direta das câmaras municipais mantém-se, a maior parte das vezes, apenas em determinadas áreas dos concelhos, estando outras sob a ação de outras entidades, normalmente concessionárias multimunicipais.

De facto, para os serviços de águas residuais em alta, a totalidade dos concelhos abrangidos são servidos, total ou parcialmente, através da Águas do Noroeste, S.A., mantendo-se a gestão direta pelas respetivas Câmaras Municipais para os concelhos de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

Este sistema multimunicipal foi criado de forma a abranger toda a bacia do Ave, uma vez que a área inicial de intervenção do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA) não cobria alguns aglomerados populacionais importantes e zonas com forte incidência industrial.

Nos serviços de águas residuais em baixa não atua nenhuma concessionária multimunicipal, sendo superior o número de câmaras municipais diretamente responsáveis pela gestão dos sistemas. De facto, com exceção dos concelhos de Guimarães e de Vizela, sob a ação da VIMÁGUA, e do concelho de Vieira do Minho, sob a ação da EPMAR Vieira do Minho, os serviços de águas residuais em baixa são prestados diretamente pelas respetivas câmaras municipais.

Relativamente a infraestruturas de tratamento, ainda que o número de fossas sépticas envolvido no tratamento de águas residuais na CIM do Ave seja elevado, as ETAR têm uma importância muito significativa na região, servindo cerca de 98% da população total estimada.

No Quadro 3.2 apresentam-se os níveis de atendimento da população pelos sistemas de águas residuais.

Quadro 3.2 – Níveis de atendimento dos sistemas de águas residuais nos Municípios da CIM do AVE

Localização geográfica	Índice de tratamento estimado (%)	Acessibilidade física do serviço de drenagem de águas residuais (%)
Cabeceiras de Basto	34	31(2)
Fafe	95	–
Guimarães	100	89(1)
Mondim de Basto	46	46(2)
Póvoa de Lanhoso	100	33(1)
Vieira do Minho	67	51(4)
Vila Nova de Famalicão	100	74(1)
Vizela	100	93(1)
CIM do Ave	85	58(3)
Portugal	72	–
Meta nacional – PEASSAR II	n.d.	90

(Fonte: APA, 2013; INAG, 2011)

Legenda:

(1) Dados relativos a 2013, fornecidos pelas respetivas Câmaras Municipais e Vimágua, EIM, SA

(2) Dados relativos a 2011, da responsabilidade da ERSAR

(3) Dados relativos a 2009, Pordata

(4) Dados relativos a 2014, fornecidos pela Câmara Municipal de Vieira do Minho

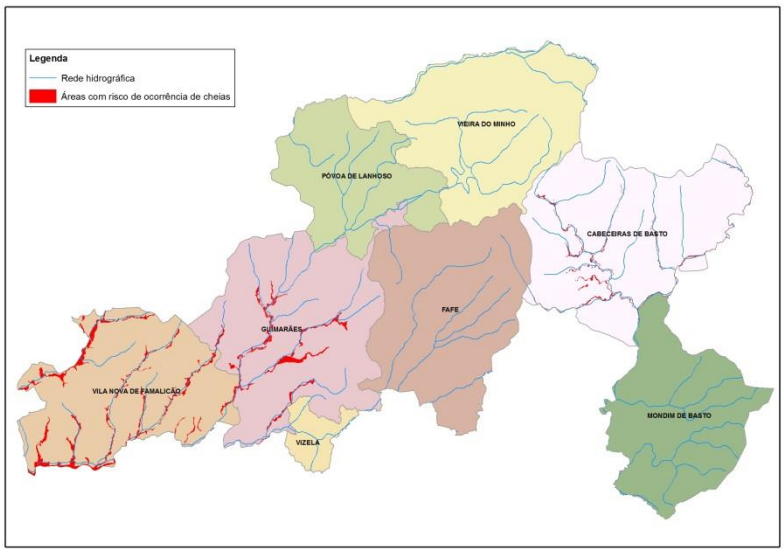
Embora nestes últimos dois a três anos tenham sido efetuados diversos investimentos que permitiram aumentar consideravelmente os níveis de tratamento de águas residuais em alguns concelhos da região, nomeadamente nos concelhos de Póvoa de Lanhoso, devido à ETAR de Santo Emilião, Vizela e Vila Nova de Famalicão, devido às ETAR de Rabada e Agra II, os níveis de atendimento de todos os concelhos permanecem inferiores ao objetivo definido no PEAASAR II, que é 90%. Estes indicadores correspondem, contudo, a uma subida de cerca de 20% face ao valor apresentado em 2006 (RASARP, 2006).

O Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho, estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações.

A avaliação preliminar dos riscos de inundação foi assim concretizada no âmbito da elaboração dos PGRH – Cávado, Ave e Leça e PGRH - Douro, tendo sido identificadas as áreas com risco de ocorrência de cheias na bacia hidrográfica dos rios Ave e Douro, das quais se destacam na CIM – Ave, Fig. 3.4:

- **Vila Nova de Famalicão** - passagem do Ave entre os aglomerados urbanos de Sande e Riba de Ave; passagem do rio Guizande entre os aglomerados urbanos de Oliveira e Arnoso; passagem do rio Este entre os aglomerados de Arnoso e Gondifelos; passagem do rio Pelhe entre os aglomerados urbanos de Telhado e Eiriz;
- **Guimarães** - passagem do Ave na Vila das Taipas; passagem do rio Selho entre os aglomerados urbanos de Aldão e Selho S. Jorge e passagem da ribeira da Costa pela cidade de Guimarães;
- **Cabeceiras de Basto** - passagem do rio Tâmega pelo limite sul do concelho, passagem do rio Ouro pelo centro do concelho;
- **Vizela**: passagem do Rio Vizela neste mesmo concelho.

Fig. 3.4 – Distribuição das áreas com risco de ocorrência de cheias nos Municípios da CIM do Ave



(Fonte: APA, 2013)

3.1.3.2. Resíduos

O setor da gestão de resíduos tem naturalmente uma importância fundamental na sociedade portuguesa. Não é possível falar de um verdadeiro desenvolvimento do País sem ter em conta a necessidade de dispor destes serviços de forma generalizada em todo o território e com uma qualidade de serviço aceitável. Neste sentido, a evolução necessária no setor da gestão dos resíduos urbanos centra-se na prossecução dos objetivos específicos fixados em matéria de valorização material e orgânica inerente à fração dos resíduos urbanos, com vista ao cumprimento das metas de valorização de resíduos de embalagem e resíduos biodegradáveis definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II).

O PERSU II estabelece, como meta para 2016, valores de produção nacionais de Resíduos Urbanos na ordem das 4,937 milhões de toneladas. Já o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos 2009-2016

(PPRU) aponta como meta global para os resíduos urbanos, para o mesmo horizonte temporal (2016), a redução de 10% de capitação média diária, relativamente aos valores de 2007. Sendo atividades com forte impacte ambiental, os serviços de gestão de resíduos estão ainda condicionados pelos requisitos, objetivos e instrumentos impostos pela legislação ambiental, sendo de destacar o regime jurídico de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho), que veio fixar os princípios que norteiam a gestão dos resíduos e definir instrumentos económico-financeiros que visam induzir comportamentos mais sustentáveis e eficientes nos operadores e nos utilizadores finais (princípio "utilizador-pagador"), como a taxa de gestão de resíduos.

Este diploma veio também introduzir algumas alterações relevantes ao nível institucional. De acordo com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho[7], até 12 de dezembro de 2013 devem ser elaborados programas de prevenção de resíduos, que devem conter as medidas e os objetivos de prevenção, existentes e previstos, bem como indicadores e valores de referência qualitativos ou quantitativos específicos adequados às medidas de prevenção que garantam o acompanhamento e a avaliação dos progressos da implementação das referidas medidas. Entre os principais objetivos ou metas estabelecidas por este diploma, importa destacar a necessidade de se alcançar até 2020 uma reutilização ou reciclagem mínima de 50% dos Resíduos Urbanos, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis, e 70% para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, resíduos de construção e demolição não perigosos.

Outros diplomas legislativos relevantes para a gestão de resíduos são o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 agosto, que estabelece o regime jurídico para a deposição de resíduos em aterro e define metas para deposição de Resíduos Urbanos biodegradáveis em aterro, designadamente, os Resíduos Urbanos biodegradáveis destinados a aterro devem ser reduzidos em Julho de 2013 para 50% da quantidade total, em peso, relativamente aos Resíduos Urbanos biodegradáveis produzidos em 1995, e reduzidos para 35% em julho de 2020, e o Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 maio, que altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que define até 31 de dezembro de 2011, a valorização ou incineração em instalações de incineração de resíduos com recuperação de energia de, no mínimo, 60% em peso dos resíduos de embalagens, e reciclagem entre 55% e 80% em peso dos resíduos de embalagens, bem como percentagens mínimas de reciclagem por tipo de material constituinte dos resíduos de embalagem.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) como Autoridade Nacional de Resíduos, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) como Autoridades Regionais dos Resíduos, são as principais entidades nacionais com competências de regulação e licenciamento das entidades gestoras de resíduos.

Os modelos de gestão dos serviços de gestão de resíduos implementados no território da CIM do AVE caracterizam-se, na vertente em "Alta", pela existência de entidades gestoras em regime de concessão multimunicipal, designadamente, pela RESINORTE e pela BRAVAL. O sistema multimunicipal sob concessão da RESINORTE foi constituído em 2009, com a duração de 30 anos, e abrange os Municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Já o sistema multimunicipal sob gestão concessionada pela BRAVAL foi constituído em 1996, com uma duração de 25 anos, e abrange os Municípios de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. As vertentes em "Baixa" são maioritariamente geridas

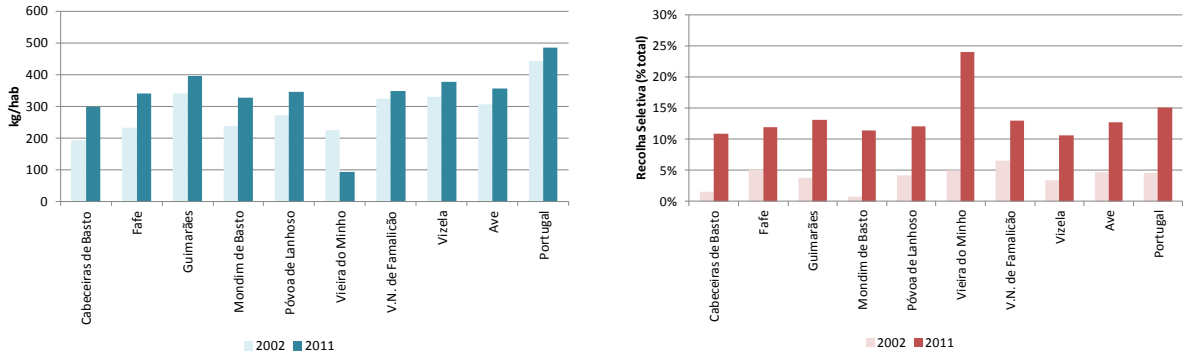
[7] Altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

pelos próprios serviços municipais de cada município, com exceção de Vieira do Minho que delegou esta competência na empresa municipal EPMAR.

Segundo os mais recentes dados estatísticos disponíveis (INE), e de acordo com a Fig. 3.5, a CIM do AVE tem registado na última década um crescimento da sua produção de resíduos urbanos, apesar do ligeiro decréscimo populacional registado. Fazendo uma análise da produção de Resíduos Urbanos por habitante através da Fig. 3.5, verifica-se que a capitação anual nacional em 2011 foi de 487 kg/hab.ano, ao passo que a CIM do AVE pautou-se pelos 357 kg/hab.ano. Os últimos valores disponíveis para a UE indicam que a capitação média europeia em 2010 foi de 502 kg/hab.ano. O PPRU aponta como meta para 2016 a redução de 10% na produção de Resíduos Urbanos relativamente a 2007. Esse objetivo não está a ser atingido, quer a nível municipal, quer a nível regional ou nacional, visto que entre 2002 e 2011 a produção de resíduos neste território cresceu 16% e 10% em termos nacionais. Como se pode verificar pela Fig. 3.5, o único município que apresentou uma redução da capitação de recolha de resíduos urbanos foi Vieira do Minho, sendo também um dos Municípios da CIM do Ave com maior queda do efetivo populacional (-12%) entre os dois últimos exercícios censitários.

Do total de resíduos produzidos em Portugal em 2011, 85% corresponde à recolha indiferenciada e 15% à recolha seletiva. Já a nível regional, a penetração dos mecanismos de recolha seletiva representam 13% do total de Resíduos Urbanos produzidos na Região, tendo-se observado um crescimento da quantidade de Resíduos Urbanos recolhidos por esta via na Região desde 2002, principalmente em Vieira do Minho que em 2011, 24% dos Resíduos Urbanos produzidos eram provenientes dos processos de recolha seletiva.

Fig. 3.5 – Produção *per capita* de resíduos urbanos e percentagem relativa à recolha seletiva para na CIM do Ave

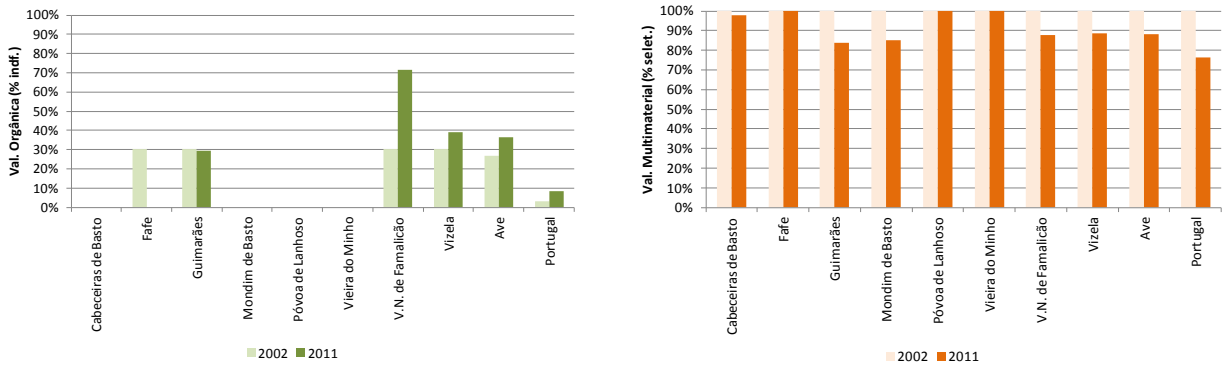


(Fonte: INE, Janeiro 2014)

Relativamente ao destino final dos Resíduos Urbanos, como se pode verificar pela Fig. 3.6, a fração de resíduos indiferenciados recolhida na CIM do AVE que foi encaminhada para aterro em 2011 representa cerca de 64%, enquanto que a fração sujeita a valorização orgânica representa 36%, sendo estes geridos nas estações de compostagem e vermicompostagem localizadas em Riba d'Ave (Vila Nova de Famalicão). Estes resultados de valorização de indiferenciados são superiores à média nacional que fica pelos 8%. Os dados também permitem concluir que, entre 2002 e 2011 na CIM do AVE, foram removidos de aterro e transferidos para valorização cerca de 6 730 toneladas de Resíduos Urbanos biodegradáveis o que equivale a 7% dos resíduos depositados em aterro em 2002, tendo contribuído para crescimento da valorização orgânica de indiferenciados na Região.

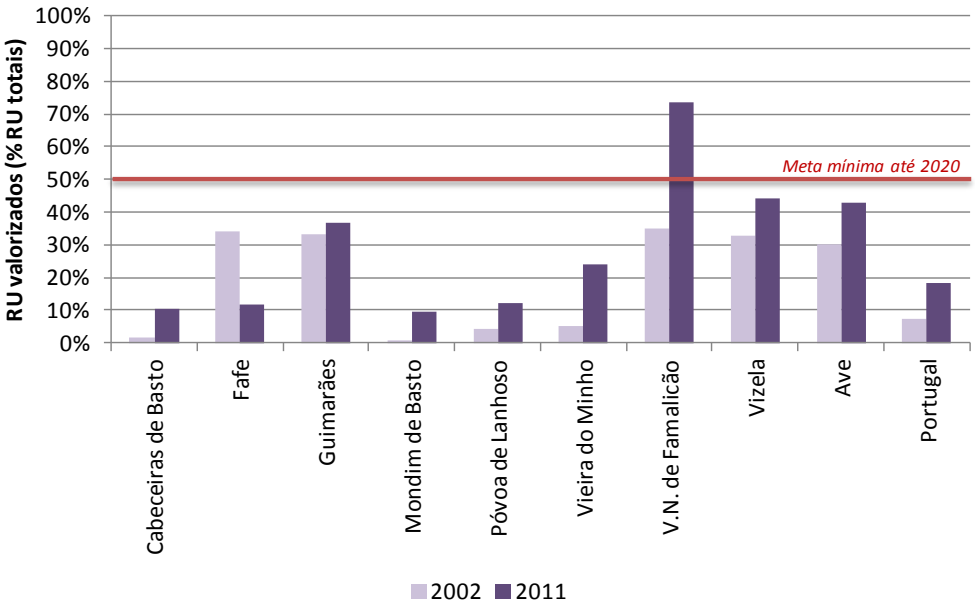
Segundo os dados estatísticos expostos na Fig. 3.7 (INE), a fração de resíduos recolhidos por via seletiva na Região foram, em 2011, sujeitos na sua maioria a valorização multimaterial (88%), tendo sido o remanescente (11%) encaminhado para aterro. Estes resultados de valorização multimaterial dos resíduos recolhidos por via seletiva estão acima da média nacional (76%). Fazendo uma análise comparativa com a meta nacional estipulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, verifica-se pela Fig. 3.7 que a CIM do Ave, não obstante a evolução positiva verificada ao nível da valorização orgânica e multimaterial de resíduos urbanos, ainda não atinge a meta mínima de 50% de Resíduos Urbanos totais encaminhados para valorização, que deverá ser atingida até 2020. Contudo, apresenta um índice de valorização de resíduos urbanos superior à média nacional.

Fig. 3.6 – Destino final dos resíduos recolhidos por via indiferenciada e seletiva na CIM do Ave



(Fonte: INE, Janeiro 2014)

Fig. 3.7 – Valorização de resíduos urbanos na CIM do Ave



(Fonte: INE, Janeiro 2014)

De forma resumida, o Quadro 3.3 resume os principais indicadores-chave relativos à gestão dos resíduos urbanos na CIM do Ave, entre o período 2002 e 2011.

Quadro 3.3 – Quadro síntese de alguns indicadores-chave relativos à gestão de resíduos urbanos (RU) na CIM do Ave

Localização geográfica	Produção *per capita* de resíduos (kg/hab.ano)		Resíduos valorizados (% RU totais)		Resíduos indiferenciados encaminhados para aterro (%)		Valorização multimaterial de resíduos recolhidos por via seletiva (%)	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Cabeceiras de Basto	194	300	2%	11%	100%	100%	100%	98%
Fafe	233	340	34%	12%	70%	100%	100%	100%
Guimarães	340	397	33%	37%	70%	71%	100%	84%
Mondim de Basto	239	327	1%	10%	100%	100%	100%	85%
Póvoa de Lanhoso	274	347	4%	12%	100%	100%	100%	100%
Vieira do Minho	226	93	5%	24%	100%	100%	100%	100%
V.N. Famalicão	325	348	35%	73%	70%	29%	100%	88%
Vizela	331	376	33%	44%	70%	61%	100%	89%
CIM do Ave	306	357	30%	43%	73%	64%	100%	88%
Portugal	444	487	8%	18%	75%	67%	100%	76%

(INE, Janeiro 2014)

3.1.3.3. Solo e Biodiversidade

O solo representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, ao mesmo tempo que constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e silvícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas. Por sua vez, a biodiversidade engloba todas as espécies de seres vivos existentes no planeta e desempenha um papel fundamental para a espécie humana, quer seja em termos económicos quer seja da dependência dos recursos biológicos.

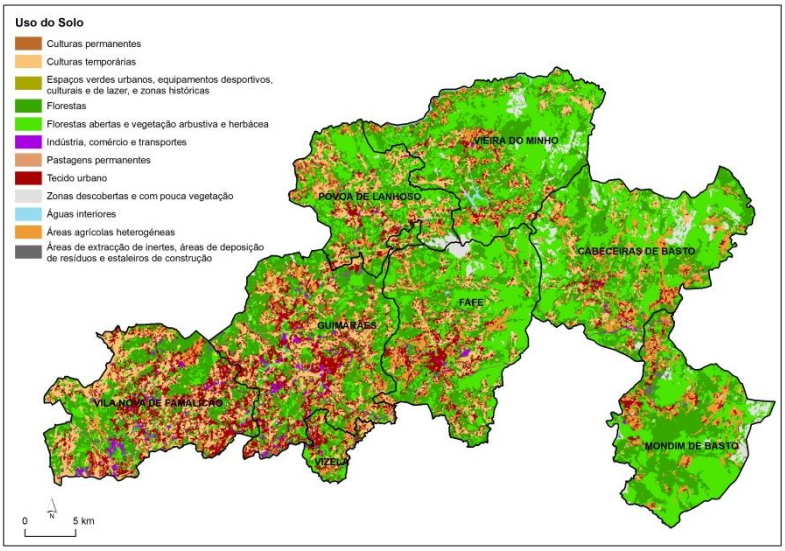
No que se refere ao solo, as preocupações de proteção e utilização sustentável encontram-se vertidas na Estratégia temática de proteção do solo (COM (2006)231 final), na Lei dos Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro) e na Lei de Bases da Politica de Ordenamento do Território e de Urbanismo, que serão ambas

substituídas pela Lei de Bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo, que espera aprovação, bem como em diversos documentos legais dos quais se destaca o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Por outro lado, ao nível estratégico existem já um conjunto de planos que visam, em última instância a proteção do solo, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, entre outros.

Particularmente no que se refere à biodiversidade acresce destacar a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2020 (adotada em maio de 2011) que estabelece como objetivo central travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas. Já no panorama nacional destaca-se: a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que para além da constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), pretende essencialmente promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; o Plano Sectorial da Rede Natura, aprovado pelo Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho uma vez que esta pretende estabelecer regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais e; a Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) que para além de prever a elaboração de um conjunto de IGT, prevê a conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ripícolas.

Neste sentido, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e, especialmente, as autarquias e entidades multimunicipais, têm um papel fundamental na proteção do solo através da regulamentação e orientação do seu uso e ocupação e na preservação da biodiversidade. Relativamente a esta, o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta – ICNF é o principal responsável pela classificação e gestão das Áreas Protegidas (AP) de âmbito nacional. Acresce contudo referir que no caso das AP de âmbito regional ou local a sua classificação pode ser feita pelos próprios Municípios ou associações de Municípios , desde que sob acompanhamento técnico do ICNF. O uso do solo nos Municípios da CIM do Ave é marcado pela industrialização e população concentrada. Em 2007, o tecido urbano e a indústria ocupavam cerca de 12% do território, evidenciando-se de forma mais significativa nos Municípios de Guimarães, Fafe, Vila Nova de Famalicão e Vizela. No entanto, a floresta é o uso predominante na CIM do Ave, ocupando aproximadamente 60% do território, com especial incidência nos Municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, onde se destaca ainda a existência de áreas descobertas e com pouca vegetação (Fig. 3.8).

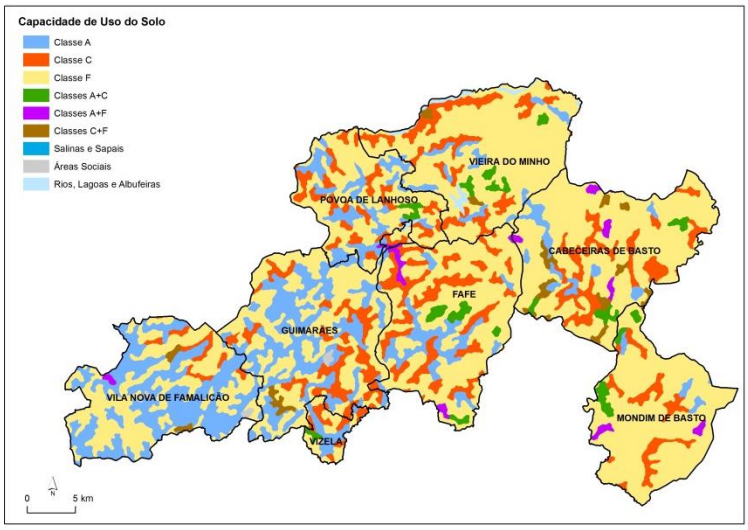
Fig. 3.8 – Uso do solo nos Municípios da CIM do Ave



(Fonte: IGP, COS 2007)

Relativamente à capacidade de uso do solo, a área da CIM do Ave caracteriza-se por ter, maioritariamente, uma classe de capacidade de uso baixa – Classe F, o que significa que os solos apresentam boas características para o uso florestal e baixa qualidade agrológica. No entanto, existe ainda uma percentagem de solo significativa com uma capacidade de uso alta – classe A (20%), especialmente nos Municípios de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Fafe, que apresenta pouca ou nenhuma limitação no seu uso, sem risco ou com risco ligeiro de erosão e suscetível à utilização agrícola intensiva, Fig. 3.9, (DGADR, 2013).

Fig. 3.9 – Capacidade de uso do solo nos Municípios da CIM do Ave



(Fonte: APA, Atlas do Ambiente)

No entanto, o solo está também sujeito a um conjunto de pressões que ameaçam as suas funções e que conduzem à sua degradação. Nos Municípios da CIM do Ave estas pressões estão especialmente associadas à ocupação urbana (compactação, impermeabilização), à industrialização (contaminação) e às próprias características bioclimáticas que aumentam o risco de erosão. Também riscos associados aos incêndios são uma ameaça, que além da perda dos povoamentos florestais com valor económico, interesse natural e paisagístico, aceleram os fenómenos de erosão e perda de solo. Entre 2008 e 2012, na área da CIM do Ave arderam cerca de 50 mil hectares, sendo os concelhos de Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Fafe os mais afetados. O ano de 2008 é aquele que regista maior área ardida, tanto em Portugal como nos Municípios da CIM do Ave, onde cerca de 26% deste território foi afetado por incêndios florestais, com especial incidência nos Municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe e Póvoa de Lanhoso, Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Área ardida entre 2008 e 2012, nos Municípios da CIM

Localização geográfica	2008		2009		2010		2011		2012	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Cabeceiras de Basto	10010	41%	2852	12%	487	2%	425	2%	591	2%
Fafe	9993	46%	1810	8%	2547	12%	839	4%	670	3%
Guimarães	3272	14%	386	2%	357	1%	726	3%	300	1%
Mondim de Basto	526	3%	445	3%	1051	6%	151	1%	411	2%
Póvoa de Lanhoso	4072	30%	316	2%	1028	8%	227	2%	525	4%
Vieira do Minho	6136	28%	1408	7%	1305	6%	1331	6%	168	1%
Vila Nova de Famalicão	997	5%	83	0%	103	1%	283	1%	277	1%
Vizela	235	10%	35	1%	52	2%	81	3%	48	2%
CIM do Ave	37249	26%	9344	6%	8940	6%	6074	4%	2989	2%
Portugal	1398333	16%	92738	1%	133060	1%	76185	1%	102576	1%

(Fonte: ICNF, Incêndios Florestais, 2014)

Por sua vez, e apesar da forte concentração humana e de atividades económicas relacionadas essencialmente à indústria, os Municípios da CIM do Ave exibem um conjunto de valores naturais endógenos considerados relevantes no âmbito da conservação na Natureza, com repercussões diretas ao nível da biodiversidade presente, sendo possível destacar para cada um dos concelhos presentes os principais valores

que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do plano. A descrição para cada um dos concelhos encontra-se discriminada em anexo, ANEXO B - *Valores naturais dos Municípios da CIM do Ave*.

Resumindo, em termos de ecossistemas hídricos destaca-se no âmbito da CIM do Ave, o Rio Ave e os seus principais rios afluentes – o Rio Vizela e o Rio Este – que sofreram nos últimos anos um longo e continuado processo de despoluição e reabilitação, proporcionando a criação de inúmeros espaços com interesse para a prática de atividades de recreio e lazer; destacam-se também o rio Cávado, na fronteira com os concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho e o rio Tâmega, na fronteira com os concelhos de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

Para além das áreas ribeirinhas destaca-se igualmente o ecossistema de montanha a que se associam um conjunto relevante de formações vegetais que caracterizam o território. Para além de que importa destacar as áreas protegidas que abrangem o concelho de Mondim de Basto e o de Vieira do Minho. Em Mondim de Basto está localizado o Parque do Alvão de extrema importância sob o ponto de vista paisagístico e geológico, enquanto no limite Norte do concelho de Vieira do Minho localiza-se uma pequena fração do Parque Nacional Peneda-Gerês, com elevado interesse de conservação da natureza (Quaternaire Portugal, 2007). Neste âmbito, salienta-se que foi preparado um projeto para candidatura ao Concurso GAEPC/1/2013, não aprovado, designado Ave Natural, com a proposta de uma rede de espaços protegidos e classificados do território do Ave, que além de estreitar a relação entre o PNPG e o Alvão, promove igualmente a articulação e conectividade entre a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), onde se inclui a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o domínio público hídrico (DPH), e ainda os espaços protegidos do NW Peninsular.

Relacionado com os valores naturais dos Municípios da CIM do Ave encontra-se o setor do turismo, cuja atividade depende dos primeiros. Este apresenta um crescimento efetivo e tem vindo a ser uma das apostas de desenvolvimento económico na Região Norte, nomeadamente através da valorização e salvaguarda dos diversos recursos naturais (e.g. biodiversidade em Mondim de Basto e recursos hídricos em Vieira do Minho). A importância dos recursos naturais para o turismo da sub-região foi reforçada pela nomeação e eleição de alguns dos valores naturais presentes no território para as “7 maravilhas de Portugal” (e.g. Parque Nacional da Peneda-Gerês, Fisgas do Ermelo – Mondim de Basto), o que se reflete na presença e crescimento de diversas empresas de desporto aventura e lazer no território. Estas, no geral, promovem um turismo sustentável, cuja parte do potencial ainda se encontra por explorar.

Além do levantamento dos valores naturais relativos a áreas com interesse para a conservação, procedeu-se à contabilidade ambiental na gestão e proteção do ambiente, pelo que foram desta forma apuradas as receitas e as despesas de cada município nesta área, tal como se pode observar no Quadro 3.5.

Quadro 3.5 – Receitas e Despesas das Câmaras Municipais na Gestão e Proteção do Ambiente nos Municípios da CIM do Ave – 2010, em milhares de euros

Localização geográfica	Receitas (M€)	Despesas (M€)
Cabeceiras de Basto	169	417
Fafe	538	2 621
Guimarães	2 780	3 857
Mondim de Basto	38	1 319
Póvoa de Lanhoso	271	792
Vieira do Minho	0	300
Vila Nova de Famalicão	3 088	3 818
Vizela	401	449
CIM do Ave	7 180	15 583
Portugal	184 445	606 219

(Fonte: INE: NUTS III Ave e NUTS III Tâmega)

Primeiramente, importa ser referido que os dados apresentados no Quadro 3.5 podem induzir o leitor em erro. Isto devido ao facto de existirem Municípios cujas despesas e receitas derivadas da proteção do ambiente, para o ano em análise, eram geridas por uma empresa municipal, como é o caso de Vieira do Minho, daí o valor nulo referenciado. Contudo, tendo em conta os dados disponíveis e sabendo a limitação da presente análise, destacam-se os Municípios de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, uma vez que no que apresentam os montantes mais elevados de receitas. Já no que se refere às despesas, verifica-se para além de serem sempre superiores às receitas geradas, que assumem um valor relativo significativo não só nos Municípios já referidos (Vila Nova de Famalicão e Guimarães), mas também nos Municípios de Fafe e Mondim de Basto.

3.1.3.4. Energia

As linhas estratégicas nacionais para o setor da energia encontram-se definidas na Estratégia Nacional para a Energia (ENE), aprovada pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril, tendo como objetivos a liberalização do mercado, redução da intensidade energética no produto; redução da fatura energética; melhoria da qualidade de serviço; segurança do aprovisionamento e do abastecimento; diversificação das fontes e aproveitamento dos recursos endógenos; minimização do impacte ambiental e a contribuição para o reforço da produtividade de economia nacional.

Para dar continuidade às orientações definidas na ENE, a Resolução do Concelho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, aprovou e publicou o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período

2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020), tendo em vista a adequação aos novos objetivos definidos pela Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa à Eficiência Energética. Procedeu-se à revisão integrada do PNAEE de 2008 e do PNAER, na medida em que a integração dos dois Planos permite uma ação concertada para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus, minimizando o investimento necessário e aumentando a competitividade nacional. Esta revisão teve por base o alinhamento dos respetivos objetivos em função do consumo de energia primária e da necessidade de contribuição do setor energético para a redução das emissões gases com efeito de estufa.

O Governo pretende assim prosseguir os objetivos de assegurar a continuidade das medidas para garantir o desenvolvimento de um modelo energético com racionalidade económica, que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nos diferentes setores económicos, nem a qualidade de vida dos cidadãos, e que assegurem a melhoria substancial na eficiência energética do País, através da execução do PNAEE 2016 e do PNAER 2020.

O Pacote Energia-Clima veio então estabelecer uma redução de 20% do consumo de energia primária em 2020; a incorporação de 20% de energias renováveis no consumo bruto de eletricidade em 2020; uma redução de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de 20% até 2020; existindo ainda uma meta mínima vinculativa de 10% de incorporação de energias renováveis nos transportes.

A utilização da água para a produção de energia elétrica inicia-se nos Municípios da CIM do Ave nas primeiras décadas do século XX para alimentar pequenas instalações de iluminação pública e indústrias. A partir de 1930, e tendo como objetivo o desenvolvimento económico, surge a necessidade de aproveitar a energia da água dos rios para a produção de eletricidade, começando a produzir efeitos práticos a partir de 1940 com a construção de aproveitamentos hidroelétricos, sendo que os de grande dimensão estão dotados de albufeiras com significativas capacidades de regularização.

Tendo como objetivo o cumprimento dos protocolos internacionais e a redução da dependência energética, assiste-se a um elevado aproveitamento dos recursos endógenos e diversificação das fontes de produção de energia, com especial foco para a biomassa vegetal, energia hídrica e eólica, sendo a primeira destinada à produção de calor e as ultimas à produção de eletricidade.

Neste sentido, no Quadro 3.6 identificam-se as características gerais dos principais aproveitamentos hidroelétricos de grande, média e pequena dimensão existentes e previstos para o território da CIM do Ave.

Quadro 3.6 – Aproveitamentos hidroelétricos existentes e previstos para o território da CIM do Ave.

Centrais hidroelétricas	Localização geográfica	Entrada em serviço	Potencia instalada (MW)	Produtividade média anual (GWh)
Campelos	Guimarães	1984	0,90	3,0
Caniços	Vila Nova de Famalicão	1946	0,90	3,8
Ponte da Esperança	Póvoa de Lanhoso	1942	2,80	8
Ermal	Vieira do Minho	1937	10,80	29

Centrais hidroelétricas	Localização geográfica	Entrada em serviço	Potencia instalada (MW)	Produtividade média anual (GWh)
Guilhofrei	Vieira do Minho	1939	3,97	11
Venda Nova III*	Vieira do Minho	2015	736,00	n.a.
Salamonde II*	Vieira do Minho	2016	204,00	n.a.
Senhora do Porto	Póvoa de Lanhoso	1945	8,83	19
Ronfe	Guimarães	1913	0,98	4,0
Carvalho do Moinho	Guimarães	n.d	0,12	0,4
Negrelos	Vizela	n.d	0,75	2,2
Cefra	Cabeceiras de Basto	1995	1,14	5,2
Fridão**	Mondim de Basto; Cabeceiras de Basto	2018	238,00	295
Elétrica Moreira de Cónegos, CRL	Guimarães	n.d	n.d	n.d
Cooperativa Elétrica S. Simão de Novais	Vila Nova de Famalicão	1932	n.d	n.d

Em construção; ** Em licenciamento; n.d. – não disponível; n.a. – não aplicável

(Fonte: EDP, 2014; ERSE, 2014; ARH Norte, 2012)

Os concelhos que integram a CIM do Ave apresentam ainda características geofísicas que favorecem a implementação de parques eólicos para a produção de energia elétrica, concentrando-se sobretudo nos Municípios de Fafe, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 – Parques eólicos existentes no território da CIM do Ave

Parques Eólicos	Localização geográfica	Entrada em serviço	Potencia instalada (kW)	Produtividade média anual (GWh)
Parque Eólico das Terras Altas de Fafe	Fafe	2005	106	243
Parque Eólico Cabeço de Vaca	Vieira do Minho	2002	1 200	5.0
Parque Eólico Serra da Cabreira	Vieira do Minho	2004	20 000	46.0
Parque Eólico Ruivães	Vieira do Minho	2008	850	1.0
Parque Eólico da Penouta	Cabeceiras de Basto	2006	800	1.0

n.d. - não disponível

(Fonte: GDF SUEZ Energia Portugal, 2014; Grupo Proef, 2014, The Wind Power, 2014)

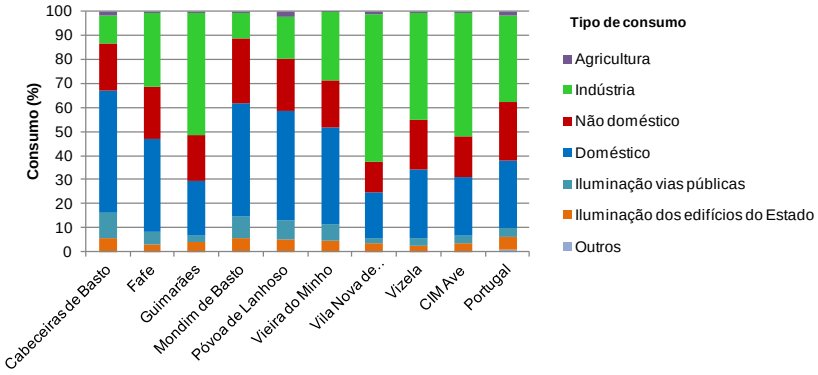
Refira-se que Portugal apresenta cerca de seis milhões de consumidores de energia elétrica com um consumo de 49 mil milhões de kWh (INE, 2013b). De acordo com os dados analisados para o período de 2001-2011, verifica-se um aumento de 11,96% dos consumidores. Os consumidores do setor doméstico têm uma expressão de 84,6%, seguindo-se o setor não-doméstico (que engloba os consumidores associados ao comércio, serviços e instituições) com 11,50%. Os consumidores dos setores da indústria e a agricultura abrangem cerca de 4% do total. Os Municípios da CIM do Ave abrangem cerca de 208 mil consumidores, com uma taxa de variação de 16,97% (INE, 2013a).

O consumo de eletricidade centra-se sobretudo nos setores da indústria (36%), doméstico (28%) e não-doméstico (24%). Os restantes setores representam 12% do consumo nacional. O consumo realizado pelos Municípios da CIM do Ave representa cerca de 4% do consumo de energia elétrica nacional (cerca de 2 mil milhões), destacando-se os Municípios de Guimarães (787 milhões de kWh), Vila Nova de Famalicão (827 milhões de kWh) e Vizela (88 milhões de kWh). O consumo de energia no setor da indústria é superior nos Municípios de Guimarães com cerca de 51%, Vila Nova de Famalicão com cerca de 62% e Vizela com cerca de 44% do consumo total dos Municípios anteriormente referidos, Fig. 3.10. Contrariamente, os Municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Póvoa de Lanhoso apresentam maiores consumos nos setores doméstico e não-doméstico, Fig. 3.10.

Considera-se importante referir que os dados provisórios do consumo doméstico de energia elétrica por habitante têm vindo a aumentar no território da CIM do Ave, acompanhando a tendência de evolução nacional

(1 303kWh/hab em 2011), verificando-se um consumo médio de 904kWh/hab no ano de 2004 e no ano de 2011 um consumo médio de 1079 kWh/hab (INE, 2014).

Fig. 3.10 – Consumo de eletricidade (%) por tipologia, referente ao ano de 2011



(Fonte: INE, 2013)

A taxa de variação do consumo de eletricidade para o período de 2001-2011 permite verificar que o consumo em Portugal aumentou 21,2% e na CIM do Ave 18,6% (INE, 2014). A evolução do consumo mais acentuada registou-se na iluminação das vias públicas e edifícios do estado, bem como no setor doméstico, comércio e serviços, contrariamente, no setor da indústria assistiram-se a quebras de consumo bastante acentuadas, com especial foco para os Municípios de Vizela, Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, Quadro 3.8 .

Quadro 3.8 – Taxa de variação do consumo de eletricidade (%) por tipo de consumo.

Localização geográfica	Total	Doméstico	Não-doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação vias públicas	Iluminação dos edifícios do Estado
Cabeceiras de Basto	33,8	51,8	42,4	14,9	78,1	55,2	53,2
Fafe	-9,1	34,9	59,0	-12,0	-6,5	36,7	23,0
Guimarães	20,8	30,1	48,5	-31,9	5,5	29,9	73,1
Mondim de Basto	-0,6	44,1	43,6	-4,5	13,7	21,4	32,4
Póvoa de Lanhoso	43,3	45,4	40,7	-33,6	5,5	67,2	80,5
Vieira do Minho	3,6	39,1	55,8	35,7	-9,0	47,8	102,9
Vila Nova de Famalicão	-17,0	36,8	41,2	-11,0	12,8	44,8	78,9
Vizela	45,2	40,5	31,2	-45,3	2,1	111,5	122,0
CIM do Ave	18,6	35,2	45,7	-22,2	9,3	42,5	71,6
Portugal	21,2	29,5	32,3	5,4	25,8	46,3	48,3

(Fonte: INE, 2014)

No que refere às vendas de combustíveis líquidos e gasosos os dados analisados revelam que Portugal teve um decréscimo de 26%. A mesma tendência se verificou nos Municípios da CIM do Ave com uma evolução negativa de 32% (dados disponibilizados pelo INE, referentes a 2004 e 2011). No entanto existem combustíveis que registam uma quebra de vendas acentuada, com especial foco para o *fuel* (-60%), a gasolina sem chumbo 98 (-74%), o gás butano (-48%) e propano (-33%), a gasolina sem chumbo 95 (-20%) e o petróleo (-17%). Contrariamente, o gasóleo de aquecimento quintuplicou as suas vendas, o gás auto registou um aumento de 65%, assim como o gasóleo rodoviário que aumentou as suas vendas em 1,5% (INE, 2013c). O comportamento dos Municípios é bastante heterogéneo, sendo de referir que Fafe, Vieira do Minho e Vizela aumentaram as vendas de combustíveis, com uma taxa de variação de 8%, 4% e 6% respetivamente. Por outro lado, existem Municípios que apresentam uma redução acentuada das vendas de combustíveis, nomeadamente, Guimarães e Vila Nova de Famalicão com uma taxa de variação negativa de 39% e a Póvoa de Lanhoso com uma taxa 64%.

Relativamente à micro e miniprodução de energia elétrica através do aproveitamento de fontes renováveis, Portugal apresenta 26 076 registos, sendo que 99,4% destes registos estão afetos ao aproveitamento de energia solar com uma potência instalada de 133 859 kW/ano e 0,5% dos registos estão afetos ao aproveitamento de energia eólica com uma potência de 515 kW/ano. A energia hídrica representa apenas 0,1% dos registos e uma potência de 72,39 kW/ano.

Ainda no que diz respeito à micro e miniprodução de energia elétrica, refira-se que os Municípios da CIM do Ave têm uma expressão de 6% e 17% da potência instalada nacional (kW/ano) no que se refere ao aproveitamento de energia solar e energia hídrica, respetivamente. No entanto, a energia eólica não apresenta nenhum registo para o território da CIM do Ave. No aproveitamento da energia solar destacam-se os Municípios de Guimarães (2 494,17 kW/ano), Vila Nova de Famalicão (2 124,14 kW/ano) e Fafe (992,77

kW/ano). Salienta-se que apenas os Municípios de Cabeceiras de Basto e Póvoa de Lanhoso têm aproveitamento de energia hídrica com uma potência instalada de 72,39 kW/ano (Quadro 3.9).

Quadro 3.9 – Unidades de microprodução e miniprodução ligadas à rede, distribuição por município e tipologia

Localização geográfica	Energia Solar		Energia Eólica		Energia Hídrica	
	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)
Cabeceiras de Basto	69	270,0	n.d.	n.d.	1	3,5
Fafe	235	992,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Guimarães	433	2 494,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Mondim de Basto	19	66,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Póvoa de Lanhoso	67	604,6	n.d.	n.d.	2	8,6
Vieira do Minho	118	435,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Vila Nova de Famalicão	364	2 124,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Vizela	47	691,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
CIM do Ave	1 352	7 678,7	n.d.	n.d.	3	12,1
CIM Ave (% de Portugal)	5%	6%	0%	0%	21%	17%
Portugal	25 926	133 860,0	136	515,6	14	72,3

n.d. – não disponível.

(Fonte: Direcção-Geral de Energia e Geologia, 2014)

3.1.4. CONTEXTO REGIONAL E URBANO

3.1.4.1. Sistemas urbanos e dinâmicas territoriais

Existe na CIM do Ave uma associação muito forte entre povoamento disperso e a ocupação agrícola, apresentando um mosaico de minifúndio que se estende de forma retalhada ao longo das margens do Ave e Vizela e dos afluentes menores.

O retalhamento do povoamento e do solo agrícola, alterna com os espaços florestais, verificando-se que as principais manchas florestais cobrem as colinas que separam as bacias de drenagem. A mancha contínua/ retalhada da urbanização difusa possui uma expressão e extensão maior do que o padrão convencional do aglomerado urbano.

Os povoamentos ocupam zonas de transição entre espaços florestais e agrícolas, evidenciando um padrão tradicional do território compreendido entre Douro e Minho. A qualidade ambiental e paisagística do território depende da manutenção desta alternância e de uma gestão criteriosa dos recursos naturais, nomeadamente da água e dos solos cultivados, assim como da diversidade vegetal das manchas florestais.

As manchas florestais ocupam os topos dos interflúvios principais e secundários e as zonas de maior declive e pobreza do solo. O uso agrícola ocupa as terras mais planas ou menos acidentadas do fundo de vale e meia encosta.

As maiores ameaças resultantes do povoamento disperso e da dispersão da ocupação agrícola e florestal resultam:

- No inquinamento da água superficial e subterrânea;
- No não tratamento dos efluentes domésticos e, sobretudo, industriais;
- Na densidade de captações e fossas particulares; e dos efluentes industriais não tratados presentes em alguns Municípios ;
- Na degradação dos cobertos das bouças (por incêndio; por monocultura do eucalipto e pinhal; por desaparecimento do carvalho e de outras folhosas caducifólias);
- No abandono das práticas agrícolas;
- Na exploração de pedreiras e caulinos e de depósitos ilegais de lixos e sucatas;
- Na dispersão de estabelecimentos e zonas industriais, sobretudo nos vales do Vizela e do Ave (a jusante das Caldas das Taipas).

A rede de estradas nacionais, municipais e caminhos rurais constituem a estrutura suporte das zonas urbanas. A densidade do traçado desta rede aumenta a suscetibilidade do território em relação à construção, que se alia à presença edifícios industriais devolutos no território. A malha apertada das sedes de freguesia, lugares, entre outros, que caracteriza o povoamento rural tradicional do Entre Douro e Minho, vai coalescendo através de formas lineares de urbanização que seguem as vias. No interior desta malha situam-se os campos cultivados e as manchas florestais.

O traçado das autoestradas e respetivos nós e acessos constituem um elemento de contraste sobre a rede viária local. Os nós de acesso a este sistema rodoviário de autoestrada constituem fortes ruturas com as

redes pré-existentes, seja no âmbito da urbanização dispersa, seja junto aos aglomerados urbanos mais densos.

As zonas de maior pressão situam-se em contextos distintos:

- Em **Vila Nova de Famalicão**, próximo dos nós da A3 e da A7 e nas ligações às variantes urbanas, existem várias situações de conflito potencial e que conjugam a boa acessibilidade ao sistema de autoestradas, com uma elevada carga urbanística: zonas industriais e logísticas, parques de atividades e loteamentos habitacionais;
- Situações pontuais em que a urbanização entra em rota de colisão com os materiais "pesados" da urbanização – nós de autoestradas e atividades industriais. Esta situação corresponde sobretudo aos nós da A7 e da A11 em **Guimarães**.

A urbanização quase contínua sobre a rede de estradas nacionais (misturando atividades industriais e habitação) e o próprio rebatimento da rede de estradas municipais sobre estes principais corredores exigem uma concertação intermunicipal sobre a gestão da rede (municipal estruturante e regional ou intermunicipal).

Existem padrões estruturantes do povoamento dos quais se destacam:

- Aglomerados urbanos principais/sedes de concelho, com crescimentos por contiguidade (Guimarães, Vila Nova de Famalicão) correspondendo às manchas de densidade populacional maior que 2 000 hab/km^2 e extensões fragmentadas;
- Progressiva coalescência urbana no triângulo Vila Nova de Famalicão/ Santo Tirso/ Trofa com elevada presença de zonas de atividades económicas e empresas de grandes dimensões; densidade de traçados de autoestradas e nós; caminho-de-ferro; elevada pressão urbanística na veiga do Ave;
- Presença de aglomerados secundários: Caldas das Taipas/Ponte, Joane, Riba de Ave e Ribeirão;
- Estruturas axiais, estrada/rua, com densidade e contiguidade do edificado com usos mistos (habitação indústria, armazéns, edifícios-montra, etc.), congestionadas, misturando tráfegos de passageiros e mercadorias; local e de atravessamento e por vezes com ligações muito conflituosas aos nós da rede viária:
- N206: (Vila Nova de Famalicão/Póvoa do Varzim/Guimarães) por Pousada de Saramagos e Joane (entre a ligação ao nó da A7 e ao nó da VIM), até Guimarães (Veiga de Creixomil) no nó A11/A7;
    - N101: Guimarães, Ponte/Caldas das Taipas;
    - N106: Guimarães/Vizela;
    - N105: Santo Tirso/Guimarães.
- N14: (Porto/Braga) eixo rodoviário com um nível de serviço saturado, principalmente entre a Trofa e Famalicão;
- N103: (Neiva/Bragança, ligando Braga, Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho) também se revela um eixo marcante do crescimento do povoamento, principalmente para os Municípios de Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho;

- Estruturas axiais acompanhando vales e linhas de água mais pressionadas pela industrialização e urbanização com muitos edifícios industriais abandonados ou subutilizados (Vales do Ave e Vizela).
- Correspondência entre a densidade intermédia (1 000 a 2 000 hab/km^2) e a industrialização dispersa, sobretudo nos vales do Ave e do Vizela e na estrada N206;
- Urbanização de baixa densidade (menor que 1 000 hab/km^2) em toda a malha fina das freguesias, por densificação do povoamento disperso tradicional, misturando parcelas agricultadas e edificado sobre uma rede viária de estradas municipais e caminhos rurais.

O emprego industrial foi no passado o maior fixador de populações e de povoamento. Por não estar concentrado, tal como o povoamento não estava, esse padrão facilitou a proximidade casa/trabalho. Hoje as condições de mobilidade são outras, tal como o são também os requisitos funcionais e infraestruturais das empresas. Linhas de caminho-de-ferro como a de Guimarães, construídas à época para servir sobretudo o transporte de mercadorias, revelam-se muito ineficientes para a organização dos transportes coletivos de hoje, apesar de modernizadas e cómodas. Tal como noutros casos, também aqui o recurso às autoestradas domina e se adequa mais ao funcionamento dos sistemas de produção. No Vale do Ave, vias de calibre intermédio como a VIM, ligando nucleações urbano-industriais a nós do sistema arterial, revelaram-se importantes para desviar o trânsito de pesados das estradas nacionais urbanizadas.

O que se tem verificado é que a qualificação da urbanização dispersa de baixa densidade ao manter a mistura entre a edificação e o minifúndio, com níveis crescentes de infraestruturação e de saneamento, evita o aparecimento de zonas industriais em zonas de baixa densidade, apoiadas na rede dendrítica e em solos férteis de veigas e antropossolos. No território da CIM do Ave verifica-se que o nível de infraestrutura existente, no qual abunda ainda muito o autossaneamento, se encontra adequado ao uso agrícola do mesmo (pomar, horta e jardim), à pequena escala de construção e à arquitetura socalcada do território com os seus traços de paisagem identitária.

3.1.4.2. Acessibilidade, Mobilidade e Transportes

O nível de acessibilidade dos concelhos que integram a CIM do AVE não é homogéneo. Se é certo que concelhos como Fafe, Guimarães e Vila Nova de Famalicão estão servidos por vias de comunicação eficientes e competitivas, o restante território da CIM do AVE não beneficia destes equipamentos dificultando o acesso de e para os restantes concelhos. Este conjunto de Municípios fica condicionado à utilização de estradas nacionais, municipais e caminhos rurais.

Na carta da Figura 3.11 distinguem-se três níveis de dotação viária:

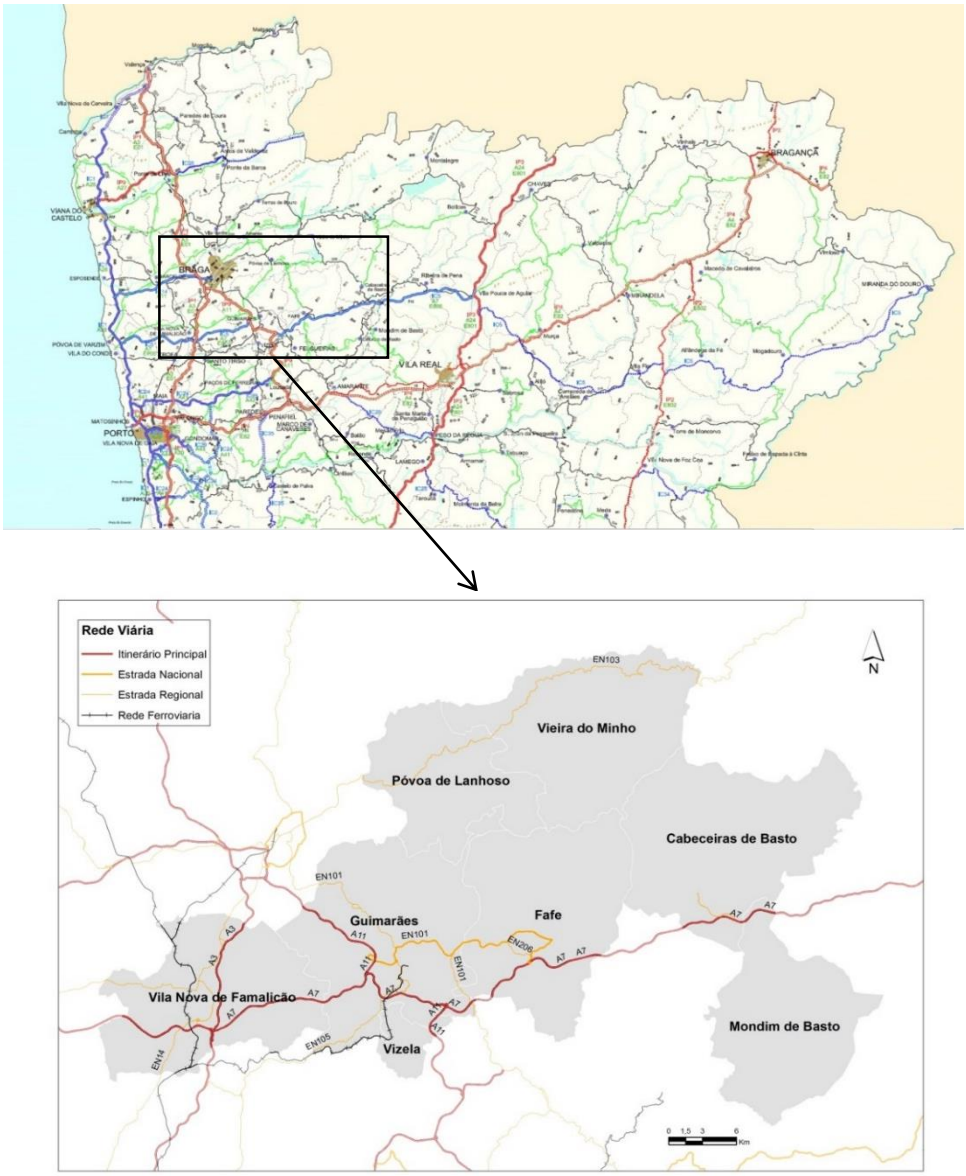
- Retícula de estradas e caminhos rurais;
- Rede nacional de estradas;
- Rede arterial, A3, A7 e A11 e nós de acesso e VIM – Vias Intermunicipais.

Eixos Rodoviários:

São três as autoestradas que atravessam esta região. De norte a sul a A3 e do litoral ao interior a A11 e A7.

As principais cidades da "Euro-Região" encontram-se a uma distância do conjunto de concelhos servidos por autoestradas, de, aproximadamente, 0h20 do Porto; 1h30 de Vigo; 2h00 de Santiago de Compostela; e 1h30 de Verín.

Fig. 3.11 – Rede viária da região Norte de Portugal continental e da CIM do AVE



Eixos Ferroviários:

A linha do Minho com os dois eixos distintos (Porto - Braga e Porto-Guimarães) atravessa a sub-região, permitindo que os concelhos servidos por esta infraestrutura se encontrem a cerca de:

- 0h30 do Porto;
- 1h30 de Aveiro;
- 3h30 de Lisboa;
- 2h00 de Vigo

Eixos Aéreos e Marítimos:

Concelhos como Vila Nova de Famalicão ou Guimarães encontram-se a cerca de 30 minutos do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro que oferece ligações diretas a Lisboa, às maiores capitais económicas europeias (Madrid, Barcelona, Paris, Londres, Roma, Bruxelas, Frankfurt, Munique, Milão, Dublin). Já os concelhos da CIM do Ave mais distantes, como são os casos de Celorico de Basto ou Mondim de Basto, encontram-se a uma distância, em média, de 60 a 75 minutos.

Vila Nova de Famalicão, Vizela e Guimarães encontram-se a uma distância de cerca de 40 minutos do Porto de Leixões, que assegura a ligação com vários portos da Europa e do Mundo. Os concelhos mais distantes deste encontram-se a cerca de 80 minutos do mesmo.

Os transportes constituem um elemento fulcral nas condições de acesso da população a toda a tipologia de serviços de proximidade.

No Ave, o serviço de transporte público é assegurado por sistemas de transportes urbanos coletivos ou por operadores de camionagem privados, pelo serviço de táxis e pelo transporte ferroviário (que serve apenas os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Vizela).

Os diferentes operadores atuam no território sem uma estratégia integrada, levantando problemas em termos de mobilidade intermunicipal. O desenvolvimento do Plano de Mobilidade Intermunicipal assume-se por isso como um instrumento urgente e prioritário para a resolução dos problemas e constrangimentos existentes neste campo e será objeto de análise mais à frente no presente documento.

3.1.4.3. CIM do Ave na Região Norte: Concorrência e Complementaridade

A CIM do Ave, apresenta uma elevada densidade populacional, ocupando neste sentido uma posição de destaque na região Norte do País. A proximidade de partes significativas do seu território à área Metropolitana do Porto faz com que seja um território com boas acessibilidades à rede de autoestradas nacionais e confere-lhe um posicionamento privilegiado na rede regional e de ligação ao país.

O Ave constitui um território com uma forte presença da indústria transformadora e uma muito relevante contribuição para o saldo exportador nacional. Esta característica torna-o numa região bastante produtiva, não obstante, as elevadas taxas de desemprego, associadas à concorrência das economias emergentes que se têm vindo a especializar na produção competitiva e têm provocado o encerramento de empresas, sujeitando ao desemprego um número significativamente elevado de trabalhadores.

Ao nível da cooperação e complementaridade intermunicipal, deve ser tido em conta o trabalho realizado no âmbito do último Quadro de Apoio, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) – MINHO IN, enquanto programa executado, em consórcio, pelas três CIM's do Minho, Ave, Cávado e Alto Minho. Este foi reconhecido, a nível nacional e em sede de Relatório Estratégico do QREN, 2012, enquanto uma boa prática de territorialização de políticas. A CIM do Ave participou no mesmo ativamente, promovendo o investimento de carácter produtivo assente nos recursos endógenos do Minho Rural. Neste âmbito, são exemplos de alguns dos projetos desenvolvidos no território do Ave: a requalificação das Termas de Vizela, das Termas das Taipas e do Solar de Gomariz.

Aqui a questão da complementaridade revela-se de extrema importância, nomeadamente pela dimensão que a cooperação entre as três CIM's atribui ao projeto MINHO IN, tratando-se do território do Minho, com uma projeção nacional, e até internacional, assinalável. O MINHO IN reflete ainda, em termos de cooperação, um bom desempenho de parcerias público-privadas e um exemplo de cooperação transfronteiriça e com outros espaços territoriais.

Acrescentando, relativamente à articulação territorial do Ave com o Tâmega, a integração na NUTS III dos concelhos de Cabeceiras de Basto e de Mondim de Basto intensifica-a ainda mais. A CIM do Ave enfrenta, neste novo contexto territorial, com a recomposição da NUTS III Ave, novos desafios em que a valorização da atividade agrícola e do desenvolvimento rural, tal como a necessidade de valorização económica de recursos endógenos de forte potencial no território, deverão assumir um papel importante.

Para além do plano económico, a CIM do Ave também tem revelado dinamismo cultural, desportivo e associativo, que vem gerando, especialmente nas cidades, centros de atividade cultural, e a proliferação de iniciativas culturais de carácter popular e erudito, com algum destaque nacional e mesmo internacional.

Assiste-se, numa escala razoável, à criação e implementação das indústria criativas e culturais, que poderão constituir um novo paradigma de desenvolvimento económico que funcionam como catalisadoras de outros setores, provocando um impacto positivo nos setores dos transporte e logística, comércio e serviços, e na qualidade de vida ao permitir uma vivência cultural intensa, gerando benefícios ao nível do indivíduo e da sociedade. Verifica-se que o setor cultural e criativo assume um papel importante na regeneração económica e social das cidades, contribuindo para o rejuvenescimento, requalificação urbana, competitividade e atração, gerando consequentemente emprego.

Desta forma, no "Território do Ave" cruzam-se fileiras diversas, os respetivos processos de regulação e múltiplos agentes económicos. Geram-se redes de relações e de intervenção sobre o desenvolvimento económico e social, para o qual é fundamental a existência de boas acessibilidades que constituem um importante fator de diferenciação territorial. De facto, o Ave dispõe de meios de comunicação eficientes e competitivos nos concelhos de elevada densidade, bem abrangidos pelas vias de comunicação, com os seus eixos rodoviários e ferroviários, e por consequência aéreos e marítimos, permitindo um acesso rápido a todo o Território e à Região Norte.

Ao nível internacional, o Departamento de Relações Internacionais da Comunidade Intermunicipal do Ave tem vindo a desenvolver um trabalho de promoção de cooperação de extrema relevância. Este tema encontra-se desenvolvido, com mais detalhe no ponto 3.5.1. Governança.

3.2. PESSOAS

3.2.1. DEMOGRAFIA

De acordo com o recenseamento de 2011, o Ave[8] tem uma população residente de cerca de 425 mil pessoas. Embora represente apenas 6,8% do território da Região Norte e só 1,6% do território português, o Ave acolhe 11,5% da população nortenha e 4,0% da nacional. É, portanto, em termos relativos, uma zona densamente povoada: as suas 293 pessoas por quilómetro quadrado ultrapassam largamente as 173 registadas no conjunto da Região Norte e são cerca de duas vezes e meia as 115 pessoas que correspondem à média portuguesa. Apesar desta elevada densidade populacional, o Ave é caraterizado por um povoamento relativamente disperso: a percentagem da população a viver em lugares com mais de 2 000 habitantes é de apenas 42,6%, muito longe da média nacional e regional que ronda os 60%.

A população do Ave é, no contexto nacional, relativamente jovem, apresentando uma idade média de 39,5 anos, contra 41 na Região Norte e 41,8 para Portugal. Como se pode observar no Quadro 3.10, a população em escalões etários até aos 24 anos tem maior peso no Ave do que na Região Norte ou no conjunto do país, tanto entre os homens como entre as mulheres, passando-se o inverso acima desse limiar. No Ave, há 93 pessoas de idade, igual ou superior, a 65 anos por cada 100 pessoas de idade inferior a 15 anos, indicador conhecido como "índice de envelhecimento", sendo esta razão de 113 no conjunto da Região Norte e 128 no país. E há 21 pessoas naquele escalão etário por cada 100 de idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, atingindo este "índice de dependência de idosos 25,2 na Região Norte e 28,8 em Portugal. A relativa juventude da população do Ave explica que a proporção entre homens e mulheres, dada a maior esperança de vida destas, seja assim ligeiramente mais equilibrada do que no resto do país.

[8] Utilizamos aqui a expressão Ave para designar a área dos municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela que constituem a CIM do Ave. Esta área não coincide com a unidade territorial estatística de nível III com o mesmo nome: a NUT III Ave inclui os municípios da Trofa e Santo Tirso, que não pertencem à CIM do Ave, e não inclui os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto que nela estão integrados. Todos os dados estatísticos apresentados para o Ave, nesta secção, resultam de cálculos nossos a partir de elementos recolhidos ao nível de município ou freguesia.

Quadro 3.10 – População residente (2011)

	Ave	Região Norte	Portugal
População residente	425 411	3 689 682	10 562 178
% 0 aos 14 anos (H/M)	16,9% / 14,9%	16,1% / 14,2%	15,9% / 13,9%
% 15 aos 24 anos (H/M)	13,0% / 11,8%	12,2% / 10,9%	11,5% / 10,3%
% 25 aos 64 anos (H/M)	57,3% / 56,8%	56,7% / 55,8%	55,9% / 54,6%
% 65 ou mais anos (H/M)	12,8% / 16,6%	14,9% / 19,1%	16,7% / 21,2%
Idade média	39,6	41,0	41,8
Densidade populacional (hab. km^2)	293	173	115
% em lugares c/ mais de 2000 hab.	42,6%	60,4%	61,0%
% mulheres	51,7%	52,1%	52,2%
% estrangeiros	0,9%	1,2%	3,4%
% com dupla nacionalidade	1,3%	1,7%	2,3%

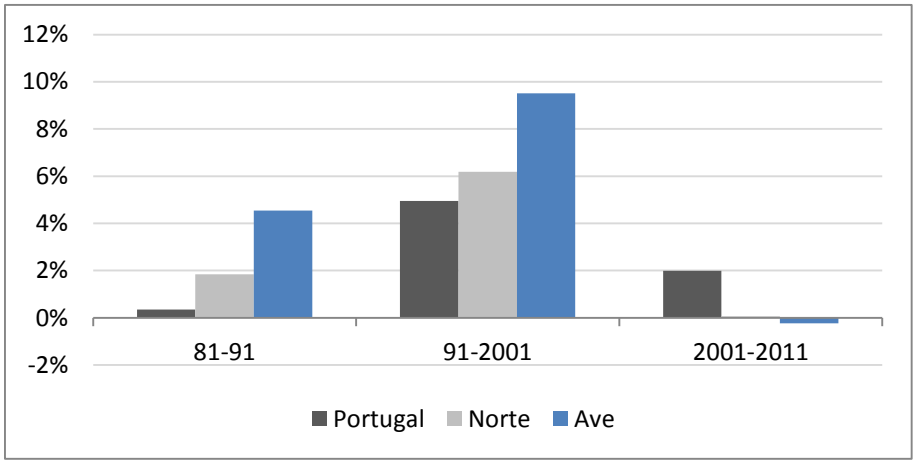
(Fonte: INE (Censos 2011))

O Ave é, em termos de nacionalidade dos habitantes, uma comunidade muito homogénea: a comunidade estrangeira representa apenas 0,9% da população, abaixo dos 1,2% registados em média na Região Norte e muito abaixo dos 3,4% que se verificam a nível nacional. Também as pessoas com dupla nacionalidade têm menor peso no Ave do que no todo nacional, embora, neste caso, a diferença não seja tão notória.

Nas décadas de 1981/1991 e 1991/2001, a população do Ave registou um crescimento significativo, acima da Região Norte e do conjunto do país, como se pode observar na Fig. 3.12. No entanto, na última década, esta dinâmica populacional abrandou em todo o país e ainda mais acentuadamente no Ave.

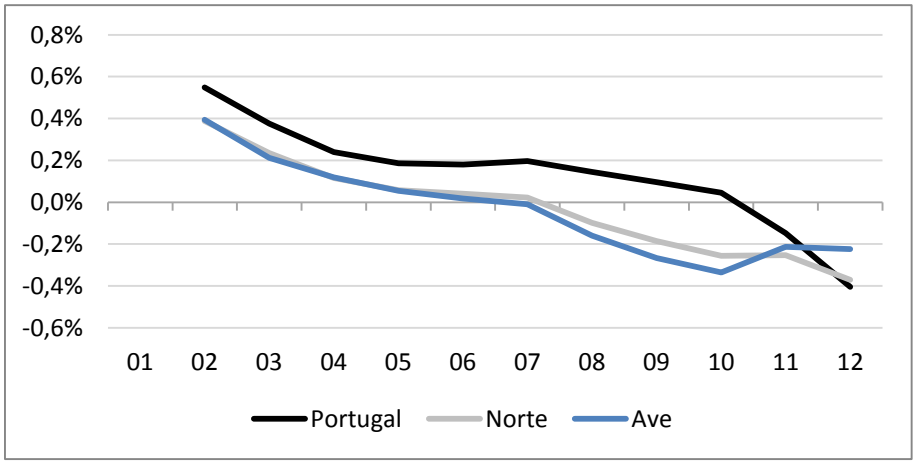
Este abrandamento aconteceu de forma progressiva, ao longo da década, com a taxa de crescimento anual a cair de +0,4%, em 2001-2002, para -0,3%, em 2009-2010, tendo o ritmo de queda diminuído um pouco nos dois anos seguintes. Exceto no que respeita a estes dois anos, a dinâmica populacional do Ave foi muito semelhante à do conjunto da Região Norte (Fig. 3.13).

Fig. 3.12 – Taxa de variação decenal da população residente



(Fonte: INE (Censos, vários anos))

Fig. 3.13 – Taxa de variação anual da população residente[9]



(Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente))

No conjunto do período representado na Fig. 3.13, a taxa média anual de variação da população residente no Ave foi -0,04%, claramente inferior aos +0,13% registados a nível nacional. No entanto, quando se decompõe a variação populacional nas suas componentes natural e migratória, verifica-se que o Ave manteve, ao longo do período, uma taxa média anual de crescimento natural[10] de +0,24%, quando a Região Norte não foi além

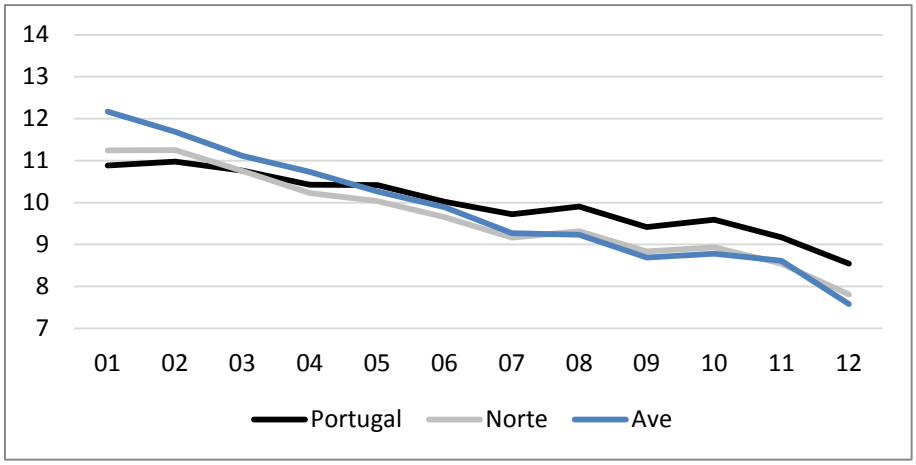
[9] Os valores apresentados para a população do Ave em períodos anteriores correspondem à área atualmente integrada na Comunidade Intermunicipal: para os determinar, agregaram-se os valores publicados a nível de município, tendo-se ainda tido em consideração a integração no concelho de Vizela das freguesias de Santo Adrião de Vizela e Santa Eulália de Barrosas que pertenciam anteriormente aos concelhos de Felgueiras e Lousada que não fazem parte do Ave.

[10] Correspondente ao rácio entre o saldo natural e a população média do território em questão. O saldo natural é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos.

de +0,1% e o conjunto do país teve um crescimento nulo. É, portanto, uma componente migratória substancialmente negativa, presumivelmente associável à performance económica da comunidade, que explica que a população residente no Ave tenha vindo a crescer a taxas inferiores à média nacional. E, de facto, no período 2001-2012, o Ave teve uma taxa média anual de crescimento migratório (entradas menos saídas) de -0,27% quando Portugal, no seu conjunto, cresceu 0,13% ao ano.

Relativamente à componente natural da variação populacional é, no entanto, de assinalar a evolução decrescente da taxa bruta de natalidade, representada na Fig. 3.14. O Ave começou a década com uma taxa anual superior a 12 nados-vivos por mil habitantes, acima dos 11 por mil registados em média na região e no país, mas no ano mais recente apresentou uma taxa inferior a 8 por mil, claramente abaixo da média nacional.

Fig. 3.14 – Taxa bruta de natalidade



(Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente; Nados-vivos))

3.2.1.1. Heterogeneidade intermunicipal

Os elementos anteriores indicam que o Ave é uma região densamente povoada e com uma população relativamente jovem, no contexto nacional, mas com taxas de crescimento populacional, como acontece em geral no conjunto do país, declínio. Este retrato oculta, no entanto, a profunda diversidade que se encontra na CIM do Ave. Os indicadores demográficos apresentados no Quadro 3.11 mostram que aí coexistem três realidades demográficas bem distintas.

Quadro 3.11 – Indicadores demográficos por município (2011)

	Densidade populacional	População	% em lugares com mais de 2000 habitantes	Dependência de idosos	Envelhecimento
Cabeceiras B.	69,1	16 710	13,6%	29,9	118,3
Fafe	231,1	50 633	37,5%	24,6	108,0
Guimarães	656,1	158 088	56,0%	19,3	87,3
Mondim B.	43,5	7493	0,0%	33,8	143,0
P. Lanhoso	162,8	21 918	17,1%	26,4	107,3
V. Minho	60,1	13 001	0,0%	35,9	166,7
V.N.Famalicão	663,9	133 832	42,7%	19,7	85,3
Vizela	961,0	23 736	44,8%	16,0	68,4

(Fonte: INE (Censos 2011))

A ocidente, os concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela reúnem três quartos dos habitantes do Ave em menos de um terço do seu território. Estes concelhos apresentam uma elevada densidade populacional, ultrapassando em todos os casos os 650 habitantes por quilómetro quadrado, com Vizela a aproximar-se dos 1 000. São concelhos tendencialmente urbanos, com a percentagem da população que reside em lugares com, pelo menos, 2 000 pessoas a variar entre 42,7% em Famalicão e 56% em Guimarães. A população é relativamente jovem, sendo os idosos menos de 20 por cada 100 pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos (taxa de dependência) e menos de 100 por cada pessoa de idade inferior a 15 anos (índice de envelhecimento).

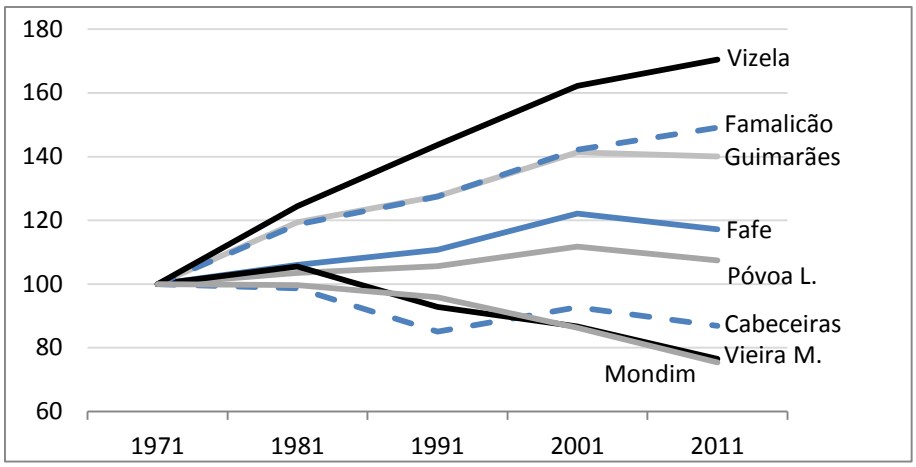
A situação é diametralmente oposta a oriente, em Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, onde 43% do território do Ave alberga apenas 8,7% da respetiva população. A densidade populacional não vai além dos 69 habitantes por quilómetro quadrado registados em Cabeceiras de Basto, descendo a 44 em Mondim de Basto. Estes concelhos são marcadamente rurais: em Mondim de Basto e Vieira do Minho, nenhum lugar atinge os 2 000 habitantes e em Cabeceiras só 13,6% da população vive em lugares que atinjam esse limiar. A população está consideravelmente envelhecida, uma vez que, por cada 100 pessoas de idade inferior a 15 anos, o número de pessoas acima de 64 anos varia entre 118 em Cabeceiras de Basto e 167 em Vieira do Minho.

Entre estas duas áreas, Fafe e Póvoa de Lanhoso são uma zona de transição, ocupando 24% do território do Ave e acolhendo 17% da sua população. Nestes concelhos, a densidade populacional ronda os 200 habitantes por quilómetro quadrado e o índice de envelhecimento ultrapassa ligeiramente os 100. Enquanto Fafe apresenta uma percentagem de população a viver em lugares que atingem as 2 000 pessoas próxima da de Famalicão ou Vizela (37,5%), a Póvoa de Lanhoso é mais marcadamente rural, sendo apenas 17,1% os residentes nessas circunstâncias.

Esta segmentação do Ave em três zonas demográficas claramente distintas é um processo que se tem vindo a aprofundar ao longo de décadas, como é visível na Fig.3.15. A área correspondente ao atual concelho de

Vizela tem registado o crescimento populacional mais acentuado, dentro da comunidade do Ave, ultrapassando os 70% desde os censos de 1971. Famalicão e Guimarães registam também uma forte dinâmica positiva, com crescimentos acumulados de 49% e 40%, respetivamente. Em contrapartida, na zona mais interior, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho apresentam uma tendência de perda populacional que se tem vindo a acumular. Desde 1971, Vieira do Minho e Mondim de Basto perderam cerca de 12% da sua população, enquanto Cabeceiras de Basto perdeu 6%. Tal como se passa em relação à situação atual, Fafe e Póvoa de Lanhoso apresentam uma tendência de longo prazo intermédia entre estes dois grupos, com crescimentos populacionais de 17% e 7%.

Fig. 3.15 – Evolução da população residente concelhia (1971 = 100)



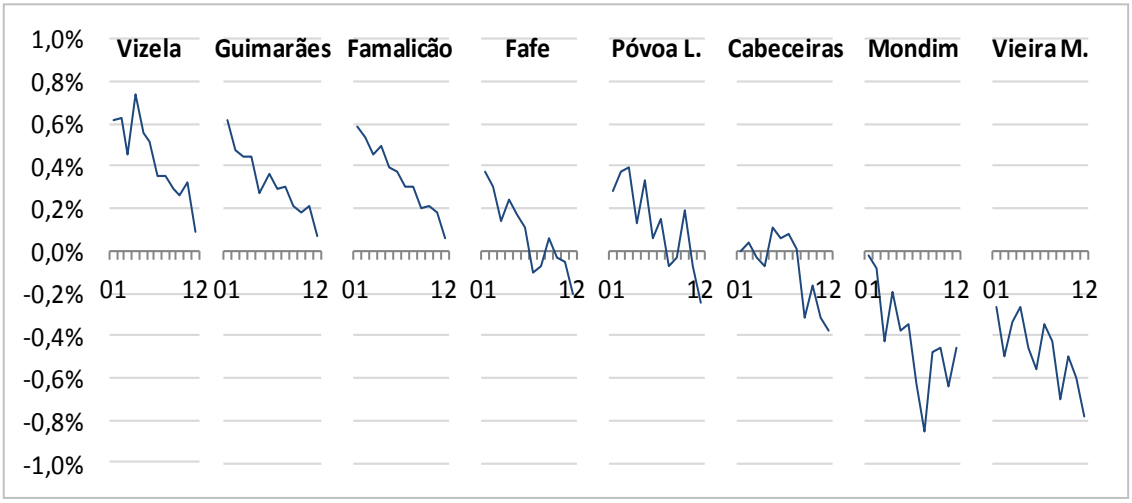
(Fonte: INE (Censos, vários anos))

Centrando a atenção exclusivamente na última década, constata-se que só dois concelhos, Vizela e Famalicão, continuaram a crescer, em ambos os casos, cerca de 5%, registando todos os outros perdas demográficas que variaram entre os 0,9% de Guimarães e os 12,6% de Mondim de Basto. É, aliás, apenas na última década que Famalicão e Guimarães apresentam performances distintas pois, até aí, ambos os concelhos registavam crescimentos populacionais praticamente paralelos.

Os valores médios da década são, no entanto, um indicador pouco fiável do que esperar para o futuro próximo, tendo em conta que, em todos os concelhos, se registaram quebras no crescimento demográfico ao longo do período. A Fig. 3.16 retrata a situação em termos de taxa de crescimento natural. A segmentação da comunidade é, novamente, evidente. Nos três concelhos ocidentais, o crescimento natural foi positivo em todos os anos representados, embora com uma forte tendência decrescente, sendo já quase nulo em 2012. Fafe e a Póvoa de Lanhoso começaram a década com crescimento natural claramente positivo mas, em 2012, os nascimentos não eram já suficientes para compensar os óbitos. Mais para o interior, na primeira metade da década, Cabeceiras de Basto registou um crescimento natural aproximadamente nulo, mas terminou-a com anos sucessivos de crescimento negativo. Mondim de Basto e Vieira do Minho apresentam, nesta matéria, a situação mais desfavorável da comunidade, com taxas de crescimento natural sistematicamente negativas e com uma clara tendência de agravamento. O declínio do crescimento natural comum a todos os

concelhos do Ave resulta, em grande medida, da quebra da taxa de natalidade que, entre 2001 e 2012, caiu entre um mínimo de 29% em Cabeceiras de Basto e um máximo de 42% em Fafe.

Fig. 3.16 – Taxa anual de crescimento natural por município (2001-2012)

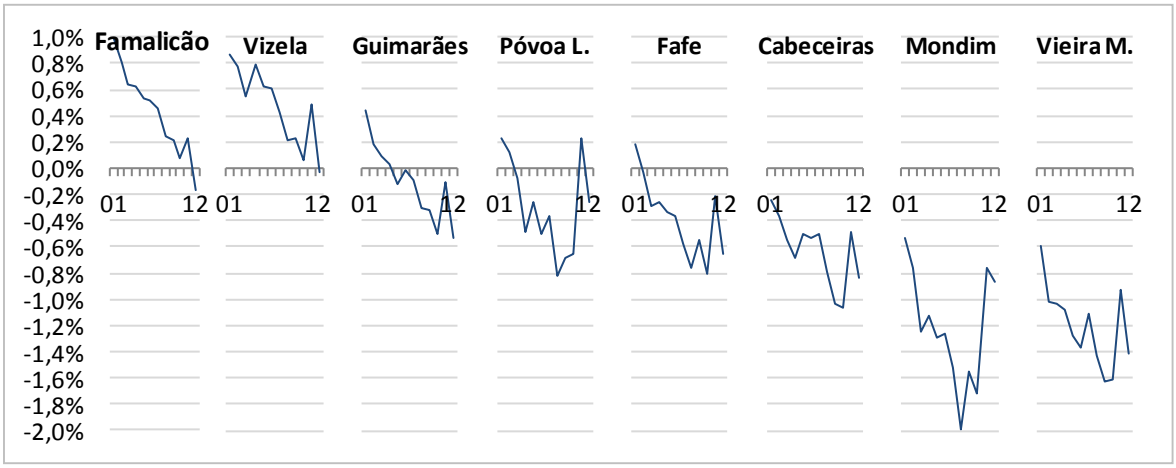


(Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente))

O Ave é menos heterogéneo em termos de crescimento migratório: cinco dos oito concelhos (Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto e Vieira do Minho) registaram crescimento migratório negativo em todos os anos do período 2001-2012 e a Póvoa do Lanhoso só escapou a essa situação em 2011. Quanto a Vizela e Famalicão, embora tenham iniciado o período com crescimento positivo, registaram evoluções negativas em vários dos últimos anos.

Conjugando crescimento natural e migratório, a Fig 3.17 mostra que, no período 2001-2012, os concelhos do Ave registaram taxas de crescimento efetivo da população negativas ou em forte desaceleração. A manter-se esta tendência, o plano estratégico intermunicipal será executado no contexto de uma população em regressão.

Fig. 3.17 – Taxa anual de crescimento efetivo por município (2001-2012)

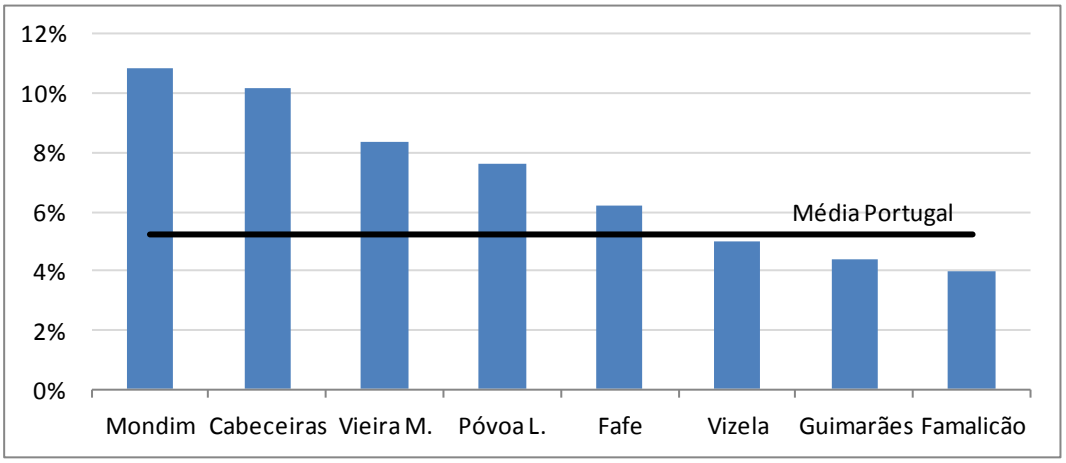


(Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente))

3.2.2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

O analfabetismo é um dos indicadores mais básicos dos níveis de educação e formação de uma população. Nesta matéria, de acordo com o último recenseamento geral da população, o Ave não se diferencia significativamente da média nacional.

Fig. 3.18 – Percentagem da população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

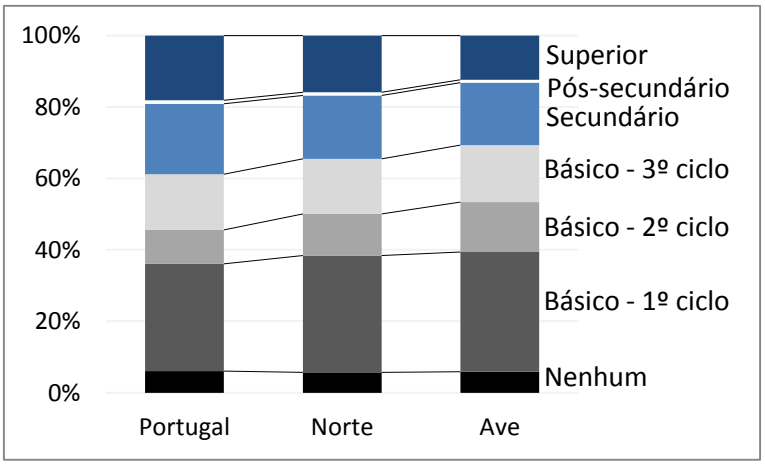
Na última década, a taxa de analfabetismo registou um recuo acentuado, caindo entre 35% e 40%, conforme o concelho, sensivelmente a mesma evolução que se registou no país: em 2011, as pessoas que não sabiam ler nem escrever eram 5% dos residentes do Ave com idade superior a 10 anos, exatamente a mesma

percentagem que no conjunto da Região Norte e 0,2 pontos percentuais menos do que na média do país. No entanto, também aqui se verifica uma significativa heterogeneidade, com os concelhos mais ocidentais do Ave, Famalicão e Guimarães, a apresentarem taxas da ordem dos 4%, sendo estas progressivamente mais elevadas à medida que se avança para o anterior, atingindo valores entre 10% e 11% em Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, Fig. 3.18. Este padrão não é, evidentemente, independente da estrutura etária da população, com os concelhos onde esta está mais envelhecida a apresentarem taxas de analfabetismo mais elevadas.

3.2.2.1. Escolaridade da População Residente

Se, quanto ao analfabetismo, a situação no Ave não se afasta do que ocorre no país, já no domínio da escolaridade atingida pela sua população, o Ave apresenta uma desvantagem significativa face ao conjunto de Portugal e mesmo da Região Norte. Como se observa na Fig. 3.19, os Censos de 2011 permitiu constatar que, no Ave, quase 70% da população com idade igual ou superior a quinze anos não completou mais do que algum dos ciclos do ensino básico, sendo esta percentagem de 65,5% na Região Norte e de 61,2% a nível nacional. Simetricamente, o Ave tem uma menor percentagem da população com níveis de escolaridade mais avançados: em particular, apenas 12,4% da sua população nestes escalões etários completou o ensino superior, quando na Região Norte essa percentagem é de 15,9% e a nível nacional ascende a 18,1%.

Fig. 3.19 – Distribuição da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

Como se pode verificar no Quadro 3.12, os concelhos do Ave apresentam, no entanto, situações muito diversas quanto aos níveis de escolaridade atingidos pela sua população. Famalicão, a par de Guimarães, é o concelho com um perfil de escolaridade mais favorável. Em ambos, os residentes com 15 ou mais anos que não completaram qualquer nível de escolaridade são cerca de 5% do total e os que completaram o ensino pós-secundário ou superior aproximam-se dos 15%. Fafe tem valores próximos, embora ligeiramente menos favoráveis, dos destes dois concelhos. Em contrapartida, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho têm percentagens da população que não completou nenhum nível de escolaridade

bastante mais elevadas, aproximando-se ou ultrapassando os 10%, tendo também uma percentagem de residentes que completaram o ensino pós-secundário ou superior a rondar essa percentagem.

Quadro 3.12 – Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011)

	Nenhum	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Pós-secundário e superior
Cabeceiras	10,7%	33,3%	14,2%	15,1%	15,5%	11,2%
Fafe	6,9%	36,0%	15,7%	14,4%	14,4%	12,6%
Guimarães	5,0%	33,6%	12,8%	17,0%	17,8%	13,8%
Mondim B.	11,4%	39,8%	11,5%	12,6%	15,2%	9,4%
Póvoa L.	8,5%	36,8%	14,4%	13,9%	16,1%	10,3%
V. Minho	9,2%	38,8%	13,4%	13,2%	15,4%	10,1%
V.N.Famalicão	4,8%	30,7%	14,7%	16,1%	19,0%	14,7%
Vizela	5,6%	36,7%	13,4%	18,1%	16,4%	9,9%

(Fonte: INE (Censos 2011))

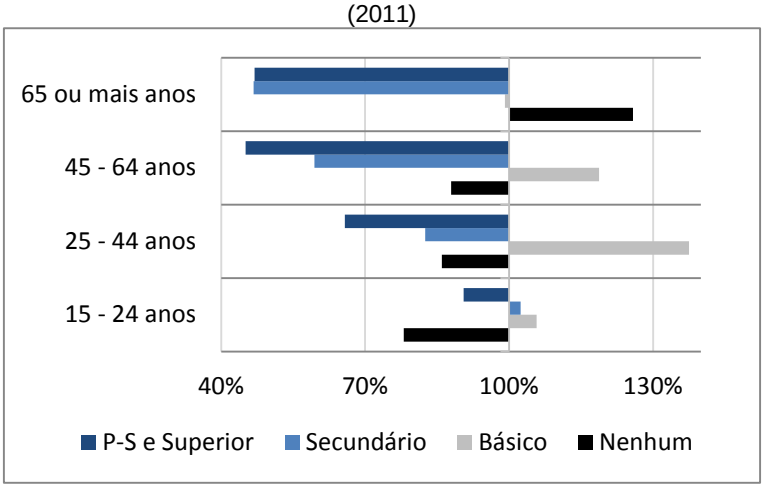
Vizela apresenta, em termos de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos, um perfil peculiar no contexto do Ave. Atrás de Mondim de Basto, é o segundo concelho com mais baixa percentagem de residentes que completaram o ensino pós-secundário ou superior (apenas 9,9%) é, no entanto, e simultaneamente, um dos que apresentam menor percentagem de habitantes sem qualquer nível de escolaridade. Em contrapartida, é o concelho com uma maior percentagem de residentes que completaram o 3º ciclo do ensino básico.

Mesmo os concelhos de Guimarães e Famalicão, que apresentam os níveis de escolaridade mais elevados do Ave, ficam aquém da média da Região Norte neste domínio e bastante aquém da média nacional. A título exemplificativo, os residentes com 15 ou mais anos que completaram o ensino secundário ou um nível mais elevado de escolaridade são 33,8% da população em Famalicão, 34,5% na Região Norte e 38,8% no país.

3.2.2.2. Tendência de Recuperação dos Défices Educacionais

A desvantagem relativa do Ave face ao todo nacional, em termos de escolaridade da sua população residente, tem, no entanto, tendência para se atenuar. A Fig. 3.20 mostra que essa desvantagem é muito menos acentuada no que se refere à população jovem, entre os 15 e 24 anos, do que em escalões etários mais avançados. Concretamente, entre os residentes do Ave com 15 a 24 anos, a percentagem dos que completaram apenas algum ciclo do ensino básico excede a que ocorre na média nacional mas apenas em 5,7%. Quando se passa para a população dos 25 aos 44 anos e dos 45 aos 64 anos, esse diferencial aumenta para 37,5% e 18,7%, respetivamente. Em contrapartida, no Ave, a percentagem da população que completou o ensino pós-secundário ou superior é inferior à média nacional em todos os escalões etários, mas o diferencial é inferior a 10% entre os 15 e os 24, quando é de 34% dos 25 aos 44 anos e ronda os 55% em escalões etários superiores.

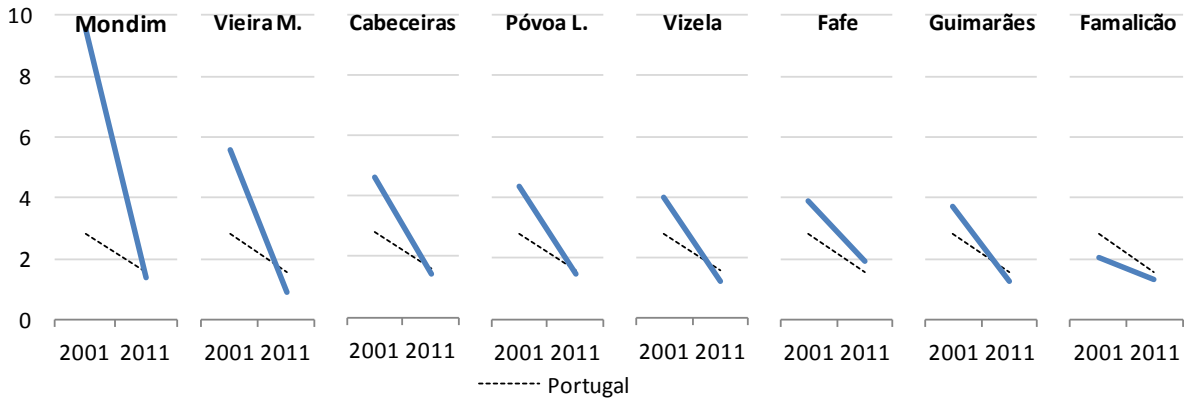
Fig. 3.20 – Peso relativo de cada nível escolaridade na população residente no Ave face a Portugal, por escalão etário (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

A tendência de recuperação dos défices educacionais do Ave é particularmente notória em matéria de abandono escolar, Fig. 3. 21. Aquando dos Censos de 2001, Vila Nova de Famalicão era o único concelho do Ave que apresentava uma taxa de abandono escolar entre os 10 e os 15 anos abaixo da média nacional, que rondava então as três crianças em cada 100. Vieira do Minho e, sobretudo, Mondim de Basto apresentavam situações particularmente preocupantes, com taxas que eram, respetivamente, o dobro e mais do que o triplo da média nacional. Na última década, de acordo com os Censos de 2011, o Ave registou uma melhoria extraordinária neste domínio e todos os seus concelhos, com exceção de Fafe, apresentam agora níveis de abandono escolar abaixo da média do país. O progresso foi particularmente acentuado nos concelhos que apresentavam uma situação de partida mais desfavorável, sendo de assinalar que Vieira do Minho, que começou a década com a segunda situação mais desfavorável, apresentava, em 2011, os níveis de abandono escolar mais reduzidos do Ave (menos de 1 criança em cada 100).

Fig. 3. 21 – Abandono escolar entre os 10 e os 15 anos



(Fonte: INE (Censos 2001 e 2011))

Outros indicadores relativos à população em idade escolar e pré-escolar corroboram a tendência de recuperação das desvantagens educacionais da comunidade do Ave (Quadro 3.13).

Quadro 3.13 – Indicadores escolares, por município (2011/2012)

	Pré-escolar	Básico		Secundário	
	Tx. bruta frequência	Tx. bruta escolarização	Retenção e desistência (%)	Tx. bruta escolarização	Transição e conclusão (%)
Portugal	90,9	117,9	9,9	124,9	79,9
Norte	93,9	117,2	8,4	122,4	83,0
Cabeceiras	91,1	128,8	10,9	104,1	77,3
Fafe	104,4	111,6	6,7	90,4	81,0
Guimarães	92,1	110,2	6,7	96,4	83,2
Mondim	104,8	114,3	13,0	86,9	78,7
Póvoa L.	106,4	116,8	9,4	102,6	81,3
V. Minho	115,1	109,0	9,7	82,3	82,7
V.N.Famalicão	93,9	119,0	6,4	131,2	85,5
Vizela	84,2	120,6	7,5	102,5	82,6

(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013))

A nível das crianças mais novas, dos três aos cinco anos, todos os concelhos do Ave, com exceção de Vizela, apresentam taxas brutas de pré-escolarização acima da média nacional e, em geral, aproximando-se de um valor de 100, correspondente à completa cobertura da população nesta faixa etária. No ensino básico, todos os concelhos do Ave apresentam taxas brutas de escolarização acima de 100, como também acontece a nível nacional, indicando que o número de inscritos é superior à população residente com idade para estar normalmente a frequentar esse nível de ensino. Com exceção de Mondim de Basto e de Cabeceiras de Basto, todos os concelhos apresentam, neste nível de ensino, níveis de retenção e desistência inferiores à média nacional e da Região Norte. Já quanto à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, a maioria dos concelhos do Ave têm índices próximos da centena, apontando para uma integral cobertura da população, com valores claramente superiores em Famalicão e algo inferiores em Fafe e, sobretudo, Mondim de Basto e Vieira do Minho. Com exceção de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, que dela estão muito próximos, todos os concelhos apresentam taxas de transição e conclusão do secundário superiores à média nacional.

Quadro 3.14 – Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012)

	3º ciclo – Básico		Ensino secundário	
	C. Prof.	C. Educ. Form.	C. Prof.	C. Educ. Form.
Portugal	0,1%	9,2%	32,6%	0,6%
Norte	0,2%	9,8%	33,8%	0,4%
Ave	0,2%	10,3%	40,6%	0,3%
Cabeceiras de Basto	0,0%	11,4%	30,7%	0,0%
Fafe	0,0%	7,2%	33,7%	0,0%
Guimarães	0,0%	9,8%	34,2%	0,4%
Mondim de Basto	0,0%	7,4%	46,3%	0,0%
Póvoa de Lanhoso	0,0%	16,3%	48,8%	3,1%
Vieira do Minho	0,0%	17,4%	42,3%	0,0%
Vila Nova de Famalicão	0,7%	11,0%	48,8%	0,0%
Vizela	0,0%	6,5%	34,8%	0,0%

(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos próprios)

O combate ao insucesso e ao abandono escolar passa necessariamente pela adaptação da oferta educativa. A nível do ensino secundário, os cursos profissionais têm, no Ave, um peso relativo superior ao que atingem no conjunto do país, Quadro 3.14: no ano letivo de 2011/2012, no Ave, 40,6% dos inscritos neste nível de ensino optaram por um curso profissional, quando a média nacional e da Região Norte ronda um terço. Dentro

da comunidade, a Póvoa de Lanhoso, Famalicão e Mondim de Basto apresentam os níveis mais elevados de frequência de cursos profissionais, próximos dos 50%, enquanto Cabeceiras é o único concelho do Ave abaixo da média nacional nesta matéria. Na Póvoa de Lanhoso, há também 3% de matriculados em cursos de educação e formação, muito acima da média nacional de 0,6%.

Os cursos de educação e formação são mais comuns e frequentados no ensino básico. Também a este nível, o Ave apresenta índices superiores à média nacional, com destaque para Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, concelhos onde mais de 15% dos matriculados no 3º ciclo do ensino básico optam por esta modalidade que, em contrapartida, abrange apenas 7% dos matriculados em Vizela, Mondim de Basto e Fafe.

3.2.2.3. Formação Orientada para Adultos

Os indicadores anteriores apontam para que estejam criadas bases para que o Ave ultrapasse a desvantagem que apresenta em termos de escolaridade da sua população, face ao todo nacional, mas para que isso só aconteça de forma muito gradual, à medida que as novas gerações vão integrando o mercado de trabalho. Evidentemente, os esforços que sejam feitos relativamente à educação e formação de adultos e, em particular, da população ativa, podem acelerar essa convergência. Acrescenta-se que esta convergência se assume como essencial para a resolução de problemas estruturais da sub-região.

Quadro 3.15 – Percentagem da população com 15 anos ou mais matriculada em modalidades de educação/formação orientadas para adultas/os, por município (2011/2012)

	1º ciclo Básico	2º ciclo Básico	3º ciclo Básico	Secundário
Portugal	0,03%	0,16%	0,58%	0,70%
Norte	0,02%	0,22%	0,74%	0,75%
Ave	0,01%	0,25%	0,82%	0,72%
Cabeceiras de Basto	0,09%	0,71%	2,09%	1,50%
Fafe	0,00%	0,12%	0,42%	0,35%
Guimarães	0,00%	0,23%	0,64%	0,47%
Mondim de Basto	0,00%	0,00%	0,61%	0,00%
Póvoa de Lanhoso	0,01%	0,23%	0,41%	0,43%
Vieira do Minho	0,00%	0,00%	0,06%	0,21%
Vila Nova de Famalicão	0,00%	0,24%	1,15%	1,08%
Vizela	0,00%	0,65%	0,87%	1,11%

(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos próprios)

O Quadro 3.15 mostra que o Ave apresenta as percentagens da população quase em idade adulta (com mais de 15 anos) a frequentar modalidades de educação/formação a ela dirigidas ligeiramente superiores às médias nacionais e regionais: 1,8% dos residentes no Ave de idade igual ou superior a 15 anos matricularam-se, no ano letivo de 2011/2012, nalgum curso dessa natureza, ficando esta percentagem em 1,7% na Região Norte e 1,5% em Portugal. Esse esforço de recuperação de défices de escolaridade é particularmente visível em Cabeceiras de Basto, onde mais de 4% dos residentes estavam matriculados, bem como em Vizela e Famalicão que apresentam percentagens de cerca de 2,5%. Mondim de Basto e Vieira do Minho, apesar de indicadores pouco favoráveis em matéria de escolaridade, são os concelhos onde uma menor percentagem de residentes estava matriculada nestes cursos.

3.2.3. MERCADO DE TRABALHO

De acordo com os Censos de 2011, dos 425 mil residentes do Ave, cerca de 210 mil estavam no mercado de trabalho, como empregados ou desempregados, sendo portanto a taxa de atividade da ordem dos 49%, ligeiramente acima dos valores médios da Região Norte e do país, Quadro 3.16. Dentro da comunidade do Ave, verifica-se o mesmo padrão de segmentação observada em múltiplos outros domínios. Na zona mais ocidental, Guimarães, Famalicão e Vizela apresentam taxas de atividade superiores a 50%. Em contrapartida, a oriente, Mondim de Basto e Vieira do Minho, os concelhos com população mais envelhecida, apresentam taxas de atividade muito baixas, de apenas 36%, e Cabeceiras de Basto ultrapassa marginalmente o limiar dos 40%. Entre estas duas zonas, a Póvoa do Lanhoso e Fafe apresentam taxas de atividade de 43% e 46%, respetivamente.

À data dos Censos, a taxa de desemprego no Ave (14,6%) era praticamente idêntica à média da Região Norte (14,5%) e cerca de um ponto percentual e meio superior à média nacional (13,2%). As taxas de desemprego tendiam a ser maiores no interior da comunidade do que na sua zona mais ocidental mas a Póvoa de Lanhoso fugia a este padrão apresentando a taxa mais baixa de todo o Ave (13,2%), enquanto Famalicão apresentava umas das taxas mais elevadas (14,9%).

Quadro 3.16 – Emprego e Desemprego (2011)

	Desempregados	Empregados	Tx. Desemprego	Tx. Atividade
Portugal	662 180	4 361 187	13,2%	47,6%
Norte	254 182	1 501 883	14,5%	47,6%
Ave	30 546	178 953	14,6%	49,2%
Cabeceiras de Basto	1 016	5 742	15,0%	40,4%
Fafe	3 465	19 880	14,8%	46,1%
Guimarães	11 576	69 615	14,3%	51,4%
Mondim de Basto	403	2 326	14,8%	36,4%
Póvoa de Lanhoso	1 243	8 170	13,2%	42,9%
Vieira do Minho	778	3 989	16,3%	36,7%
Vila Nova de Famalicão	10 248	58 368	14,9%	51,3%
Vizela	1 817	10 863	14,3%	53,4%

(Fonte: INE (Censos 2011); cálculos próprios)

3.2.3.1. Emprego

A estrutura setorial do emprego é uma dimensão em que o Ave se distingue claramente do conjunto do país e, mesmo, da Região Norte, Quadro 3.17. O elemento fulcral desta singularidade é o elevado peso da indústria transformadora que, nesta comunidade, representa quase 40% do emprego, quando não vai além de 24% na Região Norte e se fica pelos 16% no conjunto de Portugal. O comércio é o segundo setor mais relevante no emprego no Ave, com 15,7%, um pouco aquém dos quase 17,5% verificados no país e na Região Norte. Segue-se-lhe a construção, com 9,1%, a educação, com 7,2%, e as atividades de saúde humana e apoio social, com 5,6%. Em conjunto, estes cinco setores representam mais de três quartos do emprego no Ave, nenhum outro atingindo o limiar de 5% do emprego na comunidade.

Quadro 3.17 – Estrutura setorial (CAE) do emprego (2011)

	Portugal	Norte	Ave
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3,1%	2,9%	1,5%
Indústrias extrativas	0,3%	0,3%	0,3%
Indústrias transformadoras	16,4%	24,1%	39,4%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,6%	0,6%	0,4%
Captação, trat. e distr. de água; saneamento, g. resíduos e desp.	0,7%	0,6%	0,5%
Construção	8,5%	10,0%	9,1%
Comércio p/ grosso e retalho; reparação de veículos aut. e mot.	17,3%	17,4%	15,7%
Transportes e armazenagem	3,7%	2,9%	1,9%
Alojamento, restauração e similares	6,7%	5,4%	4,5%
Atividades de informação e de comunicação	2,3%	1,5%	0,8%
Atividades financeiras e de seguros	2,4%	1,7%	1,1%
Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	0,3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,1%	3,5%	2,6%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4%	3,3%	2,1%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	7,2%	5,2%	3,6%
Educação	8,6%	8,5%	7,2%
Atividades de saúde humana e apoio social	8,2%	7,3%	5,6%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,0%	0,8%	0,6%
Outras atividades de serviços	2,0%	1,9%	1,9%
Atividades das famílias emp. pess. dom. e prod. p/ uso próprio	1,9%	1,8%	0,9%
Ativ. dos organismos internacionais e out. inst. extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%

(Fonte: INE (Censos 2011); cálculos próprios)

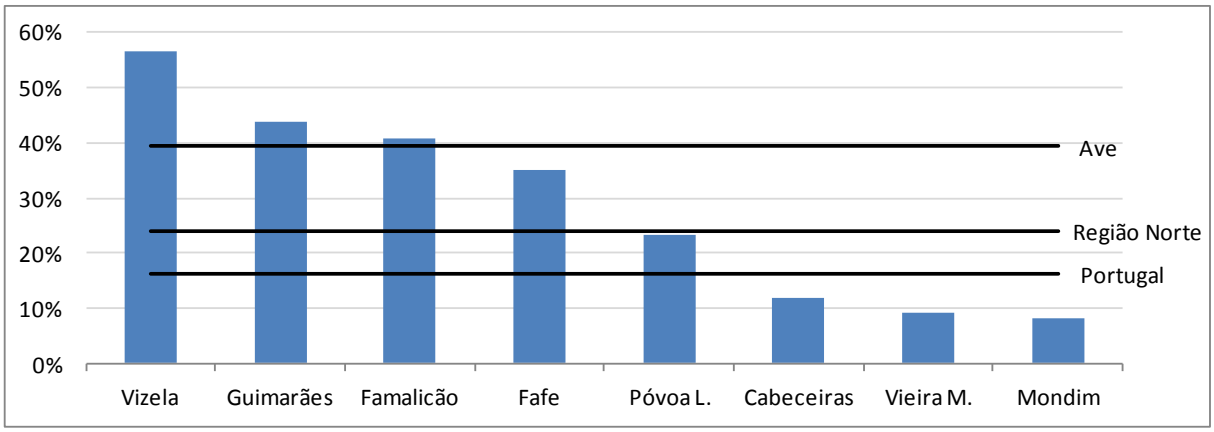
O elevado peso da indústria transformadora tem como contrapartida uma representação da maioria das restantes atividades económicas aquém do que acontece no resto do país. Desde logo, a "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" não vai além de 1,5% do emprego, apenas metade do peso que tem a nível nacional.[11] Mas é, sobretudo, nas atividades de serviços que esta diferença tem mais expressão: as

[11] Pela própria inserção espacial do seu tecido industrial, no Ave, é comum a conjugação do emprego industrial com uma atividade agrícola complementar, pelo que o reduzido peso da agricultura no emprega subestima seguramente a sua relevância económica e social.

atividades relacionadas com a educação, a saúde e a administração pública representam um quarto do emprego no país mas não vão além de 16% do emprego do Ave.

A estrutura setorial do emprego é, no entanto, muito heterogénea entre os concelhos do Ave. O peso da indústria transformadora, que é o seu traço fundamental, atinge os 57% em Vizela e ultrapassa os 40% em Guimarães e Famalicão mas não chega sequer a 10% em Mondim de Basto e Vieira do Minho, pouco passando desse valor em Cabeceiras de Basto, como se pode verificar na Fig. 3.22.

Fig. 3.22 – Peso da indústria transformadora no emprego (2011)

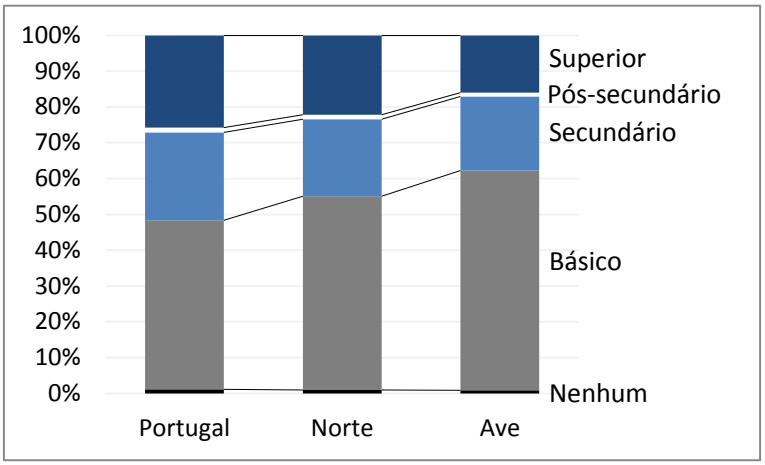


(Fonte: INE (Censos 2011))

A população empregada do Ave apresenta, como se poderia esperar em função das caraterísticas, anteriormente analisadas, da população residente, uma considerável desvantagem relativa face ao resto do país, em termos de escolaridade: 61% dos residentes no Ave empregados, à data do Censos, não tinham ido além do ensino básico, quando esta percentagem é de 54% na Região Norte e de 47% no conjunto do país, Fig. 3.23.

Embora a escolaridade da população empregada demonstre uma considerável heterogeneidade entre os concelhos da comunidade, ela não obedece, neste caso, ao padrão observado noutras matérias: de facto, se Famalicão é o concelho com uma menor percentagem de população empregada que não foi além do básico (58%), o vizinho concelho de Vizela é aquele onde essa percentagem é mais elevada, ultrapassando os 70%, valor muito superior ao que se encontra em concelhos mais interiores, como Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, onde é da ordem dos 61% a 64% Vizela e Famalicão ocupam também as posições extremas no que respeita à percentagem dos empregados com ensino superior.

Fig. 3.23 – População empregada por nível de escolaridade (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

Quadro 3.18 – Proporção da população empregada em profissões socialmente mais valorizadas

	2001	2011
Portugal	15,5%	22,2%
Norte	14,1%	20,8%
Cabeceiras de Basto	8,0%	16,5%
Fafe	11,1%	17,1%
Guimarães	11,1%	17,1%
Mondim de Basto	8,3%	14,2%
Póvoa de Lanhoso	9,2%	12,9%
Vieira do Minho	9,8%	14,1%
Vila Nova de Famalicão	11,8%	17,5%
Vizela	8,6%	12,8%

(Fonte: INE (Censos 2001 e 2011))

A percentagem da população empregada com o ensino superior apresenta uma relação muito próxima com a percentagem do que os Censos chama "profissionais socialmente mais valorizados", que correspondem aos que têm profissões com códigos 1 e 2 na Classificação Portuguesa das Profissões.[12]

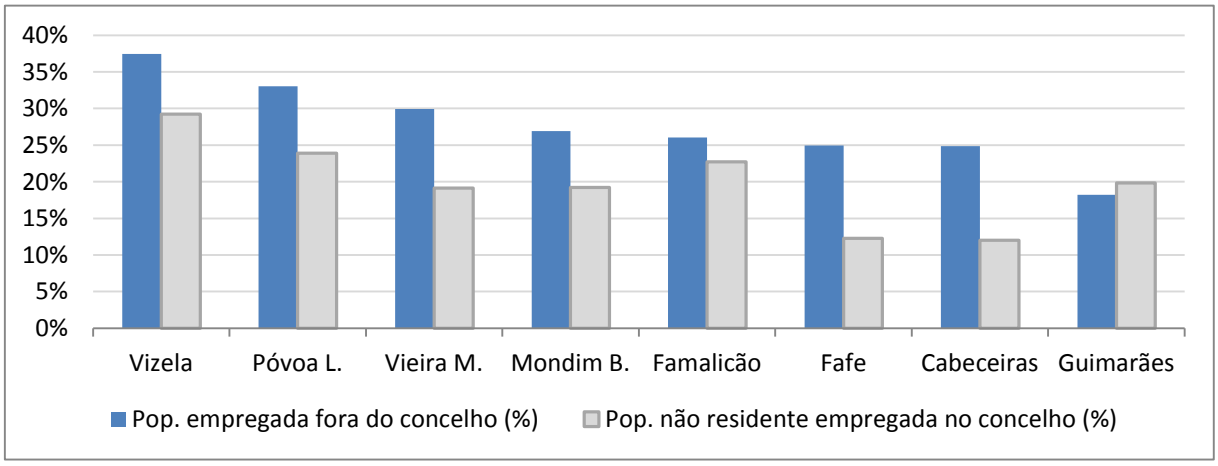
No conjunto do Ave, 16% da população empregada completou o ensino superior e 16,6% têm profissões que recebem esta classificação. Famalicão apresenta as percentagens mais elevadas (17,8% com ensino superior, 17,5% em profissões socialmente mais valorizadas) e Vizela os mais baixos (10,0% com ensino

[12] O nível 1 da CPP corresponde a "Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos" e o nível 2 a "Especialistas das atividades intelectuais e científicas".

superior, 12,8% em profissões socialmente mais valorizadas). É uma matéria em que a comunidade registou uma evolução muito significativa na última década, retratada no Quadro 3.18: o caso mais expressivo é o de Cabeceiras de Basto que mais do que duplicou a proporção de profissionais mais valorizados no espaço de dez anos, mas todos os concelhos do Ave, com a exceção da Póvoa de Lanhoso, registaram um crescimento desta proporção mais acentuado do que o registado a nível nacional.[13] Apesar deste crescimento, o nível deste indicador nos concelhos do Ave varia entre 58% e 79% da média nacional.

Na leitura destes indicadores, deve ser tido em conta que estão organizados em função do local de residência do trabalhador, não do local de exercício da atividade. Ora, existe no Ave uma considerável mobilidade intermunicipal de trabalhadores.

Fig. 3.24 – Extroversão do mercado de trabalho concelhio (2011)



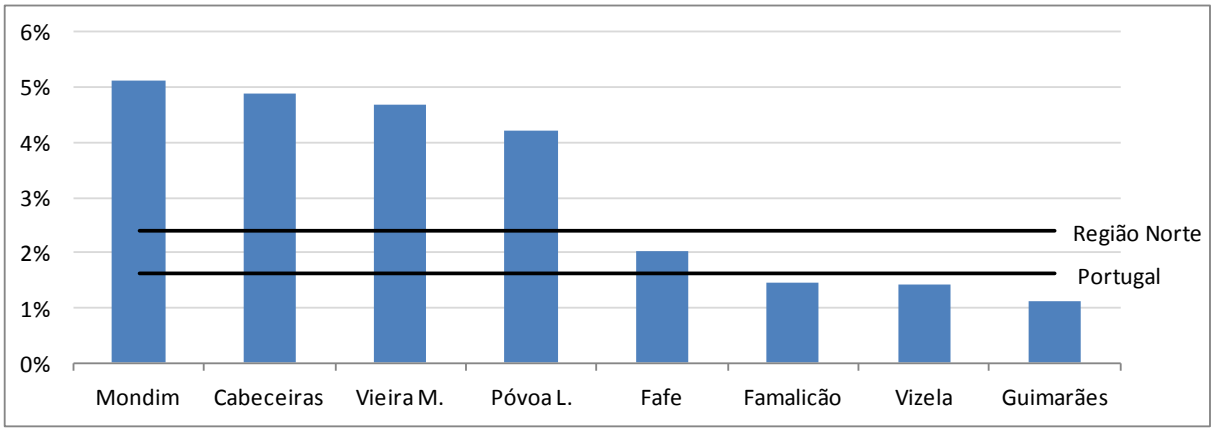
(Fonte: INE (Censos 2011))

Como mostra a Fig. 3.24, na maioria dos concelhos, pelo menos, um quarto da população residente e empregada está empregada fora do concelho. Esta percentagem atinge um máximo de 37,5% em Vizela, sendo Guimarães o concelho em que é mais reduzida (18,2%). Em contrapartida, os não residentes representam também uma fração significativa da população empregada em todos os concelhos. Vizela apresenta, novamente, o valor mais elevado: 29,2% das pessoas aí empregadas residiam, à data dos Censos, noutros concelhos. A maioria dos concelhos apresentam valores deste indicador próximos dos 20%, sendo os valores mais reduzidos da ordem dos 12%, em Cabeceiras de Basto e Fafe.

De assinalar que, nalguns dos Municípios do Ave, à data dos Censos, uma percentagem não negligenciável da população residente empregada tinha o seu local de trabalho no estrangeiro (Fig. 3.25). De facto, embora nos concelhos mais ocidentais do Ave essa percentagem rondasse apenas 1%, sendo inferior à média nacional e regional, nos concelhos mais interiores ascendia a mais de 4% ou até, no caso de Mondim de Basto, a mais de 5% dos residentes empregados.

[13] Entre 2001 e 2011, a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 substituiu a Classificação Nacional de Profissões de 1994.

Fig. 3.25 – Proporção da população residente empregada a trabalhar no estrangeiro (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

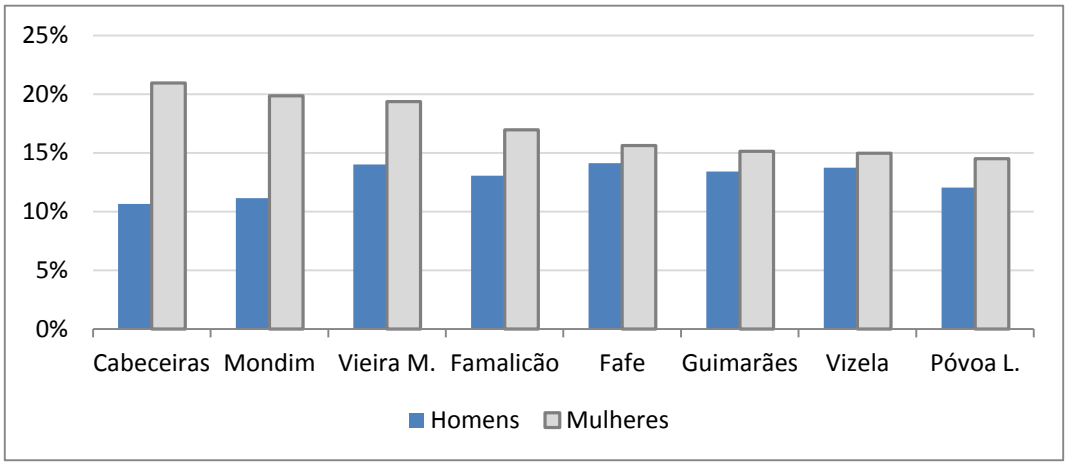
O trabalho no estrangeiro por parte de residentes era particularmente frequente na atividade da construção. Entre os que estavam empregados nesta atividade, a percentagem dos que trabalhavam no estrangeiro variava entre um mínimo de 8,3% em Guimarães e um máximo de 19,8% em Mondim de Basto, com valores acima dos 10% também em Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela.

3.2.3.2. Desemprego

Tal como apresentado no Quadro 3.14, aquando da realização dos Censos de 2011, o Ave apresentava uma taxa de desemprego de 14,6%, variando entre um mínimo de 13,2% na Póvoa de Lanhoso e um máximo de 16,3% em Vieira do Minho.

Tal como acontece no resto do país, em todos os concelhos do Ave o problema do desemprego atinge mais o sexo feminino do que o masculino. No entanto, o diferencial entre os dois é muito variável. Em concelhos como Fafe, Guimarães e Vizela, o desemprego feminino excede em um a dois pontos percentuais o masculino, sensivelmente o diferencial que se verifica para o todo nacional. A Póvoa de Lanhoso não se afasta muito destes valores, com um diferencial de 2,5 pontos. A assimetria entre a situação dos dois sexos acentua-se, contudo, em Famalicão (3,9 p.p.) e Vieira do Minho (5,3 p.p.) e atinge níveis muitíssimo elevados em Mondim de Basto (8,7 p.p.) e Cabeceiras de Basto (10,3 p.p.). De notar que estes dois concelhos são, simultaneamente, aqueles em que o desemprego masculino é mais baixo e em que o desemprego feminino é mais alto em todo o Ave, Fig. 3.26.

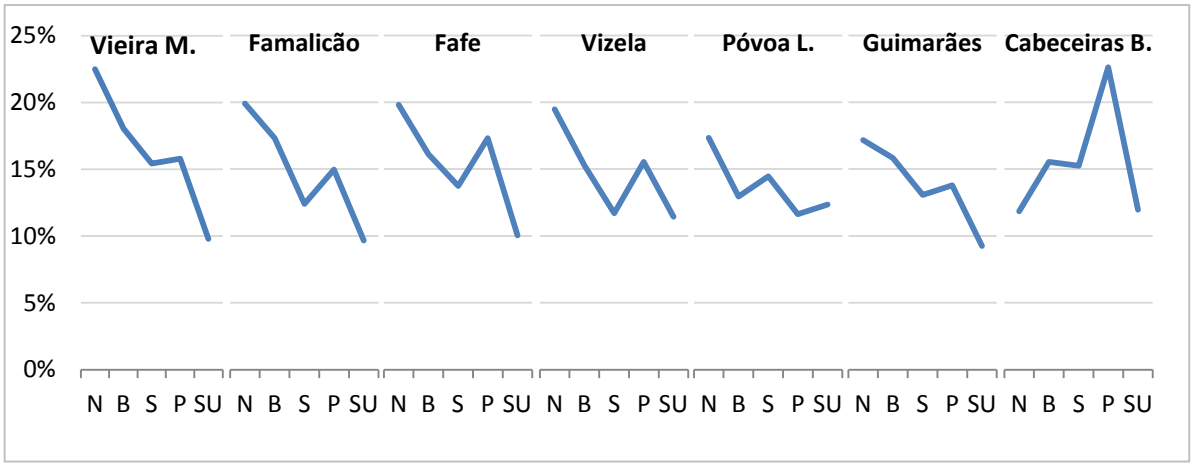
Fig. 3.26 – Taxa de desemprego por sexo (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

As estatísticas dos concelhos do Ave mostram, de uma forma geral, uma clara relação negativa entre nível de escolaridade e taxa de desemprego, Fig. 3.27. A taxa de desemprego é, em média, de 18,4% entre os residentes sem nenhum nível de escolaridade, desce para 16,2% entre os que completaram algum nível do ensino básico, para 13% entre os que completaram o secundário e para 9,8% entre os que completaram o ensino superior. O ensino pós-secundário, que tem escassa representação na população, é o único que se desvia desta relação negativa, tendo, no conjunto do Ave, uma taxa de desemprego de 15%, acima, portanto, da que apresentam os residentes que se ficaram pelo ensino secundário.

Fig. 3.27 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade (2011)

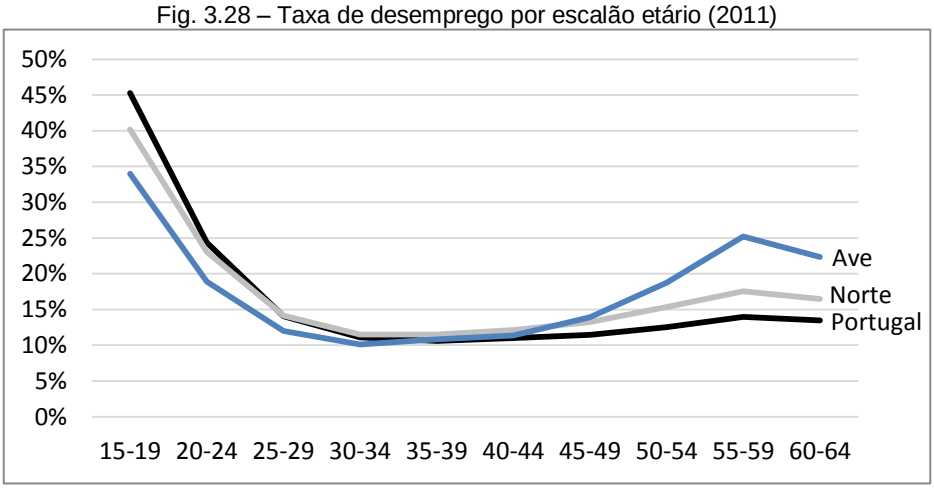


(Fonte: INE (Censos 2011); Notas: N – nenhum nível de escolaridade; B – ensino básico; S – ensino secundário; P – ensino pós-secundário; SU – ensino superior)

A relação negativa entre escolaridade e desemprego é patente em todos os concelhos, embora com algumas particularidades na Póvoa de Lanhoso e em Cabeceiras de Basto. No primeiro destes concelhos, o impacto da escolaridade no desemprego parece mais ténue do que nos restantes, apresentando os residentes que têm apenas o ensino básico uma taxa de desemprego ligeiramente mais baixa do que os que completaram o secundário. Em contrapartida, a Póvoa de Lanhoso é o único concelho onde o ensino pós-secundário está associado a uma taxa de desemprego mais baixa do que o secundário. Em Cabeceiras de Basto, a existência de uma baixa taxa de desemprego entre os residentes sem nenhum grau de escolaridade e, em contrapartida, de uma alta taxa de desemprego entre os que fizeram estudos pós-secundários oculta a relação negativa entre escolaridade e desemprego que seria visível se se considerassem apenas as situações, muito mais frequentes, de residentes com ensino básico, secundário e superior.

A taxa de desemprego no Ave, tal como no conjunto do país, está fortemente relacionada com o escalão etário, sendo maior entre os jovens e os que se aproximam da idade da reforma do que em escalões etários intermédios. Entre os 15 e os 19 anos, a taxa de desemprego no Ave ronda os 35%, valor que, apesar de extremamente elevado, fica aquém dos registados no conjunto da Região Norte e no país. Como mostra a Fig. 3.28, a taxa cai depois progressivamente até se atingir o escalão dos 30 aos 34 anos, para o qual é de cerca de 10%. Em todos estes escalões, o Ave apresenta taxas de desemprego menores do que a Região Norte e Portugal, embora o diferencial se estreite à medida que a idade aumenta. Entre os 30 e os 44 anos, a taxa permanece sensivelmente igual, na casa dos 10 a 11%. A partir dessa idade, no entanto, a taxa de desemprego no Ave cresce rapidamente e torna-se consideravelmente superior à registada a nível regional e nacional. A partir dos 55 anos, a taxa de desemprego no Ave excede os 20%.

Fig. 3.28 – Taxa de desemprego por escalão etário (2011)



(Fonte: INE (Censos 2011))

Existe ainda a possibilidade de se verificar como tem evoluído o desemprego nos anos mais recentes, o que se revela interessante, principalmente pelo facto de ser possível analisar como a crise tem afetado a dinâmica desta variável na sub-região do Ave.

Quadro 3.19 – População desempregada por o Tempo de Inscrição no IEFP (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013)

	Em dezembro de 2011		Em dezembro de 2012		Em dezembro de 2013	
	Inscrito há menos de 1 ano	Inscrito há 1 ano ou mais	Inscrito há menos de 1 ano	Inscrito há 1 ano ou mais	Inscrito há menos de 1 ano	Inscrito há 1 ano ou mais
CIM do Ave	17 724	13 183	18 417	17 563	14 775	17 485
Cabeceiras de Basto	676	660	760	752	683	780
Fafe	1 960	1 816	2 267	2072	1 691	1 994
Guimarães	7 316	6 220	6 774	7 281	5 313	7 002
Mondim de Basto	284	196	270	263	293	275
Póvoa do Lanhoso	645	498	928	615	850	683
Vieira do Minho	463	411	540	443	625	437
Vila Nova de Famalicão	5 399	4 270	5 876	5 118	4 644	5 358
Vizela	981	928	1 002	1019	676	956

Fonte: IEFP, Concelhos, Estatísticas Mensais

Verifica-se que o desemprego de longa duração, comparando os meses de dezembro dos anos em análise, tem aumentado na CIM do Ave desde 2011 até 2013, embora se encontre um aumento significativamente mais acentuado de dezembro de 2011 para dezembro de 2012, do que de dezembro de 2012 para dezembro de 2013. Já o número de desempregados do território da CIM do Ave inscritos há menos de 1 ano aumentou do ano de dezembro de 2011 para dezembro de 2012, e diminuiu de dezembro de 2012 para dezembro de 2013. Ambas as evoluções registadas aparentam registar tendências positivas para o Ave, a primeira pelo abrandamento do aumento do número de desempregados inscritos e a segunda pela efetiva diminuição do número de desempregados inscritos. Destaca-se que o concelho de Guimarães diminuiu ao longo de todo o período em análise o número de inscritos no IEFP há menos de 1 ano. Nenhum dos concelhos registou uma evolução positiva do número de inscritos no IEFP há mais de 1 ano ao longo de todo o período em análise.

Analisada a tendência do desemprego mediante este se trate de desemprego de curta ou longa duração, importa de seguida verificar a tendência que tem seguido o desemprego pelo ponto de vista das classes etárias mais afetadas pelo mesmo e pelo ponto de vista dos níveis de formação dos indivíduos inscritos no IEFP também mais afetados por ele. Esta análise permitirá uma tomada de decisão mais informada ao nível das ações a tomar para o combate ao desemprego e definir qual deverá ser o maior foco das mesmas.

Quadro 3.20 – População desempregada por Grupo Etário (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013)

	Em dezembro de 2011				Em dezembro de 2012				Em dezembro de 2013			
	<25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos	<25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos	<25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 e + anos
CIM do Ave	3 865	5 505	14935	8 418	4 672	6 560	16459	8 289	4 378	5 851	14262	7 769
Cabeceiras de Basto	215	298	630	193	305	330	684	193	275	296	704	188
Fafe	533	741	1 512	990	661	866	1 771	1 041	642	678	1 469	896
Guimarães	1 499	2 066	6 228	3 743	1 685	2 388	6 380	3 602	1 474	2 139	5 311	3 391
Mondim de Basto	89	90	223	78	92	114	238	89	115	120	238	95
Póvoa do Lanhoso	142	233	503	265	193	330	725	295	239	307	683	304
Vieira do Minho	108	190	384	192	129	184	473	197	152	218	491	201
V. N. de Famalicão	1 063	1 623	4 568	2 415	1 360	2 045	5 240	2 349	1 286	1 814	4 678	2 224
Vizela	216	264	887	542	247	303	948	523	195	279	688	470

Fonte: IEFP, Concelhos, Estatísticas Mensais

Relativamente à evolução mais recente do desemprego, analisada por grupos etários, para o final do mês de dezembro de 2011, de 2012 e de 2013, verifica-se, como expectável mediante o analisado anteriormente, uma evolução geral negativa comparando dezembro de 2011 com dezembro de 2012 e uma evolução positiva comparando dezembro de 2012 com dezembro de 2013, para todos os grupos etários inscritos no IEFP. Contudo, comparando dezembro de 2011 com dezembro de 2013, verifica-se que no global apenas o grupo etário dos 35 aos 54 anos registou uma diminuição do número de inscritos no IEFP. Ainda assim este grupo etário é o que se revela significativamente mais afetado pelo desemprego em todos os concelhos pertencentes à CIM do Ave, seguindo-se pelo grupo etário composto por indivíduos com 55 ou mais anos. Identificam-se assim maiores níveis de desemprego para indivíduos com uma idade mais avançada para o período em análise. Os concelhos de Guimarães e Vizela destacam-se por registarem uma evolução positiva no que respeita ao número de desempregados inscritos no IEFP do grupo etário mais jovem, quando comparados os valores de dezembro de 2011 com os de dezembro de 2013.

Quadro 3.21 – População desempregada por Níveis de Escolaridade (no final do mês de dezembro de 2011, 2012 e 2013)

	Em dezembro de 2011					Em dezembro de 2013				
	< 1º ciclo EB	1º ciclo EB	2º e 3º ciclo EB	Secund.	Superior	< 1º ciclo EB	1º ciclo EB	2º e 3º ciclo EB	Secund.	Superior
CIM do Ave	1 340	12363	11481	5 003	2 536	1 347	9 999	10514	5 951	3 909
Cabeceiras de Basto	77	310	620	226	103	72	319	582	338	152
Fafe	138	1 419	1 368	498	353	168	1 153	1 272	591	501
Guimarães	514	5 653	4 395	1 990	984	437	4 321	3 370	2 097	1 550
Mondim de Basto	32	149	165	100	34	47	150	170	141	60
Póvoa do Lanhoso	48	429	367	199	100	72	499	537	272	153
Vieira do Minho	34	298	367	114	61	32	304	425	188	113
V. N. de Famalicão	374	3 278	3 591	1 643	783	430	2 655	3 676	2 061	1 180
Vizela	123	827	608	233	118	89	598	482	263	200

Fonte: IEFP, Concelhos, Estatísticas Mensais

Analisando os valores encontrados, no final de dezembro de 2011 e dezembro de 2013 para o desemprego por níveis de ensino dos inscritos no IEFP, verifica-se que o número de desempregados com nível de ensino inferior ao 1º ciclo do ensino básico basicamente se manteve, registando apenas um aumento de 7 indivíduos, que o número de desempregados com o 1º, 2º e 3º ciclo diminuiu e que o número de desempregados inscritos no IEFP com nível de ensino secundário e superior aumentou para o global dos concelhos do Ave no período em análise. Importa evidenciar que esta tendência não reflete a existência de uma relação positiva entre o nível de formação e o desemprego, mas reflete antes um maior nível de formação da população residente no Ave, que mediante melhores condições económicas de contexto levará a maiores níveis de emprego.

3.2.4. QUALIDADE DE VIDA

Termina-se esta caraterização do Ave, no que respeita às pessoas, com uma síntese de outros indicadores, predominantemente quantitativos, sobre domínios, como condições económicas, saúde, a habitação, ambiente, criminalidade e cultura, que constituem dimensões relevantes da qualidade de vida. No entanto, esta não se esgota nestes domínios e os indicadores disponíveis apresentam inúmeras limitações, pelo que o retrato traçado de seguida é apenas indicativo.

3.2.4.1. Condições Económicas

De acordo com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem varia, nos concelhos do Ave, entre os 924,00 € de Famalicão e os 710,34 € de Vizela. Este último valor é apenas três quartos do valor médio da Região Norte, que não é alcançado por nenhum concelho do Ave. Tomando antes como referência a média de Portugal continental, os valores registados no Ave variam entre 85% em Famalicão e, apenas, 65% em Vizela. De assinalar, o valor relativamente elevado, no contexto do Ave, registado em Vieira do Minho, bastante próximo do de Famalicão.

O ganho médio mensal deve, no entanto, ser encarado com cautela, enquanto variável descritiva da realidade municipal, uma vez que retrata apenas o que se passa com os trabalhadores por conta de outrem que trabalham a tempo inteiro. O índice de poder de compra, calculado pelo INE, procura retratar o que se passa com a totalidade dos residentes, independentemente da fonte dos seus rendimentos.[14] De acordo com este indicador, o poder de compra médio dos residentes nos concelhos do Ave varia entre 57% e 86% da média nacional e não atinge, em nenhum caso, a média da Região Norte. A ordenação dos concelhos, nesta matéria, repete a já encontrada em muitas outras variáveis: Guimarães e Famalicão apresentam os valores mais favoráveis, rondando os 85, seguidos já a considerável distância por Vizela. Seguem-se-lhe, com valores próximos, Fafe e a Póvoa de Lanhoso, não ficando Vieira do Minho muito distante. Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto apresentam os mais baixos níveis de poder de compra.

Uma terceira imagem sobre as condições económicas dos habitantes do Ave resulta da análise do consumo de energia elétrica, Quadro 3.22. O consumo médio por habitante varia, no Ave, entre 71% e 92% da média nacional. Famalicão apresenta o consumo mais elevado e Cabeceiras e Mondim de Basto os mais reduzidos. Os restantes concelhos apresentam, nesta matéria, valores relativamente semelhantes, sendo de notar que a Póvoa de Lanhoso apresenta o segundo nível de consumo mais elevado.

[14] O índice de poder de compra não é observado diretamente. Trata-se de um indicador de síntese, determinado estatisticamente pelo INE a partir de um grande número de variáveis (17 na última edição) relacionadas com a capacidade económica dos residentes num concelho como, por exemplo, o ganho mensal dos trabalhadores, o número de veículos ligeiros vendidos no concelho, o IRS liquidado ou o valor de compras em terminais de pagamento automático.

Quadro 3.22 – Indicadores de condições económicas (2011)

	Ganho médio mensal	Índice de poder de compra	Consumo doméstico de energia elétrica (KWh. / hab.)
Portugal	1 084,55[15]	100	1 302,3
Norte	949,08	89,22	1 310,1
Cabeceiras de Basto	712,49	57,46	950,0
Fafe	715,78	69,71	1 100,8
Guimarães	816,25	85,78	1 125,5
Mondim de Basto	725,42	57,23	926,9
Póvoa de Lanhoso	763,31	68,37	1 165,0
Vieira do Minho	899,76	66,05	1 120,9
Vila Nova de Famalicão	923,77	83,92	1 197,5
Vizela	710,34	72,06	1 046,1

(Fontes: MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento, INE (Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio) e Direcção-Geral de Energia e Geologia)

Estes três indicadores apontam, portanto, para que o Ave ofereça aos seus habitantes condições económicas inferiores às que caraterizam a média da Região Norte e do País. Dentro do Ave, Famalicão e, com algum desfasamento, Guimarães são os concelhos que apresentam índices mais favoráveis, enquanto Cabeceiras e Mondim de Basto se encontram na situação oposta. Esta dicotomia está bem marcada no recurso a apoios sociais, retratada no Quadro 3.22.

Nos concelhos mais interiores do Ave, entre um quarto e um terço da população residente tem nas reformas e pensões o seu principal meio de vida, em resultado do envelhecimento da população. Simultaneamente, é aí que o valor médio das pensões é mais reduzido, fruto do baixo grau de qualificação do emprego na região e das carreiras contributivas limitadas de muitos dos seus habitantes. Nos concelhos mais ocidentais, Famalicão, Guimarães e Vizela, as pensões médias são substancialmente mais elevadas e a percentagem da população que nelas encontra o seu principal meio de vida é também bastante mais reduzido. Em contrapartida, estes concelhos tinham, já em 2011, 6% a 8% da população cujo principal rendimento era o subsídio de desemprego, quando essa percentagem não atingia os 3% nos concelhos mais interiores.

[15] Valor para Portugal continental.

Quadro 3.23 – Reformas e apoios sociais (2011)

	Percentagem da população com 15 ou mais anos que tem por principal meio de vida …			
	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	RSI + Outros Subsídios + Apoio Social	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)
Portugal	27,4%	3,3%	2,4%	4 742
Norte	26,0%	4,1%	2,9%	4 447
Cabeceiras de Basto	28,8%	2,6%	2,8%	3 410
Fafe	27,9%	4,6%	2,6%	3 762
Guimarães	23,8%	6,4%	2,1%	4 622
Mondim de Basto	31,2%	1,8%	2,8%	3 463
Póvoa de Lanhoso	27,3%	3,0%	2,1%	3 548
Vieira do Minho	33,5%	2,6%	2,5%	3 504
Vila Nova de Famalicão	23,8%	5,7%	2,2%	4 737
Vizela	20,8%	7,8%	1,8%	4 662

(Fontes: INE (Censos 2011) e Instituto de Informática, I.P.)

3.2.4.2. Esperança média de vida e Saúde

A qualidade de vida tem a sua tradução mais crua na sua duração. Em Portugal, não há estatísticas publicadas sobre a esperança média de vida a níveis geográficos mais desagregados do que as NUT III. À falta de dados diretamente correspondentes ao território da CIM do Ave, o Quadro 3.24 apresenta os dados relativos às NUT III que compõem a Região Norte.

Pode constatar-se que a esperança média de vida à nascença apresenta reduzida variabilidade, intrarregional: a NUT III Ave surge, dentro da Região Norte, numa posição intermédia, com um valor de 80,14 anos numa tabela liderada pelo Cávado, com 80,51 e fechada pelo Tâmega (NUT III a que pertencem dois dos concelhos da CIM do Ave), com 79,43. A esperança média de vida no Ave é exatamente igual à média da Região Norte e ligeiramente superior à média nacional.

Também a esperança de vida aos 65 anos apresenta uma reduzida variabilidade, apresentando todas as NUT III da Região Norte valores de cerca de 19 anos.

Quadro 3.24 – Esperança média de vida (2010-2012)

NUT	À nascença	Aos 65 anos
Continente	79,93	18,95
Norte	80,14	18,95
Cávado	80,51	19,41
Entre Douro e Vouga	80,49	19,17
Grande Porto	80,26	19,16
Ave[16]	80,14	18,95
Alto Trás-os-Montes	79,92	19,6
Minho-Lima	79,78	18,95
Douro	79,44	18,98
Tâmega	79,43	18,68

(Fonte: INE (Tábuas Completas de Mortalidade))

O Quadro 3.25 apresenta alguns indicadores no domínio da saúde sendo patente que, em termos médios, o Ave apresenta valores mais favoráveis do que a Região Norte e o país. Dentro da comunidade, estes indicadores estão correlacionados com as caraterísticas demográficas da população, particularmente com a sua estrutura etária. A taxa bruta de mortalidade, bem como as taxas de mortalidade por doenças específicas, são crescentes de ocidente para oriente: Famalicão, Guimarães e Vizela apresentam os níveis mais favoráveis, muito semelhantes entre os três concelhos; Vieira do Minho surge na situação oposta.

Todos os concelhos do Ave apresentam taxas de mortalidade neonatal[17] abaixo da média nacional e só Fafe excede, embora por pequena margem, a taxa de mortalidade infantil[18] nacional.

[16] NUT III cujo território só parcialmente se sobrepõe com o da comunidade intermunicipal do Ave.
[17] Morte de crianças com menos de 28 dias de idade.
[18] Morte de crianças com menos de um ano de idade.

Quadro 3.25 – Indicadores de saúde

	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Tx. mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)	Tx. mortalidade por tumores malignos (‰)	Tx. quinq. mortalidade infantil (‰) por Local de residência	Tx. quinq. mortalidade neonatal (‰) por Local de residência da mãe
	2012			2008-2012	
Portugal	10,2	3,1	2,4	3,2	2,1
Norte	9	2,6	2,2	2,8	1,8
Ave	7,8	2,2	1,9	2,5	1,7
Cabeceiras de Basto	11,5	3,6	2,9	1,4	1,4
Fafe	9,3	2,8	2,3	3,3	1,9
Guimarães	7,1	2	1,8	2,5	1,9
Mondim de Basto	10,9	3,8	2,3	0	0
Póvoa de Lanhoso	9,4	2,7	1,8	2,2	0
Vieira do Minho	14,1	5,2	2,6	0	0
Vila Nova de Famalicão	7,1	1,8	1,8	1,5	0,7
Vizela	6,9	2,1	1,8	1,9	1,9

(Fontes: INE (Indicadores Demográficos))

3.2.4.3. Habitação

Os alojamentos não clássicos (barraca ou casa rudimentar de madeira ou móvel ou improvisado ou noutro local) são substancialmente menos frequentes no Ave do que no conjunto do país, não ultrapassando, na maioria dos concelhos, 0,02% do total de alojamentos. Este limiar apenas é ultrapassado em Vieira do Minho (0,05%), Famalicão (0,06%) e, sobretudo, em Vizela (0,11%) que iguala a média nacional.

O Ave apresenta, contudo, indicadores menos favoráveis no que respeita à disponibilidade de infraestruturas básicas (eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada, instalações de banho ou duche) nos alojamentos clássicos. Nesta matéria há, novamente, uma clara segmentação entre as zonas mais ocidentais e mais interiores da comunidade: em Guimarães, Famalicão e Vizela, a percentagem de alojamentos sem alguma destas infraestruturas é igual ou inferior à média nacional e claramente mais favorável do que a média da Região Norte; em contrapartida, em Vieira do Minho, Mondim e Cabeceiras de Basto, este problema ocorre com uma frequência que é cerca do dobro da verificada no conjunto do país.

Quadro 3.26 – Indicadores de habitação (2011)

	Proporção de alojamentos não clássicos	Proporção de alojamentos familiares clássicos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica	Proporção de alojamentos sobrelotados
Portugal	0,11%	1,9%	11,4%
Norte	0,06%	2,5%	11,7%
Cabeceiras de Basto	0,02%	4,5%	12,1%
Fafe	0,02%	2,8%	10,0%
Guimarães	0,01%	1,5%	12,6%
Mondim de Basto	0,02%	4,4%	10,2%
Póvoa de Lanhoso	0,00%	3,3%	9,6%
Vieira do Minho	0,05%	3,6%	11,2%
V. N. Famalicão	0,06%	1,7%	11,1%
Vizela	0,11%	1,9%	14,8%

(Fontes: INE (Censos 2011))

Já quanto à sobrelotação dos alojamentos[19], a maioria dos concelhos do Ave apresenta níveis próximos da média nacional e regional, embora esta situação seja um pouco mais frequente em Vizela.

[19] De acordo com os Censos 2011, um alojamento era considerado sobrelotado se tivesse divisões a menos em relação às que resultariam da aplicação dos seguintes parâmetros: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos.

3.2.4.4. Criminalidade

Tanto quanto é possível avaliar pelos registos oficiais, o Ave é uma comunidade com índices de criminalidade abaixo da média nacional e da Região Norte.

A maioria dos concelhos apresenta uma taxa total de criminalidade anual correspondente a 2 a 3% dos seus residentes. Vieira do Minho é o único concelho onde esta taxa ultrapassa a média nacional. Os concelhos mais povoados e urbanizados, Guimarães e Famalicão, apresentam os índices globais de criminalidade mais reduzidos mas são acompanhados de perto por Cabeceiras de Basto.

Quadro 3.27 – Indicadores de criminalidade (2012)

	Contra a integridade física	Contra o património	Furto / roubo por esticão e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Total
Portugal	0,54%	2,09%	0,14%	0,47%	0,24%	0,15%	3,86%
Norte	0,52%	1,70%	0,08%	0,44%	0,19%	0,11%	3,24%
Cabeceiras B.	0,43%	1,02%	0,01%	0,10%	0,41%	0,12%	2,71%
Fafe	0,40%	1,49%	0,03%	0,23%	0,14%	0,07%	2,79%
Guimarães	0,38%	1,24%	0,07%	0,36%	0,09%	0,07%	2,21%
Mondim B.	0,59%	1,28%	0,03%	0,15%	0,08%	0,04%	2,96%
Póvoa L.	0,48%	1,43%	0,02%	0,23%	0,27%	0,07%	3,43%
V. Minho	0,57%	1,74%	-	0,14%	0,39%	0,10%	4,35%
V.N.Famalicão	0,42%	1,25%	0,04%	0,28%	0,11%	0,08%	2,48%
Vizela	0,42%	1,15%	0,08%	0,25%	0,35%	0,21%	2,85%

(Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça)

Em termos de crimes contra a integridade física, a situação é semelhante à verificada para o conjunto dos crimes, com Guimarães e Famalicão, acompanhados por Fafe e Vizela, a apresentarem os níveis mais baixos e Mondim de Basto e Vieira do Minho os mais elevados, sendo estes dois últimos concelhos os únicos a ultrapassar a média nacional e regional.

A distribuição intracomunitária é semelhante no que respeita aos crimes contra o património, embora nesse caso Cabeceiras de Basto apresente os níveis mais baixos do Ave. Nesta matéria, todos os concelhos ficam aquém da média nacional e só Vieira do Minho ultrapassa ligeiramente a média da Região Norte. Deve ser

tido em conta que, nos concelhos menos populosos, estas taxas *per capita* correspondem a valores absolutos muito reduzidos.

3.2.4.5. Qualidade ambiental

Os concelhos mais populosos do Ave apresentam uma situação em termos de recolha seletiva de resíduos urbanos idêntica à verificada na média da Região Norte (15%) e algo inferior à registada a nível nacional. Vieira do Minho destaca-se por níveis de recolha seletiva muito superiores aos habituais no nosso país, ficando os restantes concelhos abaixo da média regional.

Quadro 3.28 – Indicadores ambientais

			População servida por …		
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) 2011	Água segura (%) 2012	…Sistemas de abastecimento de água (%) 2009	…Sistemas de drenagem de águas residuais (%) 2009	… Estações de tratamento de águas residuais (%) 2009
Portugal (Continente)	15	98,09	96	84	74
Norte	13	97,32	92	76	65
Cabeceiras B.	11	95,97	75	34	34
Fafe	12	98,54	90	-	-
Guimarães	13	99,92	-	-	78
Mondim B.	11	96,61	55	-	-
Póvoa L.	12	96,75	71	36	40
Vieira M.	24	95,43	100	47	30
V.N.Famalicão	13	99,71	83	56	59
Vizela	11	99,89	-	-	63

(Fontes: Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos e INE (Estatísticas dos Resíduos Municipais e Inquérito ao Ambiente))

Todos os concelhos do Ave apresentam uma percentagem de água considerada segura, correspondente à percentagem de água controlada e de boa qualidade, superior a 95%. Nos concelhos mais ocidentais, Famalicão, Guimarães e Vizela, essa percentagem está muito próxima dos 100%, superando as médias

nacionais e regionais. Nos restantes concelhos, os valores rondam os 96% a 98%, muito próximo da média da Região Norte.

Os dados estatísticos sobre os sistemas de abastecimento de águas e sobre os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são já algo desatualizados e parcelares. Apontam, ainda assim, para que a comunidade do Ave apresente problemas substanciais nesta matéria, com a maioria dos concelhos a apresentarem índices algo distantes da média nacional e, mesmo, da Região Norte.

3.2.4.6. Consumo cultural

A maioria dos indicadores no domínio cultural não é disponibilizada, ou tem escassa fiabilidade, ao nível geográfico do município. Por este motivo, o

Quadro 3.29 apresenta alguns dados relativos a consumos culturais apurados ao nível de NUTS III.

A NUTS III Ave, que engloba a maioria dos concelhos da CIM do Ave, apresenta níveis de consumo cultural consideravelmente inferiores à média portuguesa e da Região Norte: o aspeto em que menos delas se afasta, em termos de consumo por habitante, é o das visitas a museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, com um valor anual de 0,9 para uma média nacional de 1,3; quanto aos espetáculos ao vivo, o Ave apresenta um valor de 0,2 que é apenas um quarto da média nacional, tal como também acontece quanto às visitas a galerias de arte; finalmente, em termos de venda de publicações periódicas, o Ave regista um valor de 2,7 que é cerca de um décimo da média nacional.

O Tâmega, NUTS III em que se estão enquadrados os Municípios de Cabeceiras e Mondim de Basto, pertencentes à CIM do Ave, apresenta uma situação globalmente comparável, um pouco melhor do que o Ave nuns indicadores e pior noutros.

Para além de se referirem a unidades territoriais não coincidentes com as CIM, os indicadores anteriores têm diversos problemas de interpretação. Além disso, referem-se a 2011 sendo que, nalguns casos, a iniciativa Guimarães Capital Europeia da Cultura resultou em variações expressivas que haverá que verificar se são sustentadas. Apesar destas limitações, é indesmentível que esta é uma área em que o Ave se distancia ainda de outras zonas do país, particularmente das duas áreas metropolitanas.

Quadro 3.29 – Indicadores de consumos culturais (2011)

	Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante	Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante	Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante	Exemplares vendidos de publicações periódicas por habitante
Portugal	1,3	0,8	0,8	29,9
Norte	0,9	0,7	0,8	19,6
Minho-Lima	0,5	0,6	1,4	3,0
Cávado	0,5	0,4	0,3	21,3
Ave[20]	0,9	0,2	0,2	2,7
Grande Porto	1,8	1,2	1,5	44,7
Tâmega	0,1	0,4	0,2	4,1
Entre Douro e Vouga	0,3	0,5	0,3	2,6
Douro	0,4	1,6	1	2,5
Alto Trás-os-Montes	0,8	0,5	0,6	3,1

(Fonte: INE (Inquérito aos Museus, Inquérito aos Espetáculos ao Vivo, Inquérito às Publicações Periódicas, Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias); cálculos nossos)

[20] NUT III cujo território só parcialmente se sobrepõe com o da comunidade intermunicipal do Ave.

3.2.5. Desenvolvimento Social

Nesta caraterização e diagnóstico, tendo em vista a posterior definição de uma estratégia e plano de ação, foram tidas em conta e cruzadas duas linhas de análise:

- Por um lado, os principais grupos humanos com problemas sociais que carecem de resposta, retomando e aprofundando algumas questões já mencionadas no capítulo relativo às pessoas;
- Por outro lado, os principais agentes que já respondem, ou poderão vir a responder, a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento da sua atuação.

A primeira linha de análise é do mesmo tipo da que serviu de base à organização do Plano de Desenvolvimento Social do Ave 2011-13, aí designada por "organização temática", tendo sido considerados os seguintes temas:

- Envelhecimento;
- Deficiência;
- Crianças e jovens em risco;
- Emprego e qualificação.

Na segunda linha de análise, serão aqui tidas em conta principalmente as seguintes entidades:

- As próprias pessoas e famílias com problemas sociais vistas nas suas capacidades, a apoiar e desenvolver, para dar resposta a esses problemas;
- As IPSS's e outras organizações de economia social;
- As empresas existentes, no que já fazem e podem fazer no sentido do investimento com propósito social;
- Os empreendedores sociais;
- Os estabelecimentos de ensino e formação;
- Os estabelecimentos de saúde;
- As autarquias locais;
- Os organismos da administração central, especialmente os desconcentrados.

Relativamente a estes agentes, colocam-se necessidades de desenvolvimento como as seguintes:

- Capacitação (melhorias em termos de formação do seus dirigentes e do seu pessoal, planeamento estratégico, controle de gestão, sistemas de gestão da qualidade, etc.);
- Progressos no sentido da cooperação, da coordenação e dos mecanismos de resolução de conflitos entre estes agentes com o desenvolvimento de formas de trabalho em rede e de melhor aproveitamento das redes e dos equipamentos já existentes.

Assim sendo, este diagnóstico deverá ser lido de uma forma matricial, cruzando populações alvo e respetivas problemáticas sociais com os agentes mais relevantes que podem responder a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento destes agentes.

3.2.5.1. Principais meios de vida da população

De acordo com os Censos de 2011, no Ave, existem dois grupos de concelhos distintos no que se refere à percentagem da população com 15 anos ou mais que tem por principal meio de vida alguma forma de proteção social (pensões de reforma, subsídio de desemprego, subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional, rendimento social de inserção, outros subsídios temporários e apoio social):

- Em Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto e Vieira do Minho, essa percentagem é superior à média nacional;
- Em contrapartida, em Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela essa percentagem está abaixo da média nacional.

A distribuição é quase semelhante no que se refere à percentagem da população a cargo da família:

- Em Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, essa percentagem é superior à média nacional;
- Em Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela essa percentagem está abaixo da média nacional.

Quadro 3.30 – Distribuição da população com 15 ou mais ano de acordo com o principal meio de vida (2011)

	Rendimento do trabalho	Rendimento da propriedade ou da empresa	Proteção Social	A cargo da família
Portugal	48,23	0,45	33,08	15,38
Continente	48,18	0,46	33,34	15,19
Ave	49,13	0,36	32,67	15,26
Cabeceiras de Basto	40,23	0,46	34,13	21,92
Fafe	45,82	0,33	35,09	16,26
Guimarães	51,21	0,34	32,32	13,68
Mondim de Basto	35,77	0,38	35,84	23,85
Póvoa de Lanhoso	44,11	0,63	32,32	18,69
V. do Minho	35,23	0,42	38,64	22,17
V.N.Famalicão	51,18	0,34	31,66	14,53

Vizela	53,86	0,33	30,35	13,24

Fonte: Censos de 2011

É, pois, nos concelhos de menor densidade e mais interiores que os mecanismos de proteção social e o apoio familiar têm maior importância enquanto principais meios de vida da população. Nestes concelhos (Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho) estes dois mecanismos são o principal meio de vida para mais de metade da população com 15 anos ou mais. Em Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela a situação é diferente: aí os rendimentos do trabalho são o principal meio de vida da população.

3.2.5.2 Envelhecimento

No capítulo referente à demografia, foram já apresentados os índices de envelhecimento da população, Quadro 3.9, através do qual se verifica o dualismo anteriormente referido. No presente subcapítulo confirma-se a importância dos mecanismos de proteção social enquanto principal meio de vida da população:

- Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, registam os índices de envelhecimento da população mais elevados, sendo este índice superior à média nacional (128,6) em Vieira do Minho e Mondim de Basto;
- Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela apresentam índices de envelhecimento da população bastante mais baixos do que no grupo anterior e bem abaixo da média nacional.

É este dualismo que contribui em boa parte para o dualismo observado no ponto anterior sobre os principais meios de vida da população. Este dualismo não significa que só existam problemas de apoio aos idosos nos concelhos menos industrializados e mais interiores. Estes problemas são encontrados em todo o território do Ave, embora com uma natureza diferente em cada uma das duas zonas atrás referidas.

Nos concelhos menos industrializados e mais interiores onde tem tido mais incidência a migração da população para outras zonas do país e estrangeiro, os problemas com os idosos são, muitas vezes, de isolamento, ou de distanciamento relativamente aos seus familiares mais próximos.

Nos outros concelhos é menos assim, mas, mesmo com menor distanciamento relativamente aos seus familiares mais próximos, o cuidado dos idosos por parte destes não é facilmente conciliável com uma atividade remunerada fora de casa, nomeadamente por parte das mulheres que na sociedade portuguesa ainda são quem mais assume esta função no seio das famílias.

Apesar dos grandes progressos que aconteceram nas últimas décadas em termos de expansão de equipamentos e serviços de cuidado dos idosos, nomeadamente, as estruturas residenciais para idosos e os serviços de apoio domiciliário, esta rede ainda não é suficientemente densa para cobrir devidamente as necessidades de apoio a este grupo da população. Pode, por isso, ainda ser necessário alargar a rede destes e doutros equipamentos e serviços de apoio aos idosos. O que se tem verificado, em outros casos de cooperação entre cidades/Municípios , é que a coordenação entre entidades responsáveis pela oferta de equipamentos existentes geralmente é suficiente para maximizar o aproveitamento da capacidade instalada, através do desenvolvimento de estruturas e serviços de interesse comum.

Quadro 3.31 – Estruturas residenciais para idosos e serviços de apoio domiciliário

	Pop. resid. c/ 65 anos ou mais (2011)	Estruturas residenciais para idosos			Serviços de apoio domiciliário		
		N.º de equipam.	Capacidade	N.º de utentes	N.º de equipam.	Capacidade	N.º de utentes
Ave	62 799	67	2 448	2 439	110	3 642	3 281
C. Basto	3 221	4	138	170	9	320	297
Fafe	8 441	9	347	346	13	350	321
Guimarães	21 568	20	876	878	27	685	634
M. Basto	1 609	1	122	122	3	160	147
P. Lanhoso	3 830	6	141	152	11	423	322
V. Minho	2 965	7	149	152	13	370	335
V.N.Famalicão	18 444	17	566	529	31	1226	1 135
Vizela	2 721	3	109	90	3	108	90

(Fonte: Censos de 2011; Carta Social (consultada em 29/01/14))

Para além das sugestões que derivam da caraterização efetuada, identificam-se necessidades de capacitação para inovação social, no âmbito das seguintes áreas:

- Melhoria da qualidade dos serviços prestados e requalificação dos equipamentos de apoio social;
- Melhoria na gestão das organizações prestadoras destes serviços, nomeadamente através da implementação de sistemas de gestão da qualidade[21], sistemas de controlo de gestão e de transparência e reporte de resultados não só para as entidades públicas de tutela, mas também para as restantes partes interessadas;
- Melhoria da qualificação e do apoio às pessoas ao serviço de organizações de cuidados dos idosos e outros cuidadores no sentido de serem capazes de lidar com as situações cada vez mais frequentes de idosos com problemas de saúde mental e doenças neuro degenerativas para os quais a Rede de Cuidados Continuados, apesar da sua expansão e dos seus méritos, não dá resposta.

No âmbito do Projeto Ave Social e em linha com os diagnósticos constantes dos Planos de Desenvolvimento Sociais municipais, o envelhecimento surgiu no Projeto como uma temática prioritária e de cariz estratégico. Verifica-se o aumento da complexidade da problemática associada à diferenciação do perfil dos idosos. Por um lado, é possível encontrar um grupo de idosos associado a baixos rendimentos, baixa literacia e em situação de crescente isolamento social, que procura a rede de respostas existente como facilidade de acesso

[21] Esta implementação pode, mas não tem que ir até à certificação. Mesmo sem certificação, a experiência com organizações desta área mostra que a implementação de sistemas de gestão de qualidade, desde que seja feita de modo participado e sem carga burocrática desnecessária, só por si pode gerar melhorias substanciais no desempenho destas organizações.

a recursos considerados essenciais (e.g. cuidados de saúde, segurança e sociabilidade) e por outro lado emerge um grupo de idosos com maior exigência de qualidade dos equipamentos e com a necessidade social de vivência de um envelhecimento ativo, suscetível de lhe proporcionar oportunidades ocupacionais de desenvolvimento pessoal e de utilidade social. As boas práticas desenvolvidas neste âmbito e no território do Ave têm vindo a responder a ambas as vertentes.

3.2.5.3. Infância e Juventude

O aumento da taxa de atividade das mulheres que aconteceu de forma relativamente rápida nas últimas décadas – particularmente, mas não apenas, nos concelhos mais industrializados – andou desfasado de um ritmo mais lento de expansão da rede de equipamentos e serviços de apoio ao cuidado das crianças. O apoio familiar, nomeadamente por parte dos avós, tem permitido cobrir parte das lacunas a este nível, mas não é suficiente. Acrescentando, a escola também não pode, nem deve suprir todas estas lacunas.

Para agravar a situação, não existem políticas na organização do trabalho das empresas desta zona orientadas para a conciliação do emprego com a maternidade e a paternidade. O que daqui pode resultar são situações de crianças que não têm o devido acompanhamento familiar, ficando algumas delas em situação de risco, ou, pelo menos, sem um desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e não cognitivas que as habilitem para uma vida pessoal e profissional condigna.

Quadro 3.32 – Creches e ATLs

	Pop. res. até 14 anos (2011)	Creches			ATL's		
		N.º de equipam.	Capacidade	N.º de utentes	N.º de equipam.	Capacidade	N.º de utentes
Ave	67 321	104	5 038	4 321	89	5 831	4 532
C. Basto	2 723	3	160	132	n d	n d	n d
Fafe	7 818	12	649	592	13	600	439
Guimarães	24 712	41	1 846	1 586	28	2 184	1 602
M. Basto	1 125	1	50	36	n d	n d	n d
P. Lanhoso	3 570	4	171	172	8	371	287
V. Minho	1 778	1	45	31	1	61	63
V.N.Famalicão	21 617	39	1 922	1 602	30	2 545	2 077
Vizela	3 978	3	195	170	1	70	64

(Fonte: Carta Social (consultada em 29/01/14))

Algumas crianças em situações sociais delicadas acabam por se tornar jovens com comportamentos desviantes e/ou jovens *NEET (not in employment, education or training)*, um problema que tem mais

incidência noutras zonas do país, mas que aqui também existe e que, por isso, deve ser tido em conta nas políticas sociais locais.

Os dados apresentados no Quadro 3.32 apontam no sentido, de uma oferta, em geral, suficiente de equipamentos e serviços de apoio ao cuidado das crianças. As exceções são Póvoa do Lanhoso, para creches e Vieira do Minho, para ATL's, isto devido ao facto de se registar nestes concelhos um número de utentes superior à capacidade dos equipamentos instalados no território.

Posto isto, numa análise a uma escala espacial mais desagregada, são detetadas situações localizadas de excesso de capacidade decorrentes de situações como, por exemplo, duplicações de investimentos em equipamentos e serviços, nomeadamente entre o setor público e o setor privado, a diminuição da população infantil, o desemprego dos pais que, por isso, retiram as crianças das creches e as dificuldades de mobilidade das crianças para acederem a equipamentos e serviços já existentes situados longe do seu local de residência.

No caso da rede institucional de resposta às situações de crianças e jovens em risco a situação atual é de já não haver défices significativos da oferta em relação à procura. O que há aqui, bem como nas outras organizações de apoio à infância, é a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e na gestão das organizações já existentes. Essas melhorias são do mesmo tipo das que foram propostas atrás para o caso das organizações de apoio aos idosos, com o contributo que podem dar nesse sentido programas de formação-ação.

Sem prejuízo de também existirem necessidades de maior e melhor especialização das respostas sociais nos vários domínios do apoio às crianças e jovens, o caso dos que estão em situação de risco coloca desafios especiais em relação aos quais há ainda um grande caminho a percorrer. Cuidar destas crianças e jovens na atualidade não pode ser feito exatamente da mesma forma que no passado. Os técnicos sociais e os cuidadores que lidam com estas situações também estão, eles próprios, expostos a riscos, cuja minimização há ainda muito a discutir e a realizar.

Deve ainda ser referido o trabalho desenvolvido no âmbito do Ave Social. Este tem sido um trabalho de prevenção e proatividade no domínio da educação parental, dirigida às famílias em geral e a famílias com fatores de risco associados, num processo de catalisação das suas competências. Efetivamente, ainda que o alargamento dos espaços de educação formal e a rede de apoio institucional tenham constituído uma realidade nos últimos anos, as figuras parentais (pai, mãe, avós e outras) continuam a ter um papel fundamental no processo educativo das crianças. O apoio a estas figuras, através de programas de intervenção no âmbito da educação parental, integra presentemente as políticas sociais europeias, com o propósito de responder às necessidades de promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral das crianças e jovens. Assim, a parentalidade positiva deverá continuar no âmbito das estratégias intermunicipais desenvolvidas.

3.2.5.4. Pessoas portadoras de deficiência

O Quadro 3.33 apresenta os dados do Censos de 2011 sobre a percentagem de população residente com dificuldades em, pelo menos, uma das seguintes atividades: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender outros ou fazer-se compreender.

Quadro 3.33 - População residente com, pelo menos, uma dificuldade

	Percentagem
Portugal	17,79
Continente	17,88
Cabeceiras de Basto	20,12
Fafe	16,77
Guimarães	14,05
Mondim de Basto	20,21
Póvoa de Lanhoso	17,46
Vieira do Minho	20,49
Vila Nova Famalicão	15,47
Vizela	15,25

(Fonte: Censos de 2011)

A análise do Quadro 3.33, permite verificar que nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho existe uma maior percentagem de população residente com pelo menos uma dificuldade, o que significa que nestes concelhos existe uma maior necessidade de equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência.

Embora existam no território organizações reconhecidas pelas suas boas práticas nos serviços prestados a pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente no que se refere à empregabilidade destas pessoas, há, ainda, carências na rede de equipamentos e serviços nesta área, como se pode deduzir dos dados apresentados no Quadro 3.34. Por exemplo, Vieira do Minho e Mondim de Basto são concelhos onde não existem CAO's.

Ainda no que se refere aos CAO's, para além de completar a rede nas localidades onde são necessários, uma direção de melhoria é o desenvolvimento do trabalho em rede, partilhando boas práticas e os recursos necessários para o efeito.

Os dados apresentados no quadro também indiciam necessidades de desenvolvimento desta rede de equipamentos e serviços nos seguintes domínios:

- Intervenção precoce;
- Serviços de apoio domiciliário.

Embora não sejam evidentes nos dados apresentados, existem outros dois domínios onde há igualmente necessidades e oportunidades de desenvolvimento, identificados no estudo para o Crescimento Inclusivo desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal do Ave e pelo Centro Distrital de Segurança Social de Braga:

- A formação, o apoio psicológico e o apoio noutros domínios aos cuidadores que aqui têm uma atividade que os pode levar a situações de *stress*;
- A partilha de ajudas técnicas, a cooperação com instituições de investigação e desenvolvimento experimental que possam desenvolver novas e melhores soluções técnicas para o cuidado destas pessoas.

Quadro 3.34 – Equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência

	Crianças e Jovens			Adultos								
	(intervenção precoce)[22]			Serviço de Apoio Domiciliário			Centros de Atividades Ocupacionais			Lar Residencial		
	N.º eq.	Cap	N.º ut.	N.º eq.	Cap	N.º ut.	N.º eq.	Cap	N.º ut.	N.º eq.	Cap	N.º ut.
Ave	2	160	186	2	51	51	14	394	405	8	164	167
C. Basto	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1	30	36	1	24	24
Fafe	1	92	118	1	34	34	2	66	75	1	20	20
Guimarães	n.d.	n.d.	n.d.	1	17	17	4	128	128	3	45	47
M. Basto	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
P. Lanhoso	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1	8	8	2	63	64
V. Minho	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
V.N.Famalicão	1	68	68	n.d.	n.d.	n.d.	5	142	137	1	12	12
Vizela	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1	20	21	n.d.	n.d.	n.d.

(Fonte: Carta Social (consultada em 29/01/14))

[22] Além destas respostas, em Fafe, há um lar de apoio para 8 jovens.

3.2.5.5. Outras Problemáticas Sociais

Os grupos atrás referidos não esgotam todas as pessoas com necessidades de apoio social: acrescentam-se obviamente, as pessoas em situação de desemprego, os "novos" pobres, os toxicodependentes, as vítimas de violência doméstica, prostituição e de outras situações de exclusão social. Não esquecer, também, agregados familiares muito pobres, ou pessoas isoladas que não é raro encontrar em situações de habitação muito degradada, quase sem abrigo, não só em zonas urbanas, mas também em zonas rurais.

No que se refere ao desemprego assume especial relevância a situação das pessoas com baixos níveis de qualificação. Será necessário serem desenvolvidas respostas de formação e aprendizagem adaptadas a cada contexto. Aqui pode incluir-se não só a formação em sala, mas também, ou até sobretudo, formação em contexto de trabalho, tanto para colaboradores, como para empresários, adaptando-as às necessidades do mercado de trabalho.

Ainda no que se refere à população em situação de desemprego, ou à procura do 1.º emprego identificam-se como necessárias as seguintes estruturas de apoio ao empreendedorismo social e inclusivo:

- Espaços de *co-working* equipados com *ateliers*, acessíveis a pessoas enquadradas neste grupo, ou seja, com disponibilidades para pagar muito limitadas, espaços onde os indivíduos possam experimentar e desenvolver as suas capacidades para produzir bens e serviços que possam depois vender, aproveitando sinergias positivas com outros utilizadores desses espaços e podendo evoluir, ou não, para projetos de criação de microempresas;
- Incubadoras de empresas, desejavelmente multissetoriais (empresas de base tecnológica, indústrias criativas, empresas sociais, etc.), com ligações fortes a estabelecimentos de ensino e investigação e ao tecido empresarial já existente de modo a que sejam ecossistemas estimuladores e sustentadores da capacidade de empreender e não simples projetos de aluguer de espaço a empresas por rendas baixas.

Ainda no que se refere à população em situação de desemprego, mas sendo também uma medida adaptável a famílias que procurem melhorar o seu rendimento, aproveitando recursos e saberes existentes no seio da sua economia doméstica, nomeadamente os ligados à agricultura, cabe aqui uma valorização e apoio às mesmas, seja apenas para autossubsistência, seja, também, para venda.

Relativamente à questão da paz social, insere-se na mesma a problemática dos designados "novos" pobres. Esta encontra-se em ascensão principalmente como resultado da crise económica que o país atravessa. Muitos destes encontram-se em situação de desemprego, outros em situações de redução dos montantes das suas pensões de reforma, etc. Verificam-se ainda casos em que estes últimos indivíduos referidos têm de prestar apoio a membros da família também em situação de carência económica. Encontram-se, ainda, ex-empresários cujas empresas encerraram e que ficaram em situação de grandes dificuldades económicas.

A resposta a estas situações não pode ser feita da mesma forma que às "velhas" formas de pobreza. Muitos destes "novos" pobres estão numa situação de "pobreza envergonhada" cuja sinalização exige um trabalho de muita proximidade e realizado com muito recato. O que tem vindo a ser feito mais recentemente na área da emergência social (e.g. cantinas sociais) responde mal a este tipo de situações, sendo, também, muito discutível se é uma forma adequada para responder aos outros tipos de pobreza.

Uma outra nota sobre o atendimento a estes e aos outros grupos com problemas sociais: nesta área já foram dados e continuam em desenvolvimento muitos passos positivos no sentido de mais e melhor cooperação e coordenação entre as várias organizações públicas e privadas envolvidas nas respostas aos problemas

sociais. Um espaço onde estes desenvolvimentos são notáveis é o das redes sociais de nível municipal e supramunicipal. Várias das referências aqui realizadas a melhorias no sentido da cooperação e coordenação entre estas organizações já estão a ser trabalhadas e irão continuar a sê-lo nestas plataformas.

Assim sendo, no atendimento social, há ainda pouco feito em termos de integração desse atendimento, seja sob forma do "gestor de caso", seja sob outras formas. Esta última forma de atendimento é também interessante para o apoio a desempregados de longa duração, pois permite direcionar as competências a adquirir pelo desempregado para as necessidades das empresas na atualidade. Este exige uma cooperação e coordenação muito fortes, não só entre as organizações com trabalho social de proximidade generalista, de primeira linha e com possibilidades para disponibilizar esses gestores de caso, mas também com as organizações que dispõem de recursos mais especializados para responder aos casos sinalizados e geridos no atendimento de primeira linha. Com este tipo de atendimento ser-se-á alcançada uma maior eficácia, eficiência e justiça na resposta aos problemas sociais.

O movimento no sentido deste tipo de integração deve contar muito com a iniciativa e o empenho das IPSS's e de outras organizações que estão no terreno, num constante trabalho de proximidade com as pessoas necessitadas de diversas formas de apoio social. Isso não dispensa, no entanto, um grande empenho das instituições públicas, de salientar os Municípios , não só pela proximidade aos munícipes, mas também pela relativa disponibilidade de recursos para o efeito, pela sua legitimidade política e pela sua capacidade de persuasão ao serviço da promoção da cooperação e da coordenação de esforços entre a multiplicidade de agentes. Assim, as redes sociais municipais podem e devem servir para o efeito.

Importa ainda referir o desenvolvido no âmbito do Projeto Ave Social. Este constituiu a primeira intervenção efetiva de âmbito supramunicipal na NUTS III Ave no domínio da intervenção social, tendo-se assumido, desde logo, como um projeto pioneiro no território. O percurso do Projeto Ave Social foi marcado por uma procura constante de adaptação à dinâmica do território, na sua dimensão institucional e da própria realidade social, nomeadamente tendo em atenção a distância temporal de cerca de dois anos que mediou o desenho inicial do projeto, em sede de Plano de Desenvolvimento Social, entre 2009 e 2010, e o seu arranque efetivo, em 2012.

Um olhar global evidencia tratar-se de uma experiência que constituiu um espaço de trabalho interinstitucional integrador de iniciativas tendentes a uma maior qualificação da intervenção em cada uma das quatro temáticas abrangidas. Efetivamente, as transformações socioeconómicas dos últimos anos, com a emergência das já referidas novas problemáticas sociais e de novos perfis de utilizadores dos equipamentos sociais a ditarem a necessidade da sua adaptação, impuseram que um projeto com a escala do Ave Social, se centrasse, a par da resolução de lacunas ainda existentes, nesse processo de promoção da qualificação.

Nesta linha de ação, foram desenvolvidas atividades inovadoras e diferenciadoras no território, de que foi exemplo o trabalho em torno do empreendedorismo social, com destaque para o Concurso de Ideias de Empreendedorismo Social, que a título experimental uniu empreendedores e organizações sociais do território, num processo comum de aprendizagem e de procura de soluções. A estas atividades esteve associada uma estratégia de intervenção em torno de iniciativas integradas que, pelo seu caráter estruturante, facilitarão a sua continuidade após o término do projeto. Neste âmbito, a parceria com entidades que constituem referência em áreas específicas, como foi o caso do empreendedorismo social ou do diagnóstico participado no âmbito do envelhecimento positivo, revelou-se estratégico ao ter permitido uma maior qualificação da ação desencadeada com a associação entre o conhecimento e as práticas.

Neste quadro de procura da qualificação das respostas, evidencia-se ainda a importância do projeto na partilha de boas práticas entre os diversos atores institucionais do território e/ou outros envolvidos, cumprindo assim um dos grandes objetivos inerentes ao seu desenvolvimento. Este aspeto constituiu um importante passo para a qualificação dos recursos e respostas já existentes com base na concertação e sinergias institucionais, que deverá manter-se como um vetor de futuras intervenções neste território.

A preocupação em debater as atuais necessidades e prioridades estratégicas de intervenção, atualizando de forma contínua o diagnóstico social no domínio das diferentes temáticas abrangidas, foi transversal ao desenvolvimento do projeto. Esta preocupação reflete-se no surgimento de novos de projetos no território, como foi o caso do Projeto IN.Ave e do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Ave. Redirecionou ainda o interesse do projeto para uma outra área complementar, focando-se no tema do empreendedorismo social, no que ao campo do Emprego e Qualificação diz respeito. Também o facto do Ave se tratar de um território heterogéneo, com diferentes realidades sociais e institucionais, influenciou a dinâmica do projeto, já que essas diferenças impõem uma adaptação às especificidades locais, ainda que não raras vezes se tenha assistido à transferência de práticas.

3.3. ECONOMIA

3.3.1. AGRORURAL

A caraterização do setor agrorural da CIM do Ave, a seguir apresentada, baseia-se essencialmente nos dados mais recentes disponibilizados pelo INE referentes aos dois últimos Recenseamentos Agrícolas (1999 e 2009). Centramos a análise nos valores agregados para o território conjunto da CIM do Ave, em 2009, fazendo referência às dinâmicas desses dados desde o recenseamento anterior. Em alguns casos estabelecemos também comparações entre os valores e variações observados para a CIM do Ave e os valores correspondentes para o conjunto de concelhos do Entre Vouga e Minho (EVM) e para o Continente Português. O EVM foi escolhido como termo de comparação por ser a sub-região que mais se aproxima do Entre Douro e Minho, a região natural de inserção da CIM do Ave. As variações entre os concelhos do Ave são referidas quando encontradas diferenças relevantes para os propósitos deste exercício de caraterização.

Não foi possível obter informação estatística fidedigna para os quatro últimos anos, razão porque não se documenta esse período. De qualquer forma, essa dinâmica mais recente não só se refere a um período relativamente curto, como também a um período marcado, em grande parte conjunturalmente, pela atual crise económica, o que envolveria o risco de esconder tendências estruturais mais facilmente detetadas em períodos de análise mais longos, como os utilizados.

3.3.1.1. Relevância económica

Em termos de emprego, em 2011, o ramo de atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava apenas 5,4 % no emprego total do Ave (NUT III), valor bem inferior à média observada no mesmo ano para o continente (11%) e 1 ponto percentual menos do que na mesma região do Ave em 2009. Quanto ao peso no VAB regional do setor agrorural, este tende ainda a ser menor, pois o ramo de atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava apenas 1% do VAB total da região, Quadro 3.35. Daqui se pode concluir da importância económica residual da agricultura na CIM do Ave.

Quadro 3.35 – Peso da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no VAB total da região do Ave (NUT III) em 2011

Ano	Região	Peso no Emprego Total	Peso no VAB Total
2011	Continente	10,7%	2,1%
	Ave (NUT III)	5,4%	1,0%
2009	Continente	11,2%	2,2%
	Ave (NUT III)	6,0%	1,1%

(Fonte: INE, Contas Económicas Regionais, 2011)

3.3.1.2. Ocupação agroflorestal do território

Dos cerca de 1 451 km^2 da superfície total da CIM do Ave, 38% correspondem a terras integradas em explorações agrícolas (RGA 2009). Esta taxa de cobertura é ligeiramente superior aos 34% observados para o território Entre Vouga e Minho mas é, no entanto, bem inferior aos 46% observados há 10 anos no território da CIM do Ave (RGA 1999), com as explorações agrícolas a ocuparem antes praticamente metade do território e agora pouco mais do que um terço, Quadro 3.36. Entre os concelhos da CIM do Ave, esta queda da cobertura territorial das explorações agrícolas teve uma única exceção, Mondim de Basto, onde, pelo contrário, subiu de 38% para 65%, via aumento de área nas categorias "matas e florestas sem culturas sob coberto" e "outras superfícies" pertencentes às explorações agrícolas.

Quadro 3.36 – Superfície territorial da CIM do Ave e superfície total das explorações agrícolas da CIM do Ave, por anos (1999, 2009) e por região (EVM e CIM do Ave)

Áreas	1999	2009
Território da CIM do Ave (ha)	145 100	145 100
Superfície das explorações agrícolas (ha)	66 600	54 500
Superfície das explorações agrícolas (% do território)	46%	38%

(Fonte: INE, RGA 1999, 2009)

Uma outra fonte, o Inventário Florestal feito pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a partir de cartografia aérea, permite-nos um cruzamento de informação útil para a análise da estrutura da ocupação da terra na região e das áreas ocupadas por atividades agrícolas, florestais, matos ou outros, Quadro 3.37. A serem consistentes as duas fontes, e uma vez que a superfície total da CIM do Ave coberta pelas explorações agrícolas monta, segundo o RGA de 2009 a cerca de 66 600 hectares, a área correspondente a floresta dessa superfície andará por cerca de metade, uma vez que o Inventário Florestal assinalou, em 2005 (último ano disponível, apenas quatro anos distante da data do último Recenseamento Agrícola), só 37 236 hectares de área com utilização para agricultura.

Os dados do Inventário Florestal permitem ainda distinguir: (i) os concelhos mais urbanizados – Guimarães, Famalicão e Vizela – todos com "outros usos" da terra próximos ou superiores a 1/5 do território do concelho, (ii) os concelhos com maior extensão de áreas agrícolas – Famalicão, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Fafe – todos com as áreas ocupadas por agricultura superiores a 25% do seu território e (iii) os mais florestais – Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho – onde mais de três quartos do território é coberto por floresta e matos.

Quadro 3.37 – Uso do Solo na CIM do Ave em 2005

Uso do Solo	Área (ha)	%
Agricultura	37 236	26%
Floresta	44 410	31%
Matos	47 178	32%
Outros usos	15 606	11%
Total	144 430	100%

(Fonte: ICNF, Inventário Florestal 2005)

Em 2009, da superfície total do território do Ave integrada em explorações agrícolas, 31 966 hectares (59%) eram superfície agrícola utilizada (SAU), 23 879 (37%) matas e florestas sem culturas sob coberto e 2 365 hectares (4%) áreas sem utilização agroflorestal ou simplesmente abandonadas para qualquer utilização. Entre 1999 e 2009 observou-se na CIM do Ave uma diminuição destes três tipos de áreas, de 13%, 18% e 64%, respetivamente, Quadro 3.38. Essa diminuição generalizada explica a referida redução da taxa de cobertura das explorações agrícolas na superfície territorial do Ave e o maior peso em 2009 (96%) do que em 1999 (90%) das áreas com utilização agroflorestal na área total das explorações agrícolas.

Em 2009, recensearam-se na CIM do Ave 7 012 explorações agrícolas, o que representou uma queda significativa (30%) relativamente ao número de explorações recenseadas 10 anos antes (1999).

Concluindo, na CIM do Ave, o peso da área das explorações agrícolas no território diminuiu entre os dois últimos recenseamentos (1999 e 2009), em consequência de terem também diminuído as áreas de todos os tipos de ocupação da terra das explorações agrícolas. No entanto, como caíram proporcionalmente mais as superfícies não utilizadas e as de utilização não agroflorestal, no mesmo período, a SAU e a floresta ganharam peso relativo na área total das explorações agrícolas. Ou seja, a terra ocupada pelas explorações agrícolas diminuiu mas passou a ter uma maior ocupação agroflorestal. Por outro lado, verificou-se uma queda significativa do número de explorações agrícolas (menos 30%), mais importante ainda que a queda da SAU (menos 13%), o que resultou num aumento para 4,6 hectares, em 2009, da área média de SAU por exploração, 1 hectare mais do que em 1999, ano em que a área média de SAU era só de 3,6 hectares.

Quadro 3.38 – Tipos de ocupação da terra na área total das explorações agrícolas na CIM do Ave, em 1999 e 2009

Utilização da terra das explorações agrícolas	1999 (ha)	2009 (ha)	2009 (%)	Var. 1999-2009
Superfície agrícola utilizada (SAU)	36 058	31 966	59%	-11%
Matas e florestas sem culturas sob coberto	23 879	20 184	37%	-15%
Superfície agrícola não utilizada (SANU)	1 610	636	1%	-60%
Outras superfícies	5 047	1 729	3%	-66%
Total	66 594	54 515	100%	-18%

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

3.3.1.3 As explorações agrícolas

3.3.1.3.1. Dimensão da superfície agrícola utilizada

Na CIM do Ave perto de dois terços (64%) da área total de SAU está em explorações agrícolas com SAU inferior a 20 hectares e um pouco mais do que um terço (35%) em explorações com área de SAU inferior a 5 hectares. Esta estrutura de pequena exploração tem, no entanto, vindo a alterar-se, uma vez que entre 1999 e 2009 as explorações com SAU igual ou superior a 20 hectares viram a sua SAU total aumentar 19%, ou seja a SAU do conjunto das explorações de maior dimensão aumentou 2 309 hectares, tendo diminuído em 6 177 hectares (30%) a área de SAU do conjunto das explorações com menos de 20 hectares.

Quadro 3.39 – Explorações agrícolas por classes de superfície agrícola utilizada em 2009 e variação entre 1999 e 2009, por região (Continente, EVM e CIM do Ave)

Classes de dimensão	Continente		EVM		CIM do Ave	
	% da SAU	Var % 99-09	% da SAU	Var % 99-09	% da SAU	Var % 99-09
0 - < 1 ha	1%	-75%	3%	-91%	2%	-140%
1 ha - < 5 ha	10%	-31%	32%	-28%	34%	-33%
5 ha - < 20 ha	13%	-24%	23%	-14%	28%	-21%
20 ha - < 50 ha	9%	-13%	7%	29%	9%	27%
>= 50 ha	67%	4%	36%	29%	28%	17%

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Considerando o número de explorações em cada classe de SAU na CIM do Ave, verificamos que a grande maioria destas (84%) tinha, em 2009, menos do que 5 ha, ou seja eram tendencialmente pequena agricultura e só 2% do número total de explorações agrícolas da região tinha 20 ou mais hectares de SAU, ou seja, apenas 134 explorações. De notar, no entanto, que esse número era bem inferior 10 anos antes, em 1999, pois nessa altura só foram recenseadas 99 explorações nesse escalão, pelo que se registou um crescimento de 35%. Em contrapartida, no mesmo período, o número de explorações agrícolas com menos de 20 hectares de SAU diminuiu, na região, 31%, Quadro 3.39.

Conclui-se que, embora a estrutura das explorações agrícolas na CIM do Ave permaneça de pequena propriedade, essa estrutura tem vindo a modificar-se no sentido de um maior peso relativo das explorações de maior dimensão (SAU igual ou superior a 20 hectares), não só porque aumentou a área coberta e o número dessas maiores explorações, provavelmente em resultado de aquisições ou arrendamentos de áreas anteriormente pertencentes às mais pequenas, mas também por ter sido desativada ou retirada de utilização agrícola SAU anteriormente pertencente a pequenas explorações.

3.3.1.3.2. Parcelamento das explorações

A propriedade agrícola era, em 2009, em média e em termos relativos, pouco dispersa comparativamente com o conjunto do Continente e mesmo com o EVM, pois na CIM do Ave cada exploração agrícola é constituída em média por cerca 3,7 blocos, face a 6 blocos para o conjunto do Continente e a 4,9 blocos no EVM, Quadro 3.40.

Quadro 3.40 – Número médio de blocos de SAU por exploração agrícola em 2009, por região (Continente, EVM e CIM do Ave)

Localização geográfica	Blocos de SAU por exploração agrícola (Nº de)
Continente	6,0
EVM	4,9
CIM do Ave	3,7

(Fonte: INE: RGA 2009)

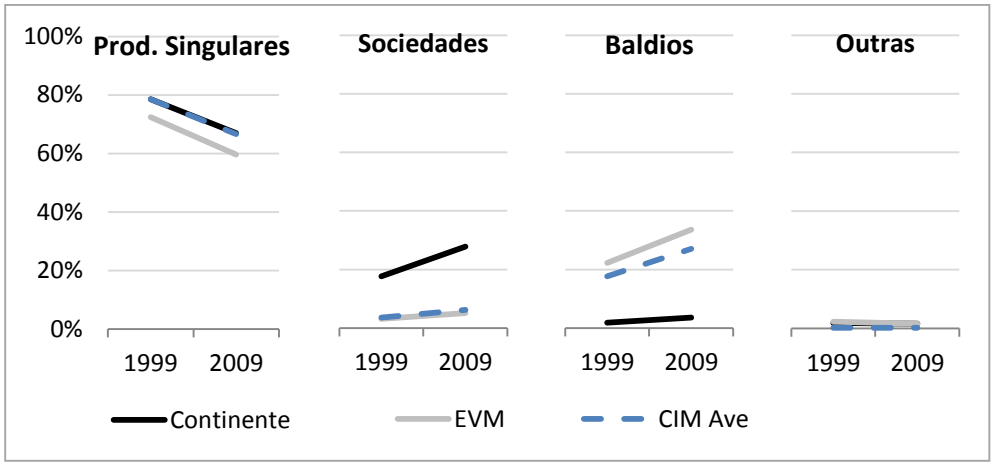
Conclui-se que, embora a estrutura das explorações agrícolas na CIM do Ave permaneça de pequena propriedade, essa estrutura tem vindo a modificar-se no sentido de ganho de um maior peso relativo das explorações de maior dimensão (SAU igual ou superior a 20 hectares), não só porque aumentou a área e o número dessas maiores explorações (provavelmente em resultado de aquisições ou arrendamentos de áreas anteriormente pertencentes às mais pequenas) mas também por eventualmente ter sido desativada ou retirada de utilização agrícola, SAU anteriormente pertencente a pequenas explorações.

3.3.1.3.3. Natureza jurídica das explorações

No que reporta à distribuição das explorações na CIM do Ave, em 2009, por tipo de regime jurídico, Fig. 3.29, observa-se que a categoria produtor singular predominava com uma percentagem de 67% da SAU, seguida pela categoria baldios com 27% e pela categoria sociedades com 6%. As outras formas de organização do setor (cooperativas, associações, etc.) tinham um peso residual.

Esta estrutura (reportada à CIM do Ave) diferia da realidade do Continente e do conjunto do Entre Vouga e Minho no que diz respeito aos baldios e às sociedades. A CIM do Ave apresentava significativamente mais baldios em termos percentuais de SAU comparativamente com o Continente. Esta era também uma tendência do EVM, apesar do peso dos baldios na CIM ser ligeiramente inferior ao dessa sub-região. Na categoria dos baldios, destacavam-se à data os concelhos de Mondim de Basto com 69% de SAU, Vieira do Minho com 54% e Cabeceiras de Basto com 31%. Por sua vez, no que respeita a sociedades, a CIM do Ave tinha significativamente menos sociedades, em termos percentuais, comparativamente ao continente. Embora esta fosse também uma tendência da sub-região, o peso das sociedades na CIM era ligeiramente superior ao do EVM. Em termos de concelhos, só em Guimarães e Vila Nova de Famalicão é que se observa algum peso desta forma jurídica (superior a 10% de SAU).

Fig. 3.29 – Superfície agrícola utilizada por tipo de explorações agrícolas segundo o seu regime jurídico, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009



(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Em termos de evolução dinâmica da distribuição da natureza jurídica das explorações (SAU), entre 1999 e 2009, Quadro 3.41, é possível observar: (i) um aumento significativo das áreas de SAU dos baldios da CIM em termos absolutos e percentuais, acompanhando a tendência nacional e do EVM; (ii) uma redução significativa da área de SAU e do número de produtores singulares, acompanhada por um aumento da área média por produtor na CIM do Ave, tal como no EVM e no Continente; (iii) aumento da área de SAU e do número de sociedades da CIM, refletindo também a tendência no Continente e no EVM; (iv) aumento também da área média por sociedade tanto na CIM do Ave como no Continente e no EVM.

Conclui-se neste ponto por uma larga predominância na CIM do Ave dos produtores singulares (67% da SAU) e dos baldios (27%), tendo, no entanto, o peso dos primeiros diminuído e o dos segundos aumentado, entre

1999 e 2009. Verificou-se também um aumento generalizado da área de SAU média para todos os tipos jurídicos de explorações agrícolas.

Quadro 3.41 – Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (EA), por categoria jurídica da EA, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009

	1999				2009			
Localização Geográfica	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas
Continente	7,81	127,48	239,63	91,71	8,77	149,95	346,90	86,51
EVM	2,34	10,66	262,47	31,91	2,63	13,94	339,86	28,26
CIM do Ave	2,85	12,33	265,96	4,07	3,12	14,25	278,97	4,42

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

3.3.1.3.4. Orientação técnico-económica

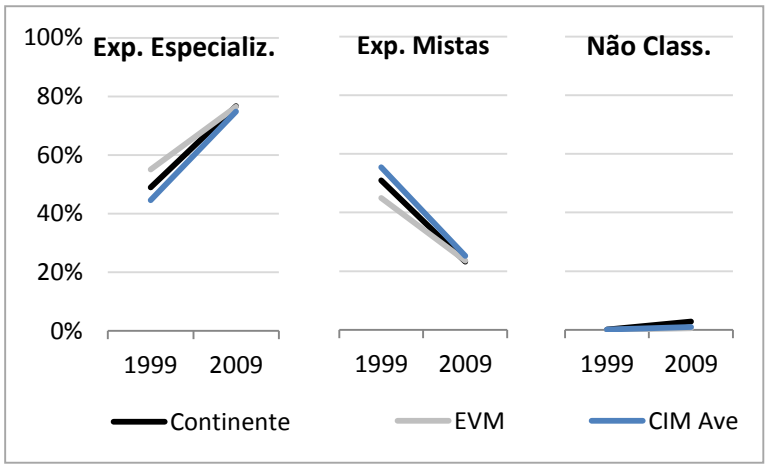
Com base nos dados de 2009, analisando a orientação técnico-económica das explorações agrícolas, Fig. 3.30, verifica-se que 43% da SAU corresponde a explorações especializadas em produções vegetais, 32% a explorações especializadas em produtos animais e 25% a explorações mistas. Esta distribuição diferencia-se relativamente à verificada para o Continente e para o EVM como se descreve a seguir.

A CIM do Ave tem um grau de especialização inferior ao do EVM (50%) mas superior ao do Continente (33%) nas produções vegetais. Com grande importância em termos desta categoria, temos os concelhos de Mondim de Basto e Vieira do Minho, onde predominam as culturas arvenses. Já com valores relativamente baixos, temos Fafe, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso.

A CIM do Ave está acima do EVM (27%) e abaixo do Continente (44%) para as explorações especializadas em produtos animais. Destaca-se claramente, a este nível, o concelho de Vila Nova de Famalicão, com um peso de 60% nesta categoria, motivado sobretudo pelos bovinos de leite. Com importâncias baixas, encontramos os concelhos de Mondim de Basto e Vizela.

Nas explorações mistas, a CIM está muito próxima dos valores do EVM (24%) e do Continente (23%). Os concelhos com maior peso nesta categoria são: Fafe, Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Vizela, onde estas explorações tendem a predominar.

Fig. 3.30 – Superfície agrícola utilizada por tipo de orientação técnico-económica das explorações agrícolas, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009



(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Em termos de dinâmica, apesar da categorização usada no gráfico abaixo ser só aproximadamente sobreponível em 2009 e 1999, verifica-se uma clara tendência para o aumento das explorações especializadas e a diminuição das mistas ao nível da CIM do Ave. Esta tendência segue o que se verifica ao nível do EVM e do Continente.

Quadro 3.42– Superfície agrícola utilizada média por tipo de exploração agrícola segundo orientação técnico-económica, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009

	1999			2009		
Localização geográfica	Especializadas	Mistas	Não classifi.	Especializadas	Mistas	Não classif.
Continente	11,52	8,56	4,69	14,83	8,66	9,89
Entre Vouga e Minho	5,92	2,04	3,20	6,91	1,94	2,85
CIM do Ave	7,20	2,55	4,00	6,93	2,25	3,30

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Finalmente, ao nível da CIM, observa-se que as explorações especializadas registam níveis bastante superiores de área média (aproximadamente três vezes maiores) quando comparadas com as mistas, Quadro 3.42. Esta discrepância é também visível ao nível do EVM e do continente, se bem que as diferenças sejam bastante menores, especialmente no caso do continente onde os níveis de áreas médias para explorações especializadas e mistas são bastante superiores aos da CIM e do EVM.

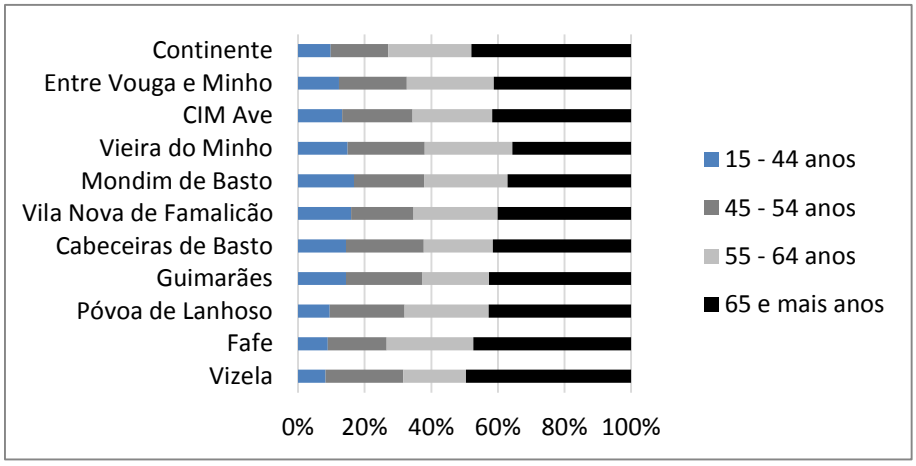
Importa também realçar que, ao longo do tempo, as explorações mistas têm vindo a perder dimensão média na CIM do Ave e no EVM, ao contrário do que se passa no continente. Por sua vez, as explorações especializadas denotam uma perda marginal de área média na CIM, o que contraria a tendência crescente do continente e do EVM.

Conclui-se assim por um aumento gradual da especialização das explorações com foco sobretudo na produção vegetal.

3.3.1.4. Os agricultores

Os dirigentes de explorações agrícolas são um grupo profissional muito envelhecido, pois 66% tinham, em 2009, 55 ou mais anos, e 42% tinham mesmo idade superior ou igual a 65 anos, Fig. 3.31. Estes números, apesar de ligeiramente inferiores aos do Continente, são o resultado de um processo generalizado de envelhecimento dos dirigentes das explorações agrícolas que tem vindo a ocorrer desde 1999, pois nesse mesmo ano a classe dos dirigentes com idade superior ou igual a 65 anos, na mesma área, representava só 34% do total. Os concelhos da CIM do Ave com maior nível de envelhecimento, em 2009, eram Vizela e Fafe, onde mais de 43% dos agricultores tinha 65 anos ou mais, enquanto os concelhos relativamente mais jovens eram Vieira do Minho, Mondim de Basto e Vila Nova de Famalicão, todos com 15% ou mais dos agricultores com menos de 45 anos.

Fig. 3.31 – Percentagem de dirigentes das explorações agrícolas por classe etária, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009



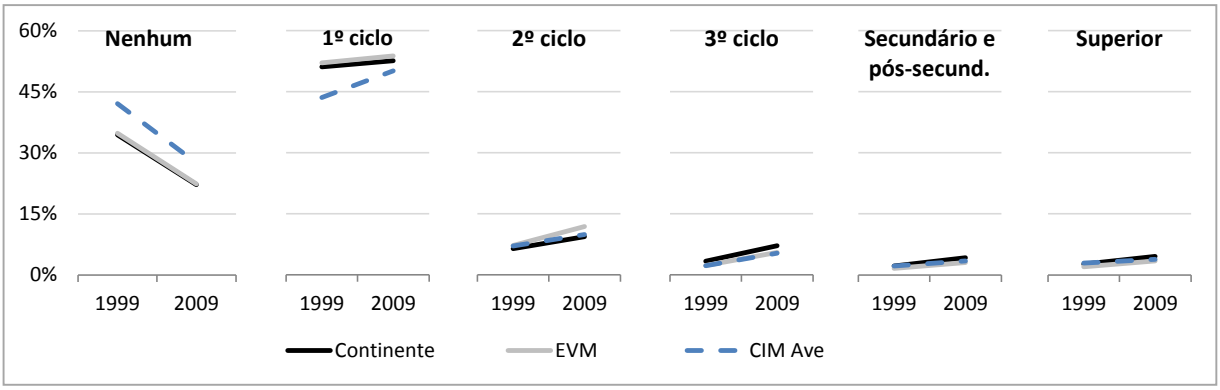
(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Ao nível das habilitações, Fig. 3.32, observa-se que os dirigentes agrícolas (aproximados via produtores agrícolas singulares) tendem a ter ainda um baixo nível de escolarização. Em termos de escolaridade, para 2009, aproximadamente 28% dos produtores agrícolas singulares não tinham qualquer escolaridade e 50% tinham apenas escolaridade até ao 4º ano, sendo portanto 78% os que não tinham ido além do 1º ciclo do ensino básico. Apenas 4% tinham formação superior. Esta distribuição acompanhava a realidade que se

verificava no EVM e no continente. Vila Nova de Famalicão e Guimarães eram os concelhos com nível médio de escolaridade mais alto e Vizela e Fafe os com mais reduzido.

Apesar de a situação em 2009 ser ainda insatisfatória, a figura permite constatar a significativa evolução registada desde o recenseamento anterior, com uma forte queda na percentagem de dirigentes agrícolas sem nenhum nível de escolaridade em favor de todos os outros escalões de escolaridade. A melhoria registada no Ave acompanha as tendências também observáveis no Entre Vouga e Minho e no Continente.

Fig. 3.32 – Dirigentes das explorações agrícolas segundo o nível de escolarização, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009



(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Do número total das explorações agrícolas na CIM do Ave em 2009, só para cerca de 19% (1 388 explorações agrícolas) os respetivos agregados dependiam principal ou exclusivamente do rendimento da exploração agrícola para sobreviver, o que representava uma proporção não muito superior à observada para o EVM (17%) e para o Continente (16%) nesse mesmo ano. Contudo, comparando com 1999, verificou-se uma diminuição muito significativa da dependência dos agregados familiares dos agricultores do rendimento das explorações agrícolas, pois na década anterior a proporção de explorações com essa dependência era de 45% do total das explorações, quase metade.

Em 2009, só 30% da População Agrícola Familiar na CIM do Ave auferia remunerações de trabalho exterior à exploração agrícola, sendo essa proporção só ligeiramente superior - 32% - em 1999. Considerando só os produtores verifica-se que, entre estes, 25% recebiam remunerações exteriores à exploração agrícola.

Os números acima apontam, assim, para uma importância grande e crescente na região da agricultura como atividade complementar na obtenção de rendimento, estando neste caso 81% das explorações agrícolas, provavelmente pesando aqui muito o número elevado de agricultores já na situação de pensionistas, dado o elevado índice de envelhecimento anteriormente referido.

Concluindo, os dirigentes das explorações agrícolas apresentam-se como uma classe idosa, com baixo nível de escolarização e pouco integrada nos mercados por depender pouco dos resultados da exploração agrícola para a subsistência do seu agregado familiar.

3.3.1.5. O trabalho agrícola

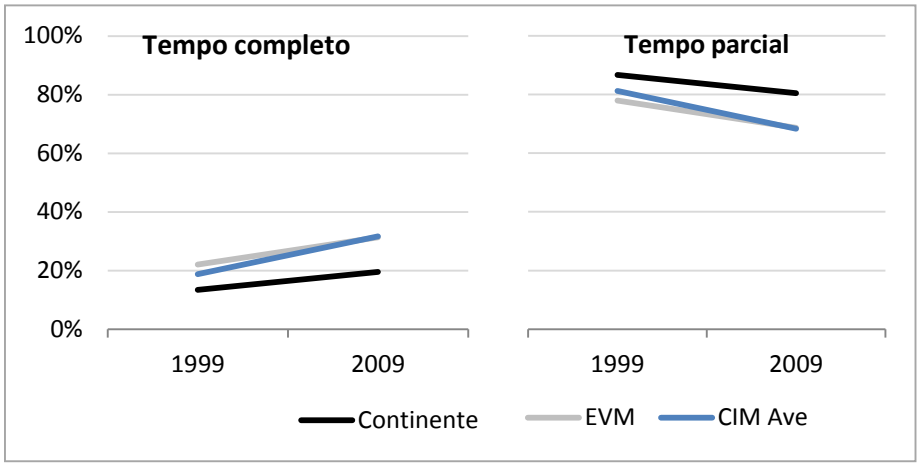
A CIM do Ave, assiste a uma redução significativa da sua mão-de-obra agrícola, Quadro 3.43, que passou de 34 196 em 1999 para 18 787 em 2009 (quebra de aproximadamente 45% em 10 anos). Esta quebra é ligeiramente superior à do EVM (41%) e superior à do continente (35%). As maiores quedas verificaram-se em Fafe, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão, enquanto as menores ocorreram em Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

Quadro 3.43 – Mão-de-obra agrícola (nº de trabalhadores), por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009

	1999	2009
Continente	1 002 480	649 607
Entre Vouga e Minho	219 950	129 560
CIM do Ave	34 196	18 787

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

Fig. 3.33 – Regime de ocupação da mão-de-obra agrícola, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 1999 e 2009



(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

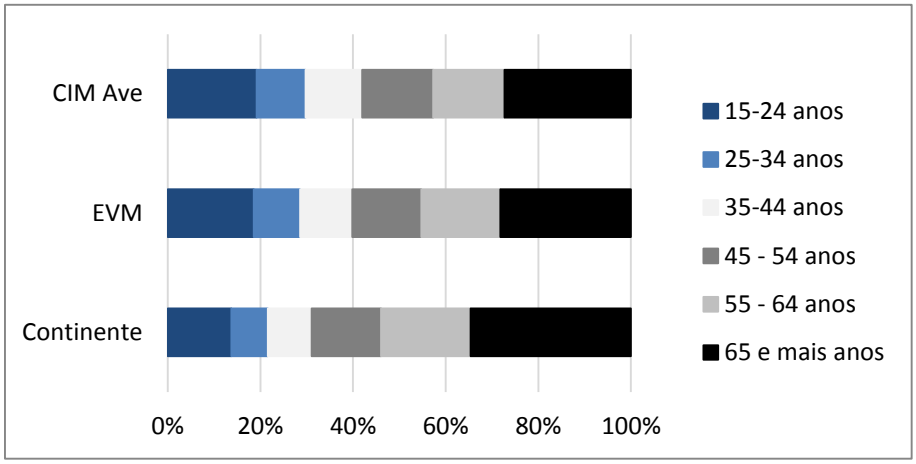
A CIM do AVE tende a apresentar uma mão-de-obra predominantemente a tempo parcial, onde a componente familiar é preponderante, Fig. 3.33. Em termos de dedicação, a mão-de-obra agrícola apresentava, em 2009, uma distribuição de 32% a tempo completo e 68% a tempo parcial. Estes valores são similares aos encontrados para o Entre Vouga e Minho em 2009, mas diferentes dos verificados para o Continente, onde o tempo completo andava nos 20% e o tempo parcial nos 80%. Mesmo assim, é clara a preponderância do tempo parcial na CIM do Ave. Simultaneamente também se verifica ser a mão-de-obra agrícola quase exclusivamente familiar, pois esta categoria representava 93% da mão-de-obra, sendo estes valores similares

aos do EVM e do continente. As diferenças concelhias em termos de regime de ocupação e carácter familiar são muito pouco significativas para este tipo de indicadores. Por esta razão nos pontos seguintes vamos considerar os dados referentes à População Agrícola Familiar como representativos da totalidade da mão-de-obra agrícola.

3.3.1.6. População agrícola familiar

Na CIM do Ave, a população agrícola familiar, ou seja, a que integra os agregados familiares dos agricultores, era claramente uma franja envelhecida da população, Fig. 3.34.

Fig. 3.34 – Mão-de-obra agrícola por classe etária, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 2009



(Fonte: INE: RGA 2009)

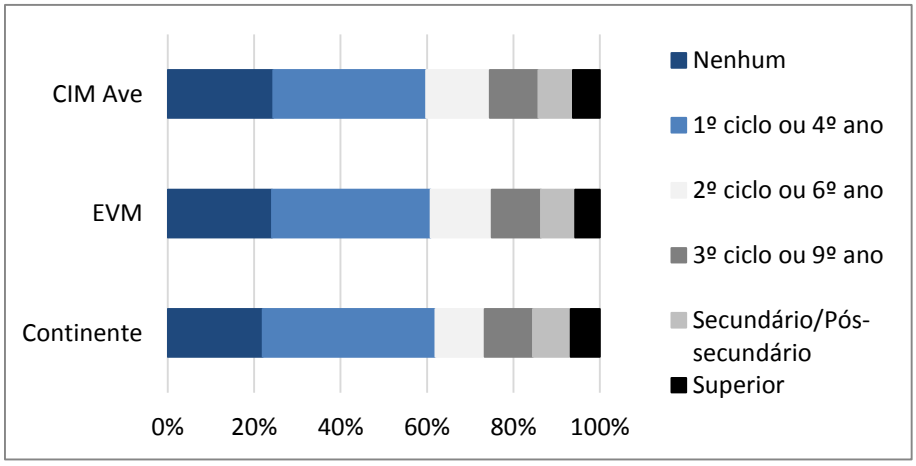
Em 2009, o escalão etário igual ou superior a 55 anos tinha um peso de 43%. Esta estrutura é similar à que se verifica no EVM e não está muito afastada do que se verifica no continente. A principal diferença está no peso da camadas mais jovens (entre 15 e 34 anos) que tende a ser mais substancial na CIM e no Entre Vouga e Minho relativamente ao que se passa no continente. Os concelhos onde a população agrícola está mais envelhecida são: Fafe, Póvoa de Lanhoso e Vizela, enquanto os concelhos com uma população agrícola mais jovem são: Guimarães, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho.

À semelhança do que se observa para o Continente e no EVM, o nível de escolarização da População agrícola familiar na CIM era relativamente baixo em 2009 (Fig. 3.35). Neste ano, a população agrícola familiar sem escolaridade era de 24%, enquanto a que possuía o 1º ciclo ou 4º ano era de 35%. Numa análise concelhia, destaca-se Vizela como sendo o concelho com uma maior percentagem de população agrícola até ao 4º ano (72%), enquanto o concelho com maior percentagem de formação secundária ou superior é o de Famalicão (20%).

Conclui-se estar a mão-de-obra agrícola em forte retração na região, tendendo a ser uma oferta a tempo parcial, familiar, envelhecida e com baixo nível de escolarização e qualificações. Apesar de envelhecida, a

mão-de-obra agrícola da CIM do Ave é relativamente mais jovem quando comparada com a realidade do Continente.

Fig. 3.35 – Mão-de-obra agrícola por nível de escolarização, por região (Continente, EVM e CIM do Ave), em 2009



(Fonte: INE: RGA 2009)

3.3.1.7. Estrutura da produção

Nesta secção referiremos com brevidade as atividades de produção vegetal, animal e florestais mais representativas na CIM do Ave. Entre as produções vegetais, destacaremos as principais culturas temporárias e permanentes e, entre as animais, as espécies pecuárias mais produzidas. Relativamente à produção florestal, apenas referiremos as áreas de floresta medidas pelo Inventário Florestal de 2005, as mais recentes disponíveis ao nível das NUT de nível III.

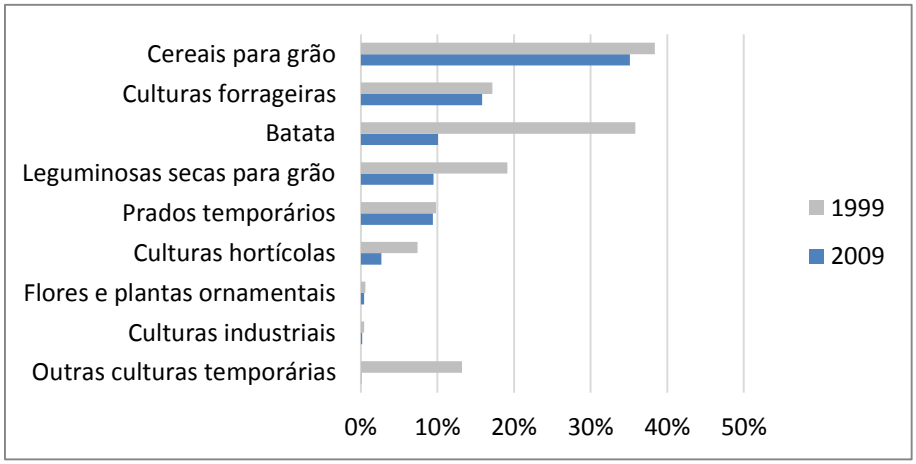
3.3.1.7.1. Produção vegetal

As culturas temporárias mais praticadas no conjunto das explorações, Fig. 3.36 em 2009 foram os cereais para grão, as culturas forrageiras, a batata, as leguminosas secas para grão, os prados temporários e as culturas hortícolas, com maior representatividade para as duas primeiras, presentes em 35% e 16% das explorações agrícolas, respetivamente. Em relação à dinâmica destas culturas temporárias entre 1999 e 2009, caiu o número de todo o tipo de explorações, sem exceções, sendo mais expressiva a queda do número de explorações a produzir batata, menos 25 pontos percentuais, e de leguminosas secas para grão, menos 10 pontos percentuais.

As culturas permanentes mais presentes nas explorações agrícolas da CIM do Ave, em 2009, foram a vinha, o olival, os citrinos e outros frutos frescos. A vinha é a mais disseminada, pois estava presente em 42% das explorações agrícolas, a larga distância da segunda mais representada, o olival, presente em apenas 2,7% das explorações agrícolas. Também neste caso se observou, entre 1999 e 2009, uma dinâmica de diminuição do número de explorações a fazerem cada uma destas culturas permanentes, sendo no entanto a queda

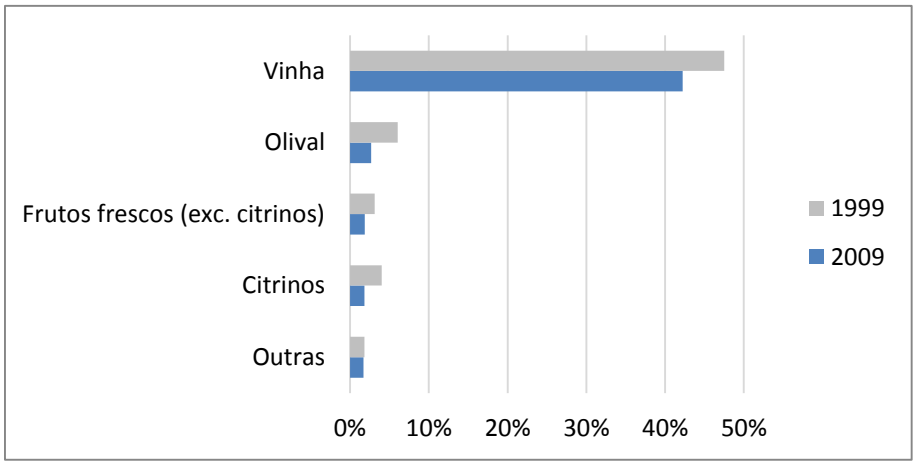
menos acentuada para a vinha. Para todas as restantes culturas permanentes, o número de explorações agrícolas com a atividade reduziu-se, pelo menos, para metade, Fig. 3.37.

Fig. 3.36 – Explorações agrícolas da CIM do Ave com culturas temporárias, por tipo de cultura temporária, em 1999 e 2009



(Fonte: INE, RGA 1999, 2009)

Fig. 3.37– Explorações agrícolas da CIM do Ave com culturas permanentes, por tipo de cultura permanente, em 1999 e 2009



(Fonte: INE, RGA 199, 2009)

Para as culturas permanentes mais representativas, podemos dizer também que a escala de produção tende a ser pequena, pois para todas elas, seja vinha, olival ou citrinos, as plantações não chegam aos 2 hectares em mais de 90% das explorações agrícolas onde a atividade está presente, Quadro 3.44.

Quadro 3.44– Explorações agrícolas da CIM do Ave por tipo de cultura permanente e por área de cultura permanente, em 2009

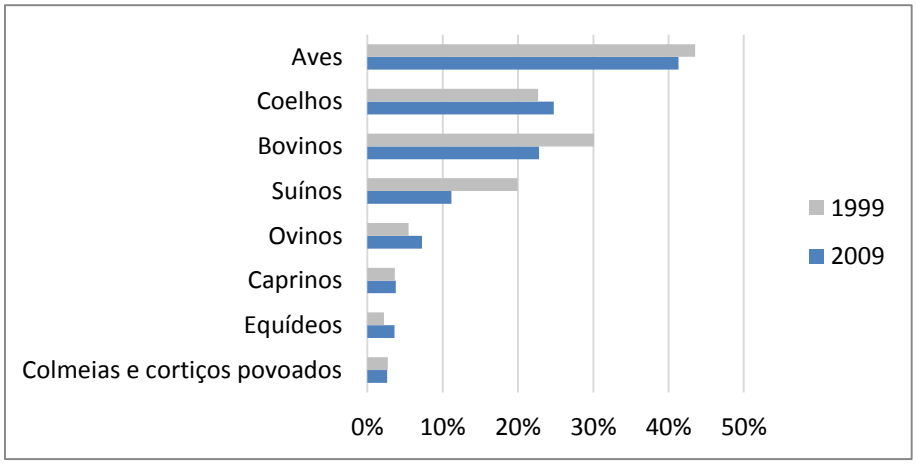
Classe de Área	Vinha	Olival	Citrinos
<0,5 ha	78%	78%	92%
0,5 - <1 ha	10%	16%	5%
1 - <2 ha	6%	5%	2%
2 - <5 ha	4%	1%	1%
5 - <20 ha	2%	-	-
Total	100%	100%	100%

(Fonte: INE, RGA 2009)

3.3.1.7.2. Produção animal

As produções pecuárias mais disseminadas nas explorações agrícolas da CIM do Ave são, por ordem decrescente, as aves, os coelhos, os bovinos, os suínos, os ovinos, os caprinos, os equídeos e a apicultura.

Fig. 3.38 – Explorações agrícolas da CIM do Ave com produção pecuária, por espécie pecuária, em 1999 e 2009



(Fonte: INE, RGA 1999, 2009)

Em termos de presença destas atividades nas explorações, verificou-se, no entanto, uma dinâmica diferente para estas atividades entre os Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009. Por um lado, para as atividades de produção de coelhos, ovinos e equídeos, aumentou o número de explorações agrícolas onde estavam presentes, enquanto para as aves, para os bovinos e para os suínos, o número de explorações agrícolas com essas atividades diminuiu. O número de explorações com caprinos e com apicultura manteve-se, Fig. 3.38.

Quadro 3.45 – Número de animais em produção (CN) nas explorações agrícolas da CIM do Ave, por espécie pecuária, em 1999 e 2009

Espécie	2009	1999	Variação 1999-2009
Coelhos	332	287	16%
Caprinos	1 042	1 328	-22%
Equídeos	1 315	877	50%
Ovinos	1 506	1 645	-8%
Suínos	3 382	2 992	13%
Aves	5 587	8 790	-36%
Bovinos	26 472	33 364	-21%
Total	39 304	48 996	-20%

(Fonte: INE: RGA 1999, 2009)

A análise da dinâmica das atividades pecuárias na CIM do Ave ao nível de encabeçamentos, Quadro 3.45, ajuda a esclarecer melhor a tendência verificada. Primeiro que tudo observa-se um declínio global da pecuária, pois os encabeçamentos totais diminuem 20%. Particularizando para cada atividade, constata-se que para o caso dos suínos, apesar do número de explorações com esta atividade ter diminuído, entre 1999 e 2009, os encabeçamentos desta espécie aumentaram, o que traduz um aumento da escala desta atividade. Também se observou um aumento dos encabeçamentos de coelhos e equídeos, em ambos os casos a acompanhar o referido aumento do número de explorações com essas duas atividades. Em sentido oposto, para os bovinos e para aves, observa-se uma diminuição dos encabeçamentos que acompanha a queda do número de explorações com estas atividades. No caso particular dos bovinos, de referir que o escalão de mais de 50 animais por exploração aumenta o seu peso no total dos encabeçamentos, diminuindo todos os outros escalões, de escala inferior, o que significa um aumento da escala de produção (INE, 2009). No caso dos caprinos, apesar de não se verificar alteração apreciável do número de explorações com a atividade, os encabeçamentos totais da espécie diminuem consideravelmente (22%), correspondendo a uma redução do rebanho médio.

3.3.1.7.3. Produção florestal

A composição da produção florestal medida pelas áreas plantadas das diferentes espécies era em 2005 (Quadro 3.46), em ordem decrescente de importância, dominada pelo pinheiro bravo (49,2% da área de floresta), pelo eucalipto (29,1%) e pelo carvalho (10,3%). Em conjunto, estas três espécies representavam muito perto de 90% de toda a área inventariada. Se as estas espécies se somar a área de outras folhosas, a cobertura passa a ser quase a totalidade da área florestada, 99,1%.

De notar, no entanto, que desde de 2005 é conhecida a tendência global (comparando os valores totais dos inventários de 2005 e de 2010) de diminuição da área de pinheiro bravo e aumento da do eucalipto na NUT Ave. Embora esta área geográfica não coincida com a da CIM do Ave, é de esperar uma tendência semelhante

nesta, pelo que os números apontados referentes ao pinheiro bravo estarão sobreavaliados e os relativos ao eucalipto subavaliados.

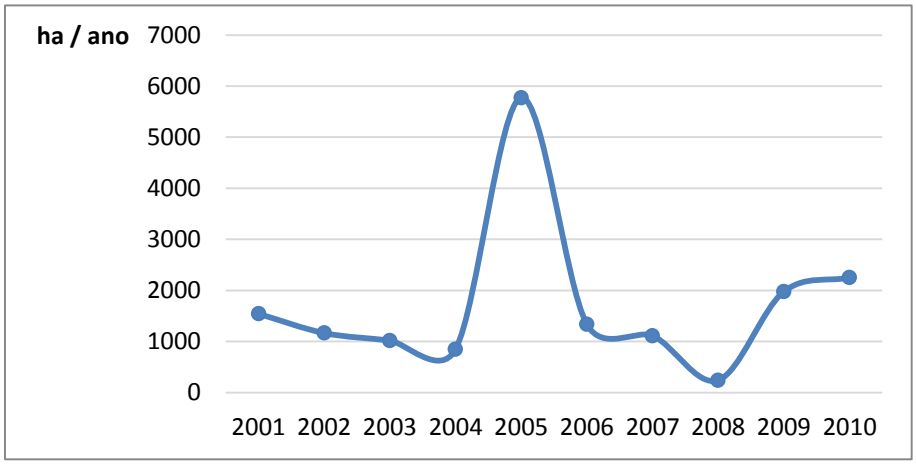
Quadro 3.46 – Áreas das espécies florestais plantadas na CIM do Ave, em 2005

Espécie	Área (ha)	%
Pinheiro Bravo	20 251	49,2%
Eucaliptos	11 982	29,1%
Carvalhos	4 249	10,3%
Castanheiro	200	0,5%
Pinheiro Manso	101	0,2%
Outras folhosas	4 277	10,4%
Outras resinosas	74	0,2%
Total	4 1134	100,0%

(Fonte: ICNF, Inventário Florestal 2005)

Por último, é importante fazer uma referência aos incêndios florestais, que têm constituído um problema importante para esta atividade, pois em média, considerando o período de 5 anos entre 2006 e 2010, atingiram anualmente 1 726 ha de povoamentos florestais, ou seja, cerca de 4,2% da área total de floresta na região, Fig. 3.39.

Fig. 3.39 – Áreas ardidas anuais de povoamentos florestais na CIM do Ave, 2006 - 2010



(Fonte: ICNF, 2012)

3.3.1.8. Organizações Agrícolas

Considerando exclusivamente as Cooperativas Agrícolas da região da CIM do Ave, registam-se 14, grande parte das quais em situação de grave dificuldade financeira, questão que se coloca mesmo ao nível da sua sobrevivência futura. Esta situação é verificável quer nas que trabalham na concentração e comercialização da oferta dos produtores associados quer, também, em algumas que se dedicam exclusivamente à compra e venda de fatores de produção. Quanto às primeiras, acresce, pela negativa o facto, de muito dificilmente poderem vir a ser enquadradas – à luz da nova legislação - como Organizações de Produtores, estando, em consequência arredadas dos apoios (majorados) previstos para estas organizações.

3.3.2. INDÚSTRIA

Começa-se por caraterizar a indústria[23] do Ave[24] com base na informação mais recente do INE: Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE)[25], Estatísticas do Comércio Internacional de bens e Anuário Estatístico da Região do Norte (AERN). A base de dados SABI, com informação financeira e de negócios de um elevado número de empresas, é ainda utilizada para identificar as principais empresas. Segue-se uma análise da dinâmica industrial no período 2007-2013, juntando às fontes atrás referidas informação sobre os projetos de investimento financiados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas (http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/incentivos-as-empresas).

3.3.2.1. Situação atual

A indústria é a principal atividade económica do Ave. Em 2011, as 5 389 empresas industriais com sede no Ave empregam 70 236 pessoas, geram um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1 389 milhões de Euros e um volume de negócios de 4 950 milhões de Euros. Estes valores representam 7% das empresas, 10% do pessoal ao serviço e 8% do VAB da indústria portuguesa e, respetivamente, 16%, 20% e 19% da indústria do Norte, valores claramente superiores ao peso do Ave no total das atividades económicas de Portugal (entre 3 e 4%) e do Norte (entre 10 e 12%). Estas últimas percentagens estão em linha com o peso do Ave na população residente em Portugal (4%) e na Região Norte (11,5%).

O maior peso do Ave, quando avaliado em termos de pessoas ao serviço, indicia uma especialização do Ave em indústrias mais intensivas em trabalho e, eventualmente, um problema de produtividade.

A forte vocação industrial do Ave é confirmada pelo peso da indústria no total de atividades económicas em termos de pessoas ao serviço (48%), volume de negócios (50%) e, especialmente, em termos de VAB (56%), percentagens que são 1,5 vezes superiores às observadas no Norte e mais do dobro das verificadas em Portugal. Um maior peso no VAB do que no total das pessoas ao serviço revela a maior produtividade da indústria face às restantes atividades económicas levadas a cabo pelas empresas com sede no território; esta diferença é mais expressiva no Ave do que no Norte ou em Portugal.

[23] A indústria corresponde aqui à secção C – Indústrias Transformadoras da CAE-Rev.3, excluindo-se as indústrias extrativas (secção B), dado o seu peso residual (inferior a 1%) na economia da região.

[24] A expressão Ave é utilizada para designar a área dos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave: Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Esta área não coincide com a NUT III Ave, a qual inclui os municípios da Trofa e Santo Tirso, que não pertencem à CIM do Ave, e não inclui os de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, integrados na NUT III Tâmega. Todos os dados estatísticos que apresentamos para o Ave, nesta aceção, resultam de cálculos nossos a partir de elementos recolhidos ao nível do município.

[25] O âmbito de informação do SCIE exclui as secções K (Atividades financeiras e de seguros), O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória), T (Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio) e U (Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais) da CAE-Rev.3. A última atualização do SCIE ocorreu em 29-Aug-2013.

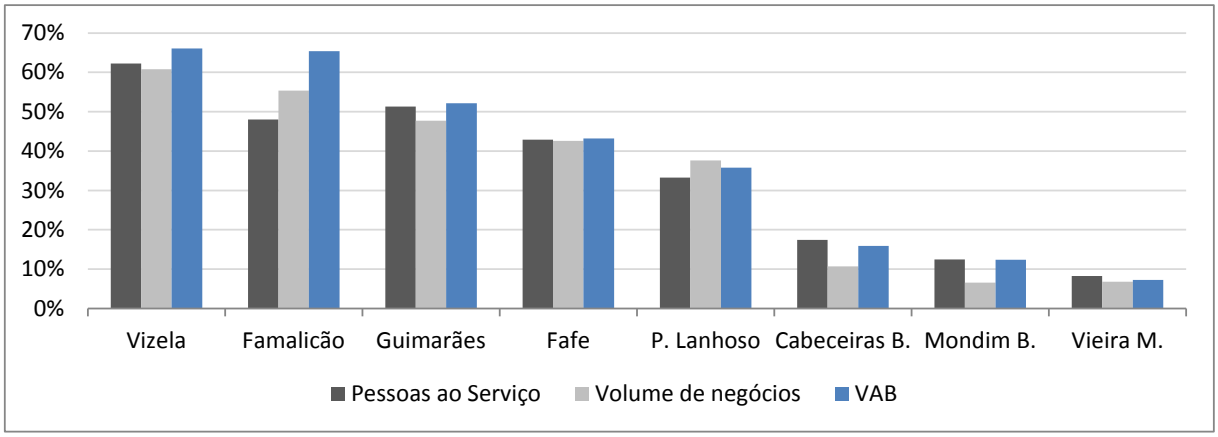
Quadro 3.47 – Importância da indústria no Ave, Norte e Portugal (2011)

	Indústria			Indústria / Total Atividades		
	Ave	Ave/Norte	Ave/Portugal	Ave	Norte	Portugal
	(Nº)	%	%	%	%	%
Total de empresas (nº)	5 389	16%	7%	15%	10%	7%
• Empresas individuais (nº)	1 965	13%	6%	8%	6%	4%
• Sociedades (nº)	3 424	18%	9%	25%	16%	11%
Pessoas ao Serviço (nº)	70 236	20%	10%	48%	29%	18%
Volume de negócios (milhões de €)	4 950	17%	6%	50%	30%	23%
VAB (milhões de €)	1 389	19%	8%	56%	32%	21%

(Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos)

A indústria é a principal atividade em 5 dos 8 concelhos do Ave, sendo especialmente relevante nos 3 concelhos localizados a ocidente (Vizela, Famalicão e Guimarães). Nos restantes três concelhos, a oriente, a indústria tem uma importância que é até inferior à registada para Portugal em resultado, como se evidencia noutro ponto deste estudo, do peso que a agricultura aí assume.

Fig. 3.40 – Importância da indústria no total de atividades económicas nos concelhos do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

Completando esta análise com a dos indicadores de empresas industriais apresentados no Quadro 3.48 identificam-se três realidades industriais bem distintas, como aliás já aconteceu a nível demográfico e noutros domínios.

Os três concelhos localizados a ocidente - Vizela, Famalicão e Guimarães - caraterizam-se por uma elevada densidade de empresas industriais, uma menor proporção de empresas individuais do que no Norte e em

Portugal e uma dimensão média das empresas, tanto em termos de pessoal ao serviço como em termos de volume de negócios, superior à dos restantes concelhos. Neste grupo, Famalicão destaca-se por apresentar um valor de volume de negócios por empresa superior ao de Portugal.

A oriente, os concelhos de Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto apresentam uma situação diametralmente oposta: uma densidade de empresas industriais muito reduzida, uma maior proporção de empresas individuais e uma menor dimensão das empresas relativamente aos restantes concelhos do Ave e ao que se verifica no Norte e em Portugal.

Entre estas duas áreas, Fafe e Póvoa de Lanhoso exibem valores dos indicadores que se encontram entre os observados nos dois grupos anteriores: a densidade de empresas industriais é substancialmente inferior à verificada nos concelhos mais ocidentais do Ave mas mais elevada no que nos concelhos orientais, a proporção de empresas individuais é mais elevada do que nos concelhos ocidentais mas inferior à dos orientais e, finalmente, a dimensão média das empresas é inferior à observada a ocidente mas superior à observada a oriente.

Quadro 3.48 – Indicadores de Empresas Industriais por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de negócios por empresa
	Nº/Km2	%	Nº	milhares de euros
Portugal	0,8	46	9,4	1 120,261
Norte	1,6	44	10,3	839,958
Ave	3,7	36	13,0	918,531
Cabeceiras B.	0,3	48	7,1	182,006
Fafe	3,5	41	7,9	396,230
Guimarães	9,2	33	14,3	836,934
Mondim B.	0,2	49	4,8	140,668
P. Lanhoso	1,8	42	7,8	515,436
V. Minho	0,2	68	3,6	115,445
V.N.Famalicão	8,1	36	14,9	1 469,585
Vizela	14,2	34	14,5	656,550

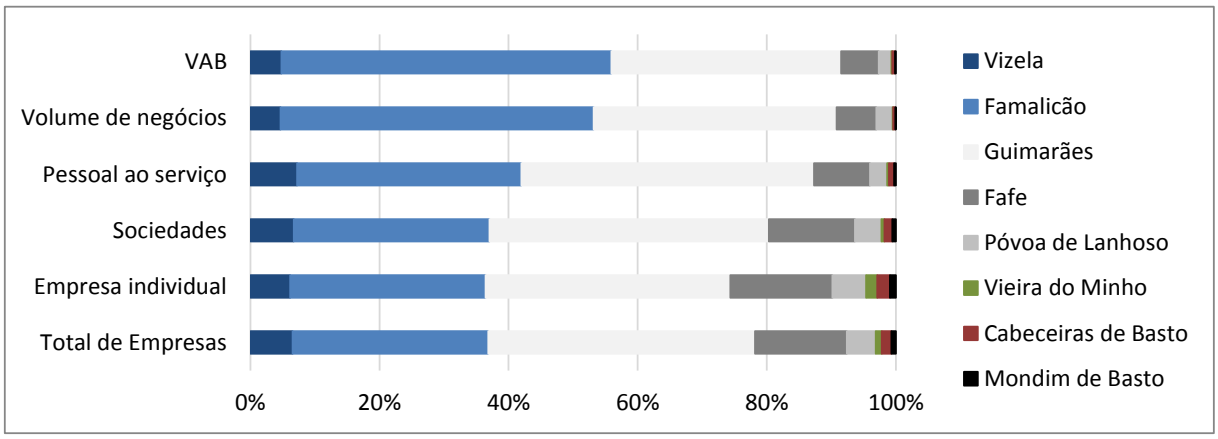
(Fonte: INE (SCIE 2011; AERN 2012))

A densidade de empresas no Ave ultrapassa, largamente, a observada no Norte e em Portugal, confirmando o caráter industrial deste território. O maior número de pessoas ao serviço por empresa, comparativamente com a região Norte e com Portugal, sugere uma maior dimensão média do tecido empresarial industrial do

Ave. Contudo, quando o conjugamos com o volume de negócios por empresa que, se bem que superior ao verificado para a região Norte, é inferior ao de Portugal, somos levados a concluir que tal reflete igualmente diferenças nas respetivas especializações industriais.

Analisando a importância relativa dos três grupos de concelhos no total da indústria do Ave, Fig. 3.41, verifica-se o claro domínio do grupo mais ocidental, com claro destaque para Famalicão e Guimarães. Em conjunto com Vizela, estes concelhos representam mais de três quartos das empresas (78%) e a larga maioria das pessoas ao serviço (87%), do volume de negócios (91%) e do valor acrescentado (92%) industrial. Em contrapartida, a importância dos 3 concelhos orientais na indústria do Ave é quase residual (3,1% das empresas, 1,3% das pessoas ao serviço e 0,7% do VAB). Em Fafe e Póvoa do Lanhoso localizam-se 19% das empresas, que geram 11% do emprego e 8% do VAB.

Fig. 3.41 – Importância de cada concelho no total da indústria transformadora do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

Não existe informação publicada sobre a estrutura dimensional das empresas industriais. Contudo, face ao predomínio desta atividade na economia do Ave e de uma parte significativa dos seus concelhos, a distorção não será muito grande se usarmos a informação relativa ao total das empresas, Quadro 3.49. A percentagem de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço é inferior no Ave face ao que acontece na região do Norte e em Portugal, verificando-se o inverso nos restantes escalões dimensionais. Esta informação confirma a maior dimensão média das empresas do Ave, à semelhança do já observado para as empresas industriais.

Têm sede no Ave 35 empresas com mais de 250 pessoas ao serviço, ou seja empresas que podem ser classificadas como grandes. Apesar do INE não publicar informação por empresa, a consulta da base de dados SABI permitiu identificar um número muito semelhante de empresas que declaram ter mais de 250 empregados em 2012. Quase três quartos destas empresas (26) têm uma indústria como atividade económica principal, uma percentagem muito superior aos 15% de empresas industriais no total de empresas do Ave, atrás apresentada no Quadro 3.47. A forte vocação industrial do Ave é confirmada pelo peso da indústria no total de atividades económicas em termos de pessoas ao serviço (48%), volume de negócios (50%) e, especialmente, em termos de VAB (56%), percentagens que são 1,5 vezes superiores às observadas no Norte e mais do dobro das verificadas em Portugal. Um maior peso no VAB do que no total das pessoas ao serviço revela a maior produtividade da indústria face às restantes atividades económicas levadas a cabo

pelas empresas com sede no território; esta diferença é mais expressiva no Ave do que no Norte ou em Portugal.

A importância das maiores empresas na economia do Ave é visível no elevado valor dos indicadores de concentração do volume de negócios e do VAB das quatro maiores empresas, valores bastante superiores aos observados no Norte e em Portugal. As quatro maiores empresas chegam a representar cerca de 45% do volume de negócios e de 35% do PIB em Mondim de Basto, o município do Ave que é sede do menor número de empresas, mas também assumem valores muito elevados em concelhos com mais empresas, caso de Famalicão. Guimarães é o concelho do Ave que apresenta a menor concentração, embora sem deixar de ser superior à verificada no Norte e em Portugal. Valores elevados nos indicadores de concentração revelam uma maior vulnerabilidade da economia local face à evolução das quatro maiores empresas.

Quadro 3.49 – Empresas por escalão de Pessoas ao Serviço e Indicadores de concentração (2011)

	Total de empresas					Concentração do vol. de neg. nas quatro maiores empresas	Concentração do VAB nas quatro maiores empresas
	Nº	< 10 pess.	10 - 49 pess.	50 - 249 pess.	>= 250 pess.		
		%	%	%	%	%	%
Portugal	1 112 000	96	4	0,5	0,1	5,69	4,26
Norte	360 482	95	4	0,6	0,1	5,86	4,35
Ave	35 913	93	6	0,9	0,1		
Cabeceiras B.	1 218	94	6	0,2	0	17,14	12,22
Fafe	4 288	94	5	0,7	0	12,20	12,32
Guimarães	14 067	93	6	1,1	0,1	7,22	7,82
Mondim B.	474	96	4	0,8	0	44,61	34,99
P. Lanhoso	1 860	95	5	0,5	0,1	27,50	17,59
V. Minho	966	97	3	0,2	0	13,09	18,36
V.N.Famalicão	12 202	94	5	0,9	0,1	23,53	32,18
Vizela	1 804	92	6	1,3	0,1	22,45	19,05

(Fonte: INE (SCIE 2011))

3.3.2.1.1. Comércio internacional

Na medida em que apenas são publicados indicadores de comércio internacional desagregados por NUT (I, II e III), iremos inicialmente comparar os valores da NUT III Ave com os do Norte e de Portugal. A NUT III Ave apresenta um grau de abertura substancialmente superior ao verificado para o Norte e para Portugal, uma intensidade exportadora muito superior (mais do dobro da portuguesa) e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações largamente superior a 100%. Em síntese, a economia da NUT III Ave é exportadora e competitiva, o que se reflete numa relação comercial com o exterior largamente superavitária.

Quadro 3.50 – Indicadores de Comércio Internacional por NUT (2011, 2012)

	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Intensidade exportadora	Grau de abertura
	2012 Po*	2011 Pe*	
Portugal	80,58	25,04	60
Norte	143,87	33,10	59
NUT III - Ave	180,83	59,03	96

(Fonte: INE (AERN 2012); Legenda: * Pe = valor preliminar, PO = valor provisório. Nota: Os indicadores "intensidade exportadora" (= exportações / PIB) e "grau de abertura" (=(exportações + importações) / PIB) têm subjacente os dados preliminares do PIB resultantes das Contas Regionais).

Dado que não se dispõe de dados do PIB ao nível do concelho apenas é possível calcular a taxa de cobertura das importações pelas exportações do Ave, a partir dos dados relativos ao comércio internacional declarado de mercadorias por município da sede do operador[26].

Quadro 3.51 – Exportações e Importações de mercadorias por município de sede dos operadores e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012)

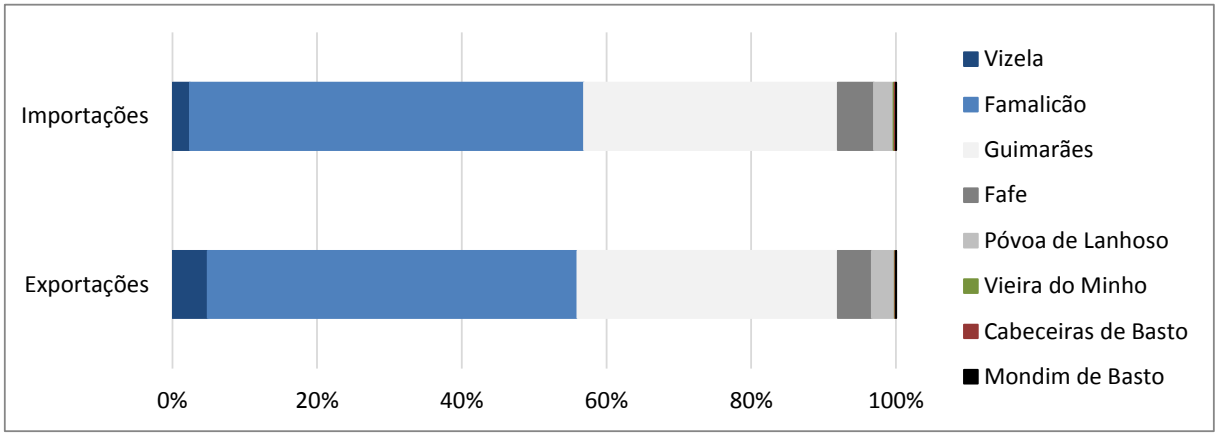
	Ave	Ave/Norte (%)	Ave/Portugal (%)
Exportações (milhares de euros)	3 070 702	18,28	6,78
Importações (milhares de euros)	1 505 360	12,89	2,68
Taxa de cobertura (%)	203,98	1,42	2,53

(Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos)

[26] A nível regional (Norte e municípios), incluem-se apenas os valores declarados pelas empresas com base no local da sede do operador. Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação (que isentam da obrigatoriedade de prestação de informação um conjunto significativo de empresas), sendo assim superiores aos que resultam apenas dos valores declarados.

No Quadro 3.51 é possível verificar que, não só o peso das exportações de mercadorias do Ave no total das exportações da região Norte e de Portugal ultrapassa ligeiramente o respetivo peso no volume de negócios da indústria, como o Ave tem uma taxa de cobertura das importações pelas exportações superior a 200%, um valor 2,5 vezes superior ao de Portugal e 1,4 vezes superior ao do Norte. O menor peso do Ave no total das importações da região Norte e de Portugal resulta, muito provavelmente, de um maior recurso a intermediários nas operações de importação e destes apresentaram uma tendência para se localizar na proximidade de infraestruturas de transporte internacional e de logística, como sejam os principais portos e aeroportos. No caso do Ave muitos destes intermediários têm sede no Porto ou mesmo em Lisboa. As diferenças na especialização do Ave, do Norte e de Portugal são um outro fator que pode contribuir para o menor peso do Ave nas importações.

Fig. 3.42 – Importância de cada concelho no comércio internacional do Ave (2012)



(Fonte: INE (AERN 2012))

Quadro 3.52 – Comércio Internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores e indicadores do comércio internacional por concelhos (2012)

	Exportações	Importações	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Proporção das exportações intra-UE (UE-27) no total das exportações	Proporção das importações intra-UE (UE-27) no total das importações
	milhares de euros	milhares de euros	%	%	%
Portugal	45 259 455	56 165 860	80,58	71,04	71,78
Norte	16 799 356	11 677 141	143,87	79,08	84,30
Ave	3 070 702	1 505 360	203,98	81,87	68,74
Cabeceiras B.	1 777	2 139	83,10	92,80	39,82
Fafe	145 031	75 089	193,15	90,92	72,62
Guimarães	1 105 259	528 143	209,27	80,20	58,86
Mondim B.	19	6	296,83	0,00	0,00
P. Lanhoso	96 740	40 859	236,77	95,20	73,55
V. Minho	3 289	2 691	122,20	86,47	99,75
V.N.Famalicão	1 569 175	820 305	191,29	80,85	73,91
Vizela	149 412	36 127	413,57	87,30	81,42

(Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos)

A análise da informação relativa aos vários concelhos do Ave confirma a importância de Famalicão e Guimarães no comércio internacional de mercadorias do Ave, Fig. 3.42. Estes dois concelhos são responsáveis por 87% das exportações e 90% das importações do Ave, em 2012. Juntando Vizela, ambas as percentagens sobem para perto de 92%. No outro extremo, os 3 concelhos orientais são origem de 0,2% das exportações e destino de 0,3% das importações do Ave. A Fafe e Póvoa de Lanhoso correspondem 7,9% das exportações e 7,7% das importações.

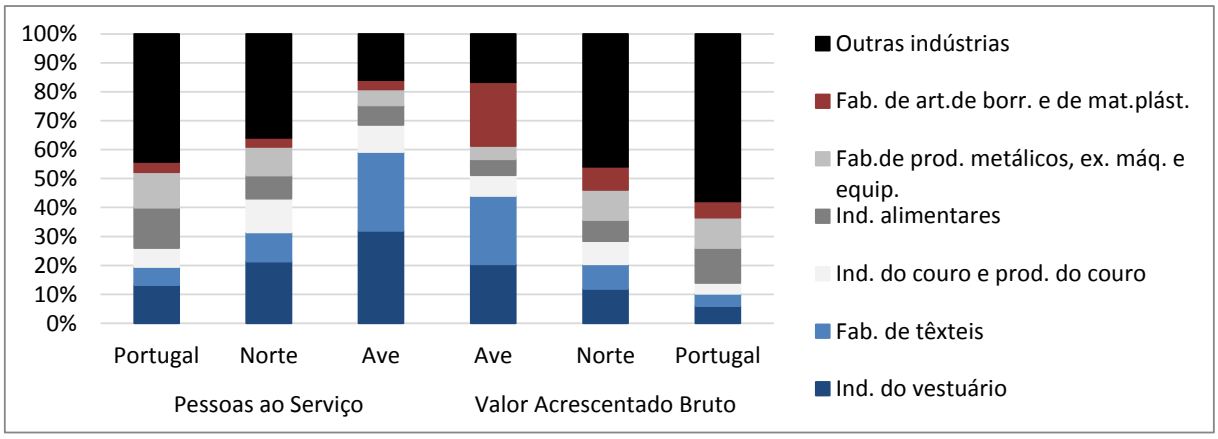
Com a exceção de Cabeceiras de Basto, todos os concelhos do Ave têm taxas de cobertura das importações sobre as exportações superiores a 100%. A UE-27 é o destino mais importante das exportações do Ave e a principal origem das importações. Contudo, enquanto do lado das exportações, a importância da UE-27 para o Ave ultrapassa as percentagens verificadas na região Norte e em Portugal, o mesmo não se verifica no que respeita às importações. A UE-27 é o principal parceiro comercial dos vários concelhos do Ave, com a exceção de Mondim de Basto, que tem todo o seu muito reduzido comércio internacional com países localizados fora da UE-27, e de Cabeceiras de Basto, no que respeita às importações.

3.3.2.1.2. Estrutura setorial da indústria

Na estrutura industrial do Ave[27], o têxtil e o vestuário continuam a ocupar uma posição de claro destaque; no têxtil, o Ave continua a ser o principal centro de produção em Portugal, sendo também um importante polo de produção de vestuário. Em 2011, 59% das pessoas ao serviço nas empresas industriais com sede no Ave trabalham no têxtil e vestuário, valor que sobe para os 68%, quando somada a indústria do couro e produtos do couro (incluindo o calçado). Analisando a estrutura do VAB industrial do Ave, o vestuário ocupa a terceira posição, sendo ultrapassado pelo têxtil e pela fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas. Segue-se o calçado, as indústrias alimentares e a fabricação de produtos metálicos. O conjunto destas seis indústrias[28] representa 80% das empresas, 84% do pessoal ao serviço, 82% do volume de negócios e 83% do VAB, Fig. 3.43.

A informação apresentada no Quadro 3.53 confirma a importância do Ave no têxtil, vestuário e na fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas, indústrias em que o peso do Ave ultrapassa os valores médios, calculados para o total da indústria. Na fabricação têxtil, 44% das pessoas ao serviço e 45% do VAB de Portugal é realizado por empresas com sede no Ave, valores mais de 4 vezes superiores ao peso do Ave na indústria portuguesa. No vestuário, o Ave apresenta valores de 25 e 28%, respetivamente. Finalmente, a fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas destaca-se especialmente no que respeita ao VAB. Neste setor, a contribuição da Continental Mabor, fabricante de pneus e subsidiária da multinacional alemã Continental, é muito expressiva. De acordo com a SABI, em 2011 a Continental Mabor, S.A. tinha 1 577 trabalhadores, um volume de negócios de 744,5 milhões de euros e um VAB de 303 milhões de euros, o que representa a quase totalidade desta indústria em Famalicão e mesmo no Ave, tendo em conta a informação do SCIE.[29]

Fig. 3.43 – Estrutura do Pessoal ao Serviço e do VAB industrial do Ave, Norte e Portugal (2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

[27] A informação disponível ao nível do município apresenta vários casos em que os dados para divisão industrial num determinado município não se encontram publicados por razões relacionadas com o segredo estatístico. Contudo, no caso dos municípios do Ave estes valores ao nível das divisões da indústria nunca representam mais do que 1% dos valores totais publicados pelo que foram considerados pouco significativos e excluídos da análise por divisão da CAE. Ao nível da secção C (indústrias transformadoras) da CAE e do total de atividades económicas existe informação para todos os municípios e para todos os anos.
[28] Definidas por divisão da CAE-Rev.3, que distingue 24 indústrias. As "outras indústrias" englobam as restantes 18 divisões.
[29] A Continental Mabor representa 7% das pessoas ao serviço no setor em Portugal, 21% do volume de negócios e 31% do VAB.

Quadro 3.53 – Importância das principais indústrias do Ave no Norte e em Portugal (2011)

	Pessoal ao Serviço			VAB		
	Ave	Ave/ Norte	Ave/ Portugal	Ave	Ave/ Norte	Ave/ Portugal
	Nº	%	%	M€	%	%
Indústria do vestuário	22 446	30%	25%	282 645	33%	28%
Fabricação de têxteis	19 145	54%	44%	328 417	54%	45%
Indústria do couro e dos produt. do couro	6 579	16%	15%	100 444	17%	15%
Indústrias alimentares	4 712	17%	5%	75 414	14%	4%
Fab.de prod. metálicos, ex. máq. e equip.	3 842	11%	5%	64 680	9%	4%
Fab. de art.de borracha e de mat.plásticas	2 324	21%	10%	305 978	54%	32%
Outras indústrias	11 188	9%	4%	231 920	7%	2%

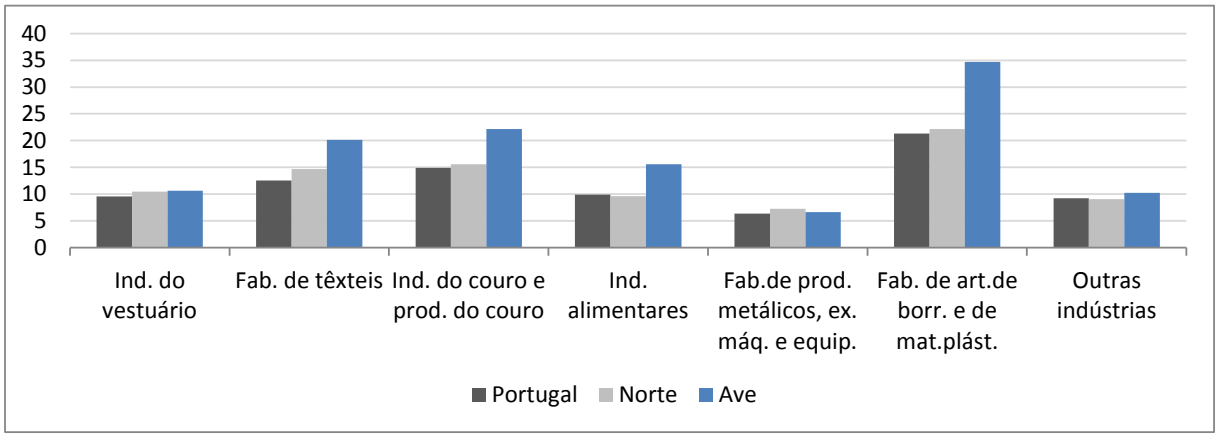
(Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos)

Entre as empresas, com mais de 250 trabalhadores, identificadas através da SABI o maior número corresponde a empresas têxteis de vários subsetores: preparação e fiação de fibras do tipo algodão (Têxtil Manuel Gonçalves); tecelagem de fio do tipo algodão (António de Almeida &Filhos, Somelos, Têxtil J.F. Almeida,Armando da Silva Antunes e Teviz); tecelagem de fio do tipo seda e de outros têxteis (Riopele); branqueamento e tingimento (Pizarro); fabricação de artigos têxteis convencionados, exceto vestuário (Coindu, Lameirinho, Mundotêxtil, Coelima); fabricação de têxteis para uso técnico e industrial (TMG – Tecidos Plastificados outros revestimentos industria automóvel). No Vestuário são identificadas duas empresas de grande dimensão: Cofemel e Ricon Industrial. A fileira têxtil-vestuário está ainda representada nas empresas comerciais, com destaque para as empresas do grupo Salsa.

O calçado está representado pela Aco, Fortunato Frederico, Alberto Sousa e Campeão Português. Neste setor, o Ave destaca-se no total de Portugal, apresentando um peso superior à média, mas no Norte o seu peso é inferior à média, refletindo a importância de outros reconhecidos centros de produção de calçado.

Exceto na fabricação de produtos metálicos, o Ave tem empresas com uma dimensão média, aferida em termos de emprego, superior à verificada no Norte e em Portugal, Fig. 3.44. Na indústria de vestuário não se verificam diferenças significativas na dimensão das empresas.

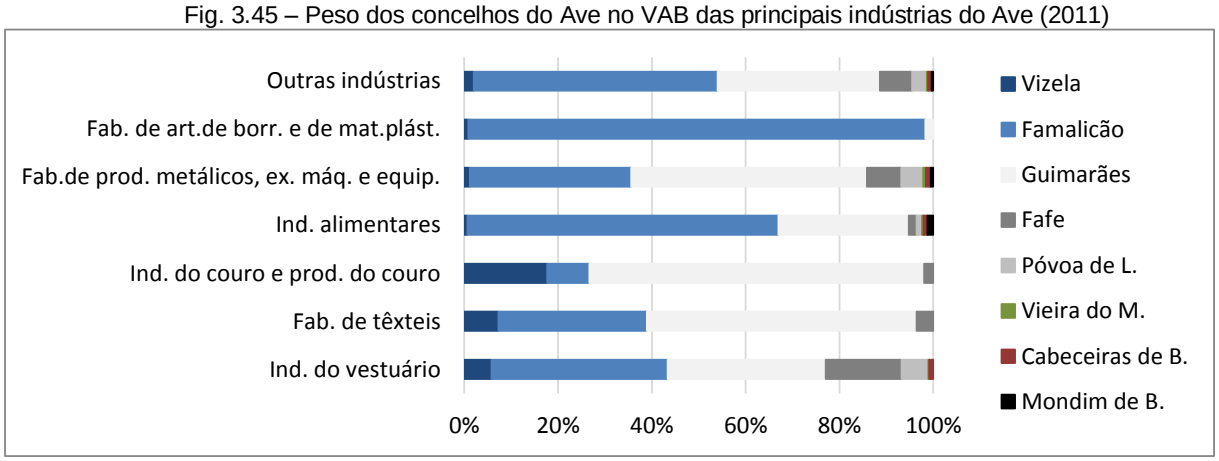
Fig. 3.44 – Pessoal ao Serviço por empresa no Ave, Norte e Portugal (2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

A contribuição dos vários concelhos para o VAB das principais indústrias do Ave confirma a importância dos concelhos de Famalicão e Guimarães nas várias indústrias. A contribuição de Famalicão é dominante na fabricação de artigos de borracha (resultado da localização da Continental Mabor no município) e nas indústrias alimentares. No calçado, destaca-se o peso de Guimarães e, se bem que com menor expressão, de Vizela. As empresas sediadas em Guimarães são as principais contribuidoras para o VAB dos produtos metálicos e fabricação de têxteis no Ave. O vestuário encontra-se mais disperso geograficamente: para além de Famalicão e Guimarães identificam-se as contribuições das empresas com sede em Fafe, Vizela e Póvoa de Lanhoso.

Fig. 3.45 – Peso dos concelhos do Ave no VAB das principais indústrias do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

3.3.2.1.3. Estrutura setorial dos concelhos do Ave

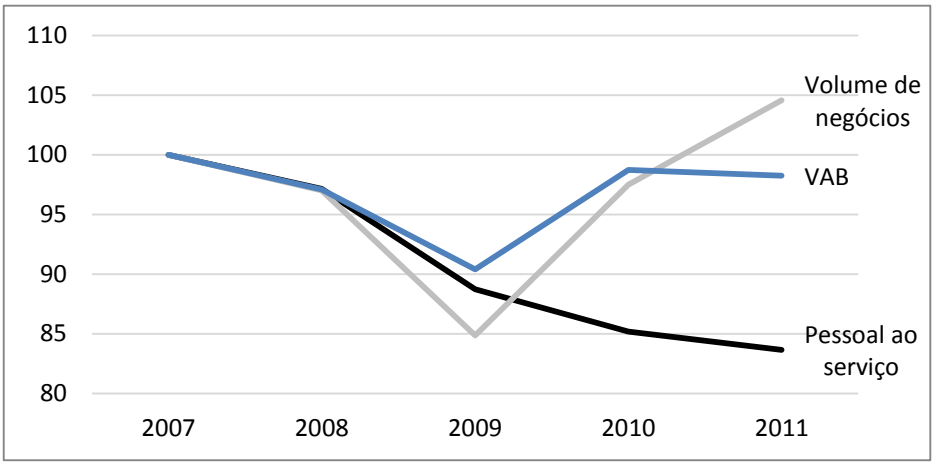
A análise da estrutura industrial do emprego e do VAB dos concelhos do Ave, ANEXO C – *Análise da Indústria na CIM do Ave*, revela a importância do têxtil e vestuário nos concelhos localizados a ocidente. Em Vizela e Guimarães merecem ainda destaque o couro e produtos do couro. No VAB de Famalicão destacam-se, como seria de esperar, os artigos de borracha e matérias plásticas. O vestuário é a principal indústria de Fafe e Póvoa de Lanhoso. Em Fafe o têxtil e o calçado registam alguma importância, apresentando Póvoa de Lanhoso uma estrutura industrial menos diversificada. Finalmente, nos três concelhos mais orientais, o vestuário é uma presença relevante, exceto em Mondim, onde se destaca claramente o contributo das indústrias alimentares. Esta indústria é relevante também nos outros dois concelhos. Em quase todos os concelhos é registada a atividade no setor dos produtos metálicos, setor em que predominam as empresas de menor dimensão.

A informação sobre a presença de empresas com capital estrangeiro no Ave é escassa. O AERN revela que a proporção de pessoal ao serviço em empresas maioritariamente estrangeiras na NUT III Ave (4,03%) é semelhante, ainda que inferior, à verificada no Norte (4,34%) e menos de metade da que se verifica para o conjunto do país (9,31%). Na lista de maiores empresas, retirada da SABI, apenas se identificaram 3 empresas industriais com capital estrangeiro. Para além da já referida Continental Mabor, contam-se a *Leica – Aparelhos Ópticos de Precisão, S.A.* e a *Leonische Portugal, Lda,* fabricante de cablagens e outro equipamento elétrico e eletrónico para veículos automóveis. Ambas as empresas são subsidiárias de multinacionais alemãs e estão no Ave desde 1973 e 1991, respetivamente. Alargando a pesquisa ao total de empresas registadas na SABI podem identificar-se 17 empresas industriais com capital estrangeiro, num total de 62 empresas com capital estrangeiro.

3.3.2.2. Dinâmica recente (2007-2011/12)

Entre 2007 e 2011, a indústria do Ave perdeu 15% de empresas (11% se apenas se considerarem as sociedades), 16,4% do pessoal ao serviço e 1,8% do VAB. Comparando estes valores com os correspondentes ao total das atividades económicas no Ave, (- 4,3% de empresas, -8,7% do emprego e -2,5% do VAB), resulta evidente um maior impacto da crise nas empresas e emprego industrial mas não no VAB (perdeu apenas 1,8%) nem no volume de negócios da indústria, que aumenta 4,6% no período. Como resultado, a produtividade aparente do trabalho das empresas industriais do Ave aumentou 25% entre 2007 e 2011.

Fig. 3.46 – Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios, e VAB na indústria do Ave (2007 = 100)



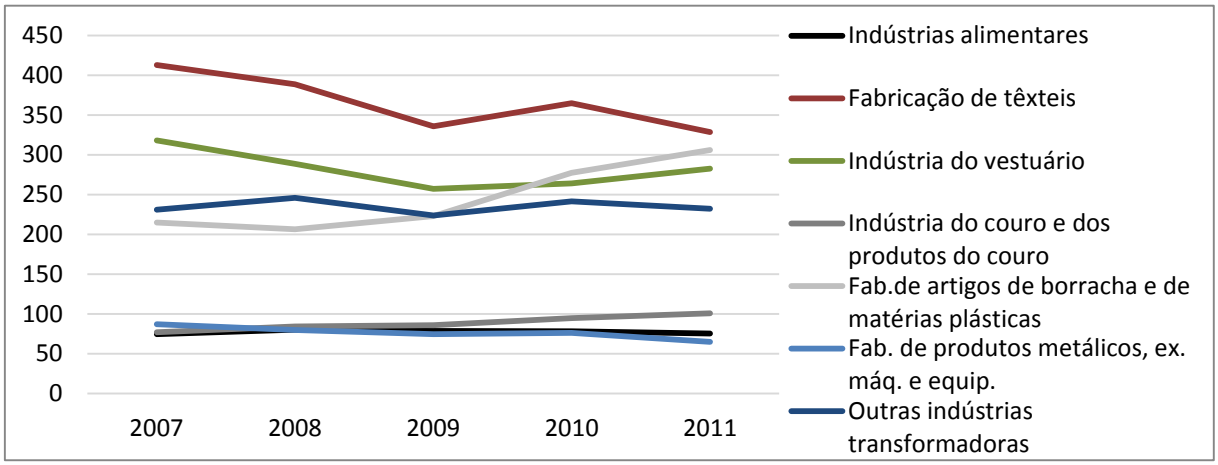
(Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011))

Comparando a evolução da indústria no Ave com a verificada no Norte e em Portugal, ANEXO C – *Análise da Indústria na CIM do Ave,* verifica-se uma maior redução no Ave do total de empresas e pessoal ao serviço mas uma queda menor do VAB e até um aumento do volume de negócios. O diferencial entre a produtividade aparente do trabalho das empresas industriais do Ave e a produtividade das empresas industriais no Norte e em Portugal reduziu-se 8 e 10 pontos percentuais, respetivamente, entre 2007 e 2011. Em 2011, o Ave regista uma produtividade de 19 783 euros por pessoa ao serviço nas empresas industriais, o que corresponde a 97% do valor para o Norte e 79% para Portugal. A crise parece, deste modo, ter levado as empresas a aumentarem a sua eficiência, com reflexo no aumento da produtividade. A queda do VAB, conjugada com a subida do volume de negócios, parece refletir a incapacidade das empresas em aumentarem s suas margens.

Nas principais indústrias do Ave, apenas o calçado vê aumentar o pessoal ao serviço. A quebra do emprego é mais marcada no vestuário e no têxtil (-23% de pessoas ao serviço, entre 2007 e 2011), que, no entanto, continuam a ser as duas principais indústrias empregadoras do Ave.

A evolução do VAB revela diferenças importantes no comportamento das principais indústrias, sendo evidente o aumento do VAB da fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (42%, entre 2007 e 2011) e ainda do calçado (31% no mesmo período). O VAB do vestuário diminui entre 2007 e 2009, recuperando ligeiramente desde então, o que resulta numa taxa de variação de -11% entre 2007 e 2011. Já o têxtil, com exceção de 2010, vê o seu VAB diminuir (20% no total do período).

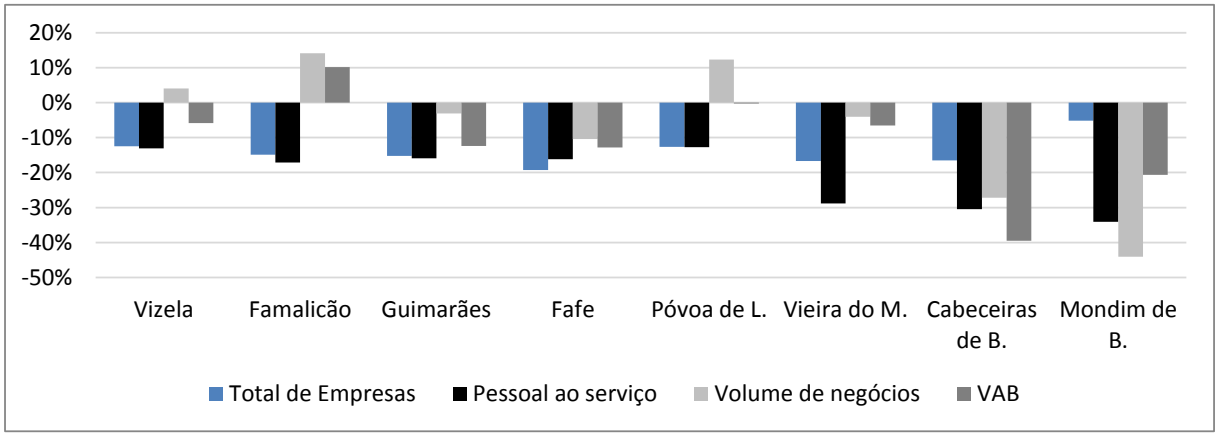
Fig. 3.47 – Evolução do VAB das principais indústrias do Ave



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

Todos os concelhos do Ave perdem empresas industriais e pessoal ao serviço, mas as taxas de variação tendem a ser mais negativas nos concelhos menos industrializados, acentuando as diferenças de especialização intermunicipais. Famalicão observa um aumento do volume de negócios e do VAB, resultado de uma especialização industrial que inclui indústrias com um comportamento positivo neste período, com destaque para fabricação de produtos de borracha e matérias plásticas, mas incluindo ainda as indústrias alimentares e do couro e produtos do couro. Também Póvoa do Lanhoso experimenta uma evolução positiva do volume de negócios resultado do comportamento do vestuário, ajudado pela fabricação de produtos metálicos.

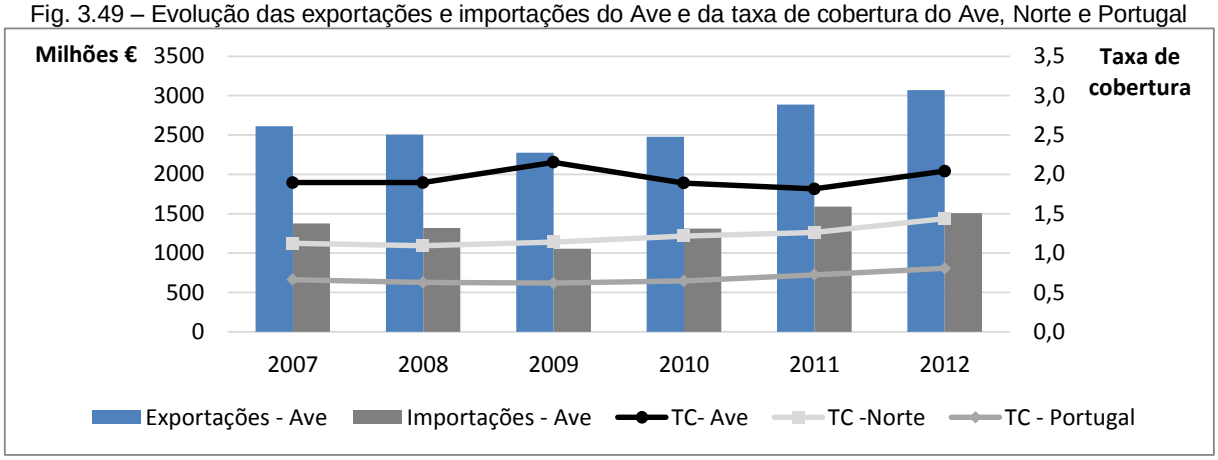
Fig. 3.48 – Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas industriais por concelho (2007 a 2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

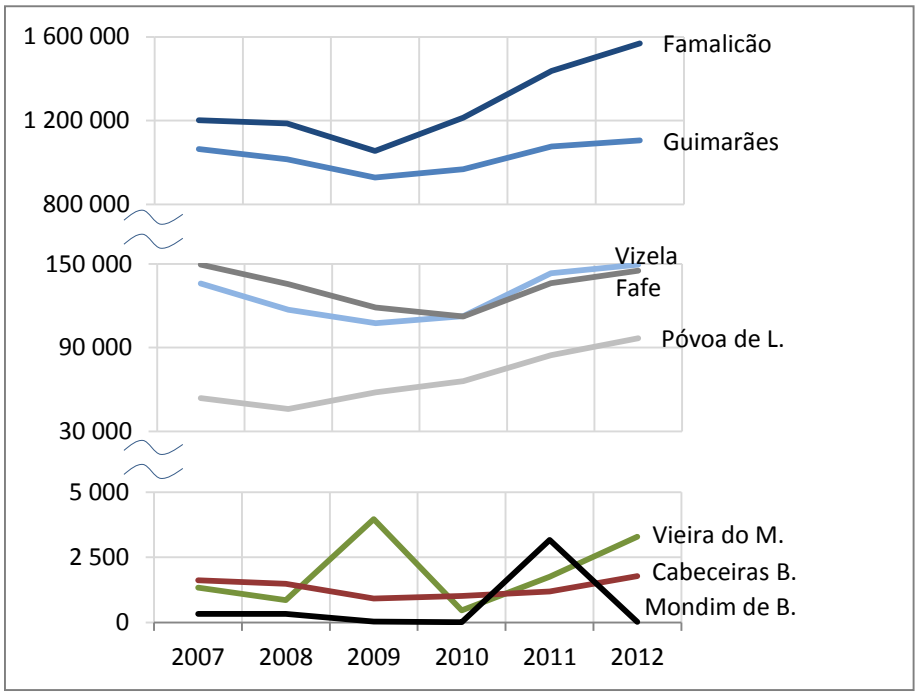
As exportações do Ave diminuíram entre 2007 e 2009, embora menos do que no Norte e em Portugal, crescendo sempre a partir dessa data, se bem que a ritmos nem sempre tão rápidos como os observados para o total da região Norte e de Portugal. As importações do Ave caíram até 2009, em especial entre 2008 e 2009, e novamente em 2012. A Fig. 3.49 mostra que a taxa de cobertura das importações pelas exportações do Ave manteve-se sempre bem acima da registada no Norte e em Portugal e apesar de um decréscimo, entre 2009 e 2011, em 2012 voltou a subir.

Fig. 3.49 – Evolução das exportações e importações do Ave e da taxa de cobertura do Ave, Norte e Portugal



(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos))

Fig. 3.50 – Evolução das exportações (milhares de euros) por município (2007-2011)



(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos); cálculos nossos; Nota: A escala vertical do gráfico está truncada, para permitir a visualização de valores muito diversos)

Analisando o comportamento das exportações e importações dos concelhos do Ave, destaca-se o mais rápido crescimento das exportações das empresas com sede em Famalicão, relativamente a Guimarães. A contribuição da Continental Mabor para a evolução das exportações de Famalicão é decisiva, dado o investimento na expansão de capacidade que tem vindo a ser realizado por esta empresa, que representa cerca de 50% do total de exportações do concelho[30]. A partir de 2010, Vizela ultrapassa Fafe, apresentando ambos os concelhos valores muito próximos e muito inferiores aos dos dois concelhos anteriores. As exportações de Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto são ainda menores pelo que só ficam visíveis na mesma representação gráfica com a adoção de uma escala logarítmica, Fig. 3.50.

Não existe informação disponível ao nível do concelho sobre demografia das empresas industriais ou sobre investimento empresarial. A informação relativa à NUT III Ave revela uma taxa de natalidade nas indústrias transformadoras superior à que se verifica no Norte e em Portugal (8,87% contra 8,35% e 7,5%, respetivamente) mas inferior à taxa homóloga para o conjunto de atividades económicas (11,93%) em 2011 (ver anexo). A evolução da formação bruta de capital fixo (medida do investimento empresarial) na NUT III Ave no período 2007-2011 foi de -1%, ligeiramente menos negativa do que em Portugal (-3%) e acentuadamente menos negativa do que no Norte (-21%). O investimento aumentou em várias das principais indústrias do Ave como sejam a fabricação de produtos de borracha, o vestuário e a indústria de couro e produtos de couro. Contudo, a inclusão da Trofa e Santo Tirso nestes dados e o facto de se reportarem a 2011 reduzem o seu interesse.

Com o objetivo de completar a informação sobre investimento das empresas industriais, identificando as indústrias que mais investiram, foram analisados os projetos aprovados nos sistemas de incentivo (SI) ao investimento que vigoraram no período 2007-2013.

As empresas industriais do Ave viram 375 projetos aprovados, correspondentes a 359,5 milhões de euros de investimento e quase 159 milhões de euros de incentivo, valores que representam 9% do número total de projetos e de incentivo atribuídos à indústria a nível nacional e 10% do investimento elegível[31]. Sendo estas percentagens superiores às do peso do Ave no volume de negócios e no VAB industriais, revelam dinamismo por parte das empresas industriais do Ave.

O SI Qualificação PME (Projetos Individuais e de Cooperação e Vale Inovação) é o que apresenta um maior número de projetos aprovados (63% do total), enquanto o SI Inovação, mesmo excluindo os projetos do Regime Especial, se destaca no investimento elegível (52%) e no valor do incentivo (62%).

No que respeita aos concelhos do Ave, Guimarães assume a liderança no número de projetos e Famalicão no investimento elegível e no incentivo, o que se explica em larga medida pelo resultado dos dois projetos do regime especial aprovados. Os dois concelhos representam 82% dos projetos aprovados, 92% do investimento elegível e 89% do incentivo. Estes valores sobem para 87%, 95% e 93%, quando o concelho de Vizela é incluído, completando o grupo de concelhos mais ocidentais e confirmando o dinamismo do núcleo industrial do Ave.

[30] A Continental Mabor é responsável por 29% das importações realizadas pelas empresas com sede em Famalicão, em 2011 e 2012, deixando clara a relação existente entre investimento direto estrangeiro e comércio internacional, tanto pela via das exportações como das importações.

[31] A comparação entre o Ave e o total nacional é realizada considerando os projetos do setor industrial aprovados apenas nos mesmos instrumentos analisados para o Ave e excluindo todos os projetos não atribuídos a um concelho específico (multi-concelhos).

Quadro 3.54 – Projetos, investimento elegível e incentivo aprovados na indústria no Ave (2008-2013)

	Ave			Ave / Portugal		
	Projetos	Investim elegível	Incentivo	Projetos	Investim. elegível	Incentivo
	N.º	milhares de euros		%	%	%
I&DT Empresas/ Proj. Individuais	22	11 812	5 478	8%	6%	6%
I&DT Empresas/ Vale I&DT	13	408	304	9%	10%	10%
SI Inovação/ Empreend. Qualif.	10	8 485	6 107	11%	12%	13%
SI Inovação/ Inovação Produtiva	90	188 451	99 325	9%	7%	7%
SI Inovação/ Proj. do Regime Esp.	2	110 148	28 065	17%	26%	26%
SI Qualificação PME/ Projetos Individuais e de Cooperação	127	37 979	18 019	9%	9%	10%
SI Qualificação PME/ Vale Inov.	109	2 216	1 657	9%	8%	8%
SI de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	2	47	42	5%	5%	6%
Ave	375	359 545	158 997	9%	10%	9%
Portugal (exceto multi-concelhos)	4 333	3 744 342	1 845 680	100%	100%	100%

(Fonte: Compete (2013); cálculos nossos)

A análise da distribuição dos projetos aprovados por divisões da indústria revela que o têxtil continua a ser o principal investidor (29% dos projetos, 28% do investimento elegível e 30% do incentivo recebido pelas empresas industriais do Ave), representando mais de 40% do total nacional desta indústria. Segue-se a fabricação de borracha e plástico, o principal setor em termos de investimento elegível. A quase totalidade deste investimento (98%) e incentivo (94%) resulta de dois projetos da Continental Mabor, aprovados no âmbito do SI Inovação/ Projetos do Regime Especial, em 2009 e 2012. A fabricação de máquinas e equipamentos, n.e., apesar de apenas ter 24 projetos aprovados, aparece na terceira posição, tanto em termos de investimento elegível (8% do total do Ave) como de incentivo (10% do total do Ave), merecendo ainda destaque no que respeita ao peso do Ave no total nacional, com 17% do investimento elegível e do incentivo atribuído a projetos deste setor. Segue-se a indústria alimentar com 17 projetos aprovados, correspondentes a 15,3 milhões de investimentos e 9 milhões de incentivos, o que corresponde a 8% do total nacional, o dobro do seu peso no total do VAB. O vestuário, o calçado e os produtos metálicos merecem uma referência por apresentarem um peso nos projetos aprovados, investimento elegível e total de incentivo inferior ao seu peso na estrutura industrial do Ave e inferior ao peso do Ave no total nacional dos respetivos setores. Esta observação deve ser interpretada com cuidado na medida em que há setores, como, por exemplo, o calçado, em que um número significativo de empresas tem equipamentos atualizados, não sentindo necessidade deste tipo de investimento. Simultaneamente, os outros investimentos, na internacionalização e na inovação de matérias primas, produtos e processos, são coordenados pelas

respetivas associações setoriais, centros tecnológicos e instituições do sistema e científico e tecnológico nacional, que por terem um âmbito territorial multi-concelho ficaram excluídos desta análise. Finalmente, cerca de 27% dos projetos, correspondentes a 19% do investimento e 24% do incentivo, distribuem-se por 14 outras indústrias, ANEXO C – *Análise da Indústria na CIM do Ave*.

Concluindo, a indústria continua a ser a principal atividade económica do Ave e, dentro desta, o têxtil e vestuário permanecem as principais áreas de especialização. A economia do Ave é fortemente exportadora e aberta ao exterior, resultado da especialização mencionada e da presença de subsidiárias de multinacionais que, em alguns setores, investiram em operações produtivas quase exclusivamente orientadas para a exportação. Daqui resulta uma elevada dependência da indústria do Ave da evolução dos mercados internacionais. Adicionalmente, a evolução da produtividade parece refletir uma melhoria da eficiência mas não uma subida na cadeia de valor dos produtos produzidos já que o VAB regrediu.

Encontram-se apresentados no ANEXO C – *Análise da Indústria na CIM do Ave* dados adicionais à análise da Indústria na CIM do Ave.

3.3.3. SERVIÇOS E TURISMO

Estatisticamente, os serviços abrangem uma grande diversidade de atividades económicas, integradas em 11 seções (seções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S) e 41 divisões (nível 2 de desagregação da CAE-Rev.3.). O turismo inclui as atividades das agências de viagens, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas (divisão 79) e parte das atividades de alojamento (divisão 55) e restauração e similares (divisão 56). Começa-se por caraterizar o setor dos serviços no Ave, partindo do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE), do INE e analisando também os projetos aprovados neste setor no âmbito dos Sistemas de Incentivo ao Investimento das Empresas. Em seguida iremos analisar com mais detalhe o turismo, completando a informação anterior com os resultados do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e com o Anuário Estatístico da Região Norte, do INE.

3.3.3.1. Os serviços

No Ave, os serviços são responsáveis por cerca de três quartos das empresas, empregam 41% das pessoas ao serviço, geram 40% do volume de negócios e 32% do VAB. Sendo mais representativos do que a indústria no que respeita às empresas, o mesmo não acontece no emprego, no VAB e no volume de negócios[32]. Daqui resulta uma importância do Ave nos serviços do Norte e de Portugal inferior à média do total de atividades (entre 10 e 12%, no Norte, e entre 3 e 4%, em Portugal) e ao peso do Ave na população residente (11,5% do Norte e 4% de Portugal). Os serviços são relativamente menos importantes na estrutura económica do Ave, do que na do Norte, sendo a diferença ainda mais significativa quando a comparação é feita com o País como um todo.

[32] Para além da indústria e dos serviços, pode destacar-se o contributo da construção que representa 10% do emprego e 9% do VAB do Ave, em 2011.

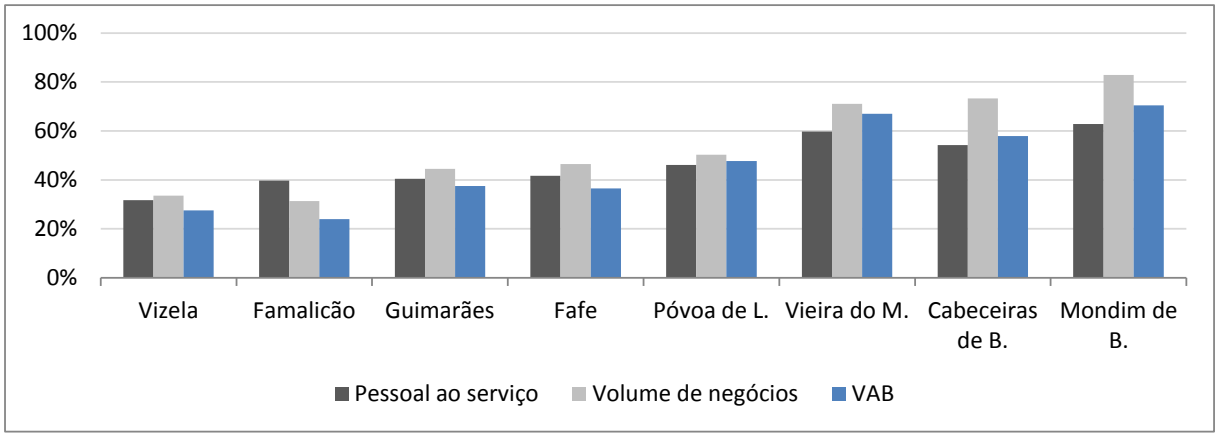
Quadro 3.55 – Importância dos serviços no Ave, Norte e Portugal (2011)

	Serviços			Serviços/ Total Atividades		
	Ave	Ave/Norte	Ave/Portugal	Ave	Norte	Portugal
	valor	%	%	%	%	%
Total de empresas (nº)	27 353	10%	3%	74%	78%	79%
• Empresas individuais (nº)	19 261	10%	3%	83%	82%	82%
• Sociedades (nº)	8 092	10%	3%	60%	68%	73%
Pessoas ao Serviço (nº)	60 454	9%	2%	41%	56%	67%
Volume de negócios (milhões de €)	3 953	8%	2%	40%	54%	60%
VAB (milhões de €)	797	7%	2%	32%	50%	62%

(Fonte: INE (SCIE, 2011); cálculos nossos)

A importância dos serviços na economia dos Municípios do Ave apresenta, naturalmente, uma imagem simétrica da observada na indústria, sendo menos relevante nos cinco concelhos mais industrializados e mais expressiva nos três concelhos menos industriais, localizados a oriente. Nestes últimos concelhos, os serviços representam mais de 50% do pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB.

Fig. 3. 51 – Importância dos serviços nos concelhos do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

O Ave apresenta uma maior densidade de empresas de serviços do que o Norte e Portugal, em especial nos três concelhos mais ocidentais. A proporção de empresas individuais do Ave é semelhante à verificada no Norte e em Portugal. Porém, a dimensão média das empresas com sede no Ave é menor quer em termos do pessoal ao serviço por empresa, quer no que respeita ao volume de negócios por empresa. Entre os

concelhos com maior número de empresas, Guimarães é o concelho cuja dimensão média das empresas mais se aproxima da média observada para o conjunto da região Norte.

Quadro 3.56 – Indicadores de empresas de serviços por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de negócios por empresa
	Nº/Km2	%	Nº	€
Portugal	9,6	70%	2,8	238,103
Norte	13,2	71%	2,4	185,055
Ave	18,8	70%	2,2	144,517
Cabeceiras B.	5,3	73%	2,0	111,419
Fafe	13,3	72%	2,0	114,266
Guimarães	44,2	68%	2,4	163,477
Mondim B.	1,6	69%	2,6	190,386
P. Lanhoso	9,4	71%	2,1	131,984
V. Minho	3,1	78%	1,8	81,474
V.N.Famalicão	45,8	71%	2,2	147,349
Vizela	53,4	71%	2,0	96,586

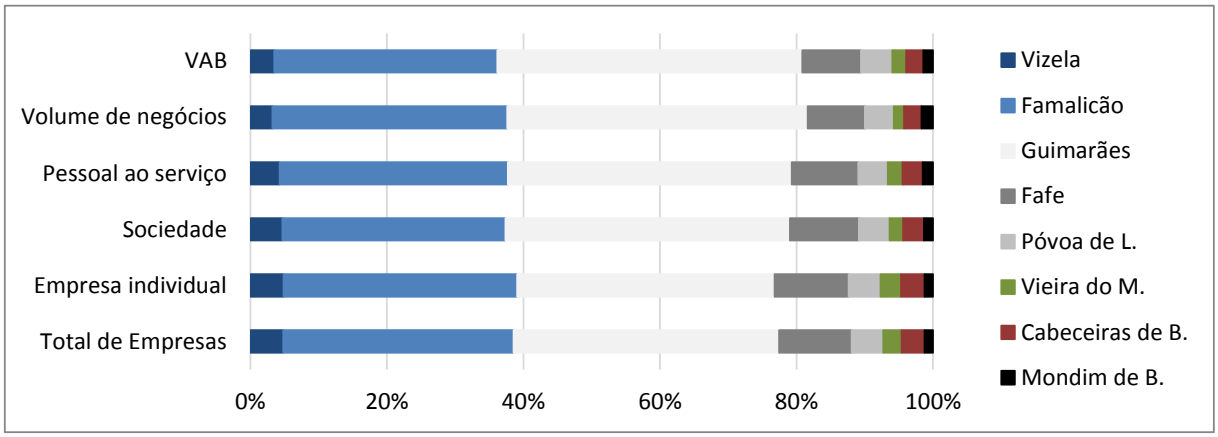
(Fonte: INE (Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2011; Anuário Estatístico da Região Norte, 2013))

As diferenças na densidade de empresas observadas entre os vários concelhos do Ave permitem identificar os três grupos já várias vezes mencionados: a ocidente os concelhos com maior densidade empresarial, a oriente os que apresentam muito baixas densidades empresariais e, finalmente, uma zona de transição, Fafe e Póvoa de Lanhoso, com valores deste indicador situados entre os de Portugal e do Norte.

Guimarães e Famalicão destacam-se novamente como os concelhos onde se localizam a maioria das empresas de serviços do Ave, sejam estas empresas individuais ou sociedades, que empregam três quartos das pessoas ao serviço, sendo responsáveis por 77% do VAB e 78% do Volume de Negócios dos serviços no Ave. De notar que Guimarães aparece sempre à frente de Famalicão, em qualquer das variáveis analisadas, sendo a diferença mais marcada em termos de VAB e volume de negócios, o que indicia a maior sofisticação nos serviços oferecidos por empresas com sede neste município. Nos três concelhos orientais, situam-se 7% das empresas de serviços, empregando 7% do pessoal ao serviço, gerando 6% do VAB e volume de negócios. Apesar de reduzidos, estes valores são substancialmente superiores aos observados na indústria, revelando a importância dos serviços na economia destes concelhos. Fafe e Póvoa de Lanhoso contribuem com 15% das empresas, 14% das pessoas ao serviço e 13% do VAB e do Volume de negócios,

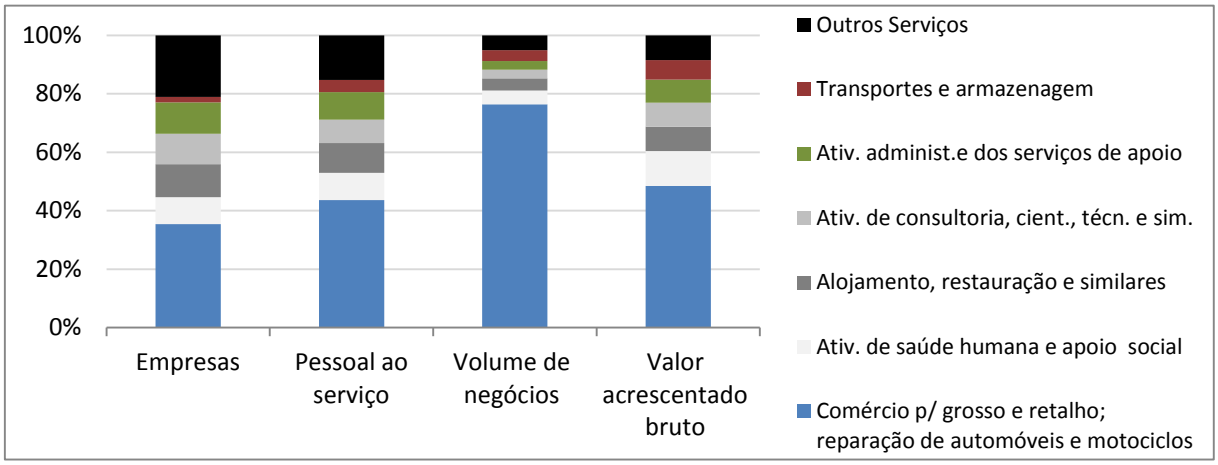
percentagens ligeiramente superiores às verificadas na indústria, com exceção do número de empresas em que o valor é inferior.

Fig. 3.52 – Importância de cada concelho nos serviços do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

Fig. 3.53 – Importância dos principais serviços no total do setor no Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

Na análise das 11 seções da CAE[33] que constituem o setor dos serviços, o comércio por grosso, a retalho e reparação automóvel ocupa uma clara posição de destaque, empregando 44% das pessoas ao serviço, gerando 48% do VAB e 76% do volume de negócios. Num distante segundo lugar surgem as atividades de

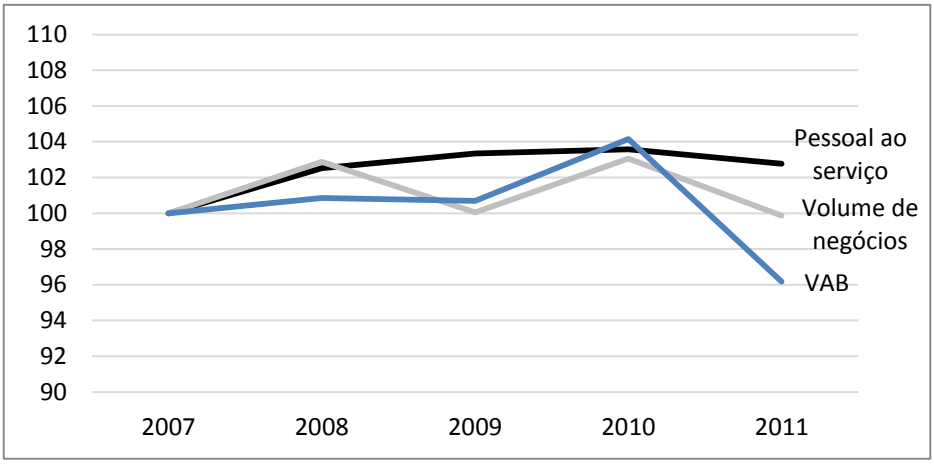
[33] A informação disponível ao nível do município apresenta casos em que os dados para uma secção ou divisão de serviços num determinado município não se encontram publicados por razões relacionadas com o segredo estatístico. Contudo, no caso dos municípios do Ave estes valores ao nível das secções e divisões de serviços nunca representam globalmente mais do que 1% dos valores totais publicados pelo que foram considerados pouco significativos e excluídos da análise. Ao nível do total de atividades económicas existe informação para todos os municípios e para todos os anos.

saúde humana e apoio social (9% do emprego e 12% do VAB). Contribuindo para 8% do VAB surgem três atividades: o alojamento, restauração e similares, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e as atividades administrativas e dos serviços de apoio. Estas 5 secções representam 81% do pessoal ao serviço e 85% do VAB dos serviços no Ave. Na posição seguinte, surgem os transportes e a armazenagem. Em síntese, no setor dos serviços destacam-se atividades mais relacionadas com os serviços às empresas (comércio por grosso, atividades de consultoria, atividades administrativas e transportes), a par com atividades relacionadas com o turismo e com a saúde e o apoio social. Contudo, também ao nível da secção da CAE, o peso do Ave no total do Norte e de Portugal nunca ultrapassa o seu peso no que respeita ao conjunto de atividades económicas ou em termos de população residente.

Uma análise mais fina, ao nível das 41 dívisões da CAE Rev.3 incluídas nas secções acima referidas, permite identificar os seguintes 5 principais serviços, por ordem de peso decrescente do VAB: o comércio por grosso (incluindo agentes e excluindo os veículos automóveis ou motociclos), o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis ou motociclos), as atividades de saúde humana, a restauração e similares e os transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos. Por ordem descrescente do pessoal ao serviço, as quatro primeiras divisões mantêm o destaque, embora trocando a ordem de importância (o comércio a retalho ultrapassa o comércio por grosso e a restauração ultrapassa as atividades de saúde humana), sendo a 5ª posição ocupada pelas atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas. As divisões referidas representam 62% do pessoal ao serviço e 69% do VAB.

A análise das empresas incluídas na SABI indica a existência de relações próximas entre empresas de serviços e empresas industriais. Refere-se, a título ilustrativo, o caso das empresas do grupo Salsa (Irmãos Vila Nova, S.A., dedicada ao comércio por grosso de vestuário e de acessórios, e a SLS SALSA – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A., que tem como atividade principal o comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados) ou a Fortunato Frederico, SGPS, S.A, gestora de participações em empresas que fabricam calçado.

Fig. 3.54 – Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB nos serviços do Ave (2007 = 100)

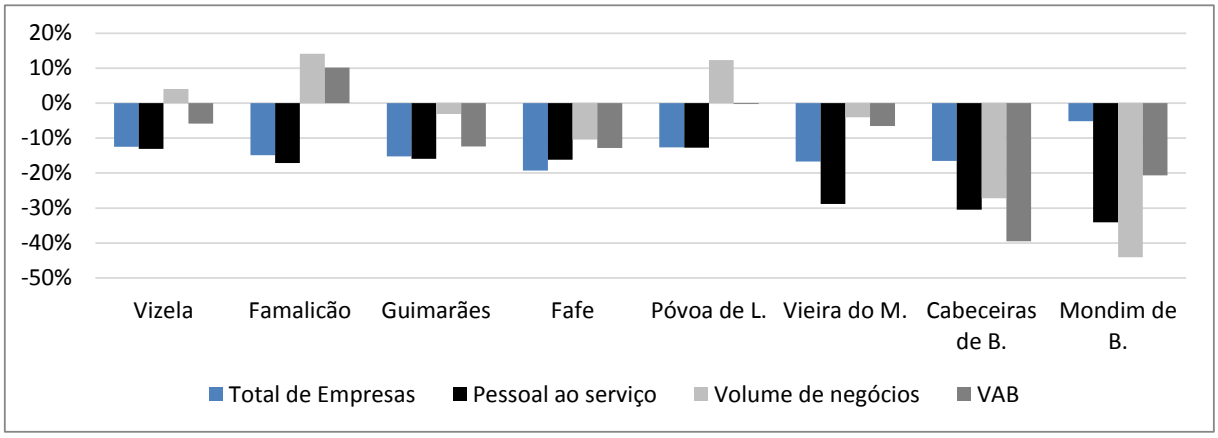


(Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011))

A evolução do setor de serviços no Ave revela alguma estabilidade nas diferentes variáveis analisadas e até um comportamente positivo do emprego que, apesar de uma quebra em 2011, tem um crescimento de 2,8% no período 2007-2011. O VAB, contudo, caiu em 2011, reduzindo-se em 3,8% no total do período. No volume de negócios não se observam alterações relevantes. No que respeita às empresas, a redução do número de empresas individuais (4%) é compensada pelo aumento das sociedades (9%) pelo que o total de empresas apenas tem um ligeira quebra (1%).

A análise da taxa de crescimento das empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB ao nível dos Municípios do Ave, regista o comportamento positivo dos concelhos mais orientais, a que se pode juntar Póvoa do Lanhoso e, em menor grau, Vizela. Nos restantes concelhos verifica-se algum decréscimo nas diferentes variáveis.

Fig. 3.55 – Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas de serviços por concelho (2007 a 2011)



(Fonte: INE (SCIE 2011))

No que respeita à evolução das diferentes secções dos serviços, entre 2007 e 2011, as atividades imobiliárias são as que experimentam uma maior redução do emprego (7%) e especialmente em termos de VAB (36%), valores que comparam favoravelmente com a construção no que respeita ao emprego (-17% na Construção) mas não quanto ao VAB (-8% na Construção) ou ao volume de vendas.Também o comércio e a educação apresentam evoluções negativas do emprego (4% e 1%) e do VAB (11% e 19%). Com uma evolução positiva, destacam-se as atividades de informação e de comunicação, as atividades administrativas e dos serviços de apoio, as atividades de saúde humana e apoio social e as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. O alojamento, restauração e similares vê o emprego e o volume de negócios crescer (11% e 7%) mas o VAB diminuir (2%).

Entre 2007 e 2013, o setor dos serviços[34] do Ave viu aprovados pelos Sistemas de Incentivo ao Investimento das Empresas 260 projetos, correspondentes a 46,6 milhões de euros de investimento elegível e 29,2 milhões

[34] Incluem-se nos serviços os projetos aprovados nos setores definidos pelo Compete como comércio, serviços, turismo e outros setores, desde que pertençam às divisões da CAE identificadas no início deste capítulo. Desta forma, excluíram-se desta análise todos os projetos de outras divisões incluídos pelo Compete nos setores referidos.

de euros de incentivo. O Ave foi assim responsável por 5% dos projetos aprovados e 3% do investimento elegível e do incentivo atribuídos a empresas do setor de serviços a nível nacional[35]. Estas percentagens, sendo superiores às que representam o peso do Ave nas empresas, volume de negócios e VAB dos serviços, revelam o dinamismo das empresas de serviços do Ave, investindo no respetivo crescimento e desenvolvimento.

Quadro 3.57 – Projetos, investimento elegível e incentivo aprovados nos serviços no Ave (2008-2013)

	Ave			Ave / Portugal		
	Projetos	Investim elegível	Incentivo	Projetos	Investim. elegível	Incentivo
	N.º	M€	M€	%	%	%
Criação e ref. comp. internas I&DT	2	577	288	3%	3%	3%
I&DT Empresas/ Proj.Co-promoção	3	1 485	1 139	3%	2%	3%
I&DT Empresas/ Proj. Individuais	4	1 333	854	1%	1%	1%
I&DT Empresas/ Vale I&DT	28	884	660	22%	22%	22%
SI Inovação/ Empreend. Qualif.	10	14 480	9 737	5%	13%	13%
SI Inovação/ Inovação Produtiva	14	9 780	6 730	3%	1%	1%
SI Qualificação PME/ Proj. Conj.	1	1 597	958	7%	11%	12%
SI Qualificação PME/ Projetos Individuais e de Cooperação	59	13 441	6 622	4%	3%	4%
SI Qualificação PME/ Vale Inov.	134	2 954	2 207	6%	7%	7%
SI de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	5	93	81	1%	1%	1%
Ave	260	46 624	29 276	5%	3%	3%
Portugal (exceto multi-concelhos)	5 676	1 771 930	1 021 221	100%	100%	100%

(Fonte: Compete (2013); cálculos nossos)

O SI Qualificação PME (Projetos Conjuntos, Projetos Individuais e de Cooperação e Vale Inovação) é o que apresenta um maior número de projetos aprovados (74% do total), enquanto o SI Inovação (Empreendedorismo Qualificado e Inovação Produtiva) se destaca no investimento elegível (52%) e no valor do incentivo (56%).

Guimarães é responsável por mais de metade dos projetos de serviços (52%), correspondentes a 65% do investimento elegível e do incentivo, tendo nos serviços um peso superior ao revelado na indústria. Segue-se

[35] A comparação entre o Ave e o total nacional é realizada considerando os projetos de serviços aprovados apenas nos mesmos instrumentos analisados para o Ave e excluindo todos os projetos não atribuídos a um concelho específico (multi-concelhos).

Famalicão com cerca de um terço dos projetos e 19% de investimento e incentivo. Os três concelhos ocidentais são sede das empresas que promovem 86% dos projetos e recebem 92% do incentivo para 91% do investimento elegível. Estes valores são apenas marginalmente inferiores aos encontrados nos apoios à indústria.

O peso do Ave no país só ultrapassa os valores médios relativos ao total dos serviços (3% do investimento elegível e do incentivo) no caso dos projetos aprovados nos outros serviços, no comércio e nas atividades administrativas e dos serviços de apoio, ANEXO D – *Análise dos serviços na CIM do Ave*. Tendo como referência o total dos projetos aprovados no Ave, destaca-se o peso das seguintes secções, por ordem decrescente de investimentos elegível: comércio e alojamento, restauração e similares, com 30% cada, seguidas pelas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (15%) e atividades de informação e de comunicação (10%). Ao nível da divisão destacam-se na estrutura de projetos aprovados no Ave, por ordem decrescente de investimento elegível: o alojamento (29%), o comércio por grosso (20%), o comércio a retalho (8%), as atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas (6%) e as atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas (6%). Com um peso em Portugal superior à média do Ave aparece o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos, as atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins, o comércio a retalho e o comércio por grosso, as atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas, as atividades de investigação e segurança e as outras atividades de serviços pessoais. Contudo, na maioria destas divisões, o valor do investimento e o número de projetos é muito reduzido, no Ave e em Portugal.

3.3.3.2. Turismo

Sendo o turismo uma atividade económica intimamente relacionada com a respetiva envolvente natural, cultural e socioeconómica, uma abordagem deste setor deve adotar uma perspetiva sistémica. O sistema turístico abrange, para além das operações dos agentes económicos com atividades diretamente orientadas para a oferta de alojamento, refeições e serviços de viagens e turismo, todo um conjunto de recursos naturais, culturais, histórico-patrimoniais, de animação, económicos, educativos e institucionais, que integram a oferta turística de um território, influenciando a respetiva atratividade.

As estatísticas oficiais disponíveis permitem uma caraterização das empresas que atuam no setor e da oferta de alojamento e procura de alojamento. A informação disponibilizada pela CIM do Ave, associada à que se encontra disponível nos sítios das Câmaras Municipais permite completar os dados do INE no que respeita à oferta de alojamento e identifica alguns dos principais recursos existentes neste território.

3.3.3.2.1. Oferta turística

A informação do SCIE, relativa a 2011, identifica o número de empresas que prestam serviços de alojamento, restauração e simulares e atividades relacionadas com viagens e turismo, as pessoas ao serviço, o volume de negócios e o VAB. Como já foi atrás referido, apenas a restauração e similares têm uma importância com algum relevo no total dos serviços do Ave: 11% do total das empresas, 9% das pessoas ao serviço, 4% do volume de negócios e 7% do VAB. Tanto o alojamento como as agências de viagens, operadores turísticos,

outros serviços de reservas e atividades relacionadas contribuem com menos de 1% para os serviços do Ave, qualquer que seja a variável considerada. Calculando o peso do Ave no total do Norte e de Portugal, os valores obtidos são inferiores aos encontrados para o total das atividades de serviços no caso do alojamento e das agências de viagens, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas. Apenas na restauração e similares o Ave tem um peso no Norte e em Portugal ligeiramente superior ao correspondente ao total dos serviços.

Quadro 3.58 – Atividades relacionadas com o turismo no Ave (2011)

	Alojamento	Restauração e similares	Agências de viagem, oper. turísticos, out. serviços de reservas e atividades relac.
Total de empresas (nº)	145	2 946	51
Pessoas ao Serviço (nº)	389	5 565	198
Volume de negócios (1.000 €)	10 192	148 748	15 894
VAB (1.000 €)	5 122	58 152	3 902

(Fonte: INE (SCIE 2011))

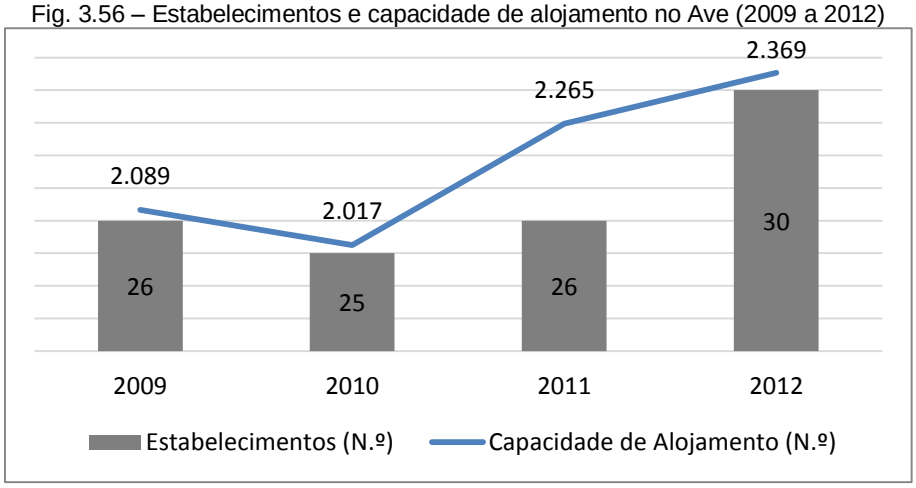
Em 2012, a oferta de alojamento no Ave é constituída por 30 estabelecimentos[36] que têm capacidade para 2 369 hóspedes. Como é possível observar na Fig. 3.56, a evolução foi positiva no período 2009-2012[37]. Contudo, o peso do Ave no Norte e em Portugal continua a ser bastante reduzido: 6,5% dos estabelecimentos e 5,7% da capacidade de alojamento do Norte, valores que descem para 1,5% e 0,8% de Portugal.

Além de reduzida, a oferta é maioritariamente constituída por hotéis, que correspondem a 60% dos alojamentos, e pensões (23%). Em termos de outros tipos de alojamentos, no Ave apenas se registam três pousadas, um motel e um hotel com apartamentos.

A maioria dos estabelecimentos e capacidade de alojamento concentram-se em Guimarães (57% dos estabelecimentos e 65% da capacidade de alojamento). É também aqui que se localizam duas das pousadas, o motel e o hotel com apartamentos. Com exceção de Vieira do Minho, local da terceira pousada, nos restantes concelhos esta fonte de informação apenas identifica hotéis e pensões. Cabeceiras de Basto não regista qualquer oferta e o mesmo acontece com Vizela, desde 2010.

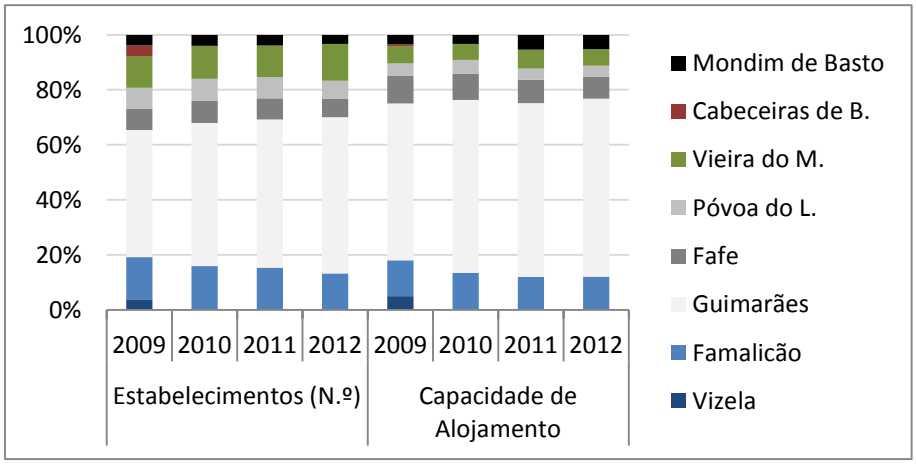
[36] Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados pelo Turismo de Portugal I.P., bem como estabelecimentos das tipologias reconvertidas, nomeadamente as pensões.
[37] Período mais recente para o qual existem dados comparáveis.

Fig. 3.56 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Ave (2009 a 2012)



(Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012))

Fig. 3.57 – Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012)



(Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012))

A informação publicada pelo Turismo de Portugal sobre turismo no espaço rural e turismo de habitação (TERH) apenas se encontra disponível por NUTS II[38]. Para obter informação ao nível de concelho foi, assim, necessário recorrer a outras fontes, com destaque para a CIM do Ave, que disponibilizou um relatório de alojamento turístico, que lista 164 alojamentos em funcionamento nos oito concelhos que integram a CIM, a que se somam dois parques de campismo. Esta listagem inclui uma grande diversidade de tipologias, que

[38] Ver Turismo de Portugal, Anuário das Estatísticas do Turismo 2012 (www.turismodeportugal.pt). O Turismo em Espaço Rural (TER) desenvolve-se em zona rurais e caracteriza-se pela utilização dos fatores naturais, culturais e sociais que são próprios destas zonas, pela manutenção da arquitetura local, pela preservação dos valores existentes e pela exploração em pequena escala. O TER pode incluir o Turismo de Habitação, o Turismo Rural, o Agroturismo, o Turismo de Aldeia, as Casas de Campo, os Hotéis rurais, e os Parques de Campismo Rurais (www.turismonoave.com).

varia entre concelhos, dificultando a consolidação da informação. Contudo, foi feito um esforço de uniformizar as classificações, sendo o resultado apresentado no Quadro 3.59[39].

Quadro 3.59 – Oferta de turismo no Ave

Concelhos	N.º total de Aloj.	Pousada.	Hotel	Aloj. local	Aparta-mentos	Tur. de Habit.	Tur. Espaço Rural
Cabeceiras B.	26			3	1	3	19
Fafe	10		1	3		1	5
Guimarães	34	2	13	12	1	3	3
Mondim B.	9		1	3			5
P. Lanhoso	22		1	7		1	13
V. Minho	44	1	3	5		2	33
V. N. Famalicão	16		4	5	2	1	4
Vizela	3		1	1			1
TOTAL-Ave	164	3	24	39	4	11	83

(Fonte: CIM do Ave, Relatório de Alojamento turístico V17)

A análise da informação apresentada revela uma oferta de alojamento no Ave que ultrapassa largamente a registada pelo INE, não existindo nenhum concelho sem oferta e ficando também evidente a diversidade de alternativas de alojamento que são oferecidas. Organizando a oferta de alojamentos em dois grandes grupos, integrando num primeiro as pousadas, hotéis, apartamentos e alojamento local e, num segundo grupo o turismo de habitação e turismo em espaço rural, alojamentos mais típicos de um ambiente rural, fica clara a maior importância deste último tipo de alojamento nos concelhos mais orientais e centrais de Ave. Já nos três concelhos mais ocidentais são os hotéis e outros alojamentos locais que apresentam um maior peso.

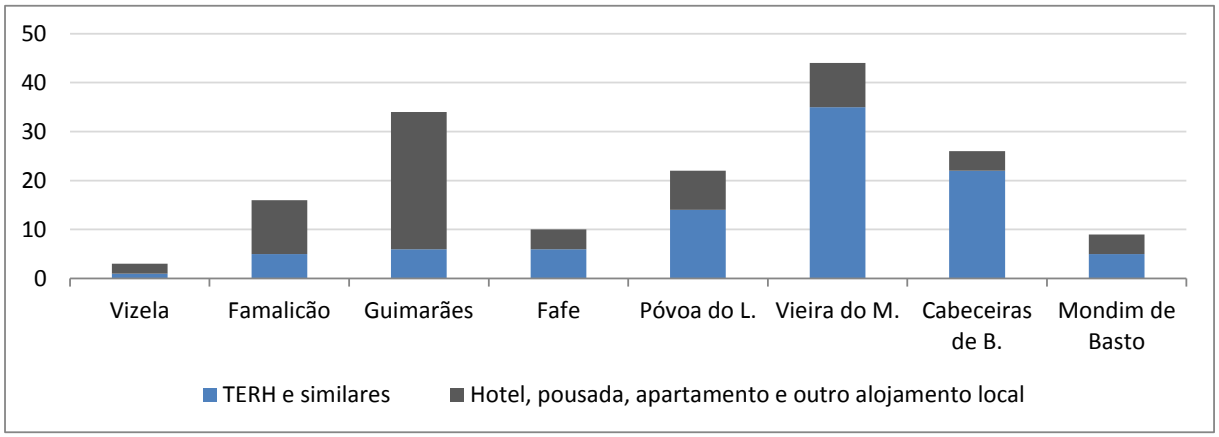
Vieira do Minho é o concelho com maior número de alojamentos, resultante do elevado número estabelecimentos de turismo em espaço rural. O município de Cabeceiras de Basto destaca-se também a este nível.

Guimarães aparece na segunda posição no que respeita ao número total de alojamentos, de acordo com esta fonte de informação. Contudo, uma consulta da área de turismo do sítio da Câmara Municipal permitiu ainda

[39] Partiu-se da classificação que consta da coluna "Tipologia" do Relatório de Alojamento turístico V17, que refere o Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março, realizando as seguintes operações: i) excluíram-se da lista os alojamentos encerrados; ii) nas cerca de duas dezenas de casos em que faltava esta classificação recorreu-se à informação disponível nos sítios das Câmaras municipais e do sítio www.turismonoave.com para identificar a tipologia; iii) com o objetivo de ter um menor número de categorias, substitui-se as designações de diferentes categorias de Estabelecimento Hoteleiro por apenas "Hotel" e agregaram-se as diferentes designações de Turismo em Espaço Rural (Casa de Campo, Agroturismo e Turismo de Aldeia). Os Empreendimentos de Turismo de Habitação foram classificados como "Turismo de Habitação".

identificar 11 alojamentos que não constam do relatório da CIM do Ave e que, se adicionados aos restantes alojamentos, conduziriam Guimarães à primeira posição[40]. Nestes 11 alojamentos estão incluídos 9 alojamentos locais, incluindo vários *hostels*, apartamentos, *studios lounge*, *guest house* e casas. É ainda referida a Pousada de Juventude de Guimarães e uma unidade de turismo em espaço rural.

Fig. 3.58 – Estabelecimentos por município e grandes tipos de alojamento



(Fonte: CIM do Ave, Relatório de Alojamento turístico V17)

A Associação do Turismo de Habitação (TURIHAB) identifica sete casas antigas no Ave, ou seja, casas particulares de reconhecido valor arquitetónico, histórico ou artístico, e representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e casas apalaçadas, normalmente classificadas como Turismo de Habitação.[41] Fafe, Póvoa de Lanhoso e Cabeceiras de Basto têm uma casa cada e as restantes localizam-se em Guimarães, sendo que duas destas últimas casas não aparecem referidas no citado relatório da CIM do Ave.

A descrição da oferta de alojamento não ficaria completa sem uma referência aos vários parques de campismo disponíveis no território do Ave. Existem dois parques em Guimarães (Penha e Caldas das Taipas), um em Fafe (Queimadela), outro em Vieira do Minho (Cabreira) e ainda outro em Mondim de Basto. O parque de campismo que existiu em Cabeceiras de Basto (Clube Valsereno) encerrou e a Quinta de Alijó, no mesmo concelho, passou a oferecer alojamento em apartamentos, que substituíram as caravanas.

A análise dos projetos no setor do turismo aprovados pelos sistemas de incentivo ao investimento revela o reforço da capacidade de alojamento através da criação, instalação e melhoramento de empreendimentos turísticos em Guimarães, Vieira do Minho, Vizela e Vila Nova de Famalicão. Os 12 projetos de alojamento são responsáveis por 78% do investimento elegível e do incentivo. Os 6 projetos com um maior investimento

[40] Através da consulta aos sítios das câmaras municipais do Ave identificaram-se ainda mais dois alojamentos em Cabeceiras de Basto (Casa de Lobos e Quinta de Entre Sebes), um em Mondim de Basto (Mondim Hotel & Spa), três na Póvoa de Lanhoso (Casa do Cazal de S. João, Casa de Oceane e Casa do Outeiro), 6 em Vieira do Minho (Casa da Choqueira, Casa da Gaiteira, Casa do Soral, Quinta Cercas da Costa, Quinta Casa da Batoca e Casa do Brasileiro)..

[41] A TURIHAB distingue entre: Solares de Portugal (www.solaresdeportugal.pt), que depois se dividem em Casas Antigas, Quintas & Herdades, Casas Rústicas; Casas de Campo; e, Aldeias de Portugal. No site www.casasnocampo.net e www.aldeiasdeportugal.pt não se encontram alojamentos localizados no Ave.

elegível e que representam 75% do investimento elegível e 76% do incentivo merecem uma referência mais detalhada:

- Em Guimarães, em 2008,o projeto da Open Village Sports Lda., de criação de um empreendimento turístico inovador e diferenciado apresentou um investimento de 4,8 milhões de euros, para um incentivo de 2,6 milhões de euros;
- Em Famalicão, um projeto de criação de um hotel rural dotado de recursos humanos qualificados e de inovação turística, foi apresentado, em 2009, pelo Hotel Rural da Azenha, Lda., tendo um investimento elegível previsto de 2,6 milhões de euros e um incentivo de 1.97 milhões;
- Segue-se o investimento de reabertura de um hotel nas Termas de Vizela, proposto, em 2012, pela Tesal Explotación S.L., uma empresa especializada em Turismo de Saúde, que se dedica à gestão e exploração de Balneários, Centros de Talassoterapia e Spa, quando associado a um segundo projeto da mesma empresa em atividades de bem-estar físico, corresponde a um investimento elegível de 3,4 milhões de euros. O grupo Bienestar Hoteles y Resorts S.L. abriu recentemente o Hotel Bienestar Termas de Vizela, um hotel de 4 estrelas localizado na primeira cidade do Norte a ser classificada como uma Cittaslow, ou seja uma pequena cidade com menos de 50 000 habitantes que oferece um ritmo mais saudável e uma melhor qualidade de vida às suas populações. Este investimento beneficiou do apoio do já referido MINHO IN, tendo sido considerado um projeto âncora integrado na estratégia do MINHO IN Saúde e Bem-Estar;
- Em seguida destaca-se o investimento de criação de um aldeamento turístico inovador e diferenciador em Vieira do Minho, a que corresponde um investimento elegível de perto de 1,9 milhões de euros e um incentivo de 1,2 milhões. O projeto foi apresentado em 2013;
- Novamente em Guimarães, a instalação de um hotel bem-estar de 4 estrelas tem um investimento elegível de 1,7 milhões e incentivo de 1,3 milhões. A este projeto, de 2010, juntam-se, em 2013, dois outros projetos na área do alojamento com valores de investimento elegível inferiores a 1 milhão de euros: Hotel da Oliveira – Sentir Guimarães e criação de empreendimento de turismo de habitação diferenciador e inovador – Casa do Juncal;
- No que respeita às empresas com atividade de turismo no espaço rural, só há três projetos aprovados, correspondentes a 2% do incentivo e do investimento elegível, que inclui a acima referida casa do Juncal, um plano de marketing e um plano de negócios. Os 4 projetos na área da restauração apenas representam 3% do investimento elegível e do incentivo. Já as outras áreas relacionadas com o turismo apresentam nove projetos, que representam os restantes 19% de investimento e incentivo. Estes projetos de menor dimensão revelam, contudo, uma aposta em atividades de animação turística e nas TIC, economia digital e internacionalização do turismo do Ave;
- Os projetos no concelho de Guimarães representam 50% do investimento elegível e 78% do incentivo, apresentando Famalicão e Vizela valores relativamente próximos. Globalmente estes três concelhos representam 87% do investimento elegível e do incentivo em projetos de turismo. Entre os restantes três concelhos com projetos aprovados, Vieira do Minho representa 11% do investimento elegível e do incentivo. Fafe e Cabeceiras de Basto não apresentam qualquer projeto aprovado;
- Para além da informação sobre alojamento, a CIM do Ave reuniu também informação sobre os principais museus e coleções visitáveis na sua área de atuação. Estes 38 museus estão distribuídos por 7 concelhos da CIM: 13 em Famalicão, 7 em Guimarães, 5 em Póvoa de Lanhoso e em Fafe, 4

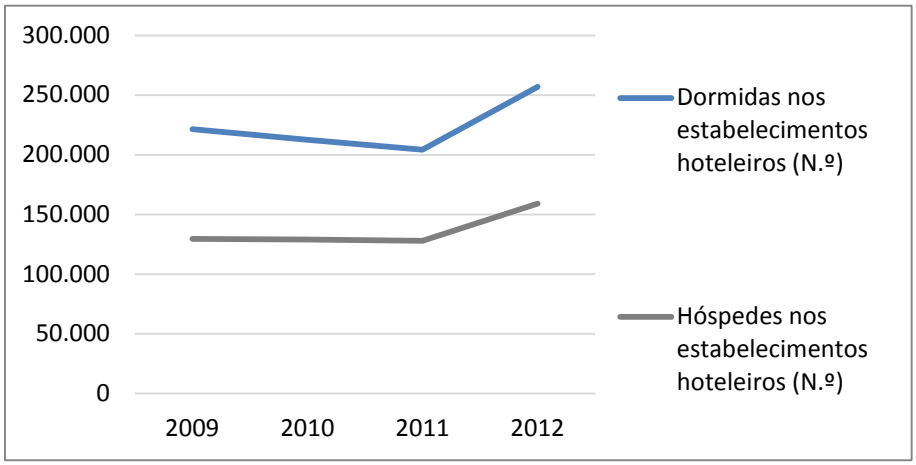
em Cabeceiras de Basto, 3 em Vieira do Minho e 1 em Mondim de Basto. O número de museus públicos (19) é muito semelhante ao de privados (18), sendo o Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado público/privado. Há um número muito significativo de museus e coleções que são gratuitos (16). Esta identificação visa a constituição da rede de museus e monumentos do Ave que possa contribuir para a atração de turistas para a área;

- No que respeita a recursos naturais, a informação encontra-se dispersa pelas áreas relativas ao turismo nos sítios das Câmaras Municipais e, no que respeita aos seis concelhos da NUT Ave, também no portal: www.turismonoave.com. Este sítio e o Guia Turístico do Vale do Ave são resultados do projeto "Turismo no Ave – Sistema de Informação Turística do Vale do Ave", que representou um contributo para uma política de desenvolvimento turístico integrado de uma região que incluía dez Municípios , que vão desde o Alto Ave, passando pelo Médio Ave, até ao Ave Litoral. O sítio, para além da identificação de ofertas de alojamento e restauração, inclui informação sobre a região, sobre museus, atrações culturais e atrações naturais. A seção "o que fazer" inclui informação sobre atividades de animação, desporto e lazer, bares e discotecas, infraestruturas desportivas, centros cívicos, jardins e espaços verdes, organizadores de atividades lúdicas, parques desporto-aventura, centros culturais e salas de espetáculo, equipamentos e lazer, termalismo, festas e romarias, compras, circuitos oficiais municipais e roteiros, para além da identificação dos postos de turismo na região. Toda a informação é disponibilizada em português, espanhol e inglês. Constata-se, no entanto, que o sítio não é atualizado desde novembro de 2007, data das últimas notícias e eventos na agenda.

3.3.3.2.2. Procura turística

A informação sobre a procura de alojamento no Ave é bastante incompleta. Apenas são publicados dados para cinco concelhos, sendo possível calcular o valor agregado para Fafe e Póvoa de Lanhoso, com base nos valores publicados para a NUT III Ave e todos os outros concelhos que a integram. Não há, contudo, a possibilidade de calcular o valor relativo a Mondim de Basto. Tendo presente esta limitação, observa-se alguma estabilidade na procura durante o período 2009 a 2012, verificando-se um aumento em 2012, quando foram contabilizadas 256 811 dormidas e 158 923 hóspedes. Estes valores correspondem a 5,7,% das dormidas e 6,1% dos hospedes registados no Norte, valores que descem para 0,6% e 1,1% de Portugal.

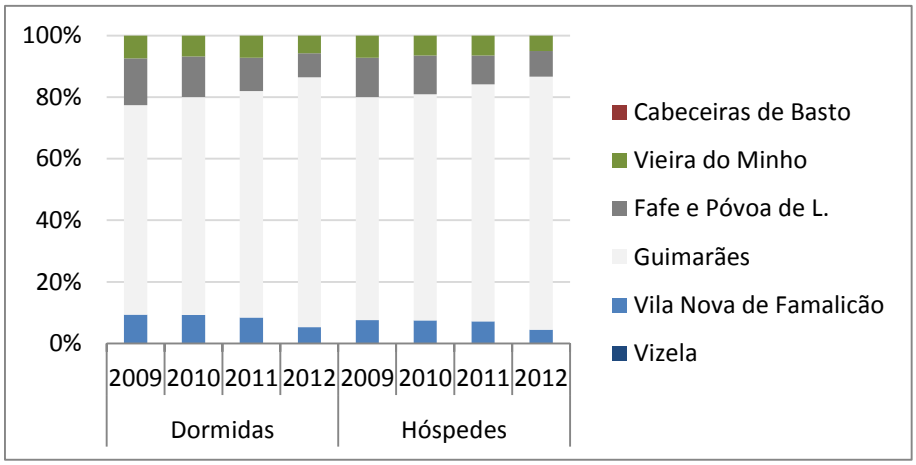
Fig. 3.59 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Ave (2009 a 2012)



(Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012). Os valores relativos a Fafe e a Póvoa de Lanhoso foram calculados a partir dos valores da NUT III)

A maioria das dormidas e dos hóspedes é relativa a hotéis (71%), uma percentagem ligeiramente inferior ao que se verifica no Norte (82% e 81%, respetivamente) mas semelhante ao que se verifica em Portugal, no caso dos hóspedes.

Fig. 3.60 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2009 a 2012)



(Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012))

Guimarães é o concelho que regista o maior número de dormidas e de hóspedes, 81 e 82% do total do Ave, em 2012. O peso de Guimarães aumentou no período 2009-12, sendo superior ao seu peso na oferta de alojamento (57% dos estabelecimento e 65% da capacidade de alojamento, em 2012).

Em 2012, o Ave registou 8 milhões de euros de proveitos de aposento, o que corresponde a 5,4% do Norte e 0,6% do país, valores que estão em linha com o seu peso na procura.

A análise das principais origens de dormidas e de hóspedes revela a preponderância dos portugueses. Estes são responsáveis por 63% das dormidas e 68% dos hóspedes, em 2012, valores superiores aos observados no Norte (52% e 61%) e em Portugal (31% e 44%). As principais origens estrangeiras, por país de residência habitual, são: Espanha (9 e 8%, respetivamente), França (5% e 4%), Itália (3% em ambos os indicadores), Alemanha (3% e 2%) e Reino Unido (2% nos dois indicadores). Este padrão geográfico está mais próximo do que é observado no Norte do que em Portugal. O Reino Unido e a Alemanha constituem a primeira e segunda origens das dormidas e a primeira e terceira origem de hóspedes de Portugal, sendo relativamente menos importantes no Ave.

Estão disponíveis indicadores de hotelaria para apenas três concelhos do Ave, Famalicão, Guimarães e Vieira do Minho, pelo que se optou por analisar também os valores relativa à NUT III Ave.

Quadro 3.60 – Indicadores de hotelaria (2012)

	Portugal	Norte	Ave*	Famalicão	Guimarães	Vieira do M.
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (N.º)	28,3	11,4	5.4	2,1	9,7	11,3
Hóspedes por habitante (N.º)	1,3	0,7	0.4	0,1	0,8	0,6
Dormidas em estabel. hoteleiros por 100 habitantes (N.º)	378,4	123,9	61.4	10,2	132,5	115,9
Estada média no estabelecimento	2,9	1,7	1,6	1,9	1,6	1,8
Taxa de ocupação-cama (líquida)	39,5	31,0	31.2	13,1	37,9	25,4
Proporção de hóspedes estrangeiras/os (%)	55,5	39,5	28.2	17,9	33,8	30,4
Estada média de hóspedes estrangeiras/os (N.º de noites)	3,5	2,1	1.9	2,4	1,8	1,9
Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	39,7	35,5	32.9	28,0	33,5	47,6
Proveitos de aposento por cap. de aloj. (milhares de euros)	4,4	3,6	3,7	1,4	4,6	3,8

Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012)
Nota: NUT III Ave, que inclui Santo Tirso e Trofa, que não pertencem à CIM do AVE, não incluindo Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

A capacidade de alojamento por 1 000 habitantes apresenta valores bastante inferiores aos registados em Portugal e apenas em Vieira do Minho se aproximam do Norte. Também no que respeita aos indicadores hóspedes por habitante e dormidas em estabelecimentos por 100 habitantes, a NUT III Ave apresenta valores muito menores do que os observados no Norte e em Portugal. Contudo, em Guimarães os indicadores são superiores aos registados pelo Norte, ainda que inferiores aos observados para Portugal.

A estada média em Guimarães é idêntica à observada no Ave (1,6 dias) e ligeiramente inferior à do Norte, contudo a taxa líquida de ocupação-cama é em Guimarães superior à do Norte, contribuindo para explicar um valor de proveitos de aposento por capacidade de alojamento superior ao valor registado no Norte e mesmo em Portugal. O valor de proveitos de aposento por capacidade de alojamento na NUT III Ave é ligeiramente superior ao verificado no Norte mas inferior ao valor de Portugal. Já em Famalicão e em Vieira do Minho a estada média é superior à observada no Norte mas a taxa de ocupação é inferior. Os proveitos de aposento por capacidade de alojamento em Vieira do Minho são superiores aos do Norte, mas em Famalicão são muito inferiores.

Na proporção de hóspedes estrangeiros, todos os três concelhos e a NUT Ave apresentam valores inferiores aos do Norte. Com exceção de Famalicão, também a estadia média dos hóspedes estrangeiros é mais reduzida no Ave. O peso dos hóspedes estrangeiros é especialmente reduzida em Famalicão. A orientação industrial do concelho, associada à proximidade ao Porto, onde os visitantes estrangeiros por motivos de negócio tenderão a alojar-se, pode ajudar a explicar este valor.

A proporção de dormidas entre Julho e Setembro tem um valor elevado em Vieira do Minho, ultrapassando os restantes concelhos, a Região Norte e Portugal, o que indica uma maior sazonalidade na procura de alojamento neste concelho. A menor percentagem neste indicador é observada em Famalicão.

Em síntese, o setor dos serviços é relevante na economia do Ave, sendo de destacar a sua estabilidade num período de crise. Este setor é especialmente relevante nas economias dos concelhos menos industrializados, localizados a oriente. No entanto, em termos de dimensão relativa, Guimarães, onde se encontra a principal cidade do Ave, concentra parte muito significativa dos serviços. A oferta turística tem vindo a crescer e a diversificar-se nos concelhos da CIM do Ave, beneficiando de vários investimentos recentes em novos alojamentos, em atividades relacionadas com o turismo e do interesse das autoridades locais na promoção de uma atividade que cria emprego e gera valor no território. A procura turística tem-se mantido estável mas ainda não acompanhou o dinamismo revelado pela oferta.

Encontram-se apresentados no ANEXO D – *Análise dos serviços na CIM do Ave*, os dados adicionais à análise dos Serviços e Turismo na CIM do Ave.

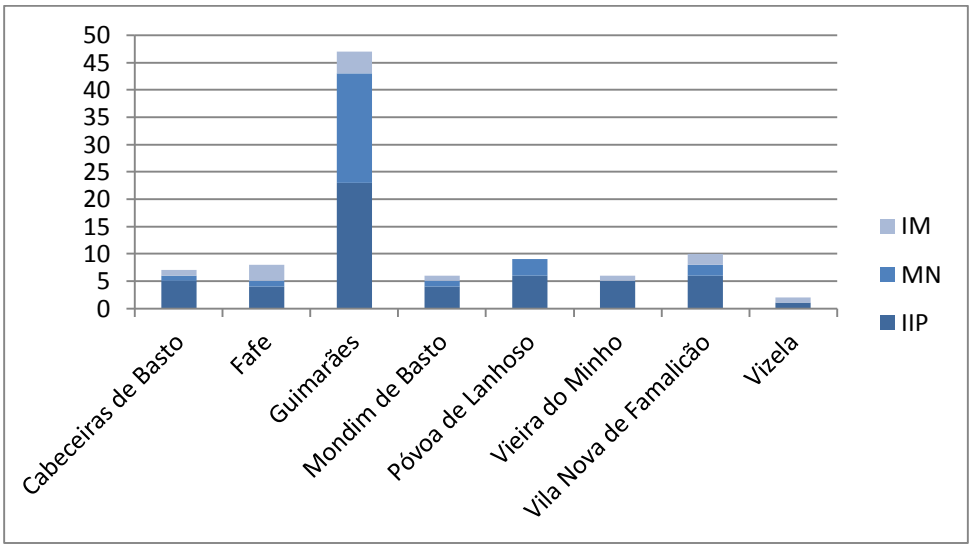
3.4. CULTURA E PATRIMÓNIO

Na CIM do Ave destacam-se como recursos culturais os valores patrimoniais, nomeadamente o património construído e musealizado, assim como os equipamentos culturais e os projetos de valorização do património existentes.

Na Fig. 3.61 está representado o panorama atual ao nível patrimonial na CIM do Ave, relativamente aos bens culturais classificados (MN – Monumento Nacional, IIP – Imóvel de Interesse Público, IM – Imóvel de Interesse Municipal).

Na região destaca-se Guimarães, não só por se tratar do concelho com mais imóveis classificados, mas também pelas características do seu centro histórico que levaram à sua classificação como Património Mundial pela UNESCO.

Fig. 3.61 **–** Património cultural classificado na região da CIM do Ave.



(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013))

No concelho da Póvoa de Lanhoso há registos do património dos diversos períodos de ocupação humana. Existem também testemunhos arquitetónicos disseminados por todo o concelho, como acontece com os vestígios arqueológicos. Podem-se ainda conferir outros registos como acontece de forma muito vincada a partir da influência brasileira, de meados do século XIX. É possível ainda identificar uma série de edifícios classificados como monumento nacional, como é o caso da Igreja Românica de Fontarcada, da Ponte de Mem Gutierres e do Castelo de Lanhoso. Para além dos registos do património edificado, classificado ou não, há registos patrimoniais distintivos ao nível do património imaterial, das personagens históricas às diversas tradições.

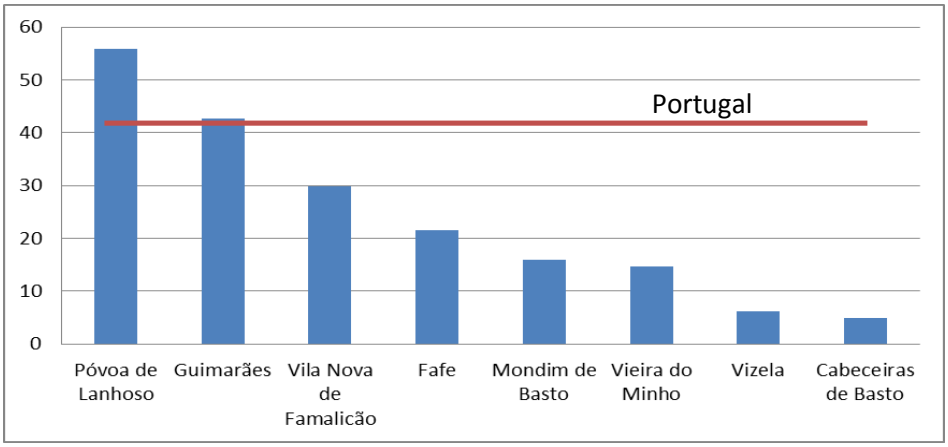
A antiguidade da ocupação humana das terras que hoje integram o concelho de Vieira do Minho pode ser atestada pelos inúmeros testemunhos arqueológicos que podem ser vistos no concelho, com particular

destaque para a área da Serra da Cabreira, território ocupado desde a pré-história e as localidades de Salamonde e Ruivães, onde a presença militar de diferentes povos, com destaque para os romanos, atestam o valor estratégico desta área no controle das principais vias de penetração na província. As mamoas, menires, gravuras rupestres, fojos medievais, necrópoles neolíticas, povoações romanas, castros, além de vários utensílios de barro, ferro e outros metais. Da época romana, ainda existem vestígios de alguns troços da via XVII do itinerário Antonino que ligava Braga, Chaves a Astorga, e vestígios de antigos povoados dessa época, é exemplo disso o povoado de S. Cristovão - Ruivães.

Do património edificado pertencente ao concelho de Vieira do Minho salienta-se o Paço do Município, a Casa de Lamas (que alberga a Casa Museu Adelino Ângelo), Monte do Castelo (povoado fortificado), a Ponte Românica de Agra (na aldeia turística de Agra), Pelourinho de Celeirô (classificado como Imóvel de Interesse Público) e Casa Professor Carlos Teixeira, todos na freguesia de Rossas. De referir ainda as Gravuras rupestres do Zebral ou Laje dos Cantinhos (definida como zona especial de proteção), o Pelourinho (construção provável do séc. XVI) e a Ponte da Mizarela situados na freguesia de Ruivães. Acrescentando, existe ainda o Santuário da Senhora da Orada, na freguesia de Pinheiro, a Capela da Senhora da Lapa, na freguesia de Soutelo, a Capela de Calvelos, na freguesia de Soengas, a Capela da Casa de Cibrão, Casa e Capela de S. Miguel e Pelourinho da Caniçada, na freguesia de Caniçada, Pelourinho, Ponte de Parada de Bouro, na freguesia de Parada do Bouro, e Ponte da Pértega, na freguesia de Vilarchão.

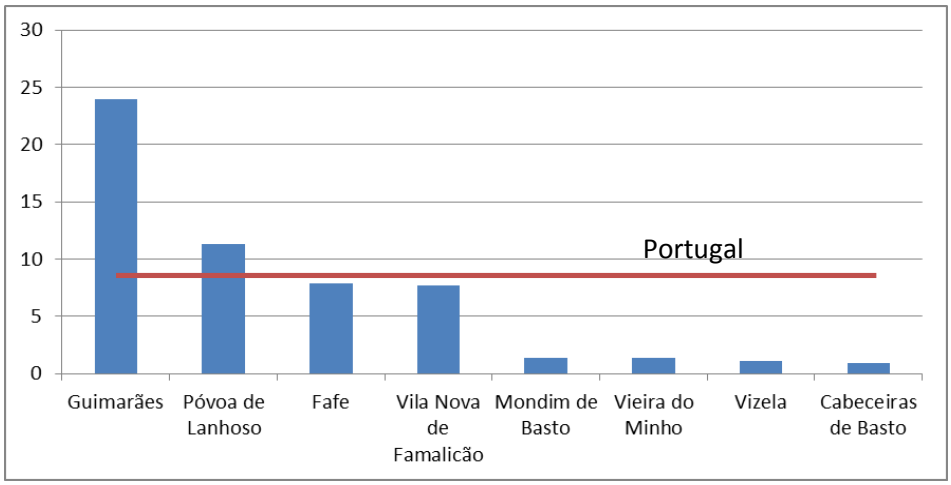
Acrescenta-se a existência de uma vasta rede de percursos pedestres no território da CIM do Ave, de pequenos núcleos museológicos, como o Núcleo Museológico de Arte Sacra, o do Castelo de Lanhoso, o Ferroviário, o Núcleo Museológico da Central do Ermal, o Núcleo Museológico de Lamas e de centros interpretativos do património natural e cultural, como o Centro Interpretativo do Carvalho de Calvos, o Tempo-Espacial do Vale do Ave e o Centro Interpretativo da Montanha e do Centeio em Aboim. O património relevante em cada um dos Municípios encontra-se discriminado em anexo, ANEXO E – *PATRIMÓNIO PRESENTE NOS MUNICÍPIOS DA CIM – AVE*.

Fig. 3.62 – Despesas em Cultura por habitante, 2012 (€).



(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013))

Fig. 3.63 – Despesas em Cultura no total das despesas, em 2012 (%).



(Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2012))

Através da análise da Fig. 3.62, percebe-se que Póvoa de Lanhoso foi o concelho com o investimento em cultura *per capita* mais elevado, ultrapassando claramente a média nacional. Salientam-se ainda, os Municípios de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (este último situando-se já abaixo da média nacional), mas com um investimento na cultura, por habitante, bastante significativo.

A análise da Fig. 3.63, permite a perceção de que Guimarães, no ano 2012, foi o concelho que mais apostou na cultura, com, aproximadamente, 25% dos seus gastos aplicados à mesma. Este facto deve-se a esta cidade ter sido Capital Europeia da Cultura, neste mesmo ano, o que exigiu um elevado investimento em novas infraestruturas e em regeneração urbana.

Analisando os gastos com a cultura por parte do conjunto dos Municípios que integram a CIM do AVE, verifica-se um nivelamento com a média nacional. No entanto Guimarães destaca-se largamente desta média, contrabalançando com o menor investimento nesta área por parte dos Municípios de Mondim de Basto, Vieira do Minho, Vizela e Cabeceiras de Basto.

Das iniciativas de dinamização turística que a CIM do AVE integra, destacam-se os presentes nos subcapítulos seguintes.

3.4.1. Rota dos Castros do Noroeste

Na paisagem do Ave podem ser encontrados alguns castros de um universo de cerca de 7000 do Noroeste Peninsular, um legado criado durante o primeiro milénio a.C., no período anterior à chegada dos romanos, com elevada importância científica e turística.

Os objetivos da rede criada foram a promoção turística dos mesmos, a sua investigação, conservação e elevação a categoria de Património da Humanidade no âmbito da UNESCO ou a sua classificação como Património Europeu. Este projeto, a Rede dos Castros do Noroeste, foi criado em 2004, em Paços de Ferreira, no Colóquio Uma Deusa na Bruma, tendo em vista a candidatura dos Castros do Noroeste a Património

Mundial. Desde o início e com o amadurecimento do projeto, o mesmo permitiu a cooperação de diversos intervenientes, desde autarcas a arqueólogos (Paulo Pinto, 2008). Hoje envolve as seguintes instituições: Câmara Municipal da Trofa, de Boticas, de Penafiel, de Santo Tirso, de Monção, de Esposende, de Paços de Ferreira, de Guimarães, de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim e a Direção Regional de Cultura do Norte.

Os castros englobados na rede são: Castro de Alvarelhos, Castro de Monte Mozinho, Castro de Monte Padrão, Castro de São Lourenço, Citânia de Sanfins, Citânia de Santa Luzia, Citânia de Briteiros, Cividade de Terroso, Cividade de Bagunte e o Castro do Outeiro Lesenho. Estes apresentam fortes sistemas construtivos, com várias ordens de muralhas, de organização proto urbana regular, com arruamentos e construções de planta circular e quadrangular agrupadas em conjuntos de unidades domésticas ou núcleos familiares e evidenciam uma hierarquização no modelo de organização e ocupação do território, articulando-se entre si, revelando valências económicas e dependências (http://www.castrosdonoroeste.pt/, acedido a 9 de Maio de 2014).

No âmbito do projeto têm sido desenvolvidas diversas iniciativas de promoção do património. Estas iniciativas englobam a realização de visitas guiadas, de percursos pedestres, de atividades infantis (e.g. Buscas ao Tesouro e Marionetas) e atividades musicais.

3.4.2. Caminhos de Santiago

No âmbito religioso surge a integração de partes do território do Ave nos caminhos de Santiago. A título de exemplo apresentam-se: o caminho de Celanova (que abrange Santo Tirso, Guimarães, Briteiros, Braga, São Frutuoso de Montélios, Prado, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Lindoso e Madalena), o caminho de Lamego (que abrange Amarante, Felgueiras, Guimarães e Braga), o caminho de Sé a Sé (abrangendo a Sé do Porto, Leça do Balio, Santiago de Bougado, Santiago de Antas, Santiago de Gavião e Santiago da Cruz e Sé de Braga) e o caminho de Bustelo, que passa por Vizela, atualmente já marcado.

Tendo em conta o valor dos caminhos de Santiago, a CIM do Ave e os Municípios que a compõem deverão potenciá-lo, promover o rigor histórico na marcação dos diversos traçados disponíveis, a segurança nos mesmos e a qualidade paisagística dos mesmos.

Os percursos seguem em rigor, tendo em conta as alterações viárias, rurais, urbanas e a segurança dos peregrinos, o percurso realizado por peregrinos a partir do século IX. Em maio de 2006 ficou concluída a sinalização, com setas amarelas, do caminho central. Contudo, ainda hoje se verifica a necessidade de colocação de sinalética em percursos que também se inserem no Caminho de Santiago, nomeadamente na região centro. Complementarmente existe sinalização do caminho para Fátima através de setas azuis que se interliga com o caminho de Santiago.

Para além de toda a importância histórica e religiosa que esta rota milenar apresenta para a CIM do Ave, a mesma apresenta também um elevado potencial para a promoção do território, nomeadamente via peregrinos (cujo perfil corresponde, em grande parte, a indivíduos de formação superior e classe média alta) e uma elevada importância turística, nomeadamente pela possibilidade de desenvolvimento de atividades de transporte e guarda bagagens, de alojamento, de aluguer de equipamentos (e.g. bicicletas), de transferes, de atividades no caminho e restantes serviços de apoio.

Acrescentando, a localização geográfica e a interligação da CIM do Ave com diferentes pontos do mundo, nomeadamente através das relações estabelecidas entre entidades religiosas

(http://camino.xacobeo.es/gl/asociacions-xacobeas), vê-se como privilegiada e com enorme potencial de crescimento.

3.4.3. Património Industrial do Vale do Ave

A história local e o estudo do património industrial ligado ao têxtil são referências em dois projetos-âncora no Vale do Ave: A Rota do Património Industrial do Vale do Ave e o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

Desde meados do século XIX que a sub-região do Vale do Ave apresenta uma relevante importância no que refere ao património industrial, o que advém de uma capacidade dinâmica da população habitante. Poderá ainda apontar-se como outro dos fatores propícios à atividade industrial, a forte pluviosidade média que associada à morfologia montanhosa da região, funcionou como força motriz neste processo, através de um aproveitamento da água para a produção de energia. Desta forma, verificou-se uma forte implantação das indústrias ao longo do curso de água.

A indústria têxtil foi das que mais se afirmou na CIM do Ave. Não obstante, surgiram diferentes indústrias que reportaram uma vasta gama de elementos históricos referentes a todo o processo de industrialização ali existente para os dias de hoje.

Da indústria têxtil resultou um vasto património histórico, do qual se podem destacar:

- As oficinas, manufaturas e fábricas de fiação e tecidos, os diferentes processos produtivos, tecnologias e equipamentos associados;
- Fontes de energia, que vão desde as rodas hidráulicas até às oficinas hidroelétricas;
- A multifuncionalidade dos edifícios industriais.

A Rota do Património Industrial do Vale do Ave foi um projeto promovido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE), em 2002, tendo por base os seguintes objetivos:

- Caracterização da indústria do Vale do Ave;
- Criação de um percurso de visita aos testemunhos de maior interesse, onde se destaca o rio Ave, como “polo aglutinador” da indústria da região;
- Preservação do património industrial do Vale do Ave.

Os principais pontos de atração histórica de cada município do Vale do Ave, definidos nesta rota, evidenciam-se no Quadro 3.61.

Quadro 3.61 – Rota do Património Industrial do Vale do Ave

1. Cabeceiras de Basto	Museu de Terras de Basto
2. Fafe	Central Hidroelétrica de Santa Rita
	Companhia de Fiação e Tecidos do Ferro
	Fábrica de Fiação de Algodão do Bugio
3. Guimarães	Cutipol
	Curtumes
4. Mondim de Basto	Museu Municipal de Mondim de Basto
5. Póvoa de Lanhoso	Central do Ermal
	Museu do Ouro de Travassos
6. Santo Tirso	Arcotêxteis
	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso
	Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela
7. Trofa	Antiga Estação de Comboios da Trofa
	Paulino Ferreira & Filhos, LDA
8. Vieira do Minho	Barragem de Guilhofrei
9. Vila Nova de Famalicão	Museu Da Indústria Têxtil Da Bacia Do Ave
	Sampaio Ferreira
	Regularfama
	Museu Ferroviário De Lousado
10. Vizela	Termas de Vizela

3.5. GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3.5.1. GOVERNANÇA

Ao longo dos últimos anos, temos vindo a assistir a um movimento de transferência de competências de gestão entre os diferentes níveis da administração pública nacional, municipal e intermunicipal. Em concreto, em 2012, o Governo apresentou junto da Assembleia da República, uma proposta de lei, que aprovada resultou na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Este novo quadro referencial veio estabelecer os regimes jurídicos das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovar o regime jurídico do associativismo autárquico. Neste preceito legal podemos encontrar os fins públicos que as CIM's devem prosseguir e que no essencial são os da promoção, planeamento e gestão estratégica supramunicipal e da articulação de ações entre os diferentes níveis da Administração Pública e dos investimentos municipais de interesse intermunicipal.

Ainda relativamente aos Municípios , a transferência de competências não tem sido acompanhada da necessária transferência de fundos, aliás, tem-se registado o contrário, i.e. a uma diminuição do valor global das transferências da Administração Central. Desta forma, a atuação das CIM's poderá e deverá ser cada vez mais relevante para a sustentabilidade financeira dos próprios Municípios , nomeadamente através da promoção de sinergias e ganhos de eficiência. A otimização a nível intermunicipal é então de extrema relevância pela possibilidade de criação de centros de custos e de compras comuns e pela partilha e otimização de recursos e serviços.

Sendo que o objetivo último da atuação da CIM do Ave é a promoção do desenvolvimento da sua sub-região, é necessária uma atuação baseada na pró-atividade de forma a serem ultrapassados os principais constrangimentos que resultam da desarticulação que ainda possa existir entre os Municípios que a integram. Esta será seguramente a melhor via para combater os custos de contexto que impedem um desenvolvimento mais ambicioso.

Tendo em consideração o identificado no subcapítulo 3.3, relativamente à diversidade relativa à importância económica de cada setor em cada município da CIM do Ave (rural vs. industrial), cabe também à CIM do Ave providenciar condições para ser gerada complementaridade entre os mesmos e, consequentemente, ser reforçada a competitividade da sub-região.

Ainda relativamente à promoção de complementaridades e a integração de estratégias, mas ao nível dos atores, esta depende da existência de abertura para a participação e da promoção do envolvimento dos diversos atores na definição das mesmas, indo além do envolvimento dos Municípios . Assim, é importante envolver as Empresas, as entidades do Sistema Nacional de Inovação, os Centros de Investigação, as Instituições de todos os níveis e tipo de Ensino, as diversas Associações Locais, as Associações Empresariais, Comerciais e Industriais, etc. Para este efeito, salienta-se a necessidade de uma liderança forte e capacitada para gerir e conciliar interesses, áreas e escalas de atuação. Destaca-se ainda a importância, para o desenvolvimento deste modelo de governança, dos recursos humanos envolvidos direta ou indiretamente no trabalho desenvolvido pela CIM do Ave, principalmente devido ao seu elevado nível de conhecimento do contexto local e da proximidade com os seus atores e principais desafios.

Neste âmbito, surge a importância de estar incluído no modelo de governança da CIM do Ave, o papel de agregadora e facilitadora das forças da sub-região também em termos de relações internacionais. Isto significa uma promoção efetiva da prática de cooperação económica, empresarial, social, cultural, envolvendo o nível local, regional e internacional.

A CIM do Ave e em particular o seu Departamento de Relações Internacionais e Cooperação tem vindo a desenvolver atividade relevante neste sentido: tem procurado criar e colaborar em projetos e parcerias de relação económica, cultural ou social no Território do Ave e do território para o exterior, elaborar candidaturas e/ou participar em parcerias de diferentes programas comunitários (e.g. POPH, Erasmus +, LIFE, EaSI, Europa para os Cidadãos), fomentar a dimensão internacional do ensino e da formação (e.g. aprendizagem de línguas, intercâmbios) e promover a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional com o fim exclusivo de reforçar a coesão económica e social.

As ações desenvolvidas neste âmbito revelam a necessidade da governança para a CIM do Ave se basear num contínuo alargamento da rede de contactos a nível internacional, tanto pela possibilidade de partilha de experiências, como pela criação de oportunidades que em muito beneficiam o território e sua visibilidade.

O presente subcapítulo pretendeu introduzir as sugestões estratégicas apresentadas de forma mais detalhada no subcapítulo 5.5.6 e 6.1.6 nos quais se refletem estas questões sob a forma de objetivos estratégicos de desenvolvimento e sob a forma de tipologias de ação, derivadas da estratégia estabelecida e do identificado ao longo do presente relatório para o território do Ave.

3.5.2. Modernização Administrativa

A já referida alteração da Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico é apenas um dos exemplos da volatilidade e da constante alteração de condições de contexto às quais os Municípios se encontram sujeitos. Também ao nível do financiamento acontece o mesmo. Assim sendo, revela-se necessário o desenvolvimento de competências e capacidades que permitam uma gestão eficiente da mudança e uma fácil aceitação da mesma. O desenvolvimento destas competências depende então da capacitação da administração pública para um elevado nível de qualidade do serviço prestado, nomeadamente pela via de uma maior utilização das TIC. A utilização destas permite, como tem vindo a ser verificado, a racionalização dos modelos de organização, a simplificação e desmaterialização de processos, o trabalho em rede, uma mais fácil partilha e cruzamento de informação e o incentivo à participação das diversas partes interessadas de uma forma cómoda.

Para este efeito, a promoção de iniciativas integradas, que permitam o desenvolvimento de competências transversais é essencial. Assim, revela-se mais adequada uma intervenção à escala intermunicipal, que permite, para além de uma abordagem integrada, a obtenção de sinergias e de economias de escala. Destaca-se, que particularmente os efeitos derivados desta intervenção denotar-se-ão para além do horizonte 2020.

Tendo em consideração todas as vantagens derivadas desta iniciativa, a CIM do Ave submeteu e aprovou um projeto ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA). O projeto é complexo e as ações incluídas no mesmo desenvolvem-se em torno do seu principal objetivo: melhorar a qualidade do serviço

prestado aos cidadãos em benefício do desenvolvimento económico. Para uma verdadeira modernização administrativa o proposto na candidatura submetida e o que tem vindo a ser desenvolvido até então consiste na gestão e qualificação dos recursos humanos e dos diversos meios disponíveis, promovendo a simplificação e transparência dos processos e procedimentos, conseguindo redução de custos e ganhos de eficiência através da racionalização e informatização (através de uma infraestrutura tecnológica robusta e adequada às necessidades dos Municípios e da CIM do Ave). Assim sendo, têm sido desenvolvidos modelos de gestão ágeis e transparentes, com uma clara orientação para os atores, principalmente cidadãos. Especificando, pretende-se a criação ou a dinamização do Balcão Único de Atendimento de cada Município e promover o acesso à informação via internet.

As ações abrangidas pelo projeto consistem: na divulgação da operação; na prestação de assistência técnica; no desenvolvimento de um sistema de informação territorial; da promoção da interoperabilidade dos sistemas informáticos; do registo, comunicação e gestão de ocorrências; do desenvolvimento de uma plataforma de agregação de compras, de uma plataforma colaborativa regional, de uma plataforma de gestão de equipamentos coletivos; da desmaterialização de processos internos; e da reengenharia e certificação de processos.

Através das medidas enumeradas anteriormente, para além da promoção de um serviço de qualidade para as principais partes interessadas dos Municípios e da CIM, pretende-se também promover a convergência entre os primeiros, através da partilha de informação, de boas práticas e dos ganhos de eficiência e escala derivados da própria implementação do projeto.

3.6. DIAGNÓSTICO

3.6.1. Análise SWOT

A análise SWOT, abreviadamente assim designada por ser o acrónimo, que resulta das expressões em inglês (*Strengths*) ou pontos fortes, (*Weaknesses*) ou pontos fracos, (*Opportunities*) ou oportunidades e (*Threats*) ou ameaças, é uma importante ferramenta de gestão desenvolvida, inicialmente, para apoio e validação de modelos de negócio, mas que se generalizou à caracterização e compreensão do território e das dinâmicas territoriais.

Os ensinamentos que dela se podem extrair são fundamentais para se perceberem as fragilidades, as áreas de melhoria e o potencial do território. No essencial, a análise SWOT coloca-nos perante duas importantes questões: pontos fortes e fracos; e oportunidades e ameaças potenciais. Estas questões, remetem-nos para áreas positivas (pontos fortes e oportunidades) e negativas (pontos fracos e ameaças), procurando-se um contraponto que nos permita uma visão equilibrada da dinâmica territorial.

Forças	Fraquezas
▪ População jovem: fator de dinamismo e elemento relevante na dinamização do território; ▪ Infraestruturas de ensino e I&D com elevada reputação e capacidade para gerar dinâmicas relevantes no território; ▪ Nível médio de formação, ensino secundário e superior, acima da média nacional; ▪ Forte dinâmica industrial, de criação de emprego e intensidade exportadora; ▪ Capacidade competitiva das indústrias tradicionais reforçada; ▪ Património industrial relevante, com potencial para integração nas principais rotas e medidas de estímulo ao turismo industrial; ▪ Proximidade a infraestruturas logísticas: Porto de Leixões, aeroporto Francisco Sá Carneiro e futuras plataformas logísticas Maia-Trofa e Chaves-Verin; ▪ Potencial dos mercados naturais e valor económico dos ecossistemas na sub-região, nomeadamente enquanto fator de atração de visitantes e turistas e na promoção de	▪ Problemas de acessibilidade a importantes polos tecnológicos e industriais e problemas de mobilidade, particularmente nos concelhos de baixa densidade; ▪ Rede de transportes coletivos insuficiente, em disponibilidade e cobertura, particularmente nos casos dos territórios de baixa densidade e à escala intermunicipal; ▪ Tráfego lento e difícil nas principais vias acesso a parques empresariais e em particular a empresas de elevada intensidade exportadora da sub-região (e.g. EN14 na zona industrial de Ribeirão e Lousado); ▪ Território com dinâmicas socioeconómicas muito duais e forte concentração territorial de pessoas, infraestruturas, empresas ou elementos do Sistema Científico e Tecnológico em partes muito especificas do território; ▪ Fragmentação das organizações de apoio à atividade económica da sub-região (particularmente nas associações empresariais, comerciais e industriais);

atividade de caça e pesca ou turismo de natureza;

- Maior produtividade agrícola: crescimento e robustecimento das explorações agrícolas, com relevância no ordenamento do território e na fixação das populações;
- Disponibilidade de recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa;
- Potencial turístico muito relevante, em domínios diversos, como o turismo em espaço rural, de natureza, de aventura, de montanha, trilhos e caminheiros, religioso, com espaço para consolidação e estruturação da oferta, aproveitando a rede e o trabalho que está no terreno;
- Património edificado classificado pela UNESCO - Centro histórico de Guimarães;
- Dinâmicas urbano culturais em forte consolidação, como a animação e a qualificação de infraestruturas culturais nos centros urbanos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, mas também o aumento da oferta em Fafe e Póvoa de Lanhoso.
- Risco de fragmentação dos habitats e destruição de ecossistemas relevantes por efeitos de poluição e possíveis riscos naturais;
- Dinâmica negativa de evolução e envelhecimento da população, particularmente em zonas de despovoamento acentuado e nos territórios de baixa densidade;
- Elevado número de desempregados de longa duração;
- Taxas de desemprego feminino muito elevadas (e bastante mais elevadas que o masculino, particularmente nos territórios mais rurais);
- Parte da população, particularmente nas faixas etárias mais elevadas, ainda com baixos níveis de formação;
- Território muito heterogéneo e disperso: problemas de gestão e fornecimento de serviços públicos municipais;
- Partes do território revelam dificuldades de atração e fixação de população debatendo-se com perdas populacionais;
- Dificuldades de alguns Municípios , para procederem à valorização orgânica dos resíduos indiferenciados.

Oportunidades	Ameaças
▪ Posicionamento geoestratégico relevante: proximidade à Área Metropolitana do Porto, ao Interior Norte e à Galiza, o que gera um elevado potencial de cooperação com cidades/redes de cidades internacionais; ▪ Elevadas disponibilidades hídricas com possibilidade de desenvolvimento de aproveitamentos hidráulicos;	▪ Proximidade de territórios com potencial de criar concorrência na captação de investimento, fluxos turísticos e populacionais e concentração de organizações; ▪ Risco elevado de erosão e degradação do solo associado aos incêndios florestais e à concentração urbana e industrial;

- Elevada capacidade para conservação do solo e preservação da biodiversidade;
- Disponibilidade de fundos estruturais;
- Políticas europeias de reforço do policentrismo;
- Processo de reorganização administrativa do território, nomeadamente com o possível reforço de competências da Comunidade Intermunicipal;
- Possibilidade de aprendizagem mútua, geradora de convergência entre Municípios ;
- Existência de empresas líderes com dimensão e escala global com capacidade de provocar um efeito de arrasamento na cadeia de valor das PME instaladas no território;
- Potencial de desenvolvimento do cluster do Agroindustrial;
- Potencial para maior profissionalização e visão empresarial dos agricultores;
- Aproveitamento das sinergias criadas entre atividades artesanais (e.g. cobre, ourivesaria, bordados) e as atividades turísticas;
- Crescimento do turismo nacional e internacional;
- Potencial de aumento de capacidade de valorização e aproveitamento turístico de espaços naturais existentes;
- Desenvolvimento de estudos, definição de estratégias e uniformização de procedimentos ao nível intermunicipal: ganhos de eficiência.
- Baixos índices de produtividade nos setores tradicionais;
- Concorrência por financiamento entre regiões e níveis administrativos;
- Êxodo rural com a consequente diminuição da população nas atividades agrícolas, agropecuárias e florestais;
- Problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população;
- Aumento do nível de pobreza derivado do desemprego e consequente falta de disponibilidade para investimento em educação;
- Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados: fuga de talentos;
- Quadro macroeconómico desfavorável: contração da procura nacional e internacional;
- Produtores agrícolas em acentuado envelhecimento;
- Forte concorrência na atração de turistas por parte de regiões limítrofes.

4. BENCHMARKING

4.1. INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do presente capítulo, *Benchmarking*, pretende apresentar-se uma análise de programas implementados em territórios com características comuns e/ou com necessidades semelhantes às da sub-região do Ave.

Esta ferramenta permite a aprendizagem com experiências já desenvolvidas, possibilitando uma avaliação dos resultados obtidos nas regiões/territórios onde foram implementados os diversos planos de ação. Desta forma é possível perceber como as estratégias resultaram e como podem resultar no futuro, quando replicadas num outro território, tendo em conta as respetivas especificidades e as necessidade de adaptação a cada um.

Foram selecionados os seguintes planos de intervenção:

1. **Projecto22@Barcelona – Espanha**: Estratégia de regeneração urbana, económica e social de Barcelona;
2. **Política Regional de Inovação do País Basco – Espanha**: Estratégia de inovação, centrada na ciência e tecnologia;
3. **IRTA – Espanha**: Instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área agroalimentar, que visa aumentar a competitividade e o desenvolvimento sustentável;
4. **Aldeias de Xisto – Portugal**: Programa de revitalização de 27 aldeias na Região Centro de Portugal, que tem como objetivo o desenvolvimento regional e da qualidade de vida da população habitante;
5. **Grupo Alimentar Guissona – Espanha**: Empresa com atividade no setor alimentar e pecuária. É o maior fornecedor de carnes em Espanha;
6. **Paducah's – Estados Unidos da América**: Estratégia de desenvolvimento económico direcionada para a atração de criativos para o centro da cidade de Paducah's;
7. ***Connected Urban Development*, Amesterdão – Holanda**: Estratégia direcionada para o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação e, simultaneamente, para uma sustentabilidade ambiental;
8. **XATIC, Projeto de Turismo Industrial da Catalunha – Espanha:** Estratégia orientada para a atribuição de novos usos ao património industrial presente no território.

4.2. PROJECTO22@BARCELONA

O "Projecto22@Barcelona" foi desenvolvido com o intuito da transformação de um bairro na zona industrial de Ponlenou, em Barcelona. Este é, não somente um projeto de regeneração urbana, mas um modelo que pretende dar resposta aos desafios da cidade, através de uma aposta no conhecimento e na inovação. O modelo de regeneração envolveu uma aposta na dimensão física, na dimensão social e também na económica.

Regeneração urbana – O "Projeto 22@Barcelona" consistiu no desenvolvimento de uma cidade compacta, com mais construção, mais espaços públicos e mais áreas verdes. Este plano contemplou a subsidiação de habitações, por parte do governo e a de escritórios e outras infraestruturas de apoio ao conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias, por parte da atividade industrial.

Regeneração económica – A cidade passou a integrar diferentes agentes do sistema de inovação, como universidades, centros de pesquisa e de transferência de conhecimento, através de agentes de promoção que facilitam a interação e a comunicação entre eles. Este ambiente de sinergia permitiu uma melhoria da qualidade de vida de quem habita e trabalha na cidade.

Regeneração social – O "Projeto 22@Barcelona" visou promover a criação de novas redes de relações através da conceção de projetos de cooperação que promovessem a coesão social e empresarial e um crescimento da qualidade de vida da população. Foi criado o programa "Distrito Digital" que contempla projetos inovadores e aposta nas relações sociais de proximidade através da integração de profissionais, estudantes, investigadores, residentes e agentes económicos no mesmo espaço.

Processo de planeamento urbano:

2000	Território industrial com baixa utilização
2001	Planeamento Urbano
2003	Gestão Urbana
2004	Infraestruturas
2004/2005	Construção
2004/2005	*Clusters*
2006	Cidade compacta

Resultados do programa (Dados de dezembro 2011):

Da implementação deste programa resultaram:

- Novas infraestruturas de produção;
- Crescimento do número de habitações sociais;
- Serviços técnicos facilitados.

Desde o início do projeto, verifica-se uma renovação de mais de 70% da cobertura das áreas industriais de Poblenou, através de 139 instrumentos de planeamento, obtendo-se mais de 3 029 106 m^2 de área para novas instalações produtivas, habitação social, equipamentos e serviços técnicos.

O setor imobiliário apostou ativamente no projeto 22@Barcelona, sendo que 84 dos 139 planos foram promovidos pelo setor privado e foram já concedidas licenças de construção de 691 291 m^2 para atividades produtivas.

Este projeto foi bem acolhido pelo setor empresarial, estimando-se que, desde 2000, se tenham instalado cerca de 4 500 novas empresas na zona, a uma média de 545 novas empresas por ano, identificando-se um pico de crescimento entre os anos 2003 e 2006. Do número total de empresas referido, 47,3 % são novas "*start-ups*" e 31% são empresas tecnológicas ou baseadas no conhecimento. Assim, foi alcançada uma deslocação de cerca de 56 000 novos trabalhadores para Poblenou, dos quais, cerca de metade, tem formação universitária. Existem previsões de que o número de novos trabalhadores atinja os 150 000.

Planeamento Urbano

Até 2011 todos os planos aprovados cobriram uma área de 3 029 106 m^2 de cobertura e 926 954 m^2 de solo transformado, dos quais, 151 753 m^2 estão ocupados por equipamentos, 124 912 m^2 representam espaço livre e 3 200 m^2 habitações sociais.

Gestão Urbana

Foram aprovados 190 instrumentos de gestão que, quando acumulados com a gestão de terreno cobrem mais de 625 000 m^2 de terreno, o que representa mais de 47% do "Programa22@Barcelona. Destes, aproximadamente, 200 000 m^2 de cobertura foram transferidos para a cidade de Barcelona, para serem transformados em espaço público, equipamentos, estradas, habitações sociais e atividades económicas.

A área de cobertura acumulada atingiu os 1 920 000 m^2, dos quais, mais de 120 000 m^2 são públicos e para habitações e a restante área é propriedade privada destinada a diversas atividades.

Por outro lado, este processo tem gerado um rendimento face ao plano de desenvolvimento de infraestruturas no valor de 45,26 M€ e um rendimento equivalente aos pisos e tetos não fisicamente transferidos de 24,55 M€.

Urbanização e infraestruturas

O nível de execução do PEI - Plano Estratégico de Intervenção, até Dezembro de 2011, foi de pouco mais de 40%, com:

- 101 Unidades de "*crossroads*" completas;
- 946m de galerias públicas (46 unidades);
- 2 085m de galerias privadas;
- 14 607m de rede de "*Heat & Cooling*";
- 11 789m de rede de recolha seletiva de lixo;
- 30 434m de núcleos básicos (eletricidade e telecomunicações).

4.3. PAÍS BASCO – POLÍTICA REGIONAL DE INOVAÇÃO

O País Basco, para além de ser um importante centro industrial e de negócios de Espanha, é também um importante centro financeiro do eixo europeu atlântico. Apresenta um tecido industrial diversificado e um alto nível de formação académica e profissional.

A Administração Pública foi essencial para que esta posição fosse atingida, devido ao desenvolvimento de novas políticas de planeamento, nomeadamente a "Política da Ciência, Tecnologia e Inovação Basca".

Fases de implementação da Política da Ciência, Tecnologia e Inovação Basca

1. Política da oferta: reestruturação do sistema de produção;
2. Política combinada da oferta e da procura: fortalecimento e diversificação da base económica;
3. Política orientada para uma aposta na inovação, que pretende: cooperar, partilhar e competir.

Foram desenvolvidos, entre outros projetos, projetos como o RIS+ e o Programa Regional de Ações Inovadoras (PRAI), apoiados pela União Europeia. Estes tinham como objetivo a melhoria contínua do sistema científico, tecnológico e de inovação.

Em 2001 foi apresentado o Plano Ciência Tecnologia e Inovação 2001-2004 (PCTI), com o objetivo de:

- Criar empresas de base científica e tecnológica, através de um programa orientado para transformar conhecimento em novos produtos e serviços comercializáveis;
- Integrar o sistema tecnologia-empresa-sociedade;
- Promover a inovação tecnológica nas PME's;
- Criar o "CONNECT GUNEA", uma iniciativa que pretende responder a empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento e presença global;
- Favorecer novas áreas produtivas.

Quadro 4.1 – Indicadores de avaliação da implementação dos planos de ação (Dados de 2010).

	2005	Previsto para 2010	Alcançado em 2010
Índice sintético de inovação (Índice)	0.35	0.5	-
Esforço global em I&D (Potencial de gastos totais em I+D (GERD) sobre PIB)	1.43 %	2.25 %	1.7 %
BERD (Esforço empresarial em I+D: Percentagem dos gastos totais em I+D das empresas (BERD) sobre o PIB)	1.13 %	1.73 %	-
Gasto em inovação sobre o PIB	3.8 %	4.3 %	-
Empresas inovadoras – mais de 10 empregados (percentagem de empresas (com mais de 10 funcionários) com atividades de inovação tecnológica sobre o total de empresas)	33.3 %	42 %	-
Esforço inovador (% de gasto em inovação sobre o PIB)	3.8 %	4.5 %	6.01 %

Fonte: PRAI e Edição própria

Outros valores quantificados em 2010:

- Esforço empreendedor equivalente a 1,28% acima do esforço total de inovação;
- Esforço de inovação da indústria de 3% e 5% de investigadores na população ativa.

Os resultados conseguidos com a implementação deste plano de ação permitiram ao País Basco, para além da superação da crise económica, o alcance de um dos melhores resultados europeus, no que se refere ao desenvolvimento económico.

4.4. IRTA – RESEARCH & TECHNOLOGY & FOOD & AGRICULTURE (CATALUNHA)

O IRTA é um instituto de pesquisa do Governo da Catalunha sob a alçada do Departamento de Agricultura, que foi criado a 15 de Abril de 2009.

Este instituto surgiu de um pequeno centro de pesquisa que foi adquirindo uma maior dimensão. O mesmo pretendeu dar um contributo para a modernização, melhoria, aumento da competitividade e desenvolvimento sustentável no setor alimentar, da agricultura, agroflorestal, aquacultura e pesca, bem como, em todas as áreas de atividade que, direta ou indiretamente, contribuam para a saúde e bem-estar da população.

Esta instituição visa promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na área agroalimentar. Salientam-se ainda outras áreas de atuação:

- Produção vegetal;
- Produção animal;
- Indústria alimentar;
- Mudança global e ambiental;
- Economia agroalimentar.

O IRTA pretende facilitar a transferência de avanços científicos e os próprios avanços tecnológicos. Esta instituição permite ainda a colaboração com outras instituições públicas que operam no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico na Catalunha.

O aumento do volume de negócio e os resultados obtidos e apresentados na tabela seguinte demonstram o sucesso deste projeto, que partiu de um pequeno centro de pesquisa.

Quadro 4.2 – Resultados de atividade da IRTA em 2012 (Dados de 2012)

Valor	Atividade
44.42 M€	Investimentos no total de recursos
5.492 M€	Investimentos em 2012
42.7 M€	Investimentos entre 2007-2012
191	Investigadores IRTA
535	Trabalhadores IRTA
10	Centros próprios
6	Centros do consórcio
1 329	Publicações do sistema cooperativo em 2012
749	Publicações IRTA em 2012
164 760	Vistas únicas à WEB em 2012
550 682	Visitas às páginas WEB em 2012
1 081	Atividades correntes em 2012
256	Número de jornadas técnicas de demonstração em 2012
25 284	Assistente a jornadas técnicas de demonstração em 2012

Fonte: IRTA e edição própria

4.5. ALDEIAS DE XISTO - REVITALIZAÇÃO DAS ALDEIAS COM POUCOS CASOS DE SUCESSO

A “Rota das Aldeias de Xisto” é constituída por 27 aldeias que se encontram distribuídas por 14 concelhos ao longo da Região Centro de Portugal.

Este foi um projeto desenvolvido pela CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e pela ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto. É um projeto sustentável e pretende atuar no sentido de combater:

- Desertificação humana;
- Fogos florestais;
- Inércia do setor privado;
- Falta de identidade regional;
- Valorização do património e das tradições;
- Preservação da paisagem.

Para além destes objetivos, e como ponto crucial deste projeto, esteve a melhoria da qualidade de vida da população habitante nestas aldeias.

Este programa foi lançado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, e centrou-se em três grandes linhas de intervenção:

- Património construído das aldeias;
- Rede de percursos pedestres;
- Rede de praias fluviais.

Segundo a ADXTUR, entidade gestora que agrega Municípios , associações e agentes privados locais entre 2008 e 2012, o número de alojamentos na categoria Turismo em Espaço Rural passou de 26 para 70 unidades (+169%), dados de 2012. As dormidas cresceram, passando de 15 mil para 45 mil (dos quais 15% dos clientes são estrangeiros), com uma previsão de 50 mil dormidas para 2013.

Apesar dos números que aparentam apontar para o sucesso da iniciativa, dos 27 programas promovidos para revitalizar as aldeias portuguesas da zona centro do país, apenas três se destacam:

- Aldeias de Xisto;
- Aldeias Vinhateiras;
- Aldeias Históricas.

Importa assim apontar alguns fatores dos quais poderá ter derivado o insucesso de grande parte dos projetos desenvolvidos:

- Política de encerramento de serviços públicos no interior;
- Falta de criação e manutenção de emprego;
- Falta de participação da população;
- Insistente inovação do turismo, como resolução de todos os problemas;
- Falta de procura;
- Criação de poucas dinâmicas;
- Criação de um reduzido número de postos de trabalho.

De referir a finalidade sazonal deste tipo de alojamentos, e a sua ocupação especialmente durantes os fins-de-semana quando, o objetivo dos mesmos seria a captação de população, para se fixar permanentemente nas aldeias.

4.6. GRUPO ALIMENTAR DE GUISSONA

"El Grup Guissona és la història de com una petita cooperativa agropecuària d'una modesta població rural de dos mil habitants, de la semi àrida comarca de la Segarra, passa a ser la primera empresa alimentària espanyola per facturació a Espanya i una de les empreses càrnies més importants d'Europa".

Francesc Reguant

O Grupo Guissona foi a primeira cooperativa agrícola da Catalunha e iniciou a sua atividade em 1959, na região de Segarra, Lleida. O grupo começou por ver a atividade pecuária como forma de gerar um rendimento extra e combater a incerteza do rendimento proveniente da prática agrícola.

O grupo é composto pela Cooperativa Agropecuária de Guissona, a Caixa Rural, a Empresa Alimentar de Guissona, Serviços de Seguros Agrícolas e Serviços Médicos de Guissona. Este é o grupo com maior importância económica na capital catalã no setor alimentar e, a nível estadual é o segundo maior grupo a operar no setor da indústria da carne e ração.

Quadro 4.3 – Vendas e Benefícios do Grupo Alimentar de Guissona (Dados em Milhões de Euros)

	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Vendas	438	553	718	842	1156	1150
Benefícios	5	15	25	31	38	42

Fonte: Grupo Alimentar de Guissona e edição própria

O grupo Guissona fornece mais de 100 milhões de quilos de produtos de carne por ano, dos quais, grande parte é vendida diretamente ao consumidor através das suas próprias lojas. A cooperativa é constituída por 12 230 membros agricultores, o grupo tem cerca de 4 000 empregos diretos e mais de 1 500 lojas franchisadas e conta já com mais de um milhão de clientes.

Verificou-se um crescimento interrupto do grupo, nos últimos 50 anos. Atingiram-se resultados positivos mesmo em períodos de "crise" económica e demonstra valores que indicam um potencial de crescimento.

Criação de uma rede de empresas a partir dos anos noventa: postos de gasolina, lojas, seguro, forragem

O Grupo Guissona optou por abrir as suas próprias lojas, "bonArea", vendendo, atualmente, cerca de 80% da sua produção nas mesmas. Desde o ano 2004 abriram também 90 supermercados do grupo "bonArea". Um dos objetivos do grupo é que estes últimos venham a competir com as grandes cadeias de supermercados.

Em 1996 foi criada a "Alpisa" a atuar no mercado da ração e da forragem e ainda a "Área Promocional de Guissona", com supermercados e lavagem de carros.

Posteriormente, em 1997 foi criado o "Seguro Agrícola de Guissona" e a "Fundação Guissona Agrícola", organização sem fins lucrativos que presta serviços de assistência médica e que, possui um centro de saúde e uma residência geriátrica.

Em 1999 foi criada a "Corporação Alimentar de Guissona, SA" (CAG), que exerce atividades de alimentação e matadouros.

Os principais acionistas desta são: a CAG (16%), a Caixa Guissona (2%), cerca de 4 000 sócios da CAG e cerca de 1000 trabalhadores de diferentes empresas do grupo que têm 78% do capital. O restante capital é carteira automóvel (4%).

Atualmente o setor de aves e de gado é desenvolvido pelos sócios da CAG. A empresa é responsável pelas atividades de produção de ração, transformação de carne e comercialização de todos aqueles produtos através das lojas e restaurantes "bonArea".

O grupo tem diversas atividades de ação social: patrocina algumas atividades desportivas de Guissona, presta assistência a idosos através da "Fundação Agrícola de Guissona", promove a construção de habitações a preços acessíveis, dispõe de um campo de golfe, entre outros.

Desde a sua criação que o grupo tem sido homenageado com diversos prémios, como o "Melhor Empresa de Alimentação Espanhola", entregue pelo Ministério da Agricultura em 2006 e o prémio "FUNDE" para a criação de postos de trabalho, concedido pela Associação de Empresários, Gestores e Profissionais, em 2010.

4.7. PADUCAH´S ARTIST RELOCATION PROGRAM

Paducah é uma cidade norte-americana com cerca de 26 000 habitantes. Nesta cidade, a cultura foi a principal fonte de desenvolvimento económico, uma vez que, através de um programa de incentivos, conseguiu atrair artistas de todo o mundo.

Do projeto "Paducah's *Artist Relocation Program*", iniciado em Agosto de 2000, surgiu o mais novo espaço cultural, o "*Lowertown Arts District*". Atualmente, este é um modelo que define como a arte tem capacidade de despoletar o desenvolvimento económico de uma região.

O principal objetivo do presente programa consistiu em atrair artistas de todo o mundo para residirem no centro de Paducah, em Lowertown. Os artistas têm como sua responsabilidade dar uma nova vida à comunidade, através do restauro de obras históricas ou da construção de novas obras.

O projeto "Paducah's *Artist Relocation Program*" conseguiu (Dados de 2009):

- Atrair setenta artistas, que beneficiaram de incentivos financeiros e culturais;
- Aumentar em cerca de 300% o valor de propriedade;
- Ocupar aproximadamente 90% do centro da cidade de Paducah.

A atração do restante público, novos residentes ou turistas, para o centro de Paducah, assentou na seguinte estratégia:

- Disponibilizar espaços para atividades como galerias de arte, cafés e restaurantes;
- Promover um modo de vida saudável – atualmente o programa procura expandir a Lowertown, de modo a incluir projetos empresariais e empreendedores que considerem a saúde e o exercício como um modo de vida;
- Promover alojamento com características únicas;
- Promover eventos culturais, tais como: "*Lowertown Art & Music Festival*" e "Paducah *Summer Festival*";
- Desenvolver uma política de transportes sustentável: "*Biodiesel Trolley Ride*".

4.8. AMSTERDAM – *CONNECTED URBAN DEVELOPMENT*

Amsterdão é uma das cidades mais criativas do mundo e líder mundial no que se refere à inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Simultaneamente, esta cidade tem apostado progressivamente em políticas de gestão ambiental e de tráfego, tornando-se um exemplo à escala mundial.

Estes dois fatores, a inovação e a consciência ambiental, fizeram com que Amesterdão e as cidades de São Francisco e Seul, em conjunto com a empresa CISCO desenvolvessem uma parceria público-privada: o "*Connected Urban Development*" (CUD).

O programa CUD é uma parceria que pretende criar infraestruturas de comunicação urbana que demonstrem como uma rede de conexões pode reduzir as emissões de carbono em ambiente urbano. Através da rede de conectividade para comunicação, colaboração, planeamento urbano, e outras atividades, o CUD tem contribuído para a mudança nas cidades, seguindo:

- Fornecimento de serviços aos residentes;
- Gestão de fluxo de tráfego;
- Operação de transportes públicos;
- Uso e gestão de recursos imobiliários.

Como se sabe, a mudança na forma de operação das cidades tem um impacto positivo sobre a forma como se trabalha, vive e se aproveitam as atrações e espaços de lazer. Lançado em 2006, o CUD é um programa de cinco anos, em que a CISCO investiu 10,9 milhões de euros em pessoas, pesquisa e equipamentos para ajudar a criar uma comunidade global de cidades comprometidas com a abordagem da sustentabilidade ambiental.

Este programa, corresponde a uma das duas iniciativas que nasceram da participação da CISCO na "*Clinton Global Initiative*" para desenvolver soluções inovadoras para alguns dos mais urgentes desafios do mundo. A outra iniciativa, "*Carbon to Collaboration*", foi um programa interno focado na redução da pegada global de carbono dos colaboradores da CISCO.

Na primeira fase do CUD, foram estabelecidas parcerias com a cidade de Amsterdão, São Francisco e Seul, como forma de apoiar o uso inovador da tecnologia na redução das emissões de carbono e, simultaneamente, promover o crescimento económico.

Após o sucesso do evento em São Francisco, a CISCO e a cidade de Amsterdão co sediaram a segunda conferência na Holanda, com o tema "*Connectivity for Sustainability*", a principal abordagem da iniciativa CUD. O evento levou ao desenvolvimento de uma plataforma para os participantes, líderes de classe mundial, e funcionários públicos participarem em sessões interativas e workshops destinados a explorar formas inovadoras de desenvolvimento de TIC, como solução para a sustentabilidade urbana.

A terceira Conferência Global CUD foi realizada em Seul, com o tema, "Conexão Cidades para a Vida Sustentável: Uma revolução urbana ".

Em 2010, a CISCO anunciou a transição do programa CUD para o "*Smart 2020*: Cidades e Regiões", iniciativa liderada pelo "*The Climate Group*", em 2010. A próxima fase da iniciativa incidirá sobre envolvimento com uma rede mais ampla de comunidades de inovação, "*Partnership for Urban Innovation: Global Conference*".

Durante a Expo Mundial de Shanghai, o CUD foi expandido para incluir uma ampla rede de cidades, empresas e outras organizações que contribuem para perceber que conexão e integração das infraestruturas urbanas e serviços desempenhados conduzem a comunidades sustentáveis.

A Cisco "*Internet Business Solution Group*" (IBSG) continua a crescer com o projeto CUD, com novas e atuais comunidades urbanas, através da Cisco IBSG "*Urban Innovation Practice*".

4.9. XATIC – PROJETO DE TURISMO INDUSTRIAL DA CATALUNHA

Este projeto refere-se a uma rede de turismo industrial na Catalunha criada em 2006. Formalmente está constituída sob a forma de uma associação de Municípios . Na atualidade, associa 22 Municípios com um grande património industrial e interliga instituições tais como museus, centros de interpretação, fábricas antigas e minas.

Os Municípios que constituem esta rede são: Àreu, Bellmunt del Priorat, Capellades, Cardona, Castellar de n'Hug, Castelló d'Empúries, Cercs, Esparreguera, Granollers, Igualada, Manlleu, Manresa, Palafrugell, Puig-reig, Ripoll, Santa Coloma de Cervelló, Sant Sadurní d'Anoia, Terrassa, Vilanova i la Geltrú, d'Esplugues de Llobregat, Guardiola de Berguedà, Palau-solità i Plegamans.

Esta rede cultural e turística permite que os seus visitantes explorem uma Catalunha diferente, com atividades para toda a família. Lá é possível experimentar com as próprias mãos o processo de produção de papel de desenho ou de champanhe e ainda viajar no primeiro comboio do país. Na sua página de internet é ainda possível encontrar uma oferta pedagógica variada. O projeto permite verificar a evolução histórica do território e representa a multidisciplinaridade, pois engloba a história, a arqueologia, a sociologia, a arquitetura, o urbanismo, a geografia e a tecnologia.

Um outro projeto interessante desta rede é o programa "Indústria Viva", no qual qualquer empresa se pode inscrever para revelar os seus processos produtivos, tendo em vista educar e formar, conhecer os seus clientes e o público em geral. As empresas ao abrirem as portas ao seu processo produtivo podem estabelecer

mais facilmente, e de uma forma inovadora, relações de confiança e fidelização com os clientes. Tendo em vista também a fidelização do público atraído pelo turismo industrial, a XATIC criou um clube que oferece vantagens aos seus sócios em termos de usufruto dos equipamentos da rede.

No ano de 2009 o número de visitantes dos centros interpretativos da XATIC rondou os 400 000 e o montante de recursos gasto entre 2006 e 2010 para o desenvolvimento da rede foi cerca de 1 500 000 euros (Observatório do Turismo Catalão, 2010). Verifica-se ainda que o projeto tem tido um grande impacto no aumento do número de dormidas na região da Catalunha.

4.10. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Alguns dos exemplos apresentados anteriormente diferem, nomeadamente em termos de escala, do caso presentemente em análise. Este facto deve ser tido em conta. De seguida serão apresentados sucintamente os principais fatores de sucesso de cada uma das iniciativas apresentadas.

O sucesso do Projeto 22@Barcelona deriva, em grande parte, do facto da entidade gestora do mesmo ter tido capacidade para envolver e desencadear o apoio do setor empresarial e do setor imobiliário. A continuidade do mesmo também se torna mais viável pela criação de emprego que o projeto proporcionou, nomeadamente para jovens com elevados níveis de formação. A diversidade de usos, nomeadamente, a mistura de usos referidos anteriormente com usos como o residencial também é benéfica para o desenvolvimento da cidade e mais em concreto da sua comunidade.

Quanto à Política Regional de Inovação do País Basco e ao IRTA – *Research & Technology & Food & Agriculture* (em Catalunha), o principal fator de sucesso foi o investimento em Investigação e Desenvolvimento e a colaboração entre diferentes partes. O exemplo nacional apresentado expõe algumas falhas a tentar evitar. São elas: a impossibilidade de criação de massa crítica e o baixo nível de envolvimento das principais partes interessadas do território. No que diz respeito ao exemplo do Grupo Alimentar de Guissona, a inovação, não só tecnológica, mas também de processos e de extensão da atividade económica desenvolvida pelo grupo, foi o grande fator de sucesso. No caso do Paducah's *Artist Relocation Program*, a atração de artistas para o território desencadeou a revitalização física, social e económica da zona, o empenho nesta atração foi extremamente relevante. No exemplo *Amsterdam – Connected Urban Development*, a aposta no sustentável, as parcerias e a realização de eventos para fomentar o envolvimento das partes interessadas foi um dos aspetos que se revelou mais interessante.

Quanto ao último exemplo, a rede de turismo industrial XATIC, a aposta na revitalização e atribuição de novos usos ao património industrial presente no território revelou-se uma intervenção de sucesso, contribuindo de uma maneira significativa para o aumento de visitantes da Catalunha. Tendo em conta o património industrial também presente na CIM do Ave, este torna-se um exemplo interessantíssimo e que poderá servir de base para a definição de estratégias turísticas para a região, nomeadamente através da atribuição de escala aos locais de interesse turístico, interligando-os com outras atratividades da sub-região do Ave ou até de um território mais alargado.

5. PROPOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO AVE

5.1. INTRODUÇÃO

Com a elaboração do presente Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) da CIM do Ave pretende-se a definição de uma estratégia que potencie o desenvolvimento da sub-região e reforce a sua identidade coletiva, através da criação e maximização de sinergias entre os Municípios que integram o seu território.

O presente exercício estratégico respeita o referencial desenvolvido para as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente que constitui, de resto, uma condicionalidade ex-ante estabelecida pela regulamentação comunitária para o próximo período de programação (2014-2020). Este paradigma da especialização inteligente estabelece o racional para a definição das apostas e intervenções de política pública no domínio do Crescimento Inteligente da Estratégia Europa 2020.

A elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020 para a CIM do Ave prende, antes de mais, assegurar que:

- A sub-região progressivamente se torne numa economia mais dinâmica e competitiva, apostando na empregabilidade, na qualificação das pessoas, na progressiva inserção da economia local em contextos competitivos internacionais e nas principias cadeias de valor onde tem competências e em estratégias que permitam o fortalecimento dos seus atores, empresas e instituições;
- Se estabeleçam e desenvolvam ações que promovam a coesão e inclusão social;
- Se dê especial relevância ao desenvolvimento sustentado da sub-região, promovendo a qualificação ambiental e o equilíbrio territorial, fatores determinantes para assegurar melhor qualidade de vida, fixar as populações e aumentar a atratividade do território.

Toda a elaboração do PEDI teve em consideração o respeito dos princípios de eficiência e de não sobreposição das ações e dos instrumentos, respeitando e dando continuidade a ações e instrumentos que se encontram em execução, ou quando concluídos, com os principias resultados alcançados. Neste contexto, PEDI do Ave encontra-se devidamente articulado e tem em conta um conjunto de outros instrumentos, muito relevantes, como é, entre outros, o caso:

- Plano de Desenvolvimento Intermunicipal;
- Plano de Ação para a Energia Sustentável;
- Ave Natural[42]
- Pacto para a Empregabilidade do Ave;

[42] Candidatura apresentada ao Concurso GAEPC/1/2013.

- Rede de empreendedorismo do Ave - IN.AVE;
- Pacto dos Autarcas.

Assim, a criação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal impõe que se estabeleça uma forte complementaridade entre os Municípios que constituem a CIM do Ave – Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela – estabelecendo por via de uma visão estratégica a transformação do Ave numa região mais competitiva, com uma comunidade coesa e um território sustentável, promovendo-se a convergência entre Municípios e entre sub-regiões e minimizando as divergências que ainda persistem.

Consequentemente e após uma primeira fase dedicada à caracterização e diagnóstico do território é, agora, possível a definição da estratégia. Esta definição estratégica deverá contribuir para que os Municípios , em conjunto, reforcem a competitividade do Ave, o tornem mais coeso, económica e socialmente, procurando atenuar as assimetrias entre concelhos e potenciar a diversidade dos seus recursos endógenos. Assim, serão apresentadas as intervenções consideradas prioritárias, que visem aumentar a competitividade, promover a inovação, assegurando a coesão e a sustentabilidade do território no seu conjunto.

Fig. 5.1 – Interação de domínios para a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento intermunicipal

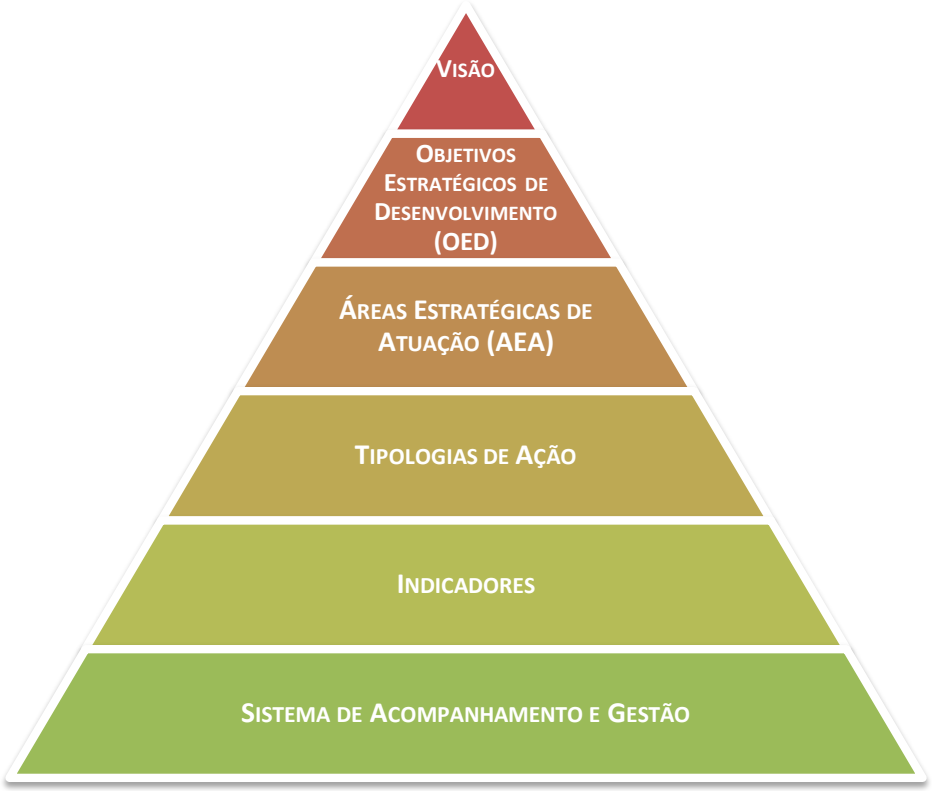
Fonte: Elaboração própria

5.2. NÍVEIS DE DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A elaboração do PEDI da CIM do Ave tem como principal objetivo a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional assente numa perspetiva de crescimento sustentável adaptada às exigências e especificidades do contexto socioeconómico.

A partir da visão, serão estabelecidos os **Objetivos de Desenvolvimento (OD)** e as respetivas **Áreas Estratégicas de Atuação (AEA)** que correspondem à materialização das diversas áreas de atuação e das metas a alcançar com a sua implementação (Fig. 5.2).

Fig. 5.2 – Níveis de definição de estratégia de desenvolvimento regional.



Fonte: Elaboração própria

5.3. VISÃO

A visão para o Ave no horizonte 2020 deverá atender, desde logo, às potencialidades e constrangimentos diagnosticados na sub-região, assim como, apontar para uma estratégia alinhada com os objetivos globais de desenvolvimento para a Região Norte e para o País, no contexto da União Europeia. A visão enunciada no âmbito do Plano Operacional para a Região Norte preconiza que a região *"será capaz, até 2020, de incrementar o nível de produção em valor de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência, a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial"*.

Neste sentido, atendendo ao contexto nacional e internacional e às especificidades enunciadas na fase de caraterização e diagnóstico do território do Ave, a visão estratégica deverá apontar para o desenvolvimento sustentável e para a coesão social e territorial da sub-região.

VISÃO AVE 2020

Uma Economia **Competitiva**, um Território **Sustentável** e uma Comunidade **Coesa**

Deste modo, a visão proposta assenta nos seguintes pressupostos:

- Para que a sub-região se direcione no sentido de uma economia mais competitiva deverá apostar na qualificação do emprego visando a promoção de estratégias viáveis para a capacitação das empresas e organizações do território;
- O desenvolvimento de estratégias viáveis para a qualificação do emprego deverá contemplar incentivos à inovação e ao aumento da competitividade das empresas, através da valorização dos recursos endógenos, da aposta no setor dos transacionáveis e do fomento da internacionalização;
- Por outro lado será importante que a qualificação do emprego desenvolva ações que contemplem a conversão de uma vocação que no passado assumia características marcadamente industriais, no sentido de uma postura competitiva e adaptada ao atual contexto socioeconómico;
- Também deriva do atual contexto socioeconómico a necessidade de proximidade e descentralização para a promoção da coesão social e o combate à pobreza, promovendo a formação e a integração da oferta de serviços de apoio social;
- O desenvolvimento sustentado da região detém especial relevância na visão estabelecida, sendo a qualidade ambiental da região um fator preponderante para a qualidade de vida das populações e funcionando como fator de atratividade para a região;
- Importa ainda salientar a necessidade de complementaridade entre os Municípios de baixa densidade no sentido da valorização dos seus recursos naturais e patrimoniais, criando assim condições para o desenvolvimento integrada alicerçado em estratégias locais e de valorização dos territórios de baixa densidade.

A visão estratégica delineada deverá ser desagregada em missões claras e objetivas para a CIM do Ave, contemplando as potencialidades e constrangimentos associados a cada um dos Municípios intervenientes. Assim, a visão deverá enquadrar-se na estratégia global para a região Norte e deverá apontar para as necessidades concretas da sub-região, contemplando as vocações e as lacunas diagnosticadas em cada um dos respetivos Municípios .

Neste sentido a missão da CIM do Ave deverá passar por assumir um papel agregador e cada vez mais mobilizador das principais políticas locais constituindo uma plataforma de concertação entre os Municípios e de organização de processos cooperativos entre instituições participadas pelos Municípios e instituições regionais. Por outro lado, caberá também à CIM do Ave o papel de articulação regional e inter-regional.

Cabe ainda à CIM do Ave criar condições para que a Universidade do Minho e demais instituições de ensino superior possam reforçar a sua presença no próprio território, no sistema nacional de inovação e no espaço de excelência científica e tecnológica a nível europeu, de modo a capitalizar para a região fundos de ciência e tecnologia que possam ser uma alavanca para a dinamização do território.

Complementarmente e em coerência com esta missão, no âmbito do incentivo à ligação entre a universidade e o meio empresarial, é necessário promover o desenvolvimento de competências que permitam a produção de conhecimento pertinente para um modelo de crescimento regional com maior conteúdo de emprego qualificado e de incorporação de inovação tecnológica.

A missão proposta para a CIM do Ave contempla a estratégia global definida na visão, que visa transformar o Ave numa região competitiva, com uma comunidade coesa e um território sustentável.

No atual contexto socioeconómico, que implica um esforço de ajustamento do território do Ave, a missão terá de ser traduzida no desenvolvimento de uma sub-região com forte carácter criativo e inovador, capaz de gerar inovação científica e tecnológica de excelência. As intervenções de cariz social assumem um papel facilitador relativamente ao referido ajustamento, sendo basilares para as ações de combate à pobreza e à exclusão social. A valorização de recursos endógenos (naturais, patrimoniais e culturais) da região constitui um outro pilar de desenvolvimento estratégico.

5.4. ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO (AEA)

No sentido de estabelecer bases para a implementação da visão enunciada deverão ser delineados objetivos no âmbito dos seguintes áreas estratégicas:

a) **Dinamização económica:** promover uma aposta no reforço da competitividade empresarial e uma orientação para os transacionáveis e para a internacionalização. Revela-se também importante a promoção do associativismo, numa perspetiva de criação de zonas de cooperação, tais como, numa base de articulação territorial os designados “núcleos territoriais de equilíbrio”. Assume ainda especial relevância a identificação e potenciação dos valores associados aos recursos endógenos do território, enquanto elementos geradores de valor acrescentado;

b) **Ambiente e energia:** tendo como perspetiva o estabelecimento de bases para a criação de um território sustentável, deverão ser adotadas práticas de otimização dos recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa. De igual modo deverão ser privilegiadas as práticas de preservação e melhoria da qualidade

ambiental da região, particularmente através da otimização contínua dos serviços ambientais, na recolha e tratamento de resíduos, saneamento e abastecimento de água, assim como a promoção de boas práticas agrícolas e de gestão florestal. Neste domínio salienta-se ainda a importância da proteção da biodiversidade e dos valores naturais.

c) **Coesão territorial e social:** tendo como foco o fortalecimento da coesão social do Ave assumem especial relevância os programas de ação social que deverão passar fundamentalmente pela estruturação de programas de inclusão social e de combate à pobreza. Igualmente muito relevante será o apoio à educação, nomeadamente a promoção de projetos educativos intermunicipais, assim como projetos focados na melhoria e adequação ao contexto sub-regional do ensino profissional.

   O fortalecimento da coesão territorial do Ave deverá assentar numa aposta em projetos estruturantes que contribuam para a melhoria da mobilidade no território, reforçando por um lado a atual cobertura da rede de transportes públicos da região e por outro complementando as vias de acesso de relevância para a coesão empresarial da região. Neste âmbito assume ainda relevância a conclusão da requalificação dos centros urbanos e a consolidação dos núcleos históricos. O desenvolvimento da coesão territorial passa também pela valorização da diversidade de modelos urbanos e rurais, onde a unidade de vizinhança deverá ser privilegiada na dinamização sociocultural e microeconómica, devendo ser a base de gestão de complementaridades.

Fig. 5.3 – Áreas Estratégicas de Atuação para a CIM do Ave.

Fonte: Elaboração própria

5.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO (OED)

O cumprimento da visão agora estabelecida implica a existência de um contexto favorável que possa generalizar-se a todos os setores da sociedade, em particular às empresas, instituições de ensino e formação, instituições de I&D bem como à administração pública local e as populações em geral. Para a promoção deste contexto, identificam-se, no presente subcapítulo, os objetivos estratégicos de intervenção para o horizonte temporal (2014-2020). Alerta-se, desde já, que para o seu cumprimento será fundamental assegurar a cooperação entre a administração local, empresas, instituições de ensino, centros de investigação e IPSS's, entre outros atores do território e que só de forma concertada será possível assegurar aos atores do território um desenvolvimento sustentável, económico e coeso social e territorialmente da sub-região.

Esta promoção do desenvolvimento da sub-região deverá centrar-se nas pessoas e nos setores de atividade estruturantes, com especial ênfase naqueles que se encontram associados a um maior potencial competitivo e que beneficiam de condições favoráveis para o aproveitamento dos recursos endógenos, já devidamente identificados no capítulo do diagnóstico e caraterização.

Deste modo, tendo em consideração o enquadramento da CIM do Ave, o diagnóstico, a visão estabelecida e as respetivas Áreas Estratégicas de Atuação, foi definido um conjunto de objetivos estratégicos em torno dos quais se considera fundamental articular iniciativas e investir esforços.

A visão estratégica para o desenvolvimento do Ave encontra-se alicerçada nos seguintes **Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED)**:

OED 1 – INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

OED 2 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

OED 3 – TURISMO

OED 4 – MOBILIDADE

OED 5 – COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

OED 6 – GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO

No quadro seguinte é possível perceber a articulação funcional que s estabelece entre as **Áreas Estratégicas de Atuação (AEA)** e os **Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED).** A correspondência que se estabelece foi definida em função dos principais impactos esperados em cada AEA com a implementação de cada OED, saliente-se contudo que os impactos de cada um não serão exclusivos a uma só AEA, haverá também efeitos dinâmicos entre diferentes AEA.

	Áreas Estratégicas de Atuação (AEA)		
OED's	Desenvolvimento Económico	Ambiente e Energia	Coesão Territorial e Social
1.Inovação e competitividade empresarial	x		
2.Sustentabilidade ambiental e eficiência energética		x	
3.Turismo	x		
4.Mobilidade			x
5.Coesão social e territorial			x
6.Governação do território			x

5.5.1 OED 1. Inovação e competitividade empresarial

No âmbito do presente objetivo estratégico pretendem-se delinear ações que contribuam para o reforço da competitividade empresarial da CIM do Ave num claro direcionamento para a otimização dos recursos endógenos em matéria de criatividade, capacidade de inovação, experiência e conhecimento adquirido, assim como na criação de fileiras de negócios alicerçadas nas características/potencialidades do território. Relativamente ao fomento e disseminação do empreendedorismo, a aposta no reforço/continuidade de projetos estruturantes como o IN.AVE afiguram-se decisivos para assegurar este objetivo. No anexo G encontram-se um conjunto de ações propostas pela Rede de Empreendedorismo do Ave para o período de referência (2014-2020). Estas ações são um contributo muito importante para maximizar os resultados alcançados com a atuação da CIM do Ave no âmbito do desenvolvimento do presente OED.

Neste sentido, a promoção do empreendedorismo e a disseminação das boas práticas, quer colaborativas quer nos domínios da coopetição, poderão gerar estratégias de cooperação/complementaridades entre as empresas e entre estas e os diferentes atores da sub-região, designadamente os sistema de inovação e Cientifico e Tecnológico, que não deixarão de se traduzir em aumentos da competitividade do setor empresarial e gerar novos produtos e serviços, gerando oportunidades de negócio e empregos.

Importa ainda reforçar a necessidade de direcionar as estratégias do tecido empresarial da região, cada vez mais, no sentido da internacionalização como forma de viabilização ou expansão das suas áreas de negócio.

Sendo a indústria a principal atividade económica em cinco dos oito concelhos da sub-região e entre estes, pelo peso relativo na atividade local, os casos de Vizela, Famalicão e Guimarães, fato bem evidenciado pela densidade de empresas no território, bastante superior quer à da região Norte quer á do país, este setor deverá ser alvo de uma atenção muito particular. Assim, tanto na indústria como nos setores de atividade,

que lhe são complementares, como é o caso do agro-alimentar, deverá ser promovida a *clusterização*, como forma de garantir escala e a valorização dos recursos endógenos.

Atendendo à relevância que o setor agrícola e em particular o agro-alimentar, tem para o território, importa, no âmbito deste OED serem definidas ações que visem o aumento da sua eficiência, nomeadamente através da introdução da I&D e da inovação nos processos (e.g. redes de produção e distribuição), da capacitação e formação de produtores e colaboradores agrícolas. Relativamente a este tema, é importante salientar que as ações a definir como prioritárias se devem enquadrar e articular com o **Programa de Desenvolvimento Rural (2014 – 2020)**.

Deste modo salientam-se as seguintes linhas de ação:

- Reforço da competitividade empresarial;
- Orientação para a internacionalização;
- Promoção do empreendedorismo;
- Reorganização de Áreas de Cooperação Empresarial;
- Formação e capacitação empresarial;
- Desenvolvimento de estratégias de clusterização baseadas nos recursos endógenos (e.g. cluster da carne, impulso para maior integração no cluster das indústrias criativas da Região Norte, entre outros.);
- Valorização de recursos endógenos;
- Criação de incentivos à atividade agrícola (e.g. à inovação, à formação).

5.5.2 OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética

Este Objetivo Estratégico de Desenvolvimento (OED) visa assegurar a melhoria da qualidade ambiental do território, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações, o uso eficiente dos recursos endógenos, procurando assegurar o incremento da atratividade da sub-região, contexto em que a aposta na valorização do seu património natural, assume uma relevância muito particular.

A aposta em práticas que promovam a utilização eficiente dos recursos naturais e energéticos, terá um impacto muito relevante no desenvolvimento sustentado e na atratividade da sub-região. Assim, assume relevância o desenvolvimento de ações direcionadas para o aproveitamento de fontes energéticas sustentáveis que potenciem os recursos naturais endógenos, com especial relevância na energia hídrica, eólica, solar e produção de biomassa. As suas aplicações tornam-se relevantes para a otimização da eficiência energética dos espaços e edifícios públicos, da habitação social e dos transportes coletivos.

No âmbito dos serviços ambientais importa também dar continuidade a iniciativas de sensibilização para a separação e reciclagem, qualificar e maximizar a eficiência da gestão de resíduos e a gestão do abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

No âmbito do desenvolvido para a candidatura ao Concurso GAEPC/1/2013, no projeto Ave Natural, deve ser dada continuidade ao desenvolvimento de ações de coordenação de atores, de reconhecimento e

conservação de espaços e de coordenação de intervenções para a promoção de uma maior atratividade e competitividade territorial. O desenvolvimento de ações a este nível deriva da importância da qualificação ambiental na promoção da qualidade de vida e no desenvolvimento de territórios inovadores e economicamente competitivos, nomeadamente pelo potencial turístico dos valores naturais presentes no território da CIM do Ave.

As principais linhas de ação visam:

- Melhoria dos serviços ambientais: da recolha e tratamento de resíduos urbanos, saneamento, abastecimento de água;
- Melhoria da qualidade da águas superficiais e subterrâneas;
- Promoção de boas práticas agrícolas e de gestão florestal (valorização da fileira florestal);
- Recuperação e valorização do património natural, atualização e implementação do Projeto Ave Natural;
- Potenciação de recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa;
- Promoção da eficiência energética (e.g. iluminação pública, edifícios públicos, habitação social).

5.5.3 OED 3. Turismo

Para a afirmação do território é essencial reforçar a relevância da atividade turística no conjunto da CIM do Ave como uma área crítica para a promoção do crescimento, da competitividade e do emprego da sub-região. Esta via é tão mais relevante, quanto pode ter um papel decisivo em ambientes muito diversos como é, por exemplo, o caso dos territórios de baixa densidade.

O efeito multiplicador da atividade turística em geral na atividade económica e em particular na economia de base local e regional é muito relevante. Sendo o turismo uma atividade económica intimamente relacionada com a envolvente natural, cultural e socioeconómica, a abordagem a este setor deverá adotar uma perspetiva sistémica. O sistema turístico abrange, para além das operações dos agentes económicos com atividades diretamente orientadas para a oferta de alojamento, refeições, animação, entre outras, todo um conjunto de recursos naturais, culturais, histórico-patrimoniais, de animação, económicos, educativos e institucionais, que integram a oferta turística da região, influenciando a respetiva atratividade.

Neste sentido, no contexto do território da CIM do Ave, importa estruturar e qualificar a oferta potenciando o turismo cultural, rural, ambiental e religioso através da dinamização e divulgação dos espaços e equipamentos já existentes, apostando no marketing territorial como via para a promoção das potencialidades turísticas do conjunto do território.

A aposta na afirmação da cultura e nos valores culturais e no valor económico que intrinsecamente transporta para a economia deve ser uma das áreas prioritárias de ação para a afirmação de uma nova ambição. Num território tão rico e diverso, com núcleos culturais consolidados, um património histórico-cultural ímpar, uma emergente dinâmica cultural e uma industria criativa em plena afirmação são os garantes da necessária massa crítica que tem ser colocada ao serviço da afirmação do território.

Neste âmbito, e tendo em conta o desenvolvido anteriormente, importa ainda referir a importância da coerência e concertação das ações a serem adotadas pela CIM do Ave e pelo consórcio entre as CIM's do Alto Minho, do Ave e do Cávado. O aprofundamento da cooperação entre as CIM's em torno da marca Minho, do seu potencial turístico e em torno do desenvolvimento económico derivado do potencial endógeno do Minho de baixa densidade encontra-se previsto para o horizonte 2014-2020. Para a promoção do referido desenvolvimento, prevê-se ainda o aprofundamento da cooperação com iniciativas como o Minho IN com um envolvimento crescente das Associações de Desenvolvimento Local (ADL), das Instituições de Ensino Superior e dos Centros de Investigação.

Face aos objetivos delineados as principais linhas de ação propostas são:

- Gerar estruturas de articulação entre agentes turísticos públicos e privados ao nível da CIM do Ave de modo a promover o conhecimento atualizado sobre a oferta turística primária e secundária do território e garantir soluções inovadoras para otimizar o seu funcionamento;
- Promover a qualificação da oferta do alojamento turístico;
- Evidenciar o valor da cultura como eixo estruturante da afirmação do território e em particular da sua competitividade, potenciando o turismo cultural;
- Promover a gestão integrada e em rede dos equipamentos culturais do território, designadamente alargando a programação e a oferta cultural ao conjunto do território;
- Utilizar os valores histórico-culturais como elemento critico para o fomento da coesão social e territorial e em particular para a inclusão, quer dos menos favorecidos, quer de grupos de cidadãos com necessidades específicas;
- Fomentar a criação de novos públicos e a consolidação do trabalho de integração de núcleos socioculturais;
- Potenciar o turismo religioso, através da valorização e dinamização do património edificado;
- Dinamização e promoção do termalismo e do turismo de bem-estar;
- Dinamização e promoção do turismo em espaço rural, ambiental e de aventura;
- Dinamização, promoção e divulgação do turismo social, nomeadamente entre os mais jovens;
- Dinamização da rota do património industrial do Ave enquanto ativo identitário e turístico;
- Elaboração de Estratégias de Marketing territorial para a promoção das potencialidades turísticas e culturais do território de uma forma concertada;
- Melhoria das acessibilidades e infraestruturas de apoio aos equipamentos com potencial de atração turístico;
- Identificação e valorização (nomeadamente através da promoção de corredores ecológicos entre valores naturais) e eventual classificação dos mesmos como Áreas Protegidas, quando devidamente previstas em sede de PDM.

5.5.4 OED 4. Mobilidade

A aposta na gestão da mobilidade deverá ter por base uma perspetiva alargada. Deverá ter em consideração os usos atuais e potenciais do território, nomeadamente a ligação entre centros urbanos, periferias e zonas rurais e as distâncias casa-trabalho. Assim, é de extrema importância, por um lado, complementar/melhorar as vias de acesso de relevância para a coesão territorial, social e empresarial da região e por outro o reforço da cobertura da rede de transportes públicos na região. A primeira abordagem terá, obviamente implicações na cobertura e qualidade do serviço prestado pela segunda abordagem.

São diversos os efeitos da baixa de mobilidade. Começando pelos sociais verificam-se: o isolamento, os baixos níveis de coesão e cooperação social, a pobreza, etc. O desenvolvimento económico, associado à atração de empresas e fixação de pessoas depende intensamente também deste fator. Assim sendo, é necessário o reforço das vias críticas e estruturantes municipais e intermunicipais, de forma a que, por exemplo, os concelhos mais interiores consigam atrair mais investimento, pessoas, nomeadamente qualificadas, e fixá-las no seu território, promovendo-se, desta forma, a convergência entre os diferentes Municípios .

Relembra-se o descrito no capítulo de caraterização: no território da CIM do Ave cruzam-se fileiras e agentes económicos diversos, geram-se redes de relações e de intervenção sobre o desenvolvimento económico e social. Para este último é fundamental a existência de boas acessibilidades que constituam um importante fator de diferenciação territorial. Contudo, o que se verifica é que, no geral, o Ave dispõe de meios de comunicação eficientes e competitivos nos concelhos de elevada densidade (rodoviários, ferroviários e por consequência aéreos e marítimos) e que o mesmo não acontece nos concelhos de baixa densidade.

Tendo em conta ainda as implicações que a mobilidade tem nos restantes objetivos estratégicos de desenvolvimento estabelecidos, a mesma deve ser maximizada e ser tomada em consideração na elaboração das seguintes ações:

- Promover o desenvolvimento de um Plano Intermunicipal de Mobilidade da CIM do Ave;
- Promover o desenvolvimento de uma estratégia intermunicipal para os transportes públicos;
- Aumentar a taxa de cobertura da rede de transportes públicos;
- Criar um serviço de transporte para zonas periféricas, de trajeto adaptável e agendamento prévio;
- Providenciar e facilitar a intermodalidade;
- Reforçar e melhorar as vias críticas, de elevada utilização, que potenciem a atração de investimento e pessoas;
- Estudar e apresentar soluções para a resolução de questões de persistência de trânsito lento, que implicam restrições de acesso a infraestruturas por parte do setor empresarial (e vice versa);
- Completar vias de acesso de relevância para a coesão territorial, social e empresarial do Ave (e.g. nó de ligação da A3 ao Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, eixo de ligação da EN205 a via rápida, em Cabeceiras de Basto; eixo de ligação de Mondim de Basto à variante do Tâmega).

5.5.5 OED 5. Coesão social e territorial

A aposta na coesão social e territorial constitui um dos elementos basilares para a concretização da estratégia delineada para o Ave. Esta deverá ser desenvolvida numa lógica de proximidade, para uma mais correta identificação das necessidades das populações dos concelhos da CIM do Ave. Assim, torna-se importante a descentralização e a prestação de serviços de uma forma mais próxima dos destinatários das ações. Tendo ainda em conta o identificado na caraterização, nomeadamente em termos da proteção social, verifica-se também a necessidade de desenvolvimento de ações de combate à pobreza e à exclusão social.

Corelacionado com este quadro estará o nível de educação e formação das populações, uma vez que são mais frequentes situações de pobreza, ou exclusão, social em universos caraterizados por níveis de formação mais baixos. Assim sendo, uma das linhas de ação a promover deverá passar pelo reforço do combate ao abandono e ao insucesso escolar, promovendo programas especificamente direcionados para grupos de risco, assim como pela adaptação da oferta educativa às vocações dos jovens e às necessidades das empresas e dos demais agentes do tecido económico local.

Este quadro é, também, um argumento muito forte para a necessidade da elaboração de uma Carta Educativa Intermunicipal, levada a cabo no seio da Rede de Educação, já existente na CIM do Ave, que enquadre e responda aos principais desafios. Nessa matéria e recuperando a relevância da indústria para o território, entre outras ações, deverão ser estudadas formas de promoção do ensino profissional, especializado, numa lógica dual, ambiente de trabalho/formação, voltado para a procura real dos empregadores. Este será também importante para promover maiores níveis de formação e adaptação dos currículos da população com idade superior e em situações de desemprego de longa duração.

A dinâmica da relação entre educação, formação e empregabilidade em muito beneficiará dos trabalhos a desenvolver no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Ave, já operacionalizado pela respetiva CIM. O Pacto procura articular, de forma coerente e virtuosa, as redes de educação, empreendedorismo empregabilidade, numa abordagem de proximidade com os atores mais relevantes para a equação da empregabilidade.

Num outro domínio de intervenção – regeneração e requalificação dos centros urbanos – que pode parecer numa primeira abordagem descontextualizada, mas com efeitos muito relevantes na promoção e facilitação da coesão social e territorial devem, também, ser ponderadas um conjunto, articulado e coerente, de intervenções que garantam melhores condições de habitabilidade e vivência social para a populações. A regeneração dos centros urbanos contribui decisivamente para o combate ao isolamento social e à medida que consegue atrair novos públicos ou residentes, melhora o ambiente económico e social das áreas regeneradas.

A intervenção nos níveis especificados anteriormente ver-se-á facilitada pelo incentivo à criação de “Núcleos de Equilíbrio Territorial”, nomeadamente, nos territórios de baixa densidade da CIM do Ave. Isto significa uma intervenção mais profunda nos polos agregadores, ou seja, nos polos de maior densidade populacional, de equipamentos, infraestruturas e serviços e com potencial para se afirmarem como polos difusores junto das comunidades de mais baixa densidade. Esta intervenção, territorializada, revela-se importante para sustentar a intervenção no âmbito do Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave, que pretende promover a coesão social no território.

Em suma, salientam-se as seguintes linhas gerais de atuação:

- Criação de centros rurais de excelência para promover a sustentabilidade e um maior equilíbrio entre concelhos e freguesias;
- Projetos de apoio à educação, apostando na melhoria e adequação do ensino profissional às necessidades do mercado e na realização de projetos educativos intermunicipais;
- Desenvolvimento de programas de ação social, programas de inclusão social e combate à pobreza, como o fundo de emergência social, que deverá ter cada presente, cada vez mais, uma lógica intermunicipal;
- Adequar, requalificar, integrar e redimensionar a oferta de equipamentos sociais e de saúde, no território, tendo em linha de conta as diferentes dinâmicas sociais económicas previstas para cada um dos Municípios e designadamente a evolução demográfica que se antecipa. Nesta matéria, especial enfase, terá que ser dada ao casos dos equipamentos de saúde que requerem uma análise de proximidade com as populações e cujo levantamento e georreferenciação, à escala da CIM do Ave, estará ainda por realizar;
- Conclusão da requalificação dos centros urbanos e consolidação dos núcleos históricos, designadamente ponderando os efeitos que devem promover em matéria de inclusão social.

No âmbito do trabalho de desenvolvimento económico e social no território, encontra-se em fase avançada de preparação, o Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave.

Este trabalho, tendo em conta os interesses dos diferentes stakeholders e em particular a rede de ação social, focaliza as opções de intervenção para o território, que produzem as condições externas e internas para o desenvolvimento económico-social, sendo constituído por dois eixos prioritários: Capacitação para a Inovação Social e Desenvolvimento Territorial.

Apresentam-se, de seguida, as principais questões abordadas por este Plano:

Capacitação para a Inovação Social

Este domínio é um pilar fundamental para gerar capacidades aos agentes organizacionais, individuais e coletivos, de conhecimentos ao nível de standards metodológicos e estratégias para a implementação e consolidação do objetivo central deste plano, o desenvolvimento territorial. A capacitação dos agentes é fulcral para os novos paradigmas de intervenção, nomeadamente o de trabalho em rede, só assim tornando possível a construção e gestão de abordagens inovadoras face ao quadro de fundos estruturais Portugal 2020.

Neste ponto pretendem-se criar projetos para o reforço de competências não convencionais de inovação e de experimentação para pensar e fazer diferente. Incluídos neste eixo prioritário encontram-se áreas temáticas de capacitação para a ação e novos processos de aprendizagem e produção de conhecimento relevante:

Capacitação para a ação

Esta área temática identifica a importância da capacitação para o trabalho em rede intra e interorganizacional, da capacitação ao nível da dinamização, monitorização e acompanhamento das dinâmicas territoriais e avaliação de políticas, assim como capacitação para a promoção e valorização territorial.

Novos processos de aprendizagem e produção de conhecimento relevante

Esta área temática cria estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local, de acordo com as especificidades de cada território, construídas e lideradas pelas respetivas comunidades.

Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento territorial tem como principal propósito diversificar a economia local e a promover a inovação social na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social. Identificam-se como áreas temáticas chave para a mobilização de potencial endógeno e exógeno do território na perspetiva de aumentar o crescimento inclusivo as seguintes:

Promoção da Paz Social do Território do Ave

Execução de projetos que potenciem a estabilidade social no Território, isto é, que reduzam o potencial de conflito resultante do contexto económico-social do país atualmente.

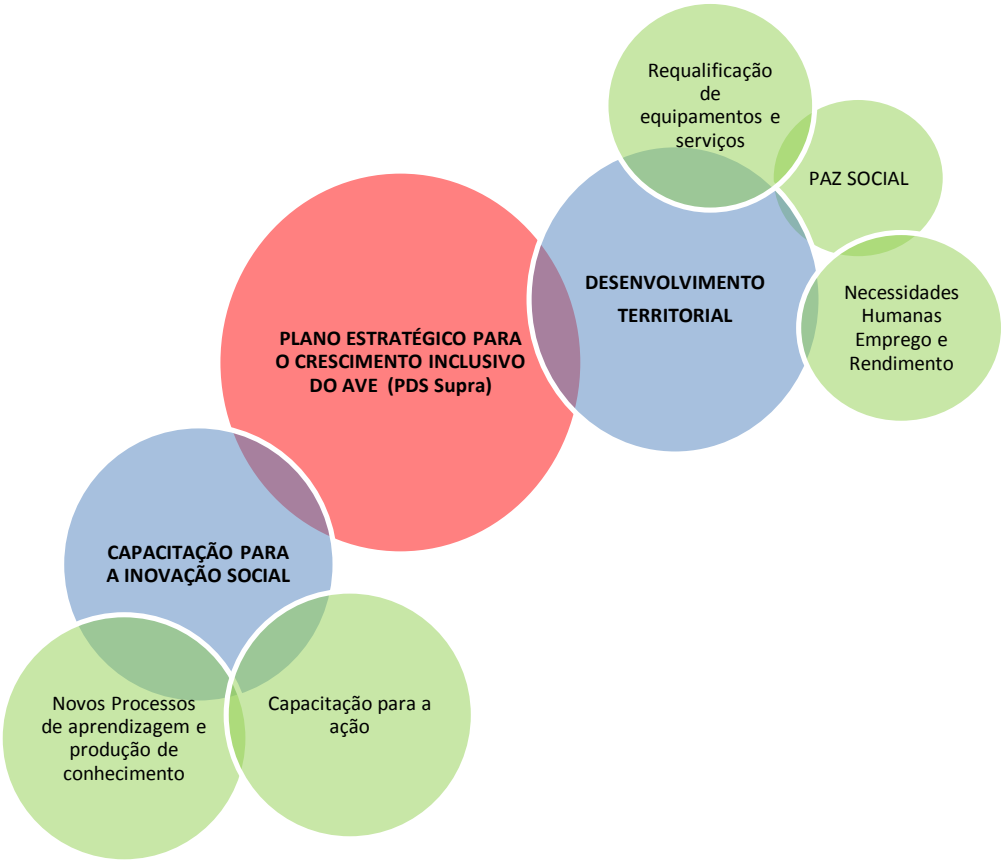
Necessidades Humanas, Emprego e Rendimento

Execução de projetos que garantam autonomia de rendimento às pessoas através de ações que estimulem a inovação de produtos e serviços que respondam a necessidades.

Reorganização da paisagem organizacional

Execução de um projeto que reconfigure as organizações e redes interorganizacionais de acordo com novos problemas e necessidades.

Fig. 5.4 – Esquema do Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave



Fonte: Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave e Centro Distrital de Segurança Social de Braga

O Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave, é caracterizado pela sua força e flexibilidade simultâneas e a lógica de construção participativa. Assim, a construção do plano será complementada através da realização de Fóruns Municipais, onde se prevê a máxima participação dos parceiros estratégicos com responsabilidade no desenvolvimento económico-social supramunicipal.

Nesta perspetiva, as áreas temáticas identificadas, assim como os projetos estruturantes que as operacionalizam poderão ainda ser complementados de acordo com os resultados dos referidos Fóruns Municipais.

Plano Operacional do plano para o Crescimento Inclusivo do Ave

Passando à apresentação do Plano Operacional, apresentam-se, as áreas onde poderão vir a ser desenvolvidos projetos, estruturantes para o território e que permitam operacionalizar o plano estratégico para o crescimento inclusivo do Ave.

As áreas dos projetos estruturantes identificados resultaram da auscultação das necessidades sociais, numa perspetiva supramunicipal, pelos atores sociais do Território do Ave realizada através das reuniões com os técnicos das Redes Sociais e os Técnicos da Segurança Social, da dinamização do Seminário "Desenvolvimento Social do Território do Ave 2014 – 2020" e da análise documental dos PDS municipais.

As áreas temáticas dos projetos estruturantes são:

Capacitação para a ação

Projetos para a gestão de Redes Interorganizacionais;

Projetos de Formação-Ação Intraorganizacional.

Novos processos de aprendizagem e produção de conhecimento relevante

Projetos - Comunidades de prática (criação de espaços para o desenvolvimento de competências não convencionais).

Paz Social do Território do Ave

Projetos de emergência Social;

Projetos de apoio à auto-organização (Estimular a autonomia das pessoas através do apoio a projetos assentes em recursos endógenos com potencial para a autossubsistência).

Necessidades Humanas, Emprego e Rendimento

Empreendedorismo Inclusivo:

Projeto - Marca Social do Ave (criar uma marca que divulgue e promova o território do Ave).

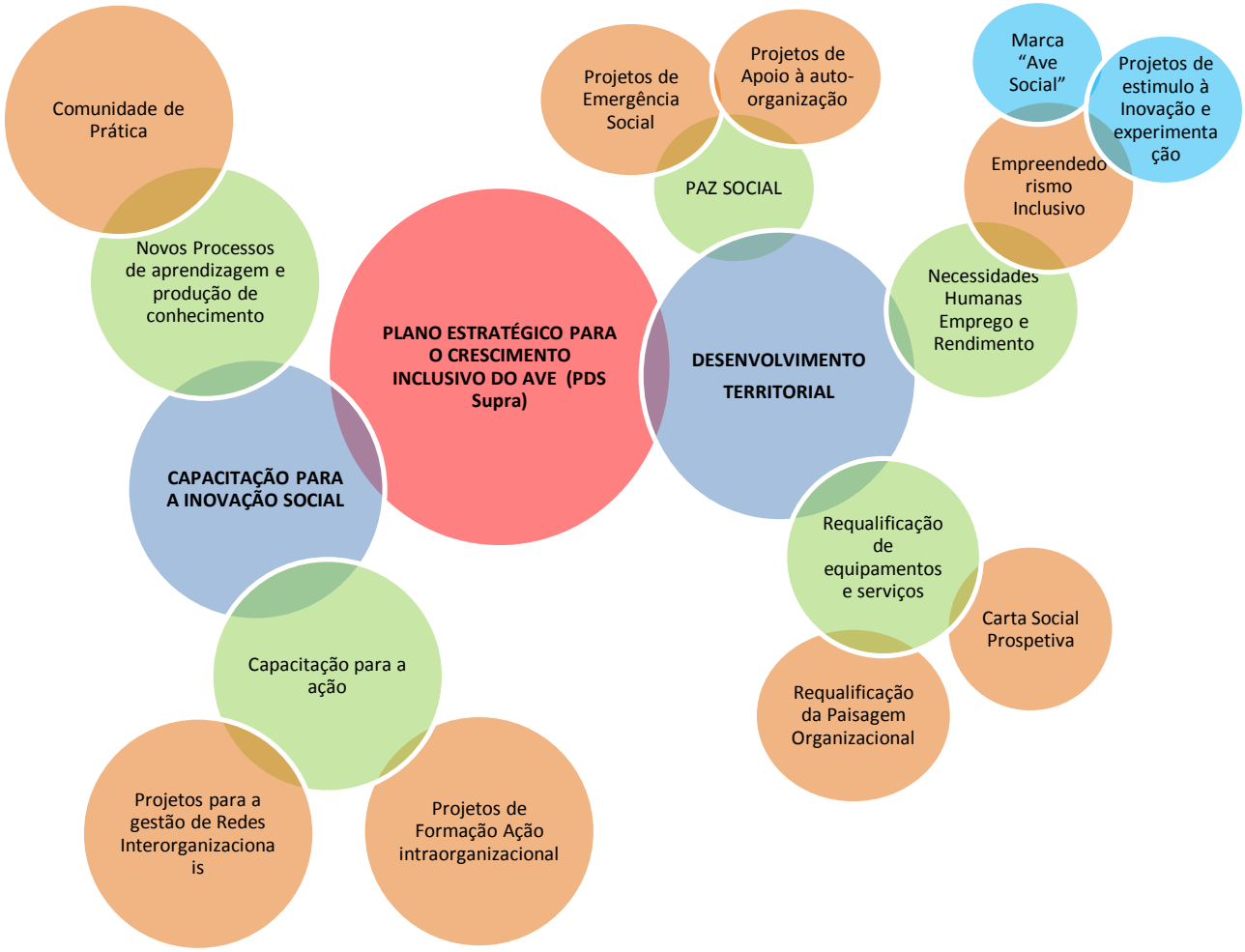
Empreendedorismo Social:

Projetos de estímulo à inovação e experimentação (Concurso de ideias de empreendedorismo Social; Incubadora de iniciativas de Empreendedorismo Inclusivo; Capacitação para o Empreendedorismo Inclusivo).

Requalificação de equipamentos e respostas sociais

Projeto de reorganização da paisagem organizacional (criar instrumento que apoie a gestão da Rede e a decisão).

Fig. 5.5 – Esquema do Plano Operacional para o Crescimento Inclusivo do Ave



Fonte: Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave e Centro Distrital de Segurança Social de Braga

Num outro domínio de intervenção identifica-se a regeneração e requalificação dos centros urbanos como uma ferramenta essencial à coesão territorial da NUT III Ave. Esta abordagem, que pode parecer numa primeira leitura descontextualizada, encerra em si efeitos muito relevantes na promoção e facilitação da coesão social e territorial, contribuindo para a concretização de dois dos objetivos fixados pelo PNPOT: tornar

Portugal: "[…] um espaço sustentável e bem ordenado […]" e "um território equitativo em termos de desenvolvimento e de bem estar […]" (PNPOT, 2007:138) e do objetivo central do PROT-Norte: a promoção e reforço da coesão territorial (CCDR-N, 2008: 28).

Importa aliás neste momento recordar algumas passagens do PROT-n para melhor se apreender e compreender a importância desta opção de intervenção estratégica: "[…] o objetivo central do PROT-Norte […]" é "[…] a promoção e reforço da coesão territorial, não apenas como complemento optimizador da competitividade territorial, mas como condição incontornável desta (na perspetiva da Região como um todo)." "A materialização deste objetivo passa pela crescente equidade territorial de acesso a bens, serviços e oportunidades, no entendimento de que a mesma não é sinónimo de uniformidade territorial nem de uniformidade de investimentos ou soluções."

"A manutenção de níveis mínimos de coesão territorial pode exigir a existência permanente de serviços / equipamentos mínimos, não completamente sustentados em procuras existentes ou potenciais." (PROT-N, 2008:28)[43].

Afirma-se e assume-se aqui, que se entende que a regeneração dos centros urbanos contribui decisivamente para o combate ao isolamento social e, à medida que consegue atrair novos públicos ou residentes, melhora o ambiente económico e social das áreas regeneradas.

A racionalidade, a ponderação, a articulação e a coerência nortearão as intervenções que serão concretizadas, identificando soluções diversas adequadas à diversidade existente no território, e.g. intervenções em centros históricos e em centros urbanos estruturantes e complementares. Propõe-se ainda a criação de "Núcleos de Equilíbrio Territorial" e de "Centros Rurais de Excelência", nomeadamente, nos territórios de baixa densidade da CIM do Ave. Isto significa, para os primeiros "Núcleos de Equilíbrio Territorial", uma intervenção mais profunda nos polos agregadores, ou seja, nos polos de maior densidade populacional, de equipamentos, infra-estruturas e serviços e com potencial para se afirmarem como polos difusores junto das comunidades de mais baixa densidade. Já as intervenções preconizadas para os "Centros Rurais de Excelência, terão como leitmotiv a excelência dos exemplares de arquitectura vernácula existentes, a presença de unidades de turismo em espaço rural e de outras soluções de dinamização da economia tradicional e procurarão dar escala e criar centralidade a dinâmicas económicas tradicionais, com capacidade de sustentação e efeito catalisador relativamente ao seu *hinterland*.

Esta intervenção, territorializada, revela-se importante para sustentar a intervenção no âmbito do Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave, que pretende promover a coesão social no território, procurando sempre garantir melhores condições de habitabilidade e vivência social para as populações.

Em suma, salientam-se as seguintes linhas gerais de atuação:

- Conclusão da requalificação dos centros urbanos e consolidação dos núcleos históricos, designadamente ponderando os efeitos que devem promover em matéria de inclusão social;
- Criação de "Núcleos de Equilíbrio Territorial" e de "Centros Rurais de Excelência" para promover a sustentabilidade e um maior equilíbrio entre a sede do concelho e as restantes freguesias;
- Projetos de apoio à educação, apostando na melhoria e adequação do ensino profissional às necessidades do mercado e na realização de projetos educativos intermunicipais;

[43] Apesar do documento apenas ter sido aprovado em sede de Conselho Regional, considera-se apropriado e intelectualmente sério utilizar o seu conteúdo enquanto suporte à estratégia aqui proposta.

- Desenvolvimento de programas de ação social, programas de inclusão social e combate à pobreza, como o fundo de emergência social, que deverá ter cada presente, cada vez mais, uma lógica intermunicipal;
- Adequar, requalificar, integrar e redimensionar a oferta de equipamentos sociais e de saúde, no território, tendo em linha de conta as diferentes dinâmicas sociais económicas previstas para cada um dos Municípios e designadamente a evolução demográfica que se antecipa. Nesta matéria, especial enfase, terá que ser dada ao caso dos equipamentos de saúde que requerem uma análise de proximidade com as populações e cujo levantamento e georreferenciação, à escala da CIM do Ave, estará ainda por realizar;

5.5.6 OED 6. Governação do território

A área estratégica de intervenção relativa à governação do território envolve o desenvolvimento de uma estratégia promotora da modernização da estrutura administrativa da CIM do Ave, cujos principais impactos se farão sentir através da melhoria dos mecanismos de governança para além de uma consequente redução de custos com os processos administrativos e da facilitação dos processos.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas relações da administração pública com os cidadãos e os atores socioeconómicos constitui um elemento chave para o desenvolvimento de uma nova cultura de participação coletiva assim como para a exploração de diversas possibilidades de desenvolvimento que a atual sociedade do conhecimento oferece.

As ações desenvolvidas deverão ter como foco os seguintes objetivos:

- Prestação de um serviço público de qualidade, eficiente e de fácil acesso para o cidadão/parte interessada;
- Valorização e disseminação das boas práticas de governação do território;
- Desenvolvimento de respostas eficientes aos novos desafios de inclusão e políticas participativas;
- Promoção da organização administrativa do território;
- Desenvolvimento de estratégias/planos ao nível intermunicipal – atribuição de escala e promoção da competitividade;
- Cooperação e partilha de recursos para a eficiência coletiva (e.g. cruzamento de bases de dados);
- Uniformização dos processos administrativos;
- Promover a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Colaboração e integração de atores para a convergência entre Municípios ;
- Internacionalmente: maximizar o potencial internacional dos ativos e setores económicos da sub-região, focar a atuação em regiões ou países estrategicamente importantes, fomentar e explorar as relações internacionais da região, atrair investimentos de qualidade para a região e converter investidores potenciais em investidores efetivos.

No quadro seguinte encontram-se os OED's definidos e apresentados anteriormente enquadrados com os Eixos Prioritários derivados do Plano Operacional para a Região Norte.

Quadro 5.1 – Articulação entre os Objetivos Estratégicos de Intervenção para o PEDI do Ave e os Eixos Prioritários do Plano Operacional para a Região Norte no horizonte de 2020.

Objetivos Estratégicos de Intervenção do PEDI do Ave	Eixos Prioritários Plano Operacional para a Região Norte 2020								
	EP 1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	**EP 2** – Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	**EP 3** – Economia de Baixo Teor de Carbono	**EP 4** – Qualidade Ambiental	**EP 5** – Mobilidade e Transportes	**EP 6** – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	**EP 7** – Inclusão Social e Pobreza	**EP 8** – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	**EP 9** – Capacitação Institucional e TIC
OED 1. Inovação e competitividade empresarial	○	○						○	
OED 2. Sustentabilidade ambiental e eficiência energética			○	○				○	
OED 3. Turismo				○					
OED 4. Mobilidade					○	○			
OED 5. Coesão social e territorial							○	○	
OED 6. Governação do território									○

Fonte: Elaboração própria

5.6. Objetivos de médio e longo prazo

Admite-se que, por constrangimentos financeiros ou outros, algumas das ações apresentadas possam vir a ser adiadas. No entanto e tendo em conta a expectável melhoria das condições económicas atuais, no médio e longo prazo, dever-se-á dar continuidade aos projetos a selecionar de acordo com os objetivos apresentados.

Desta forma, é importante a continuidade da cooperação entre as diferentes entidades para que seja também dada continuidade aos projetos que estejam a decorrer ou que estejam por implementar. Tendo em conta o estabelecer da inovação e competitividade como centrais para a CIM do Ave, deve ser dada particular importância à manutenção da interligação entre empresas, instituições de ensino e instituições de I&D. Tomando em conta o médio e longo prazo verifica-se ainda que a visão estabelecida para o território da CIM do Ave, que visa o desenvolvimento de uma economia competitiva, um território sustentável e uma comunidade coesa, continuará a fazer sentido.

Tendo em conta o horizonte agora em análise, não deverá ser esquecida a centralidade nas pessoas, pois só desta forma será possível garantir a contínua coesão social e territorial. Acrescentando, a adaptabilidade das ações selecionadas na atualidade será necessária, à medida que as mesmas e as pessoas evoluem, e à medida que são partilhadas experiências com as quais a CIM do Ave pode aprender, de forma a evitar possíveis erros e aprimorar resultados. Assim, torna-se importante para o desenvolvimento sustentável de toda a sub-região, a definição de indicadores de resultados ou de sucesso para todos os projetos a surgir e a implementar e a comparação dos mesmos entre Municípios , de forma a verificar a diminuição, ou não, do *gap* entre os três grupos de Municípios previamente identificados, tendo também como objetivo a tomada de medidas mediante o encontrado.

A questão da partilha de experiências é para este caso relevante, pois o futuro e possível bom exemplo dado pela CIM do Ave poderá ser replicado e adaptado, tanto a nível nacional, como internacional, e com o mesmo, diversas regiões poderão vir a aprender. Este ponto assume particular importância pelo facto de o atual enquadramento jurídico prever um aumento de 25% nas transferências de estado para o Orçamento de 2016, nas CIM's que consigam melhorar os seus índices de desenvolvimento.

6. TIPOLOGIAS DE AÇÃO

O presente subcapítulo apresenta as tipologias de ação estruturantes a desenvolver no âmbito de cada um dos seis Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED) identificados no ponto 5.5. É importante evidenciar que não se pretende apresentar uma listagem exaustiva de projetos, mas antes uma proposta de desenvolvimento futuro para a CIM do Ave, através de uma série de possibilidades de ações. Assim, as ações expostas de seguida enquadram-se com as competências e capacidade de intervenção dos Municípios , da CIM do Ave e potenciais parceiros. Tendo em conta que algumas das sugestões apresentadas podem beneficiar do contributo de iniciativas privadas e de iniciativas de outras entidades públicas, é importante que exista cooperação para a definição de estratégias coerentes e complementares às ações presentemente propostas.

As ações enumeradas no presente capítulo vão obviamente de encontro às necessidades identificadas anteriormente no presente relatório. Acrescentando, salienta-se que as ações apresentadas de seguida não foram definidas tendo apenas em consideração o acesso a fundos estruturais, mas as reais necessidades do território. Assim, as ações propostas que se insiram nos trâmites para a utilização destes mesmos fundos deverão ser selecionadas pela CIM para apresentação de candidatura e as restantes deverão ser desenvolvidas mediante a disponibilidade de recursos da mesma e dos Municípios que a integram. Neste último caso deve ser analisado qual o melhor nível de intervenção e as formas de financiamento possíveis para o desenvolver das ações.

Nos pontos que se seguem são apresentados os exemplos de ações em concreto, a serem adaptadas mediante parcerias a realizar, prioridades a estabelecer, financiamento a obter, entre outros constrangimentos. Apesar das ações se encontrarem organizadas por objetivos estratégicos de desenvolvimento (OED), são também apresentados os OED nos quais as ações poderão ter maior impacto e as áreas estratégicas de atuação com as quais se relacionam. Para cada ação são apresentados alguns dos promotores possíveis, os objetivos, a descrição, indicadores/metas gerais e alguns exemplos que consideramos inspiradores para o território.

Relativamente aos indicadores/metas apresentadas, importa salientar que estas também possuem um caráter meramente indicativo e que se pretenderam indicar ou indicadores/metas previamente estabelecidas pela CIM do Ave e pelos diversos grupos de trabalho ou indicadores/metas estabelecidas sob a forma de compromissos assumidos por outras entidades públicas. Estes indicadores encontram-se em concordância com o definido pelo novo quadro conceptual, isto é, de acordo com um acompanhamento ou monitorização próxima e realizada ao longo de todo o desenvolvimento dos projetos, com avaliações intercalares, que incidem sobre a execução física, financeira e sobre os resultados obtidos. Na versão de trabalho de 21 de Fevereiro do Programa Operacional Regional Norte 2014-2020 também é possível encontrar indicadores de realização e de resultado passíveis de adaptação às ações definidas pela CIM do Ave.

De seguida apresenta-se o enquadramento de cada tipologia de ação com as áreas estratégicas de ação.

6.1. AÇÕES ESTRUTURANTES

NÚMERO	TIPOLOGIAS DE AÇÃO	ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO		
		DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	AMBIENTE E ENERGIA	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL
A1.	PROMOÇÃO, DINAMIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA PRÁTICA AGRÍCOLA	x	x	x
A2.	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E FORTALECIMENTO DO SETOR AGROALIMENTAR	x		
A3.	DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL - CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO	x		
A4.	OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS AMBIENTAIS		x	
A5.	APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS E HÍDRICOS	x	x	
A6.	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ESPAÇOS PÚBLICOS, EDIFICADO E VEÍCULOS	x	x	x
A7.	ESTRATÉGIA DE MARKETING TERRITORIAL	x	x	x
A8.	MOBILIDADE COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE DO AVE	x		x
A9.	SERVIÇOS DE PROXIMIDADE/DESCENTRALIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO			x
A10.	PROJETO EDUCATIVO DO AVE	x		x
A11.	DESAFIOS DA INCLUSÃO – AVE INCLUSIVO			x
A12.	PROSSECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REQUALIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E CONSOLIDAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS	x		x
A13.	MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	x	x	x
A14.	PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	x	x	x

A15.	PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS	**x**	**x**	**x**
A16.	INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA E A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL	**x**	**x**	**x**

6.1.1 OED 1. Inovação e competitividade empresarial

A1. PROMOÇÃO, DINAMIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA PRÁTICA AGRÍCOLA

A1. PROMOÇÃO, DINAMIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA PRÁTICA AGRÍCOLA					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	X	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	x
				OED.2	x
	AMBIENTE E ENERGIA	X		OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	X		OED.5	x
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações e/ou Cooperativas Agrícolas; Escolas; Universidades e Centros de Investigação.				
OBJETIVOS	▪ Promoção e capacitação da prática agrícola; ▪ Crescimento e valorização das explorações agrícolas, nomeadamente através do aproveitamento do potencial de áreas agrícolas não exploradas; ▪ Fixação da população nas zonas rurais, nomeadamente através da instalação de jovens agricultores e empreendedores de base agrícola na sub-região; ▪ Inovação na agricultura, criação de novas fontes de emprego e de rendimento; ▪ Fomentar a adaptação, renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas; ▪ Formação e qualificação profissional adequada dos jovens agricultores; ▪ Concentração e valorização da oferta dos produtores; ▪ Robustecimento dos mercados locais de produtos agrorurais e implementação dos postos de venda no exterior do território; ▪ Promover a criação e dinamização de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), nos territórios da CIM do Ave onde existir essa possibilidade; ▪ Promoção e capacitação da agricultura doméstica e redes de distribuição de curta distância; ▪ Promoção de práticas sustentáveis agrícolas (agricultura biológica; permacultura).				
ATIVIDADES	▪ Criação de parcerias com escolas, universidades e centros de investigação, para a valorização das atividades agrícolas; ▪ Incentivo à utilização das novas tecnologias na prática agrícola e promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis; ▪ Apoio à criação e desenvolvimento de microempresas nos setores secundário e terciário que desenvolvam atividade a montante ou a jusante do setor agrorural; ▪ Atribuição de incentivos para travar o despovoamento e fixar jovens agricultores nas zonas rurais;				

	▪ Facilitação dos processos relacionados com a construção ou reconstrução de habitação própria em locais que promovam a fixação das populações e a valorização das atividades agrícolas e agropecuárias; ▪ Formação dos colaboradores do setor agrícola; ▪ Criação de uma rede de Postos de Venda, estrategicamente localizados, para a promoção e comercialização de um cabaz de produtos; ▪ Manutenção da paisagem rural; ▪ Criação de loteamentos agrícolas nas Superfícies Agrícolas Úteis (SAU) abandonadas – superfícies que apresentem dimensão potenciação agrícola; ▪ Negociação de terrenos com os proprietários interessados na sua cedência, com a possibilidade de atribuição dos mesmos a jovens agricultores; ▪ Criação de planos de ocupação, onde deverão estar definidas as construções a efetuar no local em questão e do que deverá ser cultivado em cada uma das áreas; ▪ Desenvolvimento de um plano estratégico para uma gestão integrada da caça e da pesca no território da CIM do Ave; ▪ Aproveitamento de áreas agrícolas urbanas para criação de terrenos para usufruto da comunidade ou para a agricultura de subsistência; ▪ Apoio à gestão ativa do património por parte de proprietários e produtores agrícolas, beneficiando das medidas de apoio técnico e financeiras previstas para a criação de ZIF.
INDICADORES	▪ Controlo de projetos de desenvolvimento rural de acordo com os Indicadores Comuns relacionados com a Situação Inicial, as Realizações, os Resultados e o Impacto, presentes no Anexo VIII, do Regulamento (CE) N.º 1974/2006; ▪ Relativamente aos recursos florestais: cumprimento das metas presentes na Matriz de Responsabilidades e Indicadores da Estratégia Nacional para as Florestas (2006).

EXEMPLOS INSPIRADORES	aapim – Associação de Agricultores para a Produção Integrada de Frutos de Montanha é uma associação baseada num novo paradigma de assistência técnica através de novos modos de produção (PRODI e Agricultura Biológica), visando criar uma organização com técnicos altamente qualificados nestes modos de produção, capaz de promover a inovação e consequente competitividade das empresas agrícolas da região onde se encontra sediada. Hoje, a AAPIM é uma associação de referência nacional tendo merecido o Estatuto de Utilidade Pública, atribuído pelo Governo Português, reconhecendo da qualidade dos serviços prestados. (http://www.aapim.com/) Bolsas de Terras, território da CIM do Ave: tem como objetivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização das mesmas, quando não sejam utilizadas. Promove a identificação e a própria oferta. A bolsa de terras disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas. A bolsa de terras disponibiliza ainda terrenos baldios. (http://www.bolsanacionaldeterras.pt/concelho.php?search_fd0=03) Bolsas de Terras, Sever do Vouga: surgiu com o intuito de colmatar as dificuldades dos indivíduos que querem cultivar e não possuem terrenos para o fazer, bem como, dos indivíduos que têm terrenos, mas que, no entanto, não o podem fazer, promovendo assim uma "relação de simbiose" entre estes. A primeira iniciativa, em 2013, consistiu na atribuição de terrenos incultos a agricultores, para a prática exclusiva de produção de mirtilo. Após o "sucesso" da primeira iniciativa, a segunda, a realizar no presente ano, 2014, abrange já todo o tipo de produção, desde que adequada aos terrenos locais. (http://www.severdovouga.pt/ e http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=717826&tm=6&layout=121&visual=49)

A2. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E FORTALECIMENTO DO SETOR AGROALIMENTAR

	A2. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E FORTALECIMENTO DO SETOR AGROALIMENTAR				
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	**DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA**	**X**	**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO**	**OED.1**	**X**
				OED.2	
	AMBIENTE E ENERGIA			**OED.3**	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL			**OED.5**	
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território; Associações Cooperativas, Empresariais, Comerciais e Industriais;				
OBJETIVOS	▪ Implementação de um centro de competências para o agro-alimentar e em particular para o sub-setor das carnes; ▪ Incentivos à internacionalização destas empresas; ▪ Reforço das boas práticas em domínios fundamentais da competitividade, como incentivo à Investigação e desenvolvimento, transferência e aplicação de tecnologia e *know-how*, marcas e patentes, promoção da inovação, prototipagem, entre outras; ▪ Incentivos à *clusterização* dos sub-setores do agro-alimentar, incentivando uma escala maior e uma melhor estruturação da oferta; ▪ Valorização de espécies autóctones; ▪ Integração nas redes de cooperação que promovam a interligação e a eficiência entre a produção e o mercado, gerando complementaridades entre os *stakholders*, no respeito das especificidades de cada território;				
ATIVIDADES	▪ Criação do "Centro tecnológico agroalimentar" que deverá associar os principais parceiros do setor, na sub-região; ▪ Aplicação de técnicas inovadoras que aumentem a produtividade das empresas e a qualidade dos produtos, através de parcerias com os atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e do tecido empresarial, nomeadamente na valorização das atividades tradicionais (e.g. agricultura); ▪ Cooperação com o Banco Português de Germoplasma Vegetal, para a preservação das espécies locais e criação de uma réplica deste para as raças autóctones (colocar em funcionamento a nave de testagem de animais, a desenvolver pela Federação Nacional das Raças Autóctones – FERA);				

EXEMPLOS INSPIRADORES	IRTA – Instituto de Pesquisa do Governo da Catalunha atribuído ao Departamento de Agricultura. Este instituto surgiu de um pequeno centro de pesquisa, que foi adquirindo uma maior dimensão e que pretende dar um contributo para modernização, aumento da competitividade e desenvolvimento sustentável do setor alimentar. O instituto visa promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na área agroalimentar. (http://www.irta.cat/en-US/Pages/default.aspx) Guissona: o Grupo Guissona foi a primeira cooperativa agrícola da Catalunha, em Lleida, a iniciar a sua atividade na área da pecuária. Este grupo conseguiu manter um crescimento interrupto ao longo dos últimos 50 anos e apresenta ainda potencial de crescimento. O Grupo Guissona conseguiu, assim, alcançar a posição de grupo de capital mais importante da capital catalã no setor alimentar. O exemplo pode ser visto em mais detalhe no capítulo 4. (http://www.cag.es/)

A3. Dinamização da Atividade Económica Regional - Captação de Investimento e Criação de Emprego

	A3. Dinamização da Atividade Económica Regional - Captação de Investimento e Criação de Emprego				
Áreas estratégicas de atuação	Dinamização económica	X	Objetivos Estratégicos de desenvolvimento	OED.1	x
				OED.2	
	Ambiente e energia			OED.3	
				OED.4	
	Coesão territorial e social			OED.5	x
				OED.6	
Promotores	CIM do Ave; Municípios; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações Cooperativas, Empresariais, Comerciais e Industriais; tecido empresarial e em particular o orientado para as atividades exportadoras; Entidades Formadoras; atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território.				
Objetivos	▪ Captação de investimento e criação de emprego.				
Atividades	▪ Criação de cursos de formação em gestão empresarial, destinados a empresários locais; ▪ Promover e facilitar o reposicionamento e a modernização da indústria local; ▪ Dinamizar, requalificar e criar centros empresariais e incubadoras incluindo novos domínios e atividades como é o caso das industrias criativas e de base cultural ou ainda as atividades agrícolas e segurança alimentar; ▪ Fomento da capacidade analítica e do espírito crítico num ambiente propício à inovação e à criatividade; ▪ Incentivo dos jovens para a perceção do risco e da qualidade das ideias através da premiação e divulgação das mesmas; ▪ Dar continuidade ao desenvolvido no âmbito da rede de empreendedorismo do Ave (IN.AVE – ver anexo G) – prestação de serviços de apoio a investidores e empreendedores; ▪ Apoio na constituição de empresas e ligação a serviços e apoio em termos de informação e atualização de instrumentos de financiamento possíveis; ▪ Concurso de ideias para promover iniciativas no âmbito do empreendedorismo social; ▪ Desenvolver iniciativas – workshops, ações de formação especializadas, sessões curtas para a apresentação de projetos a investidores, etc. - que fomentem o espirito empreendedor na comunidade e em particular junto dos mais novos; ▪ Requalificação, modernização e promoção das Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE);				

	▪ Apoio a missões empresariais no estrangeiro e a iniciativas empresariais locais de acolhimento de investidores estrangeiros (missões inversas); ▪ Bolsa de Investidores: organização e promoção de seminários de investimento para promover a divulgação, junto de potenciais investidores, oportunidades de investimento na sub-região do Ave com elevado potencial.
INDICADORES	▪ Controlo dos indicadores de Crescimento Inteligente definidos no Pacto para a Empregabilidade do Ave, ponto 2.1. Painel de Indicadores Chave de Monitorização de Dinâmicas Territoriais: Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo.
EXEMPLOS INSPIRADORES	Invest Lisboa: é uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa e com o apoio da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, que pretende promover e captar investimento, empresas e empreendedores para a cidade de Lisboa. Esta agência de promoção apoia projetos de investimento e instalação de empresas. Realiza também ações de promoção internacional, das quais se pode salientar a organização do "Stand de Lisboa" no MIPIM, a maior feira do setor imobiliário a nível mundial. (http://www.investlisboa.com/site/pt/) Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2013-2016: pretende ser um instrumento que permite, informada e organizadamente, agir sobre os principais fatores para o estímulo do empreendedorismo, incrementando as condições que facilitam a transformação de boas ideias em bons negócios. Este pretende ainda tornar a Região Autónoma dos Açores reconhecida, nacional e internacionalmente, por possuir um ecossistema numa região insular e periférica particularmente favorável ao empreendedorismo. Outro aspeto relevante é o papel que os estímulos previstos no Plano são essenciais para a competitividade e um desenvolvimento da economia sustentável.

6.1.2 OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Energética

A4. OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

A4. OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS AMBIENTAIS					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	
				OED.2	x
	AMBIENTE E ENERGIA	x		OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL			OED.5	
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Agência de Energia do Ave (AE do AVE); Cooperativas de Energia; Entidades com responsabilidades no Ciclo Urbano da Água e responsáveis pelo tratamento e gestão de resíduos.				
OBJETIVOS	▪ Qualificar e otimizar a gestão de resíduos; ▪ Sensibilizar a população em geral, garantindo a cobertura das ações ao nível das freguesias, para as boas práticas ambientais e energéticas, designadamente com a abordagem aos temas da prevenção de resíduos, eficiência energética, poupança de recursos e atitudes e comportamentos sustentáveis; ▪ Apostar em sistemas de captação e tratamento local nos locais isolados; ▪ Incrementar a eficiência nas redes de abastecimento de água recorrendo ás tecnologias de informação e às novas soluções de promoção da eficiência; ▪ Reduzir as afluências de águas pluviais às redes de saneamento de águas residuais; ▪ Melhoria dos sistemas de recolha seletiva de resíduos, incluindo a recolha de resíduos orgânicos e seu reaproveitamento; ▪ Melhoria do sistema de recolha de resíduos industriais e resíduos da agropecuária, com reaproveitamento para biogás;				
ATIVIDADES	▪ Introdução de sistemas de telecontagem; ▪ Concluir e requalificar ligações de abastecimento de água e saneamento, e infraestruturação de negativo para alargamento da rede de fibra ótica; ▪ Redução da quantidade de resíduos produzidos através da promoção do eco consumo, incentivo à compostagem doméstica, etc.; ▪ Redução da perigosidade dos resíduos desenvolvendo ações como a distribuição de unidades móveis de recolha de resíduos perigosos em locais predefinidos e/ou com calendarização definida; ▪ Inversão da tendência regional de decréscimo da fração de resíduos encaminhados para valorização multimaterial; ▪ Otimização da colaboração institucional entre a cadeia de operadores de gestão; ▪ Otimização do desempenho profissional, através de ações de formação técnico-específicas;				

	▪ Promoção da redução do consumo de água através da utilização de equipamentos e dispositivos mais eficientes e aproveitamento de águas pluviais e cinzentas; ▪ Controlo das pressões no sistema de distribuição de água, mantendo-as dentro dos limites determinados com base nas estimativas de consumo; ▪ Assegurar uma gestão estratégica e operacional dos reservatórios com base em dados geográficos e necessidades de consumos; ▪ Reabilitação, conservação de redes e canais para evitar fugas e perdas de água e implementação de um sistema de telecontagem no perímetro urbano; ▪ Monitorização das infraestruturas hidráulicas, equipando-as com dispositivos que permitam uma gestão mais eficiente da água (e.g. sistemas de telegestão e plataformas de gestão de informação operacional); ▪ Reabilitação de redes de drenagem de águas residuais para minimização dos caudais de infiltração e eliminação das ligações indevidas de águas pluviais; ▪ Organização de espaços temáticos: Hortas ecológicas, Centros de Compostagem.
INDICADORES	▪ Cumprimento das metas estratégicas setoriais definidas pelo PERSU II (2007-2016), a serem atualizadas com a aprovação do PERSU para o novo horizonte de atuação; ▪ Cumprimento dos níveis de atendimento definidos no PEAASAR II (90%); ▪ Cumprimento dos índices de abastecimento de água definidos no PEAASAR II (95%).
EXEMPLOS INSPIRADORES	maiambiente, eem Ecoponto em casa: projeto que visa otimizar a separação de lixo através da distribuição de contentores para a separação indiferenciada e seletiva e a recolha porta-a-porta. A recolha seletiva porta-a-porta aumentou em 36% a reciclagem na Maia. (http://www.ecopontoemcasa.pt/). Terra à Terra projecto de compostagem caseira Terra à Terra, Projeto de Compostagem Caseira: projeto que visa promover a redução dos resíduos orgânicos das habitações da área de intervenção da Lipor. O objetivo deste projeto consiste em diminuir a quantidade de resíduos orgânicos recolhidos e tratados de forma centralizada, reduzindo assim o impacto ambiental associado ao processo e melhorando a qualidade de vida da população afetada. Estima-se que o processo de compostagem caseira permita uma redução em mais de 300Kg/ano por compostor, pelo que com os 10.000 compostores a distribuir haverá um potencial de redução de 3.000 ton. de resíduos orgânicos. O seu desvio da valorização energética e aproveitamento na compostagem permitirá evitar a emissão de 528 ton.CO^2 por ano. (http://www.maiambiente.pt/) WONE O WONE (Water Optimization for Network Efficiency) foi desenvolvido pela EPAL e é um Sistema integrador de processos e de informação a partir da implementação de zonas de monitorização e controlo, associadas a equipamentos de medição de pressão e caudal. Desde 2006, a EPAL concretizou, com sucesso, um projeto para reduzir a água não-faturada na sua rede de distribuição. O projeto envolveu a construção de 150 pontos de monitorização, instalação de medidores de caudal e sistemas de telemetria, em paralelo com um programa de reabilitação e renovação de condutas. O desempenho, bem-sucedido,

	permitiu que a EPAL integre hoje o grupo de elite das entidades gestoras mais eficientes da Europa, em termos de perdas de água. O sistema WONE foi distinguido com o Prémio Inovação 2013, na categoria operações. (http://www.epal.pt/epal/Modelo1.aspx?src=wonepremio&area=5732&sub=5736&menu=5736 http://greensavers.sapo.pt/2013/03/07/epal-lisboa-esta-no-topo-da-eficiencia-mundial-ao-nivel-das-perdas-de-agua/)

A5. Aproveitamento e Valorização de Recursos Energéticos e Hídricos

A5. Aproveitamento e Valorização de Recursos Energéticos e Hídricos					
Áreas estratégicas de atuação	Dinamização económica	X	Objetivos Estratégicos de desenvolvimento	OED.1	
				OED.2	x
	Ambiente e energia	X		OED.3	
				OED.4	
	Coesão territorial e social			OED.5	
				OED.6	
Promotores	CIM do Ave; Municípios ; Juntas de Freguesia; Associações Empresariais do AVE; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Entidades privadas com interesses no setor energético; Cooperativas energéticas; Empresas privadas; Particulares.				
Objetivos	▪ Valorização dos recursos endógenos da região, especificamente a energia hídrica, solar, eólica e biomassa florestal, de modo rentável; ▪ Promover a limpeza da floresta e em simultâneo rentabilizar os resíduos florestais recolhidos; ▪ Controlo da qualidade das águas superficiais e subterrâneas; ▪ Promover a valorização de recursos energéticos endógenos pela indústria local.				
Atividades	▪ Realizar iniciativas de promoção dos recursos energéticos endógenos da região; ▪ Divulgação de informação e sensibilização para a instalação de sistemas de microgeração e solares térmicos; ▪ Incentivos à instalação de parques eólicos, mini-hídricas e unidades de produção de biocombustíveis; ▪ Promover a instalação de caldeiras a biomassa; ▪ Constituição de um parque de biomassa com o objetivo de rentabilizar o seu aproveitamento, promovendo a criação de uma estrutura de recolha, armazenamento e transporte de materiais provenientes de operações de exploração ou de limpeza florestal; ▪ Realizar controlos periódicos e ações de sensibilização para a obtenção de bons níveis de qualidade das águas subterrâneas e superficiais – valorização dos cursos de água e das atividades aliadas aos recursos inerentes (e.g. pesca);				

INDICADORES	▪ Analisar a evolução da produção de energia elétrica por tipo de fonte (kWh/ano;%) e estabelecer uma evolução mínima da potência instalada de produção de energia renovável por tipo, nomeadamente para as fontes com maior potencial (MW); ▪ Relativamente aos recursos hídricos, alcançar um nível igual ou superior ao nível Bom de qualidade de água, definidos pela DQA e alcançar os objetivos estabelecidos pelo PGRH para o período de 2016-2020; ▪ Verificação do cumprimento dos indicadores de realização e indicadores de resultados definidos no âmbito do projeto de candidatura ao Concurso GAEPC/1/2013, Ave Natural; ▪ Cumprimento das metas energéticas e das metas de biodiversidade relacionadas com a área florestal presentes na Matriz de Responsabilidades e Indicadores da Estratégia Nacional para as Florestas (2006).
EXEMPLOS INSPIRADORES	MédioTejo21 A Plataforma Tejo funciona como um mecanismo de investimento para desenvolver projetos de minigeração como parte de uma mesma plataforma integrada. Este é um projeto pioneiro da IRRADIARE. (http://mediotejo21.net/index.php/pt/projetos/plataforma-tejo) Portucel O grupo Portucel Soporcel foi distinguido, em 2010, na segunda edição dos prémios da revista Pulp & Paper International (PPI), na categoria de Green Energy and Biofuels Award. Este reconhecimento deriva do seguimento da estratégia de sustentabilidade seguida pelo Grupo na área das energias renováveis. Esta estratégia segue uma lógica de uso integrado da floresta, conjugando as preocupações de conservação da biodiversidade com a obtenção de matéria-prima para a atividade produtiva e a utilização da biomassa residual florestal para a produção de energia. (http://www.portucelsoporcel.com/pt/group/energy.php)

A6. Eficiência energética – Espaços Públicos, Edificado e Veículos

A6. Eficiência energética - Espaços públicos, Edificado e Veículos					
Áreas estratégicas de atuação	Dinamização económica	X	Objetivos Estratégicos de desenvolvimento	OED.1	
				OED.2	x
	Ambiente e energia	X		OED.3	
				OED.4	
	Coesão territorial e social	X		OED.5	
				OED.6	
Promotores	CIM do Ave; Municípios ; Juntas de Freguesia; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações Empresariais do AVE; Associações Socio Culturais; Cooperativas de Energia; Empresas transportadoras; Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's)				
Objetivos	▪ Aprovação e implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável Regional do Ave (PAES) (Anexo F).				
Atividades	▪ Implementação dos Planos de Ação de Energia Sustentável dos Municípios aderentes ao Pacto de Autarcas; ▪ Conversão da frota das empresas concessionárias do transporte público urbano; ▪ Substituição/conversão da frota dos serviços municipais e municipalizados (incluindo resíduos); ▪ Apoiar a implementação dos Manuais de Sustentabilidade dos Serviços; ▪ Promover a adoção/instalação de equipamentos de iluminação eficientes e tecnologia LED nos edifícios, sistema de iluminação e semáforos; ▪ Implementar sistemas de gestão da iluminação em espaços, equipamentos, edifícios públicos e sistemas de iluminação pública (e.g. telegestão, sensores de movimento); ▪ Promover a implementação de sistemas de gestão e distribuição de frotas; ▪ Promover a certificação, a reabilitação energética de edifícios para a racionalização dos consumos energéticos dos mesmos; ▪ Realizar auditorias energéticas a edifícios municipais; ▪ Promover a mobilidade elétrica; ▪ Promover a mobilidade pedonal e velocípede; ▪ Promover a instalação de soluções de microgeração no parque habitacional social; ▪ Promover a instalação de equipamentos de aquecimento e arrefecimento eficientes (e.g. bombas de calor, caldeiras eficientes e outros);				

	▪ Desenvolver ações de educação ambiental e eficiência energética dirigidas e estruturadas para diferentes públicos, que promovam a substituição de equipamentos, de natureza diversa, por equipamentos mais eficientes;
INDICADORES	▪ Controlo dos Índices e Indicadores de Densidade e Intensidade Energética estabelecidos no PAES; ▪ Controlo dos custos e benefícios previstos das ações a desenvolver no âmbito do PAES (Anexo F); ▪ Controlo dos indicadores de Crescimento Sustentável definidos no Pacto para a Empregabilidade do Ave, ponto 2.1. Painel de Indicadores Chave de Monitorização de Dinâmicas Territoriais: Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável, Crescimento Inclusivo.
EXEMPLOS INSPIRADORES	IP+ Iluminação Pública Mais Eficiente no Médio Tejo e Pinhal Interior Sul: constitui um projeto integrado que tem por missão desenvolver um sistema piloto de gestão, informação, monitorização e controlo da eficiência da iluminação pública nas regiões do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul. O sistema deverá ser desenvolvido em cooperação com os Municípios das regiões do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul, através das suas comunidades intermunicipais, a agência regional de energia, a empresa concessionária e outras empresas com soluções tecnológicas relevantes. Também se pretende que o projeto aproveite as capacidades tecnológicas endógenas das entidades promotoras e as capacidades técnicas, materiais e humanas disponíveis nos Municípios envolvidos. (http://mediotejo21.net/index.php/pt/projetos/ip) Évora InovCity Smart Energy Living Os quatro passos deste projeto para tornar a iluminação pública da InovCity mais eficiente são: ▪ Substituição de luminárias tradicionais por luminárias de tecnologia LED; ▪ Regulação da iluminação em função das necessidades e condições naturais de luminosidade; ▪ Diminuição da intensidade luminosa, nas horas mortas (entre as 2:00 e as 5:00) mas mantendo as condições mínimas de segurança; ▪ Adoção de sistemas de controlo dinâmicos, que fazem a gestão do fluxo luminoso em função da presença rodoviária ou humana, estado da luminosidade ambiente e condições ambientais. (http://www.inovcity.pt/pt/Pages/iluminacao-publica.aspx)

6.1.3 OED 3. Turismo

A7. ESTRATÉGIA DE MARKETING TERRITORIAL

A7. ESTRATÉGIA DE MARKETING TERRITORIAL					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	X	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	x
				OED.2	
	AMBIENTE E ENERGIA	X		OED.3	x
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	X		OED.5	x
				OED.6	x
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios; Juntas de Freguesia; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações Empresariais e Comerciais; Associações sócio culturais; museus integrados na rede nacional; Agências de Turismo e outros Prestadores de Serviços Turísticos; tecido empresarial; Atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território.				
OBJETIVOS	▪ Promoção integrada do território do Ave: turismo, gastronomia, cultura e património, que promova e reforce a atratividade da sub-região; ▪ Valorização das personalidades e instituições que, ao longo do tempo, se destacaram nos domínios das ciências, da história ou da cultura, procurando o reforço da promoção e fomento da identidade territorial, alicerçados nessas relevantes figuras; ▪ Aposta na(s) imagem(imagens)/identidade(s) da sub-região, através dos seus elementos diferenciadores e em particular a valorização de recursos naturais e paisagísticos, reforçando designadamente a identidade e os veículos que, pela sua notoriedade, sejam elementos estruturantes das "imagens de marca" do território; ▪ Capacitação dos agentes culturais para a dinamização e atratividade turística; ▪ Promoção da identidade intermunicipal junto da comunidade, para reforçar laços, bem como no exterior, para atrair investimento, projetos e pessoas, particularmente empreendedores que ajudem a alavancar a sub-região; ▪ Desenvolver parcerias internacionais e inserir o território em redes de cooperação relevantes de dimensão nacional e internacional; ▪ Criação de dinâmicas para atração turística, em articulação ou concertada com outros instrumentos, programas e ações, previstos para o território, para os territórios limítrofes e no âmbito da NUT II Norte e do país; ▪ Fomento do investimento na requalificação e diversificação das unidades de alojamento turístico, o que contribuirá também para a valorização dos recursos endógenos da sub-região;				

	▪ Dinamização e articulação/concertação das unidades de alojamento turístico, promovendo, designadamente, atividades culturais e de lazer;
ATIVIDADES	▪ Conectar e fortalecer as instituições culturais, designadamente na capacitação financeira e na formação dos agentes do sector cultural; ▪ Desenvolver novos métodos de intervenção cultural e transferir conhecimento e saber-fazer entre os agentes; ▪ Melhorar o posicionamento internacional das instituições e das culturas que os Municípios representam; ▪ Potenciar, diferenciar e divulgar o capital humano e empresas da sub-região; ▪ Incentivos (e.g. otimização fiscal modulada e diferenciada em função da densidade do território) para a atração de residentes e empresas para a sub-região; ▪ Desenvolver o Plano Estratégico de Turismo – agregação, potenciação e dinamização da oferta turística (valorizando os segmentos turísticos mais representativos: cultural e patrimonial, religioso, industrial, saúde e bem-estar; em espaço rural, associado à economia das explorações agrícolas, negócios, etc.); ▪ Criação de pacotes turísticos e de eventos de atração turística, que vise reforçar a estadia média dos turistas/visitantes; ▪ Criação e apoio à dinamização de rotas temáticas (e.g. rota dos vinhos verdes) e roteiros turísticos/gastronómicos, promovendo e divulgando a história da região, os fatores sociais, territoriais e culturais; ▪ Promoção do território: em articulação com os demais atores especializados na promoção turística e designadamente ao nível da Região NUT II Norte, desenvolver ações que visem projetar a sub-região, nacional e internacionalmente, através de ações de promoção externa e interna; ▪ Reforço/otimização da presença da sub-região nas redes sociais, e nos principais portais especializados, agregadores e motores de busca, que resulte de uma estratégia de E-marketing que coloque a sub-região no mapa mundial nas redes sociais; ▪ Dinamização museológica: integração na “Rede Portuguesa de Museus”; ▪ Preservação e dinamização de recursos naturais; ▪ Criação e apoio à dinamização de corredores patrimoniais concelhios e supramunicipais; ▪ Valorização ecológica e turística da Serra da Cabreira, tendo em vista a sua classificação e a sua afirmação como espaço de ligação entre o PNPG e o Parque Natural do Alvão; ▪ Promoção de atividades de natureza e de desportos radicais (e.g. caça, pesca desportiva, BTT e Todo-o-Terreno); ▪ Dinamização dos desportos motorizados, atração de eventos para a região; ▪ Construção de troços de ligação entre ecopistas e valorização de percursos pedestres; ▪ Preparação de infraestruturas para receção de peregrinos dos caminhos de Santiago;

	▪ Promover a Animação Rural: através de mostra de produtos e serviços do meio rural e festivais de música popular, concursos de animais, feiras de agricultura biológica, de artesanato rural e de antiguidades; ▪ Implementação de postos de venda de produtos turísticos no exterior do território. Ampliação da captação e produção da oferta cultural em rede, com destaque para as artes performativas; ▪ Criação de plataforma de promoção e atração de investimento (e.g. designadamente para apoio aos investimentos no âmbito turístico); ▪ *Speaking Opportunities*: promover oportunidades para altos-representantes da sub-região de efetuar apresentações públicas das valências, recursos e potencialidades do Ave, aumentando a credibilidade e visibilidade do território; ▪ Promoção de produtos específicos da sub-região do Ave (identificação de potenciais compradores, distribuidores, prescritores e *opinion-makers* e organização e divulgação de eventos); ▪ Desenvolvimento de relações especiais e de envolvimento de órgãos de comunicação social internacionais envolvendo-os na vivência e experiências locais.
EXEMPLOS INSPIRADORES	Estratégia de Marketing Territorial – Desafio da Região do Pinhal Novo: trata-se de um plano de marketing territorial desenvolvido para a CIM do Pinhal Novo que pretende que esta foque a sua aposta em dois setores distintos. Esta aposta permitirá torná-la num destino turístico e num destino de investimento. O objetivo é conquistar o mercado, construir uma identidade forte e reconhecida, bem como, um reforçar a visibilidade e atratividade da região. (http://ruci.cimregiaodeleiria.pt/docs/PAINEL1_Abertura_PlanoMkt_SPI.pdf) CONSÓRCIO minho IN Tal como já referido, o MINHO IN foi uma experiência de cooperação e complementaridade desenvolvida pelas três CIM's do Minho (Alto Minho, Ave e Cávado). Esta iniciativa, desenvolvida no âmbito do PROVERE, permitiu alavancar um conjunto investimentos privados de carácter empresarial assentes nos recursos endógenos do Minho Rural. A par deste esforço de requalificação e estruturação da sua oferta, o MINHO IN desenvolveu e está, na atualidade, a desenvolver um conjunto de iniciativas de promoção a partir da marca Minho. Foi já destacado, como um exemplo a nível nacional de boas práticas, no Relatório Estratégico do QREN, de 2012.

6.1.4 OED 4. Mobilidade

A8. MOBILIDADE COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE DO AVE

A8. MOBILIDADE COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE DO AVE			
	X	**OED.1**	**X**

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	**DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA**		**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO**	**OED.2**	
	AMBIENTE E ENERGIA			**OED.3**	
				OED.4	**X**
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	**X**		**OED.5**	
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios; Juntas de Freguesia; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Estradas de Portugal; Empresas Prestadoras de Serviços de Transporte.				
OBJETIVOS	▪ Elaborar e implementar um Plano Intermunicipal de Mobilidade Sustentável da CIM do Ave (articulado com o Plano Intermunicipal de Transportes Públicos); ▪ Aumentar a taxa de cobertura da rede de transportes públicos na região e em particular nas zonas periféricas; ▪ Promover a redução da utilização do transporte individual; ▪ Apoio à implementação de centros intermodais;				
ATIVIDADES	▪ Estudar alternativas de melhoria das vias estruturantes municipais e intermunicipais do Ave, que promovam a atração de investimento e a fixação de pessoas; ▪ Desenvolver planos de ação para completar as vias de acesso de relevância para a coesão social e empresarial do Ave; ▪ Melhoria dos níveis de serviço das vias críticas para a competitividade local, enquanto ferramenta de beneficiação da coesão territorial, em especial nos territórios de baixa densidade; ▪ Requalificação dos acessos às Áreas de Acolhimento Empresarial (AEA); ▪ Apoio à implementação da plataforma rodoferroviária na Linha do Minho em articulação com as AEE da sua zona de influência; ▪ Detetar lacunas na rede de transporte público locais (levantamento e mapeamento dos prestadores de serviço e áreas abrangidas); ▪ Planear percursos suplementares para aumentar a taxa de cobertura da rede de transportes públicos nas zonas rurais e periféricas da sub-região; ▪ Promover a intermodalidade entre os transportes privado e público; ▪ Promover a mobilidade de passageiros com dificuldades de mobilidade; ▪ Contemplar ligações a locais cobertos pela atual rede de transportes, mas que apresentam limitações relativamente a horários e ou a número de ligações diárias; ▪ Promover a interligação e concertação dos serviços de transporte escolar; ▪ Criar um serviço de transporte local, de trajeto adaptável e agendamento prévio das deslocações, destinado à população cuja residência se encontre afastada dos pontos de passagem da atual rede de transportes públicos; ▪ Desenvolver e requalificar a rede de parques de estacionamento, nomeadamente próximos de pontos de acesso aos transportes públicos; ▪ Implantação de corredores para velocípedes (redes cicláveis);				

	▪ Aumento dos níveis de segurança nas passadeiras de peões (Iluminação, marcadores de pavimento, etc.).
INDICADORES	▪ Comparar valores de indicadores de acessibilidade, mobilidade, sinistralidade e congestionamento calculados através da elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade da CIM do Ave com os valores encontrados após implementação do mesmo, consideração de horizonte temporal lato.
EXEMPLOS INSPIRADORES	IC 3 – Variante de Tomar / Nó da Atalaia (IP 6) O empreendimento IC 3 Ligação de Tomar ao IP 6 está integrado no Plano Rodoviário Nacional. A construção desta infraestrutura visa reduzir os principais custos de funcionamento global das vias já em exploração e a ligação ao corredor diagonal IP 2/ IP 6 do Projeto Prioritário nº 8, aumentando assim a eficiência da Rede Transeuropeia de Transportes. A ligação desta região aos centros de mercado e à Europa insere-se na estratégia de desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que ajuda a viabilizar a estratégia europeia, em particular do Projeto Prioritário nº 8, definido como um corredor multimodal de ligação de Portugal a Espanha e ao resto da Europa. (http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/informacoes/empreendimentos-em-destaque/29-ic-3-) PIMTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro: teve como objetivo dotar a região de Aveiro de um documento estratégico e operacional que servisse de instrumento de atuação e sensibilização, que fomentasse a articulação entre os diferentes modos de transporte, visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade com o mínimo de custo de investimento e de exploração. Este pretendia ainda desenvolver instrumentos que permitam a diminuição do uso do transporte individual e, simultaneamente que garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental. (http://www2.cm-agueda.pt/pages/308#.U06L9vldVrU e http://www.cm-murtosa.pt/cache/files/XPQLiuwXX10957LqqCfurl2dZKU.pdf)

6.1.5 OED 5. Coesão social e territorial

A9. SERVIÇOS DE PROXIMIDADE / DESCENTRALIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO

A9. SERVIÇOS DE PROXIMIDADE / DESCENTRALIZAÇÃO DA GOVERNAÇÃO					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	
				OED.2	
	AMBIENTE E ENERGIA			OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	X		OED.5	X
				OED.6	

PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios; Juntas de Freguesia; Hospitais, Centros de Saúde; Administração Central; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Entidades formadoras; Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
OBJETIVOS	▪ Desenvolver serviços de proximidade, descentralizar a governação municipal e criar postos multisserviços na CIM do Ave; ▪ Incrementar o acesso dos públicos aos serviços de índole cultural e desportiva; ▪ Identificação de necessidades dos cidadãos (e.g. de saúde);
ATIVIDADES	▪ Criação de unidades/postos móveis de atendimento e apoio ao cidadão, em articulação com as redes municipais de "Espaços do cidadão"; ▪ Concluir a implementação de balcões multisserviços nos Municípios do Ave em articulação com as redes municipais de "Espaços do cidadão"; ▪ Implantação de Lojas do Cidadão de nova geração nos centros urbanos de nível superior; ▪ Requalificação/readaptação dos edifícios públicos que se venham a justificar pelas alterações motivadas pelo processo de descentralização da governação; ▪ Gerir e tornar mais eficiente o processo de resolução das ocorrências municipais; ▪ Promoção da Agenda Digital Local, nomeadamente ações de literacia, para facilitar o acesso aos serviços; ▪ Articular a programação cultural em rede, estabelecendo relações de complementaridades que viabilize novos espetáculos; ▪ Promover iniciativas desportivas de natureza inframunicipal.
INDICADORES	▪ Cumprimento de tempos de espera e atendimento definidos na candidatura apresentada ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, no ponto 6. Balcão Único (20 minutos); ▪ Número de postos de atendimento disponibilizados pelos serviços de natureza local dos cidadãos.

EXEMPLOS INSPIRADORES	O concelho de Oliveira do Hospital dispõe de uma Unidade Móvel de Saúde, um projeto da Câmara Municipal em parceria com a Fundação Aurélio Amaro Dinis (FAAD) que permite uma satisfação das necessidades da população de uma forma mais próxima e eficiente. (http://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com_k2&view=item&id=302:unidade-m%C3%B3vel-de-sa%C3%BAde-est%C3%A1-ao-servi%C3%A7o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-de-oliveira-do-hospital&Itemid=97) O Balcão Multisserviços do Município de Óbidos trata-se de um Posto de Atendimento personalizado. Funciona através de um contacto com um assistente que permite que os utentes usufruam dos vários serviços da Administração pública através do Balcão. O projeto tem o objetivo de aproximar a Administração Central dos centros populacionais, através da prestação de serviços de atendimento público. (http://www.cm-obidos.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=6481c3f2-0545-43d0-b6db-3cf78c828a1e&m=b205) Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão (PMAC): resulta de uma estratégia do Município de Cabeceiras de Basto que visa a criação de serviços de proximidade à população, tendo em vista a promoção de um serviço de qualidade, integrado, acessível e uma divulgação de informação que promova a cidadania e a participação dos cidadãos. Um dos aspetos mais relevante é a prestação de apoio desta iniciativa aos lugares mais isolados, pretendendo evitar o isolamento, nomeadamente através dos oito circuitos pelos quais se desloca. (http://cabeceirasdebasto.pt/3478)

A10. PROJETO EDUCATIVO DO AVE

A10. PROJETO EDUCATIVO DO AVE					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	X	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	
				OED.2	
	AMBIENTE E ENERGIA			OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	X		OED.5	X
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios; Escolas, públicas e privadas e designadamente as Escolas profissionais; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)/Direção de Serviços da Região Norte; CPCJ's Empresas especializadas e outras Entidades Formadoras; atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território.				
OBJETIVOS	▪ Elaborar a Carta Educativa Intermunicipal do Ave; ▪ Promover a eficiência na gestão do Parque Educativo do Ave; ▪ Combate ao insucesso escolar e introdução de mecanismos que fomentem a melhoria do aproveitamento; ▪ Recuperação de jovens com percursos de insucesso; ▪ Concluir a requalificação do parque escolar, designadamente ao nível dos 2º e 3º ciclo; ▪ Requalificar e modernizar as infra-estruturas de formação, melhorando a qualidade da oferta formativa; ▪ Alargamento e qualificação da oferta de formação e ensino profissional, especializado e direcionado para as necessidades especificas da região e em contextos de empregabilidade, promovendo designadamente a implementação do sistema de ensino dual.				
ATIVIDADES	▪ Elaborar documento síntese e concertador das cartas educativas dos Municípios pertencentes à CIM do Ave; ▪ Identificar áreas de intervenção prioritárias, ações e projetos de âmbito intermunicipal, numa perspetiva de articulação de intervenções; ▪ Apresentação de alternativas de formação aos potenciais interessados; ▪ Desenvolver programas e projetos de intervenção que permitam a redução e a prevenção do abandono escolar precoce e a promoção da igualdade de acesso ao ensino de qualidade nos diferentes níveis: infantil, primário e secundário; ▪ Desenvolver programas e projetos de intervenção que permitam a definição de percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para reintegração no ensino e na formação;				

	▪ Orientar jovens para o futuro profissional, divulgando atividades de empresas e exemplos de carreiras profissionais; ▪ Apostar no desenvolvimento de competências fundamentais para a inserção profissional, integração com o Pacto para a Empregabilidade do Ave; ▪ Criação de cursos profissionais adequados à procura das empresas e que assegurem o "emprego jovem"; ▪ Reformular a oferta educativa no ensino profissional, dirigindo-a para as áreas de "vocação" da sub-região (têxtil, agricultura, transformação da pedra, transformação do ouro, etc.) e criar oportunidades de formações e estágios em ambiente profissional; ▪ Criação de programas específicos para desempregados, com necessidades de formação, com mais de 55 anos; ▪ Criar fundos de inserção profissional. ▪ Investimentos em infra-estruturas educativas da educação pré-escolar e de ensino básico e ação social escolar.
EXEMPLOS INSPIRADORES	Oeste Comunidade Intermunicipal Carta Educativa do Oeste: pretende combater a realidade refletida nos números nacionais, procurando responder a três objetivos fundamentais: ▪ Sistematizar, numa perspetiva regional, os principais elementos do diagnóstico das doze cartas educativas (especialmente no que se refere à oferta e à procura); ▪ Sistematizar as principais propostas de intervenção na rede educativa, hierarquizando as intervenções sob o ponto de vista regional; ▪ Identificar possíveis ações e projetos de âmbito intermunicipal, que procurem articular intervenções, rentabilizando recursos. A Carta Educativa permitiu a análise da situação real atual (Sistema Territorial e Urbano e A Rede Educativa Existente) e das prioridades de Intervenção (Programa de Intervenção das Cartas Educativas e Prioridades de Intervenção Municipais e Intermunicipais). Esta organização visou, não só caracterizar, diagnosticar e analisar a situação atual, mas também planear de forma concertada a vertente dos recursos humanos. Assim, com a necessária racionalização ao nível regional, foram incluídas todas as situações de competência dos Municípios e uma forte aposta na vertente pedagógica, com o objetivo de obtenção de valor acrescentado no ensino do Oeste. (http://www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=feeaaa7e-0703-4768-b63b-904ef9c96f55&m=b84)

A11. Desafios de Inclusão - Ave Inclusivo

<table>
<tr><th colspan="6">A11. Desafios de Inclusão – Ave Inclusivo</th></tr>
<tr><td rowspan="6">Áreas estratégicas de atuação</td><td rowspan="2">Dinamização económica</td><td rowspan="2">X</td><td rowspan="6">Objetivos Estratégicos de desenvolvimento</td><td>OED.1</td><td>x</td></tr>
<tr><td>OED.2</td><td>x</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Ambiente e energia</td><td rowspan="2">X</td><td>OED.3</td><td></td></tr>
<tr><td>OED.4</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">Coesão territorial e social</td><td rowspan="2">X</td><td>OED.5</td><td>x</td></tr>
<tr><td>OED.6</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="6"></td></tr>
<tr><td>Promotores</td><td colspan="5">CIM do Ave; Municípios; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); IPSS locais, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Escolas; Centro Distrital de Segurança Social de Braga; Associações Empresariais (AE's), Comerciais e Industriais;</td></tr>
<tr><td>Objetivos</td><td colspan="5">▪ Promover o desenvolvimento territorial integrado e inclusivo;
▪ Promover a Capacitação para a inovação social, integrando designadamente a dimensão do voluntariado e a sensibilização dos técnicos institucionais para o voluntariado, conseguindo-se assim motivar os voluntários, para novos projetos de interesse institucional e comunitário;
▪ Promoção de emprego, formação e desporto e promoção de iniciativas nos domínios da igualdade e da luta contra a violência doméstica;
▪ Implementar o Pacto para o Crescimento Inclusivo do Ave (Cfr. ponto 5.5.5.);
▪ Recorrer à cultura e à programação cultural como instrumento de promoção da inclusão;
▪ Qualificar as redes dos equipamentos coletivos de proximidade nas áreas da saúde e do apoio social;
▪ Dar continuidade Pacto para a Empregabilidade do Ave;
▪ Implementação de ações relacionadas com a parentalidade positiva;
▪ Integração e melhoria dos serviços de apoio à população em geral e em particular às famílias, idosos e crianças/jovens, promovendo, designadamente, o levantamento da oferta de creches, ATL e equipamentos para idosos – privados e públicos – através de georreferenciação, para uma melhor articulação das respostas;
▪ Apoio à concretização dos Planos de Desenvolvimento Social das redes sociais concelhias em articulação com o Plano de Desenvolvimento Social do Ave, incluindo a capacitação das equipas e das instituições para o desenvolvimento comunitário; e capacitação dos parceiros das comissões sociais de freguesia;
▪ Dinamização e capacitação de agentes de apoio ao desenvolvimento local e comunitário, nomeadamente como mediadores do acesso aos serviços;
▪ Capacitação das redes de atendimento e acompanhamento social;
▪ Estabelecimento de planos municipais de igualdade;</td></tr>
</table>

ATIVIDADES	▪ Valorização da rede social de apoio e em particular nos domínios da articulação das respostas sociais; ▪ Criação de mecanismos de aconselhamento, ações de formação, e dinamização de eventos para a promoção do emprego; ▪ Criação de um programa de incentivo ao desporto e verificação do estado das infraestruturas de suporte ao mesmo para apostar na requalificação; ▪ Criação de um serviço de apoio intermunicipal à vítima; ▪ Estabelecimento de planos municipais de igualdade; ▪ Criação e requalificação de infra-estruturas de saúde e de apoio social que contribuam para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde e serviços sociais; ▪ Formalização da "Rede de Equipamentos de Saúde do Ave" que inclua medidas de planeamento e gestão supramunicipal dos equipamentos de saúde (em articulação com a ARS Norte) de forma a melhorar os serviços de saúde prestados à comunidade; ▪ Dotar equipamentos públicos de desfibrilhadores; ▪ Promoção do envolvimento de todas as partes, através da realização de encontros, de comunicação externa e monitorização de ações desenvolvidas; ▪ Desenvolver programas de apoio a famílias, e.g. através de IPSS; ▪ Apoio alimentar a crianças em idade escolar; ▪ Criação de apoios e programas específicos para desempregados com mais de 55 anos; ▪ Melhorar e facilitar o acesso aos serviços de apoio social; ▪ Desenvolver metodologias que visem conceber planos individuais de intervenção para os casos de risco que se encontrem identificados; ▪ Implementação de sistemas de gestão de qualidade e de sistemas de controlo e gestão na prestação de cuidados (e.g. a idosos); ▪ Desenvolvimento de ações de formação para lidar com idosos com problemas de saúde mental e outras doenças neurodegenerativa: ▪ Promover dispositivos de acompanhamento e de intervenção que promovam o sucesso educativo, designadamente através do estabelecimento de equipas técnicas multidisciplinares para o acompanhamento de crianças/alunos que constituam casos de risco de abandono ou insucesso escolar; ▪ Dinamização, nomeadamente dos Espaço Internet no sentido de promoção de ações de formação vocacionadas para a literacia digital particularmente dos mais idosos, combatendo a exclusão social deste grupo;
INDICADORES	▪ Seguir indicadores estabelecidos pelo V Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013) e adaptá-los a diferentes setores; ▪ Controlo dos indicadores de Crescimento Inclusivo definidos no Pacto para a Empregabilidade do Ave, no ponto 2.1. Painel de Indicadores Chave de Monitorização de Dinâmicas Territoriais: Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável, Crescimento Inclusivo;

EXEMPLOS INSPIRADORES	Plano Municipal de Igualdade de Género 2011-2013 de Oeiras: foca-se na promoção da igualdade no exercício dos direitos de cidadania, na ação perante situações de desigualdade de género e de estereótipos de género. Os meios para o alcance destes objetivos prendem-se com o incentivo à participação dos munícipes na definição de políticas sociais inovadoras e sustentáveis. (http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/AcaoSocial/igualdadedegenero/Documents/PMIG.pdf) Serviço para a Promoção da Igualdade de Género (SIGO), da C. M. Póvoa do Lanhoso: é um serviço de atendimento, acompanhamento e informação às vítimas de violência doméstica e de género. É um serviço pioneiro no país, devido às suas características e recursos. Encontra-se ao dispor de residentes na Póvoa de Lanhoso, de atendimento sigiloso.(http://www.mun-planhoso.pt/component/content/article/11959.html) redesocial VILA NOVA DE FAMALICÃO É um método de articulação e congregação de esforços entre entidades públicas e privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e à promoção do desenvolvimento social no concelho de Vila Nova de Famalicão. A Rede Social destina-se á melhoria da qualidade de vida dos cidadãos residentes no concelho, e em especial aqueles que se encontram em situação de pobreza e exclusão social. 2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social O programa desenvolvido nos Açores teve como objetivos a criação de um Observatório para a coesão social, a conceção do modelo de acolhimento familiar regional, o melhorar da resposta social do apoio ao domicílio, a elaboração de um plano de inclusão e implementação do projeto “Qualidade da rede dos serviços e equipamentos de apoio social dos Açores”. Desenvolveu medidas integradas de combate à pobreza e exclusão através de parcerias adequadas a cada vertente do projeto. Como forma de obtenção de contributos e feedbacks, foram desenvolvidos diversos seminários, conferências e workshops. Para o envolvimento da comunidade proporcionou ateliers e diversos eventos com atividades desportivas e recreativas, em diversos locais e ilhas. Um outro aspeto a realçar é que o programa envolveu medidas que abrangiam a comunidade em geral. Por estes fatores, o programa teve também repercussão nos media. (http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/37F7FE7B-B259-491F-A0F383AA0209F9D9/0/PLANOREGIONALV.pdf) Iniciativa Bairros Críticos, Bairro do Lagarteiro, Porto: o projeto previa a intervenção integrada a diversos níveis, desde um nível mais físico a um mais social. As intervenções complexas baseavam-se: na recuperação dos blocos habitacionais, reorganização urbanística de novos espaços públicos, na criação de acessibilidades que liguem o bairro com o exterior, desenvolvimento de novos equipamentos sociais (e.g. centro social com

	creche/jardim de infância/centro de dia e apoio domiciliário), de espaços de lazer, ações dirigidas aos problemas de drogas e exclusão social e iniciativas de mediação familiar e comunitária, como as desenvolvidas no âmbito da educação ambiental, informática, artística e cultural. Pretendeu ainda promover a participação ativa, melhorar a articulação de programas de saúde (e.g. apoio mais concertado à maternidade na adolescência), promover o desporto, as práticas agrícolas (e.g. através de hortas biológicas) e promover a segurança através de um policiamento de proximidade.

A12. Prossecução da Estratégia de Requalificação dos centros urbanos e consolidação dos centros históricos

	A12. Prossecução da Estratégia de requalificação dos centros urbanos e consolidação dos centros históricos				
Áreas estratégicas de atuação	Dinamização económica		Objetivos Estratégicos de desenvolvimento	OED.1	x
				OED.2	
	Ambiente e energia			OED.3	
				OED.4	
	Coesão territorial e social	x		OED.5	x
				OED.6	
Promotores	CIM do Ave; Municípios ; Juntas de Freguesia; AE do AVE; Entidades envolvidas na reabilitação urbana dos centros históricos da CIM do Ave e designadamente as Entidades privadas incluídas em ARU; entidades de energia, água e resíduos, transportes.				
Objetivos	▪ Promoção de programas de ação das ARU e dos centros urbanos concelhios complementares; ▪ Desenvolvimento e promoção de negócios nos centros urbanos; ▪ Qualificação do ambiente urbano e sua ameneidades (requalificação dos espaços verdes e parques urbanos); ▪ Apoio ao empreendedorismo de base urbana; ▪ Criação de núcleos de equilíbrio territoriais; ▪ Criação de centros rurais de excelência; ▪ Manutenção da identidade dos centros urbanos alvo de intervenções; ▪ Promoção da mobilidade e acessibilidade para todos e em particular a inclusão social;				
Atividades	▪ Definição, promoção e concretização de projetos conducentes à criação Núcleos de Equilíbrio Territorial e Centros Rurais de Excelência nos territórios de baixa densidade; ▪ Avaliação do estado de conservação do edificado e potencial de transformação; ▪ Requalificação do espaço público em termos físicos, sociais e económicos, garantindo a acessibilidade para todos; ▪ Promoção da animação comercial e urbana em articulação com as estratégias de regeneração urbana; ▪ Desenvolvimento e promoção de atividades económicas e animação nos centros históricos; ▪ Revitalização do comércio tradicional, dinamização do turismo, cultura e lazer; ▪ Apoiar o investimento urbano e os negócios sustentáveis; ▪ Desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável;				

	▪ Apoio à oferta equilibrada, nos centros urbanos estruturantes, de equipamentos e de serviços fundamentais à qualidade de vida urbana e à sustentabilidade dos respetivos territórios envolventes;
EXEMPLOS INSPIRADORES	Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Guimarães: exemplo de intervenção bem sucedida com reconhecimento nacional e internacional e caso de estudo de referência. "Se me pedissem a descrição, em poucas linhas, do essencial da experiência de conservação do património urbano de Guimarães eu destacaria logo, em poucos itens: (i) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a gentrification; (ii) a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; (iii) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este "Centro Histórico") mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries." (in, José aguiar, Arq. "Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano, em ReHabitar Centros Antigos") http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/837/470419.pdf Reabilitação Urbana no Centro Histórico do Porto: as medidas formuladas para a reabilitação do centro histórico do Porto encontram-se em curso. No final de Março de 2014, foi inaugurada a intervenção no Eixo Mouzinho/Flores. O sucesso das intervenções prende-se principalmente com o facto de se tratarem de operações de tipo sistemático, com uma área de intervenção bem delimitada, tendo em conta a realidade e principais constrangimentos/valias locais. http://www.portovivosru.pt/pdfs/DEL_ARU_CHP_JUN_2012.pdf

6.1.6 OED 6. Governação do território

A13. MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A13. MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	x	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	x
				OED.2	x
	AMBIENTE E ENERGIA			OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	x		OED.5	x
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Juntas de Freguesia; Associações de Desenvolvimento Local (ADL);				
OBJETIVOS	▪ Aumentar a eficiência e eficácia da Administração Pública, dar continuidade ao já desenvolvido; ▪ Melhorar a gestão dos recursos públicos, potenciando economias de escala e boas práticas; ▪ Melhorar a informação de suporte às decisões e politicas públicas de carater local e ou sub-regional;				
ATIVIDADES	▪ Melhorar a articulação dos serviços públicos; ▪ Promover a acessibilidade aos mesmos; ▪ Homogeneizar processos e práticas; ▪ Implementar a contratação pública ecológica e tributação; ▪ Capacitação de agentes administrativos que se encontrem ao serviço do território; ▪ Promover a partilha de informação e de bases de dados; ▪ Desburocratizar processos (e.g. para instalação de novos negócios); ▪ Diminuir custos de contexto e desmaterializar processos; ▪ Criar Balcão Único de Atendimento online, facilitando o acesso das pessoas e instituições à administração e promover a melhoria do desempenho relativo da sub-região em matéria de *e-governance*; ▪ Realizar o levantamento das necessidades de alteração de redes e de servidores dos Municípios e as potencialidades, ou sinergias, a promover em matéria de suporte infraestrutural ; ▪ Melhorar a gestão dos orçamentos municipais, promovendo, designadamente, a participação pública dos cidadãos nos processos de escolha e decisão; ▪ Desenvolver uma liderança forte e promover a transparência e divulgação dos resultados;				

	▪ Implementar um sistema de certificação de qualidade na CIM do Ave; ▪ Implementar um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para a CIM do Ave; ▪ Promover a aprendizagem coletiva e convergência entre Municípios ; ▪ Criação do Observatório Intermunicipal do Ave, com as atribuições de recolha, tratamento, fornecimento e gestão da informação de caracter estatístico e estratégico para suporte e apoio à decisão, particularmente nas políticas públicas de caracter local, na sub-região do Ave;
INDICADORES	▪ Cálculo do rácio benefício custo para os resultados efetivos com a implementação de cada operação definida na candidatura ao SAMA e comparação deste com o rácio previsto; ▪ Controlo do prazo de implementação – no geral, 24 meses; ▪ Controlo da realização e cumprimento do número de horas de formação definidas no Plano de Formação Intermunicipal para 2014.
EXEMPLO INSPIRADOR	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA): pretende a qualificação do atendimento dos serviços públicos na sub-região presentemente em estudo, pretende também a simplificação e a desmaterialização dos processos desenvolvidos pelos mesmos. Com estes objetivos estabelecidos, o desenvolvimento de uma rede com recurso intensivo às tecnologias da informação e comunicação torna-se essencial, tal como a formação e o desenvolvimento de competências transversais para a sustentabilidade deste tipo de projetos. Balcão Único de Atendimento com recurso a tecnologias multi-canal: a criação deste Balcão visa a redução tanto de custos públicos, como de privados no relacionamento da Administração Pública com cidadãos e empresas. Esta redução é refletida na diminuição dos custos de congestão no atendimento presencial e dos custos de deslocação, facilitando o acesso à informação. http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Not%C3%ADcias/Candidaturas/e-CREATE/Apresentacoes/9.%20Rosario%20Correia%20Machado.pdf

A14. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

A14. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL					
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	x	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	x
				OED.2	x
	AMBIENTE E ENERGIA	x		OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	x		OED.5	x
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Organismo de defesa do ambiente; Cooperativas; prestadores de serviços no domínio ambiental; Escolas; Universidades;				
OBJETIVOS	▪ Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico; ▪ Atualizar e implementar o projeto Ave Natural – proposta de uma rede de espaços protegidos e classificados do território do Ave; ▪ Gerir, ordenar e promover o conhecimento da biodiversidade e dos ecossistemas; ▪ Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios enquanto fator de diferenciação e afirmação regional;				
ATIVIDADES	▪ Qualificação e promoção de áreas protegidas/classificadas com relevância turística; ▪ Requalificação de espaços e equipamentos de lazer e melhoria dos respetivos acessos, nomeadamente às margens ribeirinhas, a praias fluviais e criação de corredores/eixos verdes; ▪ Requalificação e valorização dos Rios; ▪ Recuperação estrutural e funcional de ecossistemas de áreas sensíveis; ▪ Criação, proteção, valorização e dinamização das áreas ambientais mais relevantes em termos regionais; ▪ Requalificação e otimização dos espaços verdes em centros urbanos; ▪ Criação e manutenção de trilhos e de centros de interpretação; ▪ Sensibilização e formação das populações para as questões ambientais; ▪ Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas; ▪ No âmbito da implementação do Ave Natural: sensibilizar atores e articular o PNPG com o Alvão, promovendo também a interligação da RNAP com a RFCN (onde se inclui a REN, a RAN e o DPH). ▪ Reconversão de espaços industriais descativados no âmbito de operações integradas de regeneração que promovam a competitividade do território;				

A15. Prevenção, Gestão e Monitorização de riscos

A15. Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos					
Áreas estratégicas de atuação	Dinamização económica		Objetivos Estratégicos de desenvolvimento	OED.1	x
				OED.2	x
	Ambiente e energia	x		OED.3	
				OED.4	
	Coesão territorial e social			OED.5	x
				OED.6	
Promotores	CIM AVE; Municípios , ANPC através dos CDOS Distritais; Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários; ICNF				
Objetivos	▪ Incluir no programa escolar do 1.º e 2.º ciclo, o tema da proteção civil; ▪ Ações de sensibilização no domínio da Proteção Civil; ▪ Criação de plataforma informática, (de acesso remoto, eventualmente "IOS" e "android", mediante acesso pessoal), de âmbito supramunicipal (CIM), de registo de informação municipal de proteção civil e de partilha de meios e recursos públicos; ▪ Construção de um centro supramunicipal de recursos de proteção civil – CSRPC (base de apoio/suporte logístico, (sob gestão/coordenação do CDOS de Braga); ▪ Promoção de *workshop's* na área da segurança contra incêndio em edifícios e suporte básico de vida (*masstraining*), abertos ao público em geral e especializados para os técnicos das câmaras municipais – licenciamento e vistorias/fiscalizações; ▪ Incrementar a perceção e o conhecimento das populações face às alterações climáticas e aos riscos de cheias e secas extremas; ▪ Implementação de rede de informação para o acompanhamento e monitorização das potenciais consequências dos riscos associados a alterações climáticas, incluindo a valência de avisos e alertas automáticos, quer a entidades institucionais quer, num segundo nível, à própria população; ▪ Identificação e implementação estratégias e medidas de mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas e a Regulamentação do Uso do Solo;				
Atividades	▪ Abertura de faixas de gestão de combustível em áreas florestais ou de elevado risco de propagação de incêndio florestal recorrendo, sempre que possível, à plantação de espécies arbóreas pouco inflamáveis; ▪ Programa supramunicipal de Prevenção de Incêndios Florestais; ▪ Elaboração e execução de planos de fogo controlado; ▪ Aquisição de máquinas de rasto e respetivo transporte (a sediar no CSRPC);				

	▪ Aquisição de equipamento de intervenção em acidentes com matérias perigosas, sob gestão do CDOS, operado pelos Corpos de Bombeiros e GNR/GIPS (a sediar no CSRPC); ▪ Requalificação de espaços de armazenagem de matérias perigosas nas empresas; ▪ Formação em segurança contra incêndio em edifícios - empresas; ▪ Formação em manuseamento de matérias perigosas e intervenção em caso de acidente - empresas; ▪ Aquisição de veículos de combate a incêndios e veículos de apoio logístico (autotanques); ▪ Requalificação das infraestruturas operacionais dos agentes de proteção civil; ▪ Desenvolvimento de plataforma de monitorização e gestão de cheias e inundações ao longo dos principais cursos de água (inclui estudo das barragens, estudo geomorfológico, histórico de inundações, etc.) e colocação de medidores de pluviosidade a montante das zonas críticas; ▪ Intervenções nos rios que dificultam a passagem do caudal, nomeadamente ao nível da limpeza, desassoreamento e regularização do caudal dos rios; ▪ Adoção de medidas que potenciem a drenagem adequada das águas pluviais bem como o seu reaproveitamento; ▪ Implementação de medidas de autoproteção em edifícios existentes e grau de complexidade elevado; ▪ Criação de Plataforma integrada com base de dados das empresas e respetivas medidas de autoproteção gerida pelo CDOS para potenciar a ação dos agentes de proteção civil; ▪ Criação de aplicação móvel de informação para acidentes com matérias perigosas; ▪ Campanhas de sensibilização destinadas à população em geral e ao intervenientes técnicos e operacionais sobre o efeito das alterações climáticas e o risco de eventos extremos; ▪ Reconstrução e elevação das margens dos rios; ▪ Aquisição de veículos e outros equipamentos necessários para dotar os organismos de Proteção Civil de capacidade técnica e operacional para prevenir e combater eventuais ocorrências; ▪ Implementação da rede de monitorização de meteoros (rede de estações meteorológicas, hidrológicas e qualidade do ar).
EXEMPLOS INSPIRADORES	Centro Municipal de Proteção Civil de Mafra; Corpo de Bombeiros de Winterthur (Suiça); SIG para proteção civil nos EUA.

A16. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA E A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL

	A16. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA E A COESÃO ECONÓMICA SOCIAL E TERRITORIAL				
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO	DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA	x	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OED.1	x
				OED.2	x
	AMBIENTE E ENERGIA			OED.3	
				OED.4	
	COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL	x		OED.5	x
				OED.6	
PROMOTORES	CIM do Ave; Municípios ; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações Cooperativas, Empresariais, Comerciais e Industriais; atores do Sistema Cientifico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território.				
OBJETIVOS	▪ Promover a capacitação da (CIM do Ave; Municípios e ADL) no domínio dos instrumentos de engenharia financeira, designadamente a sua aplicação em contextos que contribuam para a coesão económica, social e territorial, nos termos do previsto nos instrumentos do Norte e Portugal 2020; ▪ Beneficiar e criar condições para que os atores do território também possam beneficiar (divulgando a informação e assumindo eventuais funções de gestão intermédia) dos instrumentos de engenharia financeira que venham a ser criados/disponibilizados no apoio à economia (competitividade, inovação, internacionalização) e ao território;				
ATIVIDADES	▪ Potenciar iniciativas e projetos que divulguem as fontes alternativas de financiamento como os Fundos Especiais de Investimento (FEI), o microcrédito e outros eventuais instrumentos; ▪ Dinamização de veículos/fundos de capital de risco de base sub-regional ao nível da NUT III Ave; ▪ Desenvolver iniciativas que promovam a lógica de reutilização dos fundos e que permita alavancar capitais públicos e privados no desenvolvimento de projetos de interesse supramunicipal;				

6.2. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA AS TIPOLOGIAS DE AÇÃO

A ambição deste **Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2104-2020** não se esgota na dimensão dos fundos comunitários que serão disponibilizados para o país e para a sub-região ao longo do período 2014-2020. Apesar da sua relevância e em particular de virem a tornarem possível a implementação de muitos dos projetos aqui identificados, pretende-se apontar para um quadro mais lato e ou abrangente e criar, no território, condições para se recorrem a fontes complementares de financiamento, públicas ou privadas, nacionais ou comunitárias.

Na prática, será da responsabilidade da CIM e dos Municípios que a integram encontrar os mecanismos e as vias de financiamento que melhor se adequem a cada projeto em concreto, designadamente o estímulo à possibilidade de cooperação com agentes privados locais. A possibilidade de sinergias e externalidades que possam resultar da cooperação estratégica entre os diferentes atores do território e em particular entre a CIM do Ave, os Municípios que a integram e os agentes privados deve ser incentivada através de parcerias público-públicas/público-privadas.

No quadro seguinte enquadram-se os eixos prioritários estabelecidos no âmbito Plano Operacional para a Região Norte no horizonte de 2020.

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
EP1. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	PI1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência	OED1. Inovação e Competitividade Empresarial	Formação e capacitação empresarial	FEDER
	PI2. A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos			

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
	produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral			
EP2. Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	PI1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	OED 1. Inovação e Competitividade Empresarial OED 3. Turismo	Reforço da competitividade empresarial Orientação para a internacionalização Promoção do empreendedorismo Reorganização de zonas de cooperação empresarial Criação de incentivos à atividade agrícola	FEDER
	PI2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização			
	PI3. A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços			
	PI4. A concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação			
EP3. Economia de Baixo Teor de Carbono	PI1. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética	Potenciação de Recursos – aproveitamento de recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa	FEDER
	PI2. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas,			

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
	nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação		Eficiência energética – otimização da iluminação pública, edifícios públicos, habitação social; produção eólica, hídrica, biomassa, mobilidade	
	PI3. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação			
EP4. Qualidade Ambiental	PI1. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	OED 2. Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética	Serviços ambientais – recolha e tratamento de resíduos urbanos, saneamento, abastecimento de água Melhoria da qualidade da água dos rios Promoção das boas práticas agrícolas e de gestão florestal Recuperação e valorização dos espaços verdes	FEDER
	PI2. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes			
	PI3. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído			
EP5. Mobilidade e Transportes	PI1. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais	OED 4. Mobilidade	Completar vias de acesso de relevância para a coesão empresarial da região de Ave	FEDER
EP6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	PI1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas	OED 4. Mobilidade	Reforçar a cobertura da rede de transportes públicos na região	FSE e FEDER

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
	afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores			
	PI2. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras			
	PI3. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança			
	PI4. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas			
	PI5. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade			
EP7. Inclusão Social e Pobreza	PI1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	OED 5. Coesão Social e Territorial	Programas de ação social Adequar e redimensionar a oferta de equipamentos sociais e de saúde	FSE e FEDER
	PI2. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (componentes FSE e FEDER)			

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
	PI3. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária			
	PI4. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais			
	PI5. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (componentes FSE e FEDER)			
EP8. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	PI1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	OED 5. Coesão Social e Territorial	Ações de apoio à educação	FSE e FEDER
	PI2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos			
	PI3. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação			

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento	Tipologia de projeto	Fundo
	para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem			
	PI4. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa			
EP9. Capacitação Institucional e TIC	PI1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	OED 6. Governação do Território	Modernização da estrutura administrativa Valorização e disseminação de boas práticas Responder a novos desafios de inclusão e políticas participativas Organização administrativa do território	FSE e FEDER
	PI2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local			
	PI3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha			

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Este capítulo explicita o modelo de governação a implementar no Ave para promover a concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, sendo que no capítulo seguinte será abordado o sistema de indicadores de resultado que permitirá monitorizar quer a implementação da estratégia, quer a evolução da situação na sub-região.

Como foi reiteradamente repetido, ao longo deste documento, embora a elaboração deste PEDI do Ave tenha sido motivada pela preparação para este período de programação dos fundos (2014-2020), o documento tem uma ambição mais abrangente, não se cingindo a iniciativas que sejam financiáveis unicamente junto dessas fontes e propondo um rumo para o território que vá muito além do prazo para este horizonte.

O modelo de governação de que aqui se remete é aquele que se pretende implementar no Ave para viabilizar a concretização do Plano Estratégico, não o modelo de governação de algum mecanismo de financiamento específico ou uma qualquer situação particular em concreto.

Particularmente, não se propõem aqui os detalhes precisos do modelo de governação a adotar no contexto do **Investimento Territorial Integrado (ITI)** ou dos **Desenvolvimentos Locais de Base Comunitária (DLBC)** que se virão futuramente a propor. Esses instrumentos estarão sujeitos ao modelo geral de governação do território aqui apresentado mas terão especificidades que serão devidamente tratadas aquando das respetivas candidaturas.

De igual modo, o sistema de indicadores apresentados no capítulo seguinte visa monitorizar, dentro do que é possível, o contributo do Plano Estratégico para a prossecução dos objetivos fixados para o Portugal 2020, não de alguma das iniciativas específicas a desenvolver no seu âmbito.

Tal como sempre referimos ao longo do presente documento e desde logo na Nota de Abertura " (…) Acreditamos que a Comunidade Intermunicipal do Ave é o polo agregador que, respeitando a identidade de cada um dos seus Municípios, garante a união, a força e o compromisso à volta da uma visão ganhadora e que refunda a esperança para o Ave (…)" o modelo de governação proposto para o Ave baseia-se no propósito de explorar e reforçar o potencial do intermunicipalismo.

Os Municípios são os pilares fundamentais da governação do Ave e assim continuará a acontecer no âmbito do modelo agora proposto.

Não poderia, aliás, ser de outro modo em face do enquadramento jurídico-institucional vigente, traduzido nomeadamente na lei n.º 75/2013. Desde logo, pela amplitude temática das suas atribuições, que cobrem grande parte dos domínios fundamentais da vida social e pela extensão das suas competências materiais.

Depois, porque só eles têm uma presença efetiva no território, através da sua rede de serviços e equipamentos, que permita garantir a necessária proximidade às populações.

Finalmente, porque é ao nível municipal que se encontram os mecanismos fundamentais para garantir a legitimação democrática das opções tomadas relativamente ao futuro coletivo do Ave. A tudo isto acresce, evidentemente, a enraizada tradição do municipalismo português: no Ave, como na generalidade do território continental português, as populações têm um vínculo identitário com os seus concelhos que não têm com nenhuma outra realidade institucional de escala infranacional e veem na Câmara Municipal o primeiro interlocutor para a defesa dos seus interesses.

O intermunicipalismo surge como uma alavanca para reforçar a capacidade de atuação dos Municípios, ultrapassando constrangimentos com que atualmente se debatem. Desde logo, apesar dos esforços que têm vindo a ser levados a cabo, as principais instâncias de governação, as Câmaras Municipais, apresentam carências ao nível da qualificação dos seus serviços e dos seus sistemas de informação, problemas que são, aliás, comuns em toda a Região Norte. Depois, a escala do município não é, muitas vezes, a mais adequada à resolução dos problemas existentes, sendo que a relativamente recente criação da Comunidade Intermunicipal não permitiu ainda uma plena exploração das potencialidades deste relevante instrumento.

Por último, o Ave, é também particularmente atingido pelas ineficiências que resultam da proliferação de diferentes lógicas de organização territorial da administração pública e das próprias instituições privadas. O modelo de governação proposto visa minorar, e se possível ultrapassar, estes constrangimentos, reforçando a capacidade de intervenção dos Municípios na promoção do desenvolvimento concelhio.

Esta ação começará a ser concretizada a muito curto prazo, no âmbito do procedimento, atualmente em curso, para a pré-qualificação de entidades para a gestão de DLBC's[44].

Coexistem atualmente, no território do Ave, duas Associações de Desenvolvimento Local (ADL), a SOL DO AVE e a PROBASTO, sendo que no caso desta última, a sua área de atuação estende-se para fora da delimitação da NUT III Ave. Embora a solução final esteja a ser objeto de análise e careça de consensualização, os Municípios do Ave assumem, desde já, o propósito de promover uma conformação dos seus territórios de intervenção com a área geográfica da NUT III, independentemente da natureza urbana ou rural que a DLBC venha a assumir

Pretende-se, desta forma, dotar as ADL de uma escala apropriada para que, dentro da especificidade dos seus objetivos, possam ser agentes fundamentais na concretização do PEDI. Este deve, de facto, ser o documento estruturante das iniciativas tendentes ao desenvolvimento da sub-região.

No mesmo sentido, dentro da sua capacidade de intervenção, os Municípios procurarão promover a racionalização do tecido institucional do Ave e a progressiva harmonização dos territórios de atuação das diversas instituições com a escala geográfica da comunidade. Quanto às entidades da administração pública ou que emanam exclusivamente da sociedade civil, os Municípios, através da sua Comunidade Intermunicipal, defenderão e procurarão promover a mesma lógica, não dispondo, no entanto, da possibilidade de a impor unilateralmente.

Quanto ao problema da inadequação da escala municipal para resolver muitos dos problemas mais relevantes da população do Ave, será atacado reforçando o papel da Comunidade Intermunicipal como plataforma fundamental de concertação estratégica e operacional entre os Municípios, com as necessárias implicações em termos da sua estrutura e meios. Foi, de resto, neste sentido que se enunciou ao longo do documento que as iniciativas devem ser pensadas de forma integrada para o conjunto do Ave, mesmo que, dependendo das circunstâncias, a sua implementação no terreno tenha de ser feita à escala municipal. Esta linha de ação estará presente em várias das ações, iniciativas e programas conjuntos que serão apresentadas.

Os mesmos princípios enunciados para as DLBC's guiarão a intervenção dos Municípios do Ave relativamente aos restantes mecanismos e programas que venham a estar disponíveis para apoio ao desenvolvimento territorial e local, nomeadamente programas de apoio a **Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC)** do tipo "PROVERE": os Municípios privilegiarão abordagens a essas iniciativas que assegurem o seu enquadramento na estratégia global de desenvolvimento da sub-região consubstanciada no PEDI.

[44] Concurso para a apresentação de candidaturas Nº 02/2014 de 16.11.2014 www.portugal2020.pt

Em matéria de utilização dos fundos estruturais, a CIM assumirá responsabilidades específicas, cabendo-lhe a preparação do **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial**, a concretizar através do mecanismo **do Investimento Territorial Integrado (ITI)**.

Para atingir esse objetivo, o desígnio da capacitação e em particular de meios humanos e técnicos será fundamental. Paralelamente, a existência de núcleos funcionais como o Comité Técnico de Pilotagem, responsável pelo acompanhamento, monitorização e avaliação do ITI, afigura-se relevante e importante. Justifica esta opção, desde logo, a experiência frutuosa levada a cabo por esse comité na atual preparação o PEDI.

Quanto ao primeiro dos constrangimentos atrás mencionados, relativo às qualificações das estruturas municipais, o plano de ação prevê igualmente uma abordagem intermunicipal, uma vez que a escala da CIM permite ganhos de eficiência na montagem de programas de qualificação dos agentes da administração municipal e de dinamização do *e-governance* (A.13 Modernização e Organização Administrativa).

Os Municípios serão, como referido, o pilar fundamental do modelo de governação enquanto a sua Comunidade Intermunicipal será a plataforma fundamental de concertação operacional e estratégica.

O conselho intermunicipal, constituído pelos presidentes das câmaras municipais que integram a comunidade intermunicipal, é o órgão deliberativo fundamental da comunidade, cabendo-lhe, nos termos da lei, nomeadamente definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da comunidade intermunicipal, a aprovação de planos, programas e projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, bem como a iniciativa quanto ao seu plano de ação e orçamento e a propositura do secretariado executivo.

No âmbito da comunidade intermunicipal, os Municípios estão também diretamente representados por membros das suas assembleias municipais na assembleia intermunicipal, a quem cabe nomeadamente aprovar as propostas de plano de ação e orçamento e eleger o secretariado intermunicipal.

O secretariado executivo é, como a designação indica, o órgão executivo que dirige os serviços intermunicipais, tendo também a incumbência de preparar a proposta de plano de ação e orçamento, bem como outros documentos, a submeter ao conselho. Nos termos da lei, ao secretariado executivo cabe ainda elaborar e submeter à aprovação do conselho intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais; assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central; Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas; participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da comunidade intermunicipal, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do conselho intermunicipal; colaborar no apoio a programas e projetos de interesse intermunicipal, em parceria com entidades da administração central.

No âmbito da preparação e da implementação do plano estratégico, a Comunidade Intermunicipal do Ave será reforçada com a criação ou dinamização de outras estruturas. Desde logo, o **Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)**, um órgão previsto na lei n.º 75/2013 mas só agora será operacionalizado.

O conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal será, como previsto na legislação, um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal.

O CEDI é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Este conselho não deverá integrar mais do que 12 participantes e deverá ser assegurado assento aos representantes dos principais *stakeholders* do território.

Relativamente à governação do PEDI, caber-lhe-á, nos termos do Acordo de Parceria, e de acordo com a consagração da orientação para resultados, a importante função de assegurar a articulação estratégica entre as diferentes abordagens integradas de desenvolvimento territorial.

Ao CEDI competirá, nomeadamente, pronunciar-se, sempre que solicitado pelo Conselho Intermunicipal, sobre a compatibilidade entre os projetos de investimento e desenvolvimento a e este Plano Estratégico, bem como acompanhar a respetiva implementação, emitindo recomendações sobre os ajustamentos que se revelem necessários. Esta competência abrangerá, entre outros, o Investimento Territorial Integrado (ITI) e a estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) a que se alude adiante. Prevê-se que, para este efeito, como hipótese de trabalho que o CEDI possa constituir grupos de trabalho específicos, atendendo à regulamentação de cada um dos instrumentos e aos participantes na sua implementação. Os pareceres e recomendações do CEDI serão elaborados por um Relator e submetidos à apreciação do Conselho Intermunicipal.

Como foi aludido anteriormente, neste quadro comunitário existe uma nova forma de abordagem territorial, o mecanismo do **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)** que será um outro instrumento a mobilizar para concretizar o PEDI. Este instrumento tem uma vocação mais específica, e direcionada, visando responder, entre outros, a problemas relacionados com a pobreza e o desemprego através da dinamização económica local e da inovação social. O recurso a DLBC é da iniciativa de **Associações de Desenvolvimento Local (ADL).**

As ADL reúnem os municípios e a sociedade civil para promover estratégias de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural, ou para dar resposta a situações específicas em contexto urbano. Como se referiu anteriormente, para efeito do Portugal 2020, os municípios do Ave promoverão uma reconfiguração do atual elenco de ADL, para as dotar de uma escala de atuação mais adequada e para garantir o alinhamento dos seus territórios com à área da NUT III.

Pretende-se desta forma, sem prejuízo das especificidades inerentes à sua especialização geográfica e temática, que as ADL, que operacionalizem os DLBC, assumam estratégias de desenvolvimento local congruentes com o PEDI e com o ITI dinamizado diretamente pela CIM.

Em síntese, o modelo de governação proposto para o Ave e para o seu plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal assenta nos seguintes elementos essenciais:

1. O **Conselho Intermunicipal (CI)** é o órgão decisório fundamental na definição das orientações políticas de desenvolvimento para o território, cabendo-lhe nomeadamente a aprovação do PEDI, dos programas e projetos destinados à sua concretização e dos ajustamentos que, a cada momento, considere necessários;
2. Ao **Secretariado Executivo (SE)**. e restantes estrutura técnica da CIM cabe a operacionalização das decisões do Conselho Intermunicipal;;
3. O **Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** é o fórum para a discussão e articulação das opções estratégicas entre municípios, administração pública e sociedade civil, garantindo a congruência das diversas abordagens ao desenvolvimento territorial; depois de lançado o PEDI, o CEDI deverá proceder anualmente à análise da sua implementação, emitindo as recomendações que considere adequadas para apreciação pelo Conselho Intermunicipal;
4. **Comité Técnico de Pilotagem (CTP)** é um grupo que reúne representantes técnicos de todos os Municípios, fundamental para a capacitação, apoio e acompanhamento dos projetos da CIM. O CTP terá a seu cargo o acompanhamento permanente da situação sub-regional, devendo apreciar a informação de suporte que permita monitorizar a implementação do PEDI e os seus efeitos. O CTP promoverá, periodicamente, exercícios mais aprofundados de avaliação da implementação do PEDI,

com caraterísticas de estudo de impacto, visando identificar as relações causais entre as iniciativas promovidas e a evolução da situação regional. O CTP poderá também vir a ter uma versão mais alargada aos representantes técnicos dos instrumentos como a ITI as DLBC's e outros;

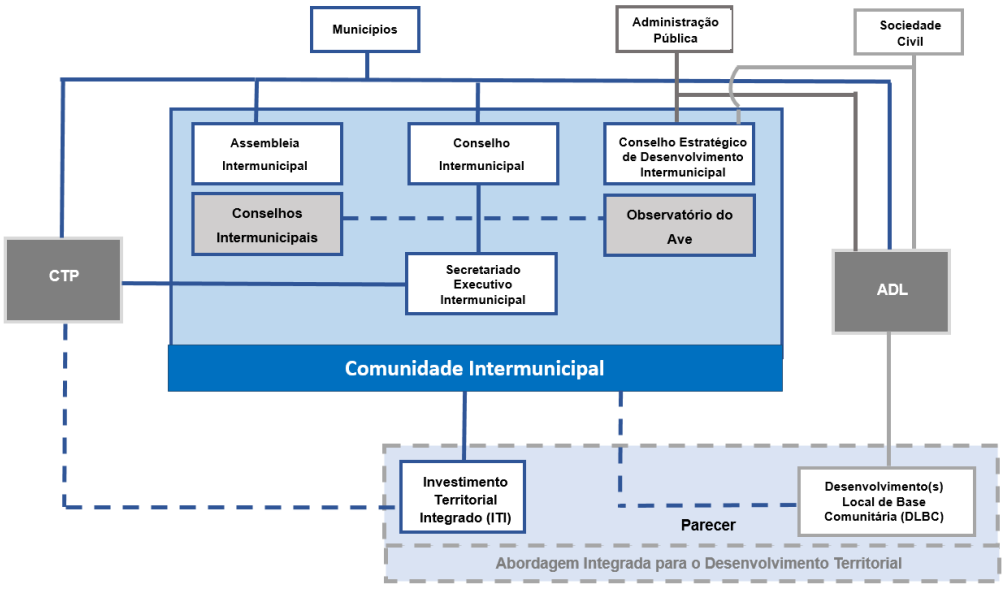
5. O **Observatório do Ave (OdA)** efetuará a monitorização da situação do território e da implementação do PEDI, recorrendo nomeadamente ao sistema de indicadores de resultado descrito adiante, fornecendo às restantes estruturas da CIM informação indispensável à execução das suas atribuições; de três em três anos, ou por decisão do Conselho, o Observatório deve promover um exercício mais aprofundando, com caraterísticas de estudo de impacto;

Os modelos de governação específicos dos instrumentos que venham a ser mobilizados para a concretização do PEDI, nomeadamente o ITI e os DLBC, serão definidos nas respetivas candidaturas mas, na medida que tal seja compatível com o seu enquadramento regulamentar, deverão enquadrar-se e partilhar a lógica do modelo de governação do território aqui apresentado. Nomeadamente, deverão ser objeto de articulação com o PEDI no âmbito do CEDI e a respetiva monitorização deve ser compatibilizada com a monitorização da situação sub-regional prevista neste Plano Estratégico.

Por último, o modelo de governação poderá vir a enriquecido, caso se venha a revelar virtuoso, considerar um nível referente às redes temáticas de parceria – Pacto de Empregabilidade, IN.Ave, CQEP's, Redes Sociais, entre outras.

O Gráfico 7.1 ilustra, de forma esquemática, o modelo de governação que está/será implementado no Ave. Salienta-se, desde já, que não se trata de um organigrama da CIM do Ave, que inclui outros serviços, mas tão só de uma representação simplificada da sua intervenção ao nível da implementação e governação do Plano Estratégico.

Fig. 7.1 – Modelo de Governação **para o Ave**



Estruturas ou relações a criar ou dinamizar para prossecução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

Relações de articulação

8. INDICADORES

A implementação do plano de ação que resultará do presente Plano Estratégico deverá ser monitorizada com base em indicadores de trabalho, encontrando-se alguns propostos no presente capítulo. Estes permitirão delinear metas e desenvolver processos de avaliação para monitorizar todo o processo de implementação das respetivas ações. Assim, após seleção e implementação de projetos é de extrema relevância a análise dos indicadores a adaptar a cada projeto para verificar o seu cumprimento, tendo em vista a identificação dos principais fatores de sucesso e pontos a melhorar, de forma que as experiências sejam partilhadas na sua essência e a que a atuação da CIM do Ave possa ser cada vez mais construtiva para a sub-região.

Foi neste quadro que o PEDI, na abordagem à governação do território, "OED.6 – Governação do Território", designadamente na ação estruturante "A13. Modernização e Organização Administrativa", definiu como objetivo "Melhorar a informação de suporte às decisões e politicas públicas de carater local e ou sub-regional" e como atividade a "Criação do Observatório Intermunicipal do Ave, com as atribuições de recolha, tratamento, fornecimento e gestão da informação, de caracter estatístico e estratégico, para suporte e apoio à decisão, particularmente nas políticas públicas de caracter local, na sub-região do Ave".

Salienta-se que se trata de indicadores de resultado relativos ao PEDI, no seu conjunto. Cada um dos projetos, ou conjuntos de projetos, que venham a ser concretizados terá as suas **métricas específicas** em termos de monitorização, traduzidas em **indicadores de realização** e de resultado específicos. Esses serão apresentados no quadro das respetivas candidaturas.

Os indicadores de resultado aqui propostos visam permitir acompanhar a implementação do PEDI, procurando determinar em que medida a evolução da situação sub-regional é congruente com os objetivos nele formulados. Inevitavelmente, dada a amplitude temática do PEDI e a multiplicidade de forças que afetam a evolução da situação sub-regional sobre que pretende atuar, estes indicadores são apenas um elemento parcelar para a sua avaliação. A medida em que a evolução dos indicadores se deve ao programa em análise só pode ser estabelecida conclusivamente mediante estudos de impacto[45]. Como já se referiu é intenção da CIM do Ave que o Observatório promova periodicamente estudos dessa natureza.

De facto, o sistema estatístico nacional não colige muita da informação que importaria acompanhar ao nível de NUT III, ou mais desagregado, limitando seriamente as possibilidades de monitorização do PEDI. Acresce que muito da informação disponibilizada pelo sistema estatístico se encontra ainda agregada geograficamente ao nível da sub-região Ave, de acordo com a classificação NUT de 2002, que não coincide com as atuais fronteiras da Comunidade Intermunicipal, o que dificulta particularmente a definição dos valores base dos indicadores.

[45] A este propósito, ver, nomeadamente, Comissão Europeia – DG Regio, 2014, Guidance Document on Monitoring and Evaluation − European regional development fund and cohesion fund – Concepts and Recommendations (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/wd_2014_en.pdf).

O sistema de indicadores proposto assenta na visão adotada para o território: Ave 2020: Uma Economia Competitiva, um Território Sustentável, uma Comunidade Coesa.

O sistema está estruturado em torno dos três grandes objetivos que esta visão propõe à comunidade: o dinamismo económico a exemplaridade ambiental e a coesão social e territorial.

Para cada um destes objetivos, define-se um conjunto de dez indicadores a monitorizar, apresentando-se o seu nível atual e uma proposta de metas para vários horizontes temporais.

Dadas as já referidas limitações do sistema estatístico, os indicadores previstos no painel enquadram-se em três situações, relativamente ao seu valor base: quando possível, apresentam-se indicadores correspondentes à atual composição da CIM do Ave, calculados a partir dos indicadores municipais subjacentes; noutros casos, apresentam-se médias simples dos indicadores dos municípios que constituem a CIM, por não ter sido possível reconstruir o valor que resultaria da devida ponderação de cada município.

8.1 INDICADORES DE TRABALHO

I. Uma economia competitiva:

Tabela 8.1 – Indicadores de resultado em matéria de dinamismo económico

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolvimento regional (competitividade)#	101 (2011)	102	102	102
Produtividade aparente do trabalho: % do valor regional#	80 (2012)	85	90	95
PIB a preços correntes: % do valor regional#	3,7(2012)	4	6	8
Proporção do VAB em ramos de atividade internacionalizáveis#	60,3 (2011)	61	62	62
Exportações&	4,1x10^9 €	4,5	5,0	5,8
Rendimento coletável de IRS: % do valor regional&	10,7 (2010)	11,0	11,0	11,5
Desemprego registado&	43035	40000	35000	30000
Nascimento de empresas#	537 (2011)	750	1000	3000
Dirigentes da exploração agrícola com menos de 55 anos (%)&	33 (2009)	35	40	50
Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros&	261047	35000	50000	60000

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados referem-se a 2013 e são médias simples dos valores dos municípios que integram a CIM do Ave. & Indicador relativo à atual composição da CIM do Ave. # Indicador relativo à sub-região Ave de acordo com a classificação NUT III de 2002.

II. Um território sustentável:

Tabela 8.2 – Indicadores de resultado em matéria ambiental

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolv. regional (qualidade ambiental) #	102 (2011)	103	104	105
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)	4711 (2012)	4800	5000	5200
Aproveitamento das fontes de energia renováveis	23	26	30	40
Água segura (%) *	98,08	99,0	100,0	100,0
População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	82 (2009)	88	100	100
Pop. servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	62 (2009)	68	85	95
Pop. servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	58 (2009)	65	90	100
Recolha seletiva de resíduos urbanos (%) &	14	20	35	60
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente valorizados (%) &	97,9	99	100	100
Resíduos urbanos totais encaminhados para valorização	36	40	50	60
Taxa de superfície florestal ardida (%)	9,0	5	2	1
Superfície das áreas protegidas (%)	0,1(2010)	0,1	0,2	0,3

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados referem-se a 2013 e são médias simples dos valores dos municípios que integram a CIM do Ave. & Indicador relativo à atual composição da CIM do Ave. # Indicador relativo à sub-região Ave de acordo com a classificação NUT III de 2002.

III. Uma comunidade coesa:

Tabela 8.3 – Indicadores de resultado em matéria de coesão social e comunitária

Indicadores	Valor de base	Metas		
		2017	2020	2030
Índice sintético de desenvolvimento regional (coesão)#	96 (2011)	98	100	100
% de compras intermunicipais em sistema de compras partilhadas	0	5%	20%	35%
Poder de compra *per capita*	62 (2011)	64	66	75
Ganho médio mensal: % da média regional	81 (2011)	83	85	90
Beneficiárias/os do rendim. social de inserção (% residentes)&	2.45	2,2	2,0	1,5
Taxa de saída precoce do sistema de ensino$	30,3 (2011)	-	20	10
Taxa de escolarização no ensino superior#	3,6 (2012)	5	10	20
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	95 (2012)	96	98	99
Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)	43 (2012)	45	50	50
População empregada em profissões socialmente mais valorizadas (%)$	16,6 (2011)	17	18	25

Notas: Salvo indicação em contrário, os valores base apresentados referem-se a 2013 e são médias simples dos valores dos municípios que integram a CIM do Ave. [&] Indicador relativo à atual composição da CIM do Ave. [#] Indicador relativo à sub-região Ave de acordo com a classificação NUT III de 2002.

BIBLIOGRAFIA

Agência de Energia do Ave. (2012). *AE do AVE – Matriz Energética 2012*. Janeiro 2014.

Agência Portuguesa do Ambiente. *Atlas do Ambiente. Carta de capacidade do Uso do Solo 1980*. Janeiro 2014.

Agência Portuguesa do Ambiente (2007). *Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)*. www.apambiente.pt.

Agência Portuguesa do Ambiente (2013a). *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (PGRH – Cávado, Ave e Leça).* www.apambiente.pt. Janeiro 2014.

Agência Portuguesa do Ambiente (2013b). *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH – Douro)*. www.apambiente.pt. Janeiro 2014.

A Nossa Terra. *Património Natural de Fafe*. http://www.anossaterra.pt/?co=1094&tp=15&ct=0&cop=7&LG=0&mop=1195&it=pagina_e. Janeiro 2014.

Associação Galega Amigos do Camiño de Santiago (2006). *Caminho Central Português, Lisboa – Santiago.* Disponível em: http://www.caminhodesantiago.com.br/members/guia_caminho_central_portugues/guia_caminho_central_portugues.pdf

Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. *Educação Ambiental*. www.cabeceirasdebasto.pt/3842. Janeiro de 2014.

Câmara Municipal de Guimarães. *Montanha da Penha*. www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=4134. Janeiro de 2014.

Câmara Municipal de Mondim de Basto. *Parque Natural do Alvão.* http://municipio.mondimdebasto.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=137&catid=7&Itemid=28. Janeiro de 2014.

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (a). http://www.mun-planhoso.pt/ambiente/centro-ambiental/apresentacao.html. Janeiro de 2014.

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (b). Internet: http://www.mun-planhoso.pt/turismo/o-que-fazer/actividades-de-lazer.html. Janeiro de 2014.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2011). *Plano de Urbanização da Devesa – Vila Nova de Famalicão.* http://www.cm-vnfamalicao.pt/_plano_de_urbanizacao_da_devesa. Janeiro de 2014.

Castros do Noroeste. http://www.castrosdonoroeste.pt/. Acedido a 9 de Maio de 2014.

CIM-Ave (2014). *Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte. Síntese estatística da região NUTS III Ave. Receitas e Despesas das Câmaras Municipais na Gestão e Protecção do Ambiente – 2010*. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014a). *Brochura: FAFE – Sala de Visitas do Minho.* Câmara Municipal de Fafe. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014b). *Brochura: GUIMARÂES – Onde a História encontra o Futuro.* Câmara Municipal de Guimarães. Janeiro 2014

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014c). *Brochura: VIEIRA do MINHO – Gente de Energia.* Câmara Municipal de Vieira do Minho. Janeiro 2014

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014d). *Brochura: VILA NOVA de FAMALICÃO – Empreendedorismo de Excelência.* Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014e). *Brochura: VIZELA – Centro termal e de Qualidade de Vida.* Câmara Municipal de Vizela. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014f). *Brochura: CABECEIRAS de BASTO – Terra de Encanto Natural.* Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave (2014g). *Brochura: MONDIM de BASTO – Paisagens de cortar a respiração.* Câmara Municipal de Mondim de Basto. Janeiro 2014.

Comunidade Intermunicipal do Ave e Centro Distrital de Segurança Social de Braga (2014). *Crescimento Inclusivo do Ave.*

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). www.dgadr.mamaot.pt. Janeiro 2014.

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (2013). *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal 2012 (RASARP 2012)*. www.ersar.pt. Janeiro 2014.

Francisco da Silva Costa (2005). *O Património Industrial no Vale do Ave, o têxtil como chave de leitura territorial.* GEGOT, Universidade do Minho. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22580/4/O%20patrim%C3%B3nio%20industrial%20no%20Vale%20do%20Ave_F.Costa.pdf. Fevereiro 2014.

Instituto da Água, I.P. (2011). *Relatório do Estado do Abastecimento de Água e da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais. Sistemas Públicos Urbanos (INSAAR 2010).* http://insaar.apambiente.pt/. Janeiro 2014.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). *Áreas classificadas*. www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/peneda-geres. Janeiro de 2014.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). *Incêndios Florestais*. www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/inc/info-geo. Janeiro 2014.

Instituto Geográfico Português (IGP), Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS 2007).

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012). *Recenseamento Geral da População 2001 e 2011*. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012b). *Estatísticas dos Resíduos Municipais*. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013a). *Consumidores de electricidade (N.º) por Localização geográfica e Tipo de consumo; Anual*. Direcção-Geral de Energia e Geologia. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013b). *Consumo de energia eléctrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo; Anual*. Direcção-Geral de Energia e Geologia. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013c). *Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica e Tipo de combustível; Anual*. Direcção-Geral de Energia e Geologia. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014). *Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência; Anual*. Direcção-Geral de Energia e Geologia. www.ine.pt. Janeiro 2014.

Ministério da Economia e do Emprego, (2014). *Unidades de microprodução e miniprodução ligada à rede – distribuição por distrito, concelho e tipo de fonte*. Sistema de Registo de Microprodução e Miniprodução. www.renovaveisnahora.pt/. Janeiro 2014.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *PEASSAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013.* http://www.maotdr.gov.pt/. Janeiro 2014.

Observatório do Turismo Catalão (2010) *Tourism Knowledge Information and Strategy.* Full Turisme #2, disponível em: http://www.gencat.cat/diue/doc/doc_26893539_1.pdf

Paulo Costa Pinto (2008) *A Rede de Castros do Noroeste, Um projeto em desenvolvimento.* OPPIDUM, número especial, pp. 227-236. Disponível em: http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Revista%20OPPIDUM/A_Rede_de_Castros_do_Noroeste_pp.227-236.pdf

Quaternaire Portugal (2007). *Programa de Ação Intermunicipal de serviços Coletivos Territoriais de Proximidade NUTS III – Ave. Relatório Final.* União Europeia & Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Janeiro 2014.

Rotanoave. http://www.rotanoave.com/Homepage.aspx. Acedido em 14 de Fevereiro 2014.

ANEXOS

ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CIM – AVE

ANEXO B – VALORES NATURAIS DOS MUNICÍPIOS DA CIM – AVE

ANEXO C – ANÁLISE DA INDÚSTRIA NA CIM – AVE

ANEXO D – ANÁLISE DOS SERVIÇOS NA CIM- AVE

ANEXO E – PATRIMÓNIO PERTENCENTE AO MUNICÍPIOS DA CIM – AVE

ANEXO F – PLANOS DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES)

ANEXO G – AÇÕES NO ÂMBITO DA REDE DE EMPREENDEDORISMO DO AVE (IN.AVE)

ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CIM DO AVE

Município	Distrito	Área (km2)	Freguesias	Concelhos Limítrofes	Outras Considerações
Póvoa de Lanhoso	Braga	132,5	22	Amares Guimarães Fafe Braga Vieira do Minho	Presença do Rio Cávado e Rio Ave.
Vieira do Minho	Braga	218,4	16	Terras de Bouro Póvoa do Lanhoso Fafe Cabeceiras de Basto Montalegre	Presença do Rio Cávado
Guimarães	Braga	241,05	48	Póvoa do Lanhoso Braga Santo Tirso Felgueiras Vizela Fafe Famalicão	Rodeado pelos Montes de Outeiro e Penedice, Sameiro, Falperra, Senhora do Monte, Santa Marinha, Santa Catarina (Penha), pelo vale do Rio Vizela.
Vila Nova de Famalicão	Braga	201,85	34	Braga Guimarães Santo Tirso Trofa Vila do Conde Póvoa de Varzim Barcelos	Transição entre o interior montanhoso e a região costeira
Vizela	Braga	25,00	5	Guimarães Felgueiras Lousada Santo Tirso	As atividades predominantes são a indústria têxtil, o vestuário e o calçado

Fafe	Braga	216,72	25	Póvoa de Lanhoso Vieira do Minho Cabeceiras de Basto Celorico de Basto Felgueiras Guimarães	
Cabeceiras de Basto	Braga	239	12	Montalegre Boticas Ribeira de Pena Mondim de Basto Celorico de Basto Fafe Vieira do Minho	Tem como limites naturais as serras da Cabreira e de Barroso, o rio Bessa, o rio Tâmega, e a Serra da Lameira. A este e sudeste tem as Serras do Alvão e Marão.
Mondim de Basto	Vila Real	172,07	6	Ribeira de Pena Vila Real Amarante Celorico de Basto Cabeceiras de Basto	Localiza-se na sub-região do Tâmega. Situa-se na margem esquerda do rio Tâmega e no sopé do Monte Farinha ou Monte da Nossa Senhora da Graça (941 m), onde se localiza o Santuário da Sr.ª da Graça. Está entre os maciços montanhosos do Alvão, Velão e Marão, e as bacias do rio Tâmega (rios Ôlo e Cabril são os principais afluentes)

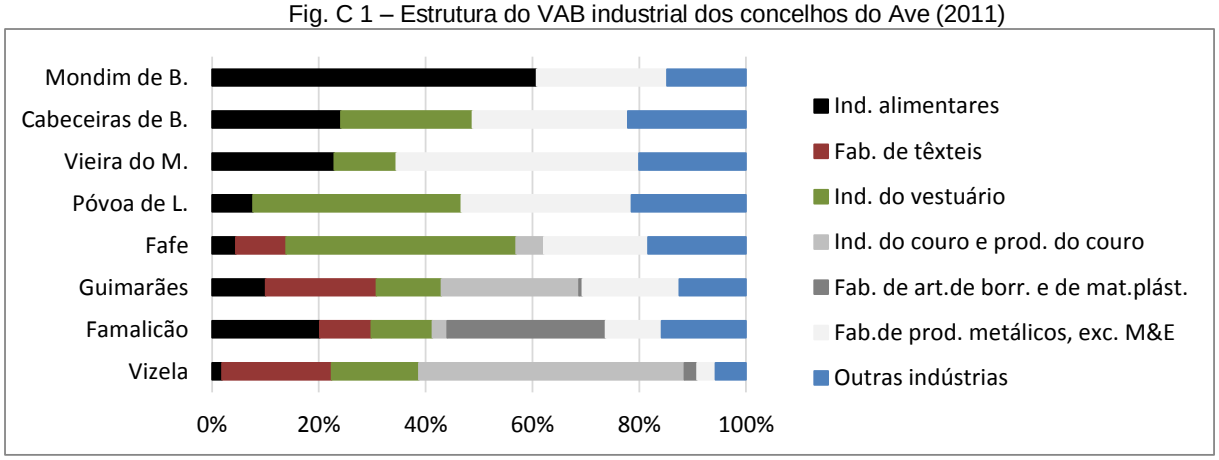
ANEXO B – VALORES NATURAIS DOS MUNICÍPIOS DA CIM – AVE

Municípios	Ecossistemas relevantes	
Fafe	Localiza-se num vale entre a Serra da Lameira, os Montes da Penha e outras montanhas. É contornado por três rios: o Rio Ferro, o Rio do Bugio e o Rio Vizela; Do património ambiental que caracteriza as serras de Fafe destaca-se uma das maiores manchas de carvalhal contínuo da Europa, o Carvalhal de Aboim e Várzea Cova. Acresce referir ainda a Barragem da Queimadela, num afluente do rio Vizela (A Nossa Terra, 2014; CIM-Ave, 2014a).	
Guimarães	Rio Ave e seus afluentes; Monte de Santa Catarina – Monte da Penha, um dos grandes pontos de atração turística do concelho pelas suas características naturais e paisagísticas, (CMG, 2014; CIM-Ave, 2014b).	Centro Histórico foi classificado, em 2011, como Património Cultural da Humanidade.
Póvoa do Lanhoso	Localiza-se nas bacias hidrográficas do Ave e do Cavado e muito próximo da Serra do Gerês; Tem o maior carvalho do país, o monumental carvalho de Calvos, árvore milenar, localizada num parque de lazer e ecoturismo; Zona envolvente à barragem da Andorinha (CMPL, 2014a & 2014b).	Principais atividades: agricultura, indústria têxtil, calçado, ourivesaria e turismo de natureza.
Vieira do Minho	Localiza-se entre as serrarias da Cabreira, onde nasce o Rio Ave, e do Gerês; Apresenta um conjunto de valores naturais e paisagens marcadas pelas massas graníticas, pelos prados de montanha e pela contante rumorejar da água, sempre presente em pequenas cascatas ou notáveis torrentes; Parque Nacional do Peneda Geres (classificado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 187/71 de 8 de maio), ao que se sobrepõe o Sitio de Importância Comunitária (SIC) Peneda/Gerês que ocupa uma área no concelho de 188 hectares (cerca de 1 % do território municipal); Barragem da Caniçada e a Albufeira do Ermal, pelos valores naturais ripícolas associados (CIM-Ave, 2014c & ICNF, 2014).	Principais atividades: agricultura, turismo de natureza
Vila Nova de Famalicão	Matas e quintas que marcam a identidade local e regional; Salientam-se algumas galerias ripícolas de pequenas dimensões junto às principais linhas de água, de algumas	

	zonas arborizadas (matas), e de algum património edificado cujo principal valor se remete para o nível histórico, social e cultural da cidade (CMVNF, 2011; CIM-Ave, 2014d).	
Vizela	Distingue-se pelo rio e pelas caldas; Ecossistemas ripícolas.	
Cabeceiras de Basto	Dispõem de cinco zonas de caça, uma reserva integral cinegética em Moinhos de Rei, bem como uma pista internacional de pesca desportiva em Cavez; Possui um centro de educação ambiental – Vinha de Mouros, localizado em Refogos; E uma área florestal que se estende desde a Vila até à Ranha e a Gragilde, em Painzela, onde existem espécies vegetais de grande valor conservacionista, ao que se associa um conjunto de animais característicos da fauna local (CMCB, 2014; CIM-Ave, 2014f).	
Mondim de Basto	Na margem esquerda do rio Tâmega e no sopé da grandiosa pirâmide verde do Monte Farinha, conhecido como Alto da Senhora da Graça; Parque Natural do Alvão em cerca 2859 hectares do seu território concelhio; Paisagem marcada por grandes quedas de água, onde sobressai as fisgas de Ermelo, com piscinas naturais de águas cristalinas e praia fluvial (CMMB, 2014; CIM-Ave, 2014g).	

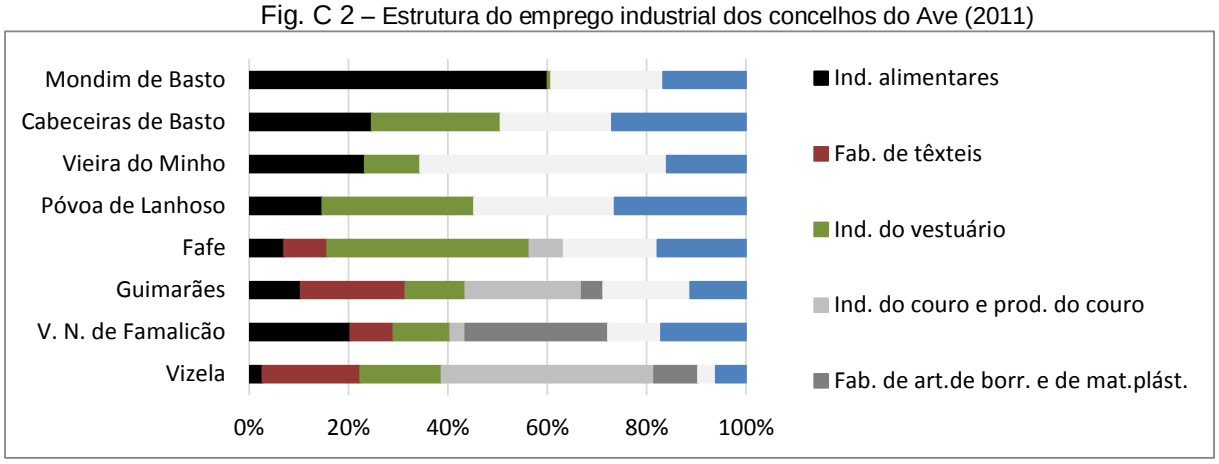
ANEXO C – ANÁLISE DA INDÚSTRIA NA CIM – AVE

Fig. C 1 – Estrutura do VAB industrial dos concelhos do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

Fig. C 2 – Estrutura do emprego industrial dos concelhos do Ave (2011)



(Fonte: INE (SCIE, 2011))

Quadro 3.62 – A indústria no Ave entre 2007 e 2011

	2011 – 2007		Taxa de variação 2007-11		Taxa de variação da Indústria 2007-11	
	Indústria	Total	Indústria	Total	Norte	Portugal
Total de empresas (nº)	-981	-1 672	-15,4%	-4,3%	-13,0%	-13,8%
• Empresas individuais (nº)	-549	-1 975	-21,8%	-7,8%	-19,1%	-19,6%
• Sociedades (nº)	-432	303	-11,2%	2,3%	-7,6%	-8,1%
Pessoas ao Serviço (nº)	-13 730	-14 158	-16,4%	-8,7%	-13,5%	-14,1%
Volume de negócios (milhões de €)	216	293	4,6%	3,0%	-0,1%	-1,3%
VAB (milhões de €)	-25	-63	-1,8%	-2,5%	-6,6%	-12,1%

(Fonte: INE (SCIE))

Quadro 3.63 – Indicadores demográficos das empresas por NUTS III, 2010 Po e 2011

	Taxa de natalidade	Taxa de natalidade nas indústrias transform.	Taxa de natalidade nos serviços	Taxa de sobrevivência (a dois anos)	Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas	Taxa de mortalidade (2010 Po)
	%	%	%	%	N.º	%
Portugal	12,39	7,50	13,45	48,81	1,27	17,42
Norte	12,24	8,35	13,20	53,50	1,35	15,78
NUT III Ave	11,93	8,87	13,02	56,81	1,47	15,06

(Fonte: INE (AERN 2012))

Quadro 3.64 – Incentivos ao investimento industrial no Ave entre 2008 e 2013

	Ave			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projeto	Investimento elegível	Incentivo
	N.º	€	€	%	%	%
Indústrias alimentares	17	15.354.699	9.123.402	5%	8%	8%
Indústria das bebidas	4	734.391	356.419	2%	1%	1%
Indústria do tabaco						
Fabricação de têxteis	110	99.491.806	47.709.158	41%	43%	41%
Indústria do vestuário	41	8.244.377	4.179.831	18%	12%	12%
Ind. do couro e dos prod. do couro	30	5.679.242	2.999.509	11%	6%	5%
Ind. da madeira, cortiça e s/obras, exc. mob.	10	10.339.971	6.194.583	4%	5%	5%
Fab. de pasta, papel, cartão e s/ art.	7	3.000.018	1.498.415	9%	1%	1%
Impressão e reprodução de suportes grav.	10	6.169.077	4.059.769	12%	12%	14%
Fab. de coque, prod. pet. ref. e agl. de comb.				0%	0%	0%
Fab. de prod. químicos e fibras sint.ou artif.	8	1.468.066	854.450	5%	0%	0%
Fab. de prod. farmac. de base e prep. farm.	1	2.129.719	1.388.068	2%	1%	2%
Fab. de art.s de borracha e de mat. plásticas	14	112.952.181	29.767.582	5%	26%	15%
Fab. de out. prod. minerais não metálicos	11	8.809.353	5.551.848	3%	2%	3%
Indústrias metalúrgicas de base	14	4.356.152	2.435.145	25%	5%	6%
Fab. de prod. metál., exc. máq. e eq.	39	19.757.411	10.518.969	6%	3%	3%
Fab. de eq. inf., eq. p/com. e prod. electr. e óp.	4	12.114.407	5.410.699	4%	10%	11%
Fabricação de equipamento eléctrico	7	4.704.230	2.532.274	5%	3%	4%
Fab. de máquinas e de equipamentos, n.e.	24	30.166.741	16.517.350	8%	17%	17%
Fab. de veíc. autom., reb. e comp. p/ auto.	3	6.861.112	3.486.746	2%	2%	2%
Fabricação de outro equipamento de transporte				0%	0%	0%
Fabrico de mobiliário e de colchões	3	1.811.949	1.335.488	1%	1%	1%
Outras indústrias transformadoras	16	3.971.852	2.157.494	12%	5%	5%
Rep, manut. e instalação de máq. e eq.	2	1.428.558	919.951	3%	10%	12%
AVE-TOTAL	**375**	**359.545.312**	**158.997.150**	**8%**	**7%**	**7%**

(Fonte: Compete (2013); cálculos nossos)

ANEXO D – ANÁLISE DOS SERVIÇOS NA CIM – AVE

Quadro 3.65 – Os serviços no Ave entre 2007 e 2011

	2011 – 2007		Taxa de variação 2007-11		Taxa de variação da serviços 2007-11	
	Serviços	Total	Serviços	Total	Norte	Portugal
Total de empresas (nº)	-217	-1 672	-0,8%	-4,3%	-3,4%	-6,0%
• Empresas individuais (nº)	-883	-1 975	-4,4%	-7,8%	-7,0%	-9,5%
• Sociedades (nº)	666	303	9,0%	2,3%	6,9%	3,3%
Pessoas ao Serviço (nº)	1 626	-14 158	2,8%	-8,7%	0,5%	-0,5%
Volume de negócios (milhões de €)	-5	293	-0,1%	3,0%	-3,8%	-4,4%
VAB (milhões de €)	-32	-63	-3,8%	-2,5%	-2,1%	-4,5%

(Fonte: INE (SCIE))

Quadro 3.66 – Incentivos ao investimento nos serviços no Ave entre 2008 e 2013

	Ave			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projeto	Investimento elegível	Incentivo
	N.º	€	€	%	%	%
Comércio por grosso e a retalho; rep. veíc aut e mot	116	14.041.245	7.745.644	6%	6%	7%
Transportes e armazenagem	6	244.570	153.343	6%	1%	1%
Alojamento, restauração e similares	16	13.923.198	9.161.027	3%	2%	2%
Actividades de informação e de comunicação	22	4.827.566	3.404.889	2%	1%	2%
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	81	6.884.282	4.320.689	5%	2%	3%
Act. administrativas e dos serviços de apoio	14	3.536.425	2.511.560	5%	5%	8%
Educação	0	0	0	0%	0%	0%
Ativ. artísticas, de esp.s, desp. e recr.	4	784.898	430.730	3%	0%	0%
Outras actividades de serviços	1	2.382.107	1.548.370	5%	12%	12%
TOTAL SERVIÇOS E TURISMO	**260**	**46.624.291**	**29.276.252**	**5%**	**2%**	**3%**

(Fonte: Compete (2013); cálculos nossos)

ANEXO E – PATRIMÓNIO PRESENTE NOS MUNICÍPIOS DA CIM – AVE

Município	Principais Elementos do Património
Guimarães	Em Guimarães destaca-se o Centro Histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO. Património Cultural e Edificado: ▪ Palácio dos Duques ▪ Castelo de Guimarães ▪ Convento de Santo António dos Capuchos ▪ Praça de Santiago Praça de Santiago ▪ Capela de S. Miguel ▪ Igreja de Nossa Senhora da Oliveira ▪ Igreja de S. Francisco ▪ Antigos Paços do Concelho ▪ Museu de Alberto Sampaio ▪ Largo do Toural ▪ Padrão do Salado ▪ Convento de Santa Clara ▪ Igreja N. S. da Consolação e Santos Passos ▪ Casa da Rua Nova ▪ Casa do Assento ▪ Rua D. João XXI ▪ Palácio e Centro Cultural Vila Flor ▪ Igreja de S. Domingos ▪ Casa dos Lobo Machado ▪ Capelas dos Passos da Paixão de Cristo ▪ Capela do Bom Despacho ▪ Plataforma das Artes Criatividade – Antigo Mercado de Guimarães ▪ Montanha da Penha ▪ Citânia de Briteiros ▪ Estação Arqueológica da Penha ▪ Citânia Sabroso

	▪ Vila de S. Torcato ▪ Campo da Ataca ▪ Banhos Velhos das Caldas das Taipas ▪ Lápide das Taipas (Ara de Trajano) ▪ Ponte do Rio Ave ou Ponte das Taipas ▪ Ponte de Serves Percursos pedestres: ▪ Rota da Penha ▪ Rota da Citânia ▪ Rota de São Torcato
Vila Nova de Famalicão	Património Cultural e Edificado: ▪ Casa-Museu Camilo Castelo Branco ▪ Centro de Estudos Camilianos ▪ Biblioteca Municipal, integrada na Rede Nacional de Leitura Pública ▪ Museus Bernardino Machado ▪ Soledade Malvar ▪ Museu da Indústria Têxtil ▪ Museu da Cerâmica ▪ Museu do Surrealismo ▪ Museu Ferroviário e Museu do Automóvel ▪ Casa-Museu Soledade Malvar ▪ Museu da Guerra Colonial ▪ Caminhos de Ferro de Lousado ▪ Museu da Arte Sacra ▪ Fundação Cupertino de Miranda – coleção mais rica de Portugal ▪ Capital do automóvel antigo ▪ Casa das Artes Património Edificado: ▪ Capela de Nossa Senhora da Lapa ▪ Capela de São Roque

	▪ Mosteiro de Landim ▪ Igreja de Santiago de Antas ▪ Igreja de Santa Eulália do Mosteiro de Arnoso ▪ Castro das Eiras ▪ Castro da Bóca ▪ Castro de São Miguel-o-Anjo ▪ Castro das Ermidas ▪ Castro de Santa Cristina ▪ Castro e Mamoas de Vermoím
Vizela	Património Cultural e Edificado: ▪ Balneário das Termas de Vizela (S. João) ▪ Vizela Romana (S. Miguel) ▪ Cista Romana (S. Miguel) ▪ Castro do Monte da Nossa Senhora da Tocha ▪ Castro do Monte de S. Pedro ▪ Padrão do Tratado de Tagilde (Tagilde) ▪ Palacetes do século XIX (S. Miguel e S. João) ▪ Casa do Castelo (S. João) ▪ Quinta da Fonte (S. Miguel) ▪ Quinta da Casa Sub-Igreja (Tagilde) ▪ Paço da Quinta da Porta (Tagilde) e Paço de Vila Corneira (Tagilde) ▪ Igreja Românica de Santo Adrião Edificados classificados: ▪ Ponte Romana (S. João) – Monumento Nacional ▪ Paço de Gominhães (S. João) ▪ Igreja Matriz (Velha) de S. Miguel – Imóvel de Interesse Municipal Percursos pedestres: ▪ Caminho de Santiago com início em Santa Eulália
Fafe	Património Cultural e Edificado: ▪ Igreja Românica de S. Romão de Arões – Monumento Nacional ▪ Igreja Matriz de Fafe

	▪ Cineteatro de Fafe ▪ Casa do Santo Velho ▪ Castro de Santo Ovídio ▪ Casa da Arrochela (Arões S. Romão) ▪ Casa e Quinta das Paredes (Medelo) – classificados como Imóveis de Interesse Público Imóveis de Interesse Municipal: ▪ Palacete da Fiação de Fafe ▪ Casa da Quinta da Luz ou Solar da Luz (Fornelos) ▪ Casa do Ermo (Paços) ▪ Casa das Paredes Percursos pedestres: ▪ Aldeias da Margem do Rio Vizela ▪ Aboim ▪ Rota do Maroiço ▪ Rota dos Espigueiros ▪ Levada de Pardelhas ▪ Trilho Verde da Marginal Património Natural: ▪ Albufeira da Queimadela
Cabeceiras de Basto	Património Cultural e Edificado: ▪ Mosteiro de S. Miguel de Refojos ▪ Ponte de Cavez ▪ Edifícios religiosos e casas solarengas datadas, a sua maioria, dos séculos XVII, XVIII e XIX ▪ Ponte de Cavez sobre o rio Tâmega – Monumento Nacional ▪ Igreja e Sacristia do Convento de Refojos ▪ Pelourinho de Cabeceiras de Basto em Refojos – Imóvel de Interesse Público ▪ Estátua do Basto em Refojos ▪ Pelourinho do antigo Couto de Abadim – Imóvel de Interesse Público

	▪ Casa da Breia, em Basto – Imóvel de Interesse Público ▪ Ponte Antiga sobre o rio Moimenta, em Cavez – Imóvel de Interesse Público ▪ Ponte do Arco de Baúlhe – Imóvel de Interesse Municipal ▪ Núcleo Museológico do Caminho-de-ferro. Artesanato: ▪ Trabalhos em lã, nomeadamente as mantas do barroso, as capuchas para abrigo dos pastores e as típicas colchas, que se fabricam na freguesia de Bucos. Percursos pedestres ▪ Alto dos Esporões ▪ Papas ▪ Pisão ▪ Serra da Maçã ▪ Veiga
Mondim de Basto	Património Cultural e Edificado: ▪ Igreja Matriz (século XVIII) ▪ Capela do Senhor, de estrutura românica ▪ Casa da Igreja (século XVIII) ▪ Casa do Eiró ▪ Solar dos Machados em Atei ▪ Casa da Câmara ▪ Pelourinho em Ermelo ▪ Castro Menir da Pedra Alta Áreas protegidas: ▪ Parque Natural do Alvão – na zona de Ermelo encontram-se as Fisgas do Ermelo e a Cascata de Fisgas do Ermelo, onde a água se precipita numa vertical quase absoluta de uma altura de 200 metros. Percursos pedestres: ▪ Caminhos da Sr.ª da Graça ▪ Percurso Pedestre da Levada de Piscaredo ▪ Percurso Pedestre da Ponte Medieval do Cabril

Póvoa do Lanhoso	Património Cultural e Edificado: ▪ Igreja Matriz e Casa da Igreja (século XVIII) ▪ Capela do Senhor, de estrutura românica ▪ Palacete Villa Beatriz ▪ Casa do Eiró ▪ Solar dos Machados em Atei ▪ Casa da Câmara ▪ Pelourinho em Ermelo ▪ Castelo de Lanhoso ▪ Santuário de Nª. Srª. Do Pilar ▪ Castro de Lanhoso ▪ Casa Solarenga da Costa ▪ Casa do Ribeiro ▪ Casa de São Vicente ▪ Casa de Recobello ▪ Casa da Lage e Capela de Santo António ▪ Casa de Vicente ▪ Igreja de Verim ▪ Igreja de Moure ▪ Santuário de Nª. Srª. De Porto D'Ave ▪ Santuário Rupestre de Garfe ▪ Igreja Românica de Fontarcada ▪ Igreja de S. João Baptista de Rei ▪ Pelourinho de Moure ▪ Pelourinho de Monsul ▪ Cruzeiro da Tinhoseira ▪ Ponte Mem Gutierres ▪ Aqueduto dos Caleiros ▪ Torre da Mota ▪ Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso

	▪ Museu de Arte Sacra ▪ Museu do Ouro de Travassos ▪ Estação lusitano-romana ▪ Painéis de Azulejos (Portaria Principal do Hospital António Lopes e Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso) ▪ Theatro Club da Póvoa do Lanhoso Percursos pedestres: ▪ Itinerário Pedestre da Maria da Fonte ▪ Itinerário Pedestre do Monte de Merouço ▪ Itinerário Pedestre do Ribeiro do Queimado ▪ Itinerário Pedestre do Ave Património Natural: ▪ Carvalho de Calvos ▪ Albufeira das Andorinhas
Vieira do Minho	Património Cultural e Edificado: ▪ Santuário Senhora da Fé ▪ Santuário Senhora da Lapa ▪ Santuário Senhora da Orada ▪ Casa de Lamas ▪ Cabanas de Pastor da Serradela ▪ Pelourinho da Caniçada ▪ Pelourinho de Parada ▪ Pelourinho de Rossas ▪ Pelourinho de Ruivães ▪ Ponte de Mizarela ▪ Ponte de parada do Rio Ave ▪ Igreja Paroquial do Mosteiro ▪ Capela de S. Gonçalo ▪ Castro Castelo de Vieira ▪ Pedra Escrita ▪ Gravuras Rupestres do Zebral / Laje dos Cantinhos

	▪ Via Romana Património Natural: ▪ Albufeira de Caniçada ▪ Albufeira de Venda Nova ▪ Albufeira de Salamonde ▪ Albufeira do Ermal ▪ Fragas de Pena Má Artesanato: ▪ O artesanato de Vieira do Minho é caracterizado essencialmente pelo trabalho em cobre. Percursos pedestres: ▪ Moinhos do Ave ▪ Costa dos Castanheiros - Serra da Cabreira ▪ Cabeço da Vaca ▪ Campos ▪ Trilho de longo curso aos Fojos ▪ Ponte da Misarela ▪ Turio ▪ Veiga

ANEXO F – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES)

No âmbito do Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) elaborado[46] pela Agência de Energia do Ave (AEdoAVE) apresentam-se as ações previstas de seguida. O PAES abrange, no seu conteúdo, uma matriz energética, que pretende caraterizar os consumos energéticos locais, as suas tendências de evolução e apoiar a tomada de decisão no sentido da promoção da sustentabilidade energética da sub-região do Ave e da qualidade de vida das populações abrangidas pela CIM do Ave. Esta revela evidência de que as elevadas necessidades elétricas do setor da indústria e do setor doméstico se manterão até 2030, o que reforça a necessidade do presente plano e das ações propostas.

Acrescentando, o plano aborda questões relacionadas com o contexto no qual se inserem estas ações, tanto nacional, como internacional, nomeadamente aborda o enquadramento político atual, que visa promover a eficiência energética, a utilização de fontes energéticas renováveis, a sensibilização e a divulgação de boas práticas.

Embora as ações abaixo se encontrem sintetizadas, é possível perceber a sua pertinência, a inovação, o aproveitamento dos recursos endógenos da sub-região e estratégias de especialização inteligente inerentes às mesmas. Em suma, estas refletem a procura de soluções distintas para fazer face às constantes preocupações com a sustentabilidade energética.

	Ave		
MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	**Poupança Energética [MWh/ano]**	**Redução de Emissões de CO2 [tCO2/ano]**	**Investimento [€]**
Iluminação Eficiente em Edifícios	73 864	27 256	38 253 401
Otimização da Gestão da Iluminação Pública	11 897	4 390	6 110 504
Auditoria e Certificação Energética de Edifícios	13 868	4 584	7 827 116
Transportes mais Eficientes	1 007 072	262 934	36 524 223
Mobilidade Elétrica	133 808	34 933	61 324 621
Melhoria da Rede de Transportes Públicos	14 385	3 756	9 248 294
Modernização de Equipamento Industrial	10 026	3 699	7 380 593

[46] À data, ainda não aprovado em Assembleia Intermunicipal.

Monitorização Ativa	253	93	213 895
LED's e Luminárias Eficientes na Iluminação Pública	6 298	2 324	2 916 779
Energia Solar	12 304	3 188	7 912 605
Bombas de Calor Eficientes	11 938	3 468	5 984 045
Caldeiras Eficientes	8 255	1 994	2 031 839
Caldeiras de Biomassa Eficientes	7 129	1 736	2 655 610
Biodiesel	26 763	6 987	23 808 382
Regeneração Urbana e Melhoria de Acessibilidades	3 747	978	4 053 621
Gestão da Água	1 256	344	1 259 865
Gestão de Resíduos	604	158	196 924
Gestão de Distribuição e Frotas	1 349	352	781 781
Substituição de Equipamento de Escritório	1 625	600	1 465 964
Uso Eficiente de Gás Natural	93 375	20 111	72 861 260
Renovação de Equipamentos Domésticos	52 033	19 200	36 302 441
Educação e Sensibilização para a Eficiência Energética	5 254	1 917	4 573 493
Redução Voluntária das Emissões de Carbono	567	181	499 261
Aumento da Utilização de Bicicletas e Mobilidade Pedonal	161	42	160 165
Otimização das Deslocações Casa-Trabalho	18 734	4 891	8 837 960
Produção Integrada de Energias Renováveis	10 189	3 760	10 931 418
Contratação Pública Ecológica e Tributação	107	39	84 646
Centrais de Energia Renovável	0	0	0

Apoio ao Investimento Urbano e Negócios Sustentáveis	87	32	76 647
Otimizar o Desempenho Profissional	504	186	329 128
TOTAL	1 527 453	414 136	354 606 484

Fonte: AEdoAVE¸PAES

ANEXO G – AÇÕES NO ÂMBITO DA REDE DE EMPREENDEDORISMO DO AVE (IN.AVE)

Ações		Descrição	Custo estimado aproximado (€)
Educação para o Empreendedorismo		Alargar ações desenvolvidas no decorrer do ano letivo 2013/2014 ao 2º ciclo (alcançar mais escolas, professores e alunos)	400 000
Animação Empreendedora no Território		Dar continuidade às ações desenvolvidas no decorrer do ano 2013/2014, no âmbito do Desafio Empreendedor IN.AVE (8 concursos municipais e 1 intermunicipal).	300 000
Qualificação do Sistema de Apoio aos Empreendedores		Contratação de apoio à elaboração de planos de negócio e consultadoria para o apoio a empreendedores acolhidos pela Rede de Empreendedorismo do Ave.	360 000
Acompanhamento Técnico da Rede		Contratação de consultor para apoio e animação da Rede de Empreendedorismo do Ave.	132 000
Dinamização da Rede IN.AVE	**Capacitação da Rede**	Realização de 6 sessões anuais de um programa regular de *Empowerment Empreendedor* com todos os atores da Rede IN.AVE.	72 000
	Benchmarking	Identificar e divulgar num workshop as boas práticas nacionais e internacionais e as condições em que as mesmas poderão ter implementação no território do Ave.	60 000
	Fórum Anual	Dar conhecimento das atividades desenvolvidas pela rede, criar redes e espírito de cooperação, apresentar oportunidades de financiamento e desenvolvimento de novos projetos.	18 000
Ações Inovadoras e Ações Piloto	**Dinamização de Acolhimento e Incubação**	Promover o aproveitamento de espaços existentes (e.g. centros comerciais, espaços de *cowork*) com a associação destes espaços à Rede IN.AVE. Serviços técnicos, aconselhamento de negócio, marketing e dinamização disponibilizados pela Rede IN.AVE.	Contratação de apoio técnico: 144 000 Marketing: 150 000
	Ações Inovadoras de Empreendedorismo Sustentável	Principais áreas de intervenção: eco-inovação, energia, floresta, agricultura. Participação em projetos de cooperação territorial (nacional e/ou transnacional).	200 000
	Ações de Demonstração e Intermediação Empreendedora	Realização do *matching* entre soluções tecnológicas e de investigação com os empreendedores do território, para utilização na qualificação de negócios. (Duas sessões/ano).	60 000

Fonte: Rede de Empreendedorismo do Ave, IN.AVE

ANEXO H – PEDI – EXEMPLOS DE SESSÕES PÚBLICAS E CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE CIVIL

Póvoa de Lanhoso 2020
Contributos externos /proponentes

- BRAVAL
- Cunha de Leiradela
- Fernando Macedo
- Nuno Miguel Carneiro
- Joaquim Fernandes
- A. A. Ramalho
- José Castro
- Juventude Social Democrata da Póvoa do Lanhoso
- Evangelista da Costa Miranda
- APPASM - Associação Portuguesa de Prevenção & Apoio à Saúde Mental
- José Oliveira
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira
- Partido Socialista da Póvoa do Lanhoso

Mondim de Basto
Lista de participantes na sessão pública

- Câmara Municipal de Mondim de Basto;
- Freguesia de Mondim de Basto;
- União das Freguesias de Campanhó e Paradança;
- Conselho Diretivo de Baldios de Campanhó,
- Associação de Pais de Mondim de Basto;
- Presidente e Deputados da Assembleia Municipal
- Guarda Nacional Republicana

Vila Nova de Famalicão
Lista de participantes da sessão com entidades do concelho
Casa do Território, 20 de Fevereiro de 2014 (16h00)

EMPRESAS:

- Borrachas e plásticos: CONTINENTAL MABOR
- Construção civil: AMÂNDIO DE CARVALHO
- Agro-alimentar: PRIMOR
- Têxtil: Coendu
- Eletrónica: FAMASETE

INSTITUIÇÕES:

- Universidade Lusíada;
- CESPU;
- CITEVE;

SAÚDE E AÇÃO SOCIAL:

- Hospital do Média Ave;
- Hospital de riba de Ave;
- Associação Engenho.